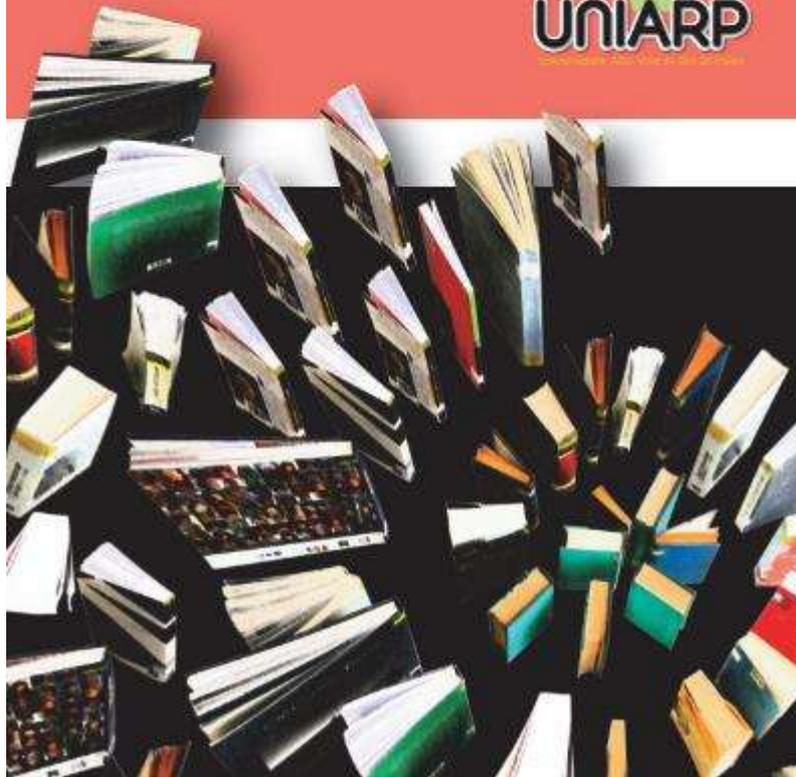


Extensão em Foco

UNIARP



© Uniarp – Todos os direitos reservados

Reitor:

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Vice Reitor Acadêmico:

Prof. Dr. Anderson Mattos Martins

Vice-Reitor de Administração e Planejamento:

Prof. Ms. Paulo Cezar de Campos

Editora:

Prof. Ms. Ilze Salete Chiarello

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Everaldo da Silva, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva, UNICAMP - Faculdade de Educação, Campinas, SP, Brasil

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ludimar Pegoraro, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC, Brasil

Prof. Dr. Ricelli Endrigo Ruppel da Rocha, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC,

Brasil

Profa. Dra. Marialva Linda Moog Pinto, Universidade Alto do Vale do Rio do Peixe, Brasil

Profa. Dra. Mariangela Kraemer Lenz Ziede, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, SC,

Brasil

Revisão:

Prof. Dr. Everaldo da Silva

Prof. Dr. Ludimar Pegoraro

Capa:

Denise Bolzan Barpp

Editoração eletrônica:

Prof. Dr. Joel Haroldo Baade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ROBÓTICA PEDAGÓGICA CRIATIVA: UM APRENDIZADO ITINERANTE (Isabelly Veridianny Valentiny Duarte Ely, Jefferson Garcia de Oliveira, Débora Aparecida Almeida)	7
PROPOSTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INFRATORES NA REGIÃO DA 11ª SDR-CURITIBANOS (Gabriela Varela, Priscila de Souza Alves, Debora Aparecida Almeida).....	20
A INFLUÊNCIA DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA VIDA DE MULHERES AGRICULTORAS NO MUNICÍPIO DE MAFRA, SANTA CATARINA (Heloisa do Livramento Skonieczny, Margarida Berns Schafaschek)	31
“PISCICULTURA” UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DE SANTA CATARINA PARA O ANO DE 2030 (Andreia Collodel, Leonardo Damiani, Tiago Colombo).	46
A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL – AÇÕES DE PARA O AUMENTO DA PROPORÇÃO ATUAL PARA O ANO DE 2030 (Amanda Nunes De Emerim, Anelise Scussel Carlessi, Clarice Custódio, Priscila Da Cunha, Rafaela Bilésimo, Sinthia Concencio Frezza, Rita Custódio, Tiago Colombo).	58
A DESCONEXÃO ENTRE AS REGIÕES CATARINENSES (Karolyne Verginia Bagio, Mario Sérgio Bortolatto, Alisson Joaquim)	72
SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ (Bruna dos Santos Prestes, Maiara Eloi da Silva, Márcia Füchter, Bruno Thiago Tomio)	83
DIFERENÇA ENTRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ESTIMADA E A COMERCIALIZADA COM EMISSÃO DA NOTA DE PRODUTOR RURAL (Adriano Velho, Daniel Rogério Schmitt, Márcia Füchter, Bruno Thiago Tomio).....	97
PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DA CIDADE DE MAJOR GERCINO (Ana Rosa Lebeck, Tarcisio Bittencourt, William Omori Bolognini, Luiz Felipe Haider).....	111
EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS E PRODUTIVAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) CALÇADISTAS DE SÃO JOÃO BATISTA (José Luiz Fernando Vargas, Ana Carolina Angioletti, Lucas Schaefer, Viviana Reis Picolli, Luiz Felipe Haider).....	120
BUEIRO ECO INTELIGENTE (Brenda Correa Mota, Jhony Antunes, Leonel Alves Nunes, Enedina Maria Darela, Maria José Menegaz).....	135
LANÇANDO REDES: SEMEANDO OPORTUNIDADE PARA O AGRONEGÓCIOS (Jessica Machado Costa, Paula Z. Cardoso, Rinaldo G. Cardoso Junior, Enedina Maria Darela, Maria José Menegaz)	145
FAMÍLIA ACOLHEDORA: UM PROJETO PARA SER EFETIVADO NO MUNÍPIO DE PORTO BELO (SC) (Guilherme Matheus Gubert, Larissa Burg Cordeiro, Maria Eugênia Furtado, Samara Aparecida da Silva Garcia)	159
PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS (Ana Paula de Melo, Elize Regina Alflen, Vitor José Alflen, Josiane da Luz).....	171

EXPERIÊNCIA UNIVILLE - PROESDE – 2014 (Ademir José Demetrio, Eliane Maria Martins, Jani Floriano, José Dionício Kunze, José Kempner)	183
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE DECISÃO NA CONSTRUÇÃO REGIONAL (Cláudio Machado Maia, Myriam Aldana Vargas Santin)	199
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNOESC (Tânia Maria dos Santos Nodari, Evaldo Schaffrath, Paulo Ricardo Bavaresco, Elizandra Iop, Rodrigo Andre Fernandes).....	208
PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA FAMILIAR HORTIFRÚTI NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC (Aline Peres, Luciane Monaco, Maria Luiza Bergamini, Scheila Cíntia Herbert, Andressa Kátia Schoeninger)	222
A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONTRIBUIÇÕES DO PROESDE (Ilze Salete Chiarello)	240

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este volume se reveste de grande relevância, inserindo-se no maravilhoso esforço envidado no âmbito do Programa de Desenvolvimento Regional.

A democratização do acesso compreende uma das mais importantes medidas em termos de cumprimento de função social da educação superior. A formação da educação superior, pautada em ensino, pesquisa e extensão, deve também promover a unidade nacional, procurando desenvolver, por meio da pesquisa científica, soluções para problemas que afetam a nação. Com base nessa finalidade, ela poderá também ajudar os cidadãos a descobrir, conservar e desenvolver as características próprias do povo e das suas instituições. Despertando o gosto pela cultura nacional, promovendo um serviço cultural e moral elevado a todos os integrantes da sociedade civil a que pertence.

Ademais disso, ao respeitar as características regionais e locais, pode a instituição de educação superior promover a integração entre as pessoas, regiões e grupos humanos e étnicos, no sentido de colaborarem mutuamente sem, contudo, destruírem as características próprias de cada uma, mas procurando valorizá-los e aperfeiçoá-los. A instituição de educação superior pode contribuir para unir, sem absorver ou dominar. Outrossim, contribui para a formação da solidariedade, acostumando e ensinando as pessoas a respeitarem a personalidade dos outros, para eles mesmos sejam respeitados.

O próprio processo de avaliação da educação superior pressupõe a compreensão das funções essenciais da instituição universitária. Entre essas funções, merece destaque a mais universalmente reconhecida delas, uma vez que se encontra estreitamente relacionada com a formação humana e com o desenvolvimento da sociedade, qual seja, a da construção de conhecimento. Esta grandeza não deve, contudo, obscurecer a relevância da extensão, que também pode consistir na pesquisa aplicada.

É amplamente admitido que nem todas as instituições de educação superior sejam competentes o suficiente para o desenvolvimento rigoroso, amplo e sistemático de certo tipo de alta pesquisa tecnológica e, de um modo original, aquilo que um pouco vagamente é denominado de produção do conhecimento.

Todavia, ainda que não sejam reconhecidas no seletto mundo da pesquisa da circulação internacional e embora ainda não possuam as condições objetivas para a realização da denominada alta ciência, instituições emergentes e com forte vínculo com sua região podem, no entanto, desenvolver investigações com qualidade e relevância social de natureza diversa.

Por fim, ficam registrados cumprimentos a todas as pessoas que se engajaram e agora dão a lume este precioso fruto.

Caçador, outubro de 2015

Adelcio Machado dos Santos
Reitor da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP

ROBÓTICA PEDAGÓGICA CRIATIVA: UM APRENDIZADO ITINERANTE

Isabelly Veridianny Valentiny Duarte Ely¹
Jefferson Garcia de Oliveira²
Débora Aparecida Almeida³

Resumo: O presente projeto, balizado meio de relato de experiência, visa à implementação do primeiro programa interdisciplinar de tino robótico pedagógico da região: trata-se do Programa “Robótica Criativa” que se destina a difundir conhecimentos básicos de robótica e programação às crianças na faixa de seis (6) à dez (10) anos, por meio de dinâmicas criativas e inovadoras - propiciando assim habilidades indispensáveis tanto no âmbito pessoal quanto nas perspectivas profissionais do futuro: como o desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato, da criatividade e da liderança. Para tal, será utilizado como instrumentos de aprendizagem, o *Kit de programação LEGO Mindstorms Education EV3*, para a programação e dinamização de robôs e o mecanismo americano “Scratch”, que auxiliará conjuntamente nos movimentos automotivos da peça robótica. Tal empreendimento, a fim de que alcance maior inserção dos cidadãos envolvidos, tem o tino de dar-se de forma itinerante, por meio de um ônibus modificado que percorrerá os cinco (5) municípios que integram a 11ª SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional), a saber: Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul. A implementação do projeto acarretará maior acesso dos jovens à ciência tecnológica, tão requisitada e tão pouco difundida na esfera regional, bem como, ao desenvolvimento de sua autonomia.

Palavras-chave: Relato de experiência. Ônibus itinerante. Robótica Pedagógica. Tecnologia. Autonomia.

1 INTRODUÇÃO

Nesta segunda década do século XXI, a crise da educação é manifestada pela prevalência de métodos antiquados que preveem o paradigma da autoridade do professor perante o aluno e a submissão deste em aprender e cumprir as exigências usuais.⁴ Tal visão, porém, não se encaixa nas balizadas pela Pedagogia Moderna, onde se vislumbra o aluno como ente autônomo, que constrói seu próprio saber. Diante de tal, suscita-se pela implementação de métodos que corroborem com o desenvolvimento subjetivo do estudante e do corpo social da escola: surgindo nisto a

¹ Estudante da 4ª fase do curso de Direito da Universidade do Contestado. E-mail: isabelly.ely@gmail.com.

² Estudante da 4ª fase do curso de Engenharia de Controle e Automação da Universidade do Contestado. E-mail: jeffe-oliveira@hotmail.com.

³ Professora orientadora - Coordenadora Local do Programa de Desenvolvimento Regional para o Ensino Superior - PROESDE Campus Curitiba/SC. E-mail: deboraalmeida@unc.br.

⁴ ARENDT, Hannah. A Crise na Educação. Publicado originalmente como: “The Crisis in Education” em “Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought”. The Viking Press. New York: 1961.

Robótica Pedagógica, conciliando o ensino interdisciplinar ao acesso à ciência tecnológica.

A Robótica Pedagógica é um programa educativo concebido nos Estados Unidos e que alcançou considerável visibilidade no mundo acadêmico científico: causa de sua grande apregoação na América Latina e no mundo. O mesmo tem como pressuposto o ensino de noções de robótica e programação de modo sensível e interativo: de maneira que as crianças possam aprender pela experiência a construção e dinamização de robôs. Tal ensino, em razão de sua didática especializada, voltada para as teorias do construtivismo de Piaget, contribui no aprimoramento de habilidade e competências, como: criatividade, senso crítico, cooperação, desenvolvimento do raciocínio lógico e resiliência, guiando a criança ao universo da autonomia.

Grande importância tem o fato de que tal ensino oferece ao jovem um arcabouço teórico diferenciado – pautado na ciência tecnológica da programação - o que o prepara com afinco maior para o mercado de trabalho, no qual a tecnologia figura paulatinamente com maior importância nas áreas de maior valorização social.

O projeto objetiva o ensino por meio de dois aplicativos que já tem produção terceirizada, mas não em território nacional: O *Kit* interativo *LEGO Mindstorms Education EV3* e o aplicativo móvel, *Scratch*.

Visando o ensino da ciência robótica nos cinco (5) municípios que compõem 11ª SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) de Santa Catarina, as aulas têm o tino de serem ministradas em um ônibus interativo, que as atenderá uma vez por semana. A área atendida pelo ônibus itinerante será em regra escolas da rede estadual de ensino – sendo a capacidade de atendimento diário de vinte e uma crianças, contudo, devido à livre e fácil utilização do aplicativo *Scratch*, este também poderá ser ministrado concomitantemente nos laboratórios de computação das Escolas.

Com a intenção de propiciar maior interação e desenvolvimento, o projeto buscará, por meio de ações afirmativas próprias, incentivar em especial, o ensino de meninas (que segundo pesquisas, permanecem à margem do mercado de trabalho tecnológico), por meio da Cota Ada Lovelace, e também o acesso de deficientes físicos por meio de uma bolsa de cunho social inclusivo, destinada a cadeirantes.

2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ROBÓTICA EDUCACIONAL E PROGRAMAÇÃO

O prelúdio da era industrial trouxe consigo o advento da era tecnológica, sendo que esta passou a protagonizar a interação social, hoje a tecnologia é mais do que um pressuposto de facilidades mecânicas e industriais – é o elo de sobrevivência do próprio homem. O ingresso da humanidade da era industrial angariou, de fato, a paulatina mudança não só nos âmbitos manufatureiros, mas também nas esferas de saúde, cultura e educação – conciliando assim o exercício de atividades comuns ao ser humano ao uso de recursos tecnológicos.⁵

Neste diapasão, modificou-se a compreensão da educação como uma mera abordagem de preeminente posicionamento do professor (como ente que fala, gesticula e ensina) sob o aluno (aquele que em submissão a tudo ouve e aprende): e por meio de técnicas de inovadores pensadores do âmbito pedagógico vislumbrou-se a capacidade da criança para construir sua própria realidade, granjeando autonomia e bom senso. Na utilização destes novos recursos, viu-se o tilintar da tecnologia e o surgimento da robótica pedagógica.

Desta forma, foi à robótica pedagógica concebida como um método alternativo de ensino que propiciasse ambientes de aprendizagem que reunissem sensores controlados por computadores e softwares – no aprendizado interativo de construção de protótipos de robôs, por crianças. Criado em 1964 pelo matemático Seymour Papert (1928) – como uma extensão das teorias de Piaget acerca do construtivismo (linha pedagógica que propõe que o aluno participe ativamente de seu próprio aprendizado) em associação ao ensino de novas tecnologias existentes nos Estados Unidos.⁶ As primeiras pesquisas realizadas neste campo deram-se no Instituto de Tecnologia de Massachussets (o célebre MIT).

Na concepção do programa de Robótica Pedagógica, Seymour Papert desenvolveu o sistema de programação em linguagem Logo: sendo esta uma linguagem em *software* destinada ao comando de um cursor interativo com o objetivo de produzir figuras tridimensionais e desenvolve-las dinamicamente por meio de

⁵ MAYOR, Federico e FORTI, Augusto. *Ciência e Poder*. 3ª ed. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: UNESCO Editorial, 1998.

⁶ PAPERT, Seymour. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*. 8ª ed. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

programas específicos.⁷

Dado o grande sucesso do projeto de Robótica Pedagógica e da Linguagem Logo, o século XXI inaugurou-se com uma série de projetos adjacentes ao redor do mundo – com a novidade, pela parceria de empresas privadas, do desenvolvimento de kits montáveis destinados a crianças. Tal alargou ainda mais a flexibilidade de seu acesso: passando a ser utilizado amplamente em espaços educacionais.

A inserção da Robótica e Programação nos espaços educacionais e na grade curricular das séries iniciais é um vetor de desenvolvimento que acarreta além da indução a ciência tecnológica, a condução da criança a sua autonomia: a idade característica das crianças que estão inseridas nas séries iniciais é propícia para o aprendizado de maneira cognitiva e lúdica, sendo a fase fundamental para a aquisição de habilidades e competências fundamentais no processo de emancipação: como o desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato, a resiliência, a criatividade, a responsabilidade e a iniciativa.⁸

Em concordância com os principais teóricos da robótica pedagógica contemporânea, têm-se as principais contribuições desta nos seguintes campos:

- No desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato: Nos desafios propostos na construção e dinamização de robôs, o estudante vê-se em situações em que deve analisar o conjunto de fatos (o projeto, as peças de montagem, os ligamentos do software), raciocinar de forma lógica e reflexiva e empreender uma ação consubstanciada no que analisou – desenvolvendo assim o raciocínio lógico e tornando-se agente de seu próprio conhecimento.⁹
- No desafio da criatividade: As habilidades de criação, design e criatividade estão entre as habilidades mais cotadas nos dias atuais: Tal habilidade é desenvolvida no programa por meio da livre montagem de protótipos robóticos – onde se tem o desafio de dar encaixe a peças desintegradas em um modelo uno - e na sua dinamização – onde este modelo, seguindo as coordenadas mecânicas do estudante, movimenta-se.
- Na construção da resiliência e da disciplina: Nas dinâmicas de programação e

⁷ RESNICK, Mitchel. Falling in Love with Seymour's Ideas. American Educational Research Association (AERA) annual conference, New York: 2008.

⁸ PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. **The psychology of the child**. 30ª ed. Editora Basic Books. New York: 2000.

⁹ BATTRO, Antonio M. Half a brain is enough: The story of Nico. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

robótica, o erro cometido pelo estudante não é visualizado como um ‘limite fatal’ entre este e o conhecimento, mas como uma possibilidade cognitiva deste descobri-lo e a partir de tal modificar seus paradigmas de planejamento¹⁰ – inculcando tal a resiliência. Em contrapartida, com o paulatino treinamento nas tentativas de acerto, o aluno desenvolve disciplina em relação à temática.

- No incentivo às capacidades de projetar e planejar: Na Robótica Pedagógica, a capacidade de planejamento é enfatizada no que afere ao obrigatório planejamento do robô a ser montado pela criança. Esta não o constrói somente por meio de suas fantasias, mas o projeta com um tino real.
- No desenvolvimento do trabalho colaborativo: Por meio das atividades trabalhadas em grupo, são estes obrigados a trocarem experiências-projetos, aperfeiçoando sua interatividade no âmbito social, numa relação de respeito mútuo e na generosidade.

Neste âmbito, o fim principal da Robótica Pedagógica é – mais do que difundir a ciência da programação aos mais jovens - angariar trazer à luz a capacidade jacente em cada criança para construir seu próprio aprendizado - guiando-a assim na seara da autonomia.

3 O PROJETO ROBÓTICA PEDAGÓGICA CRIATIVA: UM APRENDIZADO

ITINERANTE

O projeto “Robótica Pedagógica Criativa” tem o crivo de assegurar aos estudantes das séries iniciais a oportunidade de maior contato com a ciência da programação e da robótica – assegurando a estes, em concomitância, o acesso a um ensino transformador – pautado nos ideais construtivistas de Piaget – capaz de mudar a relação do estudante com disciplinas exatas e desenvolver nestas habilidades basilares na construção de sua autonomia.

3.1 ESTRUTURA DO ÔNIBUS ITINERANTE

O ônibus itinerante pressupõe uma sala de aula automotiva, e daí advém toda

¹⁰ PAPERT, Seymour. **A família em rede**: ultrapassando a barreira digital entre gerações. Título original: “The Connected Family: bridging the digital generation gap”. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 1997.

a sua configuração estrutural de modo que: em primeiro âmbito, deve o ônibus ser reformado – ou seja, não há a necessidade de que a condução seja nova, já que a sua estrutura interna será totalmente modificada para alijar uma sala de aula interativa. No interior do ônibus será basilar o comportamento de onze (11) mesas de em tamanho menor que o usual, dez (10) bancos, onze (11) *notebooks* e armários apropriados para guardar os *kits* de *LEGO Mindstorms Education EV3*.

As mesas e os bancos serão dispostos de forma que atendam às duplas. Estas ficarão alocadas nas laterais do ônibus – deixando livre a o corredor e a frente, onde o professor poderá transitar.

Com o fito de propiciar a inclusão social, o ônibus itinerante se pautará em ações afirmativas que prestarão apoio ao deficiente físico (cadeirante): desta forma, a ele será reservada vaga especial – aonde terá uma escrivaninha e um banco a ele adequados, bem como o auxílio de um profissional que possa auxiliá-lo em suas necessidades. Contará a condução também com elevador especial – o que permitirá o ingresso do estudante ao Ônibus.

Basilar é que o ônibus itinerante seja totalmente personalizado – tanto em sua cobertura externa quanto em sua estrutura interna. Desta forma, pinturas, figuras robóticas e outros utensílios tecnológicos podem gerar uma imagem atraente do projeto.

3.2 METODOLOGIA DE ENSINO DE ROBÓTICA E PROGRAMAÇÃO

O professor que ministrará as aulas de Robótica e Programação deve ter ciência dos planos de montagem dos *kits LEGO Mindstorms Education EV3* e *Scratch*, além da nítida didática pautada no construtivismo piagetiano – o que afere como requisito básico o Ensino Superior.

No curso das aulas, o professor buscará garantir maior autonomia de aprendizado ao aluno: servindo como orientador dos empreendimentos produzidos pelos estudantes – de forma a balizar a visão piagetiana de aprendizagem como reconstrução em vez de transmissão de conhecimento. Associado a isto está à manipulação de materiais que induzem ao conhecimento, pressupondo assim que a aprendizagem é mais eficaz quando faz parte de uma atividade na qual o estudante vivencia como construção de um produto dotado de sentido.¹¹

¹¹ PAPER, Seymour. *Construcionism: A new opportunity for Elementary Science Education*. Proposal

Buscando a autonomia do aluno, no Projeto “Robótica Criativa” estes serão incentivados a, após receberem o mapa de montagem, debater entre si, buscando soluções criativas e depois desenvolve-las por meio de um processo de seleção, construção, teste e avaliação¹² – incentivando desta forma também o trabalho colaborativo e o desenvolvimento da criatividade.

Também o ensino da Robótica Pedagógica abordará práticas de interdisciplinaridade, podendo executar - em concomitância com a escola visitada- projetos de aprendizado de um tema referencial, aliando o aprendizado em sala de aula a didática prática do âmbito tecnológico.

As aulas serão ministradas por três (3) horas no período matutino e três (3) horas no período vespertino. Sendo que, para os dois âmbitos de aprendizagem (ônibus itinerante e Laboratório de Informática) serão necessários dois professores, bem como um segundo professor para cada ambiente, a fim de auxiliar no trabalho com os alunos deficientes físicos.

3.3 ÁREAS ATINGIDAS

Terão acesso ao Projeto de Robótica Criativa somente as escolas da rede estadual de ensino inseridas nas cidades que compõe a 11ª SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional), sendo estas: Curitiba, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul. É importante que as escolas visitadas contem com Laboratórios de Informática – o que permitirá maior acesso das crianças à programação pelo uso concomitante do *Scratch*.

3.4 SELEÇÃO DOS ESTUDANTES

Em cada município serão atendidas oitenta e duas (42) crianças, sendo vinte e uma (21) no período matutino e outras vinte e uma (21) no vespertino. Tal relação é associada ao quadro numérico de estudantes das séries iniciais que serão atendidos¹³- dos quarenta e um (41) participantes diários do projeto, metade destes

for the National Science Foundation. Massachusetts Institute of Technology. Media Laboratory, Epistemology and Learning Group. Cambridge, Massachusetts: 1986.

¹² Site oficial do multibrinquedo Lego: <https://education.lego.com/en-us/> (Inglês).

¹³ Verificados foram aqui os gráficos disponibilizados pelo SEBRAE em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável no estudo: Curitiba em números, Santa Cecília em números, Ponte Alta do Norte em números, Frei Rogério em números e São Cristóvão do Sul em números.

terá acesso ao ônibus itinerante e a outra parte caberá à aprendizagem do *Scratch*, no Laboratório de Informática da escola pertencente – tendo equânime acompanhamento de professor especializado.

A seleção dos estudantes se dará por meio da paulatina tomada crescente de classes: desta forma, inicia-se a primeira visita com os membros do primeiro ano das séries iniciais, passando as próximas a incluir progressivamente os membros do segundo e do terceiro ano. Tal tem o fito de proporcionar a criança um ambiente de familiaridade e descontração: fazendo com que o ensino seja uma experiência rica e proveitosa.

3.5 CUSTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Quadro Nº 1: Materiais e custos aproximados para a implantação do ônibus itinerante

QUANTIDADE	PRODUTO	PREÇO	TOTAL
11	Kit LEGO Mindstorms Education EV3	R\$ 2.188,00	R\$ 24.068,00
11	Notebooks Positivo Dual Core 14"	R\$ 899,10	R\$ 9.890,10
1	Ônibus Marcopolo Senior Midi Escolar	R\$ 227.780,00	R\$ 227.780,00
	Customizações, Mesas e Adaptações	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
			R\$ 271.738,10

Fonte: o autor (2014)

4 O ENSINO DE ROBÓTICA COM O KIT LEGO MINDSTORMS EDUCATION EV3

Grande celebridade goza o multibrinquedo montável *Legó*, sendo este amplamente utilizado como mediador educacional desde os anos 80: ocorrendo tal devido principalmente ao seu caráter lúdico que influencia a construção do raciocínio espacial, aferindo autonomia na atividade realizada pela criança.¹⁴

Percebendo em projetos distintos o mesmo diapasão, Papert idealizou a construção de robôs com peças de *Legó*, concedendo para a sua dinamização a linguagem *Logo* (por ele concebida) – Dando-se assim o surgimento da linguagem *Legó-Logo*. A grande vantagem assistida nesta parceria é que o usuário, além de planejar seu próprio robô com mecanismos que cumpram as ações por ele desejadas,

¹⁴ BRENNAN, K., RESNICK, M., & MONROY-HERNANDEZ, A. (2010). Making projects, making friends: Online community as catalyst for interactive media creation. *New Directions for Youth Development*, 2010(128), 75-83.

fará a criança adentrar a exploração de conceitos de mecânica (ao construir o robô) e de programação (ao dinamizá-lo).

Neste âmbito, surgido da associação entre o brinquedo Lego e linguagem de programação Logo, o *Kit Lego Mindstorms Education EV3* é um multibrinquedo de tino mecânico com fins de programação á nível básico – destinado a crianças de 06 à 10 anos de idade. Tal é composto por: três servos motores interativos, sensores rotação e ultrassom, sensor de cor e luz, sensor giroscópio, dois sensores de toque, bateria recarregável, rodas, cabos de ligação, manual para construções e Blocos *Lego Technic* – além de uma caixa especial e uma bandeja com divisão para armazenamento.

Apesar de o Kit completo contar com quinhentas e quarenta e uma (541) peças, o que pode aferir dificuldades para o manuseio de crianças, o Kit apresenta - por meio da montagem de blocos- um software intuitivo, fácil de aprender, que trabalha a programação de forma simplificada e lúdica. O guia de usuário do programa também dispõe de quarenta e oito (48) tutoriais que auxiliam as crianças na montagem e dinamização de robôs.

Entre todos os componentes que integram o *Kit Lego Mindstorms Education EV3*, o de maior conta é o chamado “Bloco EV3” - sendo este um micro controlador programável que é responsável por controlar todos os componentes do multibrinquedo e coletar dados dos sensores quando necessário. O EV3 permite também a comunicação por *Bluetooth* e *Wi-fi* – fornecendo a programação e o registro de dados¹⁵ – de forma que seja possível fazer o download do software no smartphone e coordenar os movimentos do robô pelo aparelho.

O *Kit Lego Mindstorms Education EV3* tem o tino de ser o mecanismo principal no Projeto Robótica Criativa, sendo utilizado no interior do ônibus itinerante.

5 O SCRATCH COMO FERRAMENTA DE APRENDIZADO

O *Scratch* é um projeto do grupo *Lifelong Kindergarten* no *Media Lab* do MIT (Massachusetts Institute of Technology) destinado ao ensino interativo de noções de programação e matemática. O programa tornou-se célebre após utilizar-se de meios lúdicos e divertidos em sua didática usual, como: a criação de histórias animadas,

¹⁵ Site oficial do multibrinquedo Lego: <https://education.lego.com/en-us/> (Inglês).

jogos e outros programas de interação¹⁶ O *Scratch* foi concebido no mesmo instituto que deu gênese ao projeto de Robótica Educacional – sendo desenvolvido pelo programador e designer Mitchel Resnick (1956).

O programa se caracteriza pelo ensino de linguagem de programação, de maneira acessível e facilitada, baseada em blocos de instrução – neste ambiente, as crianças podem desenvolver sua criatividade ao criar histórias, jogos e animações. O *Scratch* tem duas esferas de interação pautadas no acesso à internet, sendo estas *Online* e *Off-line*.

No âmbito *online* (onde se requer o uso da Internet), além da criança poder criar suas próprias animações e projetos, pode ela pode publicá-los na comunidade mundial de membros do *Scratch* – podendo equanimemente visualizar as criações de outrem - as estatísticas da comunidade mostram que existem mais de 4,3 milhões de usuários registrados e estes compartilharam mais de 6,7 milhões de projetos. O *Scratch online* merece ressalvas por apresentar uma estrutura adaptada à Língua Portuguesa.

No âmbito *off-line* (também conhecido por *Scratch 2.0*) não se faz necessário o acesso à internet: de modo que os projetos de animação podem ser elaborados e salvos no computador – sem, contudo, serem publicados em uma rede, como na versão *online*.¹⁷ Esta versão não tem uma adaptação de linguagem tão facilitada quanto na versão online – sendo que várias de suas configurações constam em Inglês.

O programa *Scratch* pode ser facilmente baixado na internet, tendo suas versões online e *off-line* disponíveis no site do MIT – *Massachusetts Institute of Technology* (<http://scratch.mit.edu/scratch2download/>) – A facilitação do acesso ao *Scratch* é a principal chave para a disseminação do programa nas escolas, proporcionando assim um aprendizado de programação lúdico e facilitado – sem custo algum.

O Projeto Robótica Criativa se pauta na versão online do *Scratch*: visando assim a interação das crianças da 11ª SDR na criação de animações e jogos e seu compartilhamento na rede mundial. Outro fator relevante é a simplificação da versão: que apresenta uma linguagem e uma estrutura mais atraentes. No Projeto em

¹⁶ RESNICK, Mitchel. **Learning from Scratch**. Microsoft Faculty Connection. Massachusetts Institute of Technology. Media Laboratory, Epistemology and Learning Group. Cambridge, Massachusetts: June, 2007.

¹⁷ <http://scratch.mit.edu/scratch2download>

questão, o *Scratch* será orientado em período concomitante ao ensino do *Kit Lego Mindstorms Education EV3* – porém, enquanto este será ministrado no interior do ônibus itinerante, aquele será ensinado nos Laboratórios de Informática das Escolas visitadas – atendendo a 21 crianças diariamente.

6 AÇÕES AFIRMATIVAS EM CENA: COTAS ADA LOVELACE E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A produção científico-acadêmica objetiva, de maneira basilar - a inclusão de minorias em projetos destinados ao desenvolvimento social. Neste íterim, a inclusão digital pressupõe a inclusão social, valendo-se aqui a necessidade de inserção de membros excluídos do bojo tecnológico no Projeto Robótica Criativa: segundo levantamentos, somente 11% das mulheres brasileiras integram cargos nas áreas de Ciência e Tecnologia – face a 89% dos homens;¹⁸ na mesma linha excludente, os deficientes físicos têm em muitas empresas vagas garantidas¹⁹ – porém, devido à exclusão digital por eles sofrida, nem sempre estas vagas correspondem a cargos valorativos.

Sob este panorama de exclusão faz-se necessária à presença de ações afirmativas perante o ente feminino no âmbito tecnológico: como abordagem de diminuição das desigualdades históricas e promoção de equânimes condições profissionais. Neste diapasão, o Projeto Robótica Criativa pauta-se na mesma política de cotas verificada na contemporaneidade,²⁰ destinando 40% de suas vagas á mulheres: desta forma, dos quarenta e dois (42) participantes diários do Projeto, dezessete (17) devem ser mulheres. Chama-se tal ação de Cota Ada Lovelace,²¹ em homenagem à célebre programadora.

No que tange aos deficientes, apesar das inúmeras políticas públicas implantadas, sua imagem ainda carrega o estigma social da incapacidade e da inutilidade – estigmas estes que obstam seu convívio social e seu ingresso no

¹⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2013.

¹⁹ Lei nº 8.213/91 – Inclusão de deficientes no mercado de trabalho.

²⁰ Site European Commission: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1205_pt.htm (Inglês).

²¹ Ada King (nascida Augusta Ada Byron) – Condessa de Lovelace (10 de dezembro de 1815 – 29 de Novembro de 1852) foi uma matemática inglesa, que em parceria com Charles Babbage, criou o primeiro protótipo computacional. Ada é reconhecida internacionalmente como a primeira programadora da história. – Enciclopédia Britânica (<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/349551/Ada-King-countess-of-Lovelace>).

mercado de trabalho. Segundo as pesquisas, 53,8% dos deficientes do Brasil estão fora do âmbito de trabalho.²² Neste ínterim, a acessibilidade na inserção tecnológica muito angariaria benefícios ao deficiente: além do aprendizado teórico e das benesses cognitiva, teria estas maiores chances no mercado de trabalho. Com este fim, o Projeto Robótica Criativa disporá de acessibilidade na estrutura do ônibus itinerante, bem como a presença de um profissional especializado para prestar total atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência teve por escopo a apresentação do projeto “Robótica Criativa”, que afere a implementação de um ônibus de robótica pedagógica nas cidades que compõe a 11ª SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional): angariando assim, além do aprendizado de noções de robótica e programação, o desenvolvimento de habilidades basilares para o desenvolvimento humano, como: a criatividade, o desenvolvimento do raciocínio lógico, a responsabilidade e – de maneira maior - a autonomia.

Como materiais pedagógicos utilizados no aprendizado de Robótica constaram no projeto o *Kit Lego Mindstorms Education EV3* – utilizado na programação e dinamização de robôs, e o programa americano Scratch – destinado a um ensino de programação mais facilitado. Ambos os programas têm o tino de serem aplicados em concomitância: sendo o primeiro no ônibus itinerante e o segundo nos laboratórios de informática das escolas visitadas.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Crise na Educação**. Publicado originalmente como: “The Crisis in Education” em “Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought”. The Viking Press. New York: 1961.
- BATTRO, Antonio M. **Half a brain is enough: the story of Nico**. Cambridge University Press. Cambridge: 2000.
- BRENNAN, Karen, RESNICK, Mitchel, & MONROY-HERNANDEZ, Andrés. (2010). **Making projects, making friends: online community as catalyst for interactive media creation**. *New Directions for Youth Development*. New York: 2010.
- MAYOR, Federico e FORTI, Augusto. **Ciência e Poder**. 3ª Edição. Tradução de Roberto Leal Ferreira. UNESCO Editorial. Campinas: 1998.

²² Estudo realizado pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Campinas – SP.

PAPERT, Seymour. **Construcionism: a new opportunity for elementary science education. Proposal for the National Science Foundation.** Massachusetts Institute of Technology. Media Laboratory, Epistemology and Learning Group. Cambridge, Massachusetts: 1986.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática.** 8ª ed. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

PAPERT, Seymour. **A família em rede: ultrapassando a barreira digital entre gerações.** Título original: "The Connected Family: bridging the digital generation gap". Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

PIAGET, Jean e INHELDER, Barbel. **The psychology of the child.** 30ª ed. Editora Basic Books. New York: 2000

RESNICK, Mitchel. **Learning from Scratch.** Microsoft Faculty Connection. Massachusetts Institute of Technology. Media Laboratory, Epistemology and Learning Group. Cambridge, Massachussets: June, 2007.

PROPOSTA DE RESSOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

INFRATORES NA REGIÃO DA 11ª SDR-CURITIBANOS

Gabriela Varela¹
Priscila de Souza Alves²
Debora Aparecida Almeida³

Resumo: Reinserção social, readaptação, ajustamento social. Várias são as expressões empregadas para referir-se ao efeito desejado do trabalho com o jovem em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas, particularmente em privação de liberdade. Parte do aparato legal do Estado, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, significam, essas medidas, uma chamada à responsabilização dos jovens, em face da transgressão cometida. A experiência aqui relatada versa sobre a reintegração destes na sociedade. É através de medidas socioeducativas que é possível desmistificar o preconceito, de modo a propor uma nova chance ao jovem tido como infrator, encaminhado a cumprir as medidas cabíveis para que não ocorra a reincidência deste nas instituições. A intenção é tornar a reintegração e ressocialização do menor mais harmônica, resgatando os valores pessoais, éticos e morais do cidadão e valorizando a cultura de cada um. No entanto, observa-se que o processo de ressocialização deve ser um trabalho contínuo, elaborado junto de pessoas especializadas ou que estejam dispostas a mudar o preconceito que é nítido na sociedade. É de grande valia lembrar que qualquer que seja a possibilidade de implementação de atividades ou medidas que realmente façam o papel reflexivo na vida desses jovens será sempre de cunho utilitário, pois visam à participação do interno nas vivências das atividades socioeducativas e o resgate de valores até então, perdidos. Por fim, recomenda-se que se crie uma comissão responsável pela articulação de parcerias e de suporte para fomentar a implementação de uma rede envolva entidades público-privadas e não-governamentais que possa criar, implementar e avaliar projetos e programas de ressocialização e também de prevenção.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes. Ato Infracional. Ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discorrerá sobre a ressocialização de crianças e adolescentes infratores internos na região da 11ª SDR – Curitiba, de modo a criar uma reflexão acerca do assunto buscando então a melhoria da realidade de vida dos mesmos, almejando-se assim a não reincidência na criminalidade.

O problema central do estudo é observar ou descobrir de que forma as

¹ Estudante da 4ª fase do curso de Direito da Universidade do Contestado – UnC - Campus de Curitiba/SC E-mail: gvarela648@gmail.com.

² Estudante da 4ª fase do curso de Direito da Universidade do Contestado – UnC - Campus de Curitiba/SC E-mail: primania_93@hotmail.com.

³ Professora orientadora - Coordenadora Local do Programa de Desenvolvimento Regional para o Ensino Superior - PROESDE Campus Curitiba/SC. E-mail: deboraalmeida@unc.br.

medidas socioeducativas podem contribuir para a ressocialização dos jovens infratores da região da 11ª SDR-Curitiba, bem como estudar os fatores que dificultam a ressocialização de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Priorizou-se a ressocialização de crianças e adolescentes, por ser um tema atual e relevante, uma vez que se cogita a possibilidade da redução da menoridade penal e este estudo vem demonstrar que é possível a ressocialização desde que as esferas de poder, tanto a família como a sociedade em geral, assumam a sua responsabilidade perante o público infanto-juvenil.

O presente relato tem como objetivos analisar a sistematização de ações socioeducativas que visem contribuir para a ressocialização dos menores infratores internos na região da 11ª SDR-Curitiba, abordando a legislação vigente, buscando compreender e descrever a estrutura e funcionamento do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório-CASEP de Curitiba/SC e propor as melhores práticas de intervenções socioeducativas de ressocialização de menores infratores que sirvam de referência para indicação de um formato adequado à realidade regional.

Diante disso, cabe a sociedade se modificar e começar a pensar em políticas alternativas de inclusão que possam inserir crianças e adolescentes em conflito com a lei. É isso que torna possível a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade igualitária, baseada em princípios defendidos na Constituição Brasileira.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente relato versará sobre uma proposta de ressocialização do adolescente em conflito com a lei da região na 11ª SDR - Curitiba, tendo em vista todo o arcabouço teórico embasado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a visita na instituição pesquisada. Procura-se a não reincidência visto que as propostas de ressocialização visam o melhoramento da vida social e pessoal do adolescente em conflito com a lei.

2.1 ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

Na primeira parte apresenta-se a fundamentação teórica pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990 juntamente com as medidas socioeducativas aplicadas através deste Estatuto, segundo o capítulo IV, título III, da prática do ato infracional.

Na segunda parte apresenta-se o relato do CASEP, onde foram repassados dados da instituição, tais como características da rotina e convivência dos menores infratores.

Na terceira parte discorre-se sobre uma proposta interventiva pautada em melhores práticas já vivenciadas em outras instituições brasileiras. Por fim, são abordadas as considerações finais e as recomendações.

O estudo pautou-se em um estudo descritivo de cunho bibliográfico. Como materiais bibliográficos foram utilizados livros, artigos e pesquisas *online* acerca do tema ora apresentado. Utilizou-se também a metodologia reflexiva. Conforme Vergara (2005, p. 185)

Reflexão deve ser entendida como as próprias interpretações do pesquisador, a capacidade de olhar suas próprias perspectivas da perspectiva de outros, bem como a capacidade de autocrítica acerca da sua autoridade como intérprete e como autor. Estas interpretações são obtidas pelos processos constantes de indução, dedução e abdução desenvolvidos ao longo do processo de pesquisa.

Como técnica de coleta optou-se por grupo focal. Os grupos focais utilizam a interação grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo do grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo.

O grupo focal em questão foi constituído por um psicólogo, uma assistente social e o gestor da Instituição (CASEPE). A temática versou sobre a estrutura e funcionamento da entidade, considerando suas perspectivas e desafios.

A duração foi de aproximadamente 120 minutos e aconteceu em uma área privada, na mantenedora do CASEPE, a ONG União das Associações de Bairros de Curitiba a fim de propiciar privacidade; ser confortável; estar livre de interferências sonoras e ser de fácil acesso para os participantes.

A implementação da técnica ocorreu em outubro de 2014, contando com a moderação das pesquisadoras.

Após a coleta procedeu-se a pesquisa *online* de boas práticas de medidas socioeducativas praticadas no Brasil, após essa verificação efetuou-se uma proposta interventiva que possa contribuir para humanização e melhorias no processo de reinserção dos internos após o cumprimento de suas penas.

2.1.1 Conceitos Introdutórios: Marco Teórico

A Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e tem por objetivo assegurar garantias e direitos de crianças e adolescentes, no qual, ressalta em seu artigo 98 relata que

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta; (BRASIL, 1990, p.1).

É neste sentido, que a criança e o adolescente deixam de ser o “menor” para se tornar sujeitos portadores de direitos e deveres, garantidos e ressaltados pelo ECA.

2.1.2 O Conflito entre o Adolescente e a Lei

É considerado ato infracional pelo Estatuto a conduta ilícita descrita como crime ou ainda, contravenção penal. Atualmente, os adolescentes que cometem atos infracionais são justamente aqueles que vivem em uma realidade bem precária, fazendo assim com que, furtar, por exemplo, seja um ato para sua sobrevivência; bem como para saciar vícios, tais como o de uso de drogas. Uma observação assustadora é que a marginalidade utilizada pelos jovens são as mesmas que se refletem no meio em que vivem, e o uso das drogas é visto como refúgio diante das adversidades enfrentadas diariamente.

Não muito obstante, o ECA porta um instrumento para que se possa tentar enfrentar este problema, a garantia dos Direitos Fundamentais. De um lado, se o adolescente infrator tem garantias como todo cidadão, também deve ser considerado o autor de tal ato infracional cometido. Desta forma, é necessário que o adolescente possa contar com o auxílio e a presença da família. Ou seja, qualquer atitude a ser tomada deve visar à integração do adolescente a comunidade e a família.

É possível notar que, a maioria dos jovens infratores, desde muito cedo, tenham deixado de viver com suas famílias, ou porque suas realidades estavam inaceitáveis ou ainda porque se desvincularam muito cedo do seio familiar e não veem motivos para voltarem à convivência. Geralmente, todo jovem começa a estudar, mas infelizmente, não tem passamos do quinto ano do primário. E neste caso, mesmo que a família tente uma intervenção sobre as decisões do jovem, o nível da realidade irregular acaba alcançando o nível máximo do pânico.

2.1.3 As Medidas Socioeducativas

É através da aplicação de medidas socioeducativas que o ECA visa responsabilizar o adolescente pelo ato infracional cometido. Os objetivos principais destas medidas são a ressocialização ou reintegração social e também a consolidação de vínculos familiares. Certamente, estas medidas não visam a privação da liberdade, porém pode ser aplicada com este intuito quando houver um caso comprovadamente grave.

Conforme o artigo 112, do Estatuto da Criança e do Adolescente,

Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1990, p. 1)

A advertência, inciso I, depende da autoria e da materialidade da infração para que seja feita a sua aplicação basta que aja a comunicação da ocorrência, pois consiste em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada (Art. 114, parágrafo único do ECA). Essa advertência deve ser utilizada quando de maneira a conscientizar o adolescente ou o responsável do mesmo sobre o ato infracional; também deve ser considerado ato infracional leve.

A obrigação de reparar o dano, inciso II, aplica-se ao menor que tenha entre 12 anos completos e 18 anos incompletos. Em se tratando de menor de 12 anos de idade a responsabilidade pela reparação do dano cabe aos pais do indivíduo.

A prestação de serviços à comunidade, inciso III, consiste na realização de tarefas gratuitas por período não excedente há 6 meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, não se esquecendo de programas governamentais e comunitários. É neste sentido, servir e ser útil a sociedade.

A liberdade assistida, inciso IV, segundo os artigos 118 e 119 do ECA, será adotada sempre que se figure como medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente que tenha praticado ato infracional. Essa medida deve ser aplicada aos adolescentes reincidentes.

Inserção do regime de semiliberdade, inciso V, é uma transição para o regime aberto. É quando o adolescente deve passar o dia trabalhando e só se recolher para o estabelecimento à noite. Segundo o artigo 120, a aplicação desse regime deve ser

acompanhada de escolarização e profissionalização obrigatórias.

A internação em estabelecimento educacional, inciso VI, é quando se trata de casos de infração grave, tanto que ela está em último degrau das medidas socioeducativas. É sempre válido que o legislador considera como ideal que o jovem continue sempre sob os cuidados e acompanhado dos seus pais.

A remissão, segundo os artigos 126 e 127, é considerada uma espécie de perdão, do ofendido e perdão judicial. Essa remissão para ser concedida deve atender às circunstâncias e consequências do fato, ao contexto social, à personalidade do adolescente e à sua maior ou menor participação no ato.

O principal objetivo do Estatuto é justamente cumprir com o que diz a Lei, fazer com que os jovens consigam viver em uma sociedade harmoniosa ao invés de entrar para a criminalidade.

2.2 DESENVOLVIMENTO: FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO PROVISÓRIO-CASEP CURITIBANOS/SC

O Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório–CASEP de Curitiba fica localizado na rodovia 457, km 01, na área industrial. Este é vinculado e administrado pela ONG União das Associações de Bairros de Curitiba, que possui um convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina.

A estrutura física do CASEP de Curitiba foi inaugurada no dia 13 de dezembro de 2001, mas somente no dia 25 de agosto de 2002 deu início aos trabalhos de atendimento para adolescentes em conflito com a Lei. Inicialmente a capacidade para acolher era de 12 adolescentes, no entanto, foi acrescida e hoje a capacidade é para 18 adolescentes do sexo masculino, de idade entre 13 a 21 anos, pertencentes à região de abrangência da Comarca de Curitiba. Atualmente, o CASEP conta com 12 educadores sociais, 02 cozinheiras, 01 coordenador geral, 01 psicólogo, 01 assistente social, além de 02 pedagogas cedidas pelo Estado.

O internamento provisório visa afastar o adolescente do convívio sócio familiar antes da sentença proferida pelo juiz, pelo prazo máximo de 45 dias. É nesse período que é possível ao juiz decidir sobre esta sentença, baseando-se nos indícios suficientes de autoria de materialidade. O internamento tem o prazo mínimo de 6 meses e máximo de 3 anos, onde a cada 6 meses o juiz pede uma avaliação do adolescente em conflito com a lei, sobretudo, quando liberados por sentença judicial.

O juiz também pode pedir a Liberdade Assistida (LA) que se caracteriza por uma medida socioeducativa, para ser cumprida em meio aberto, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), aplicável aos adolescentes considerados autores de atos infracionais. Trata-se de medida judicialmente imposta, de cumprimento obrigatório; prestação de serviço à comunidade (PSC) que conforme o art. 117 do ECA

[...] consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único - As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicará frequência à escola ou jornada normal de Trabalho (BRASIL, 1990, p. 5).

O regime de semiliberdade (RSL), que consiste na medida mais restritiva da liberdade pessoal depois da internação, é a forma abrandada de institucionalização, uma vez que, em parte do tempo o educando estará efetivamente privado do seu direito de ir e vir. Esta pode ser determinada pela autoridade judicial como medida inicial ou ainda, como uma forma de transição para o meio aberto. Essa medida não comporta prazo determinado.

Todos os adolescentes que estão no internamento provisório, possuem uma rotina, onde seguem um cronograma. Atualmente não exercem funções de trabalho, pois o principal objetivo é fazer com que se dediquem unicamente aos estudos. Contam com as atividades esportivas, que são as chamadas atividades externas; Catequese, acesso a Igreja Católica, Assembleia de Deus e Dias de Avivamento; e também, palestras ou filmes educativos. As visitas ocorrem aos domingos, no período matutino e vespertino, das 9h às 11h e das 14h às 16h.

Até o momento, os internos têm entre 16 e 17 anos e as infrações cometidas variam muito, visto que na região de abrangência o furto é o principal. Também é perceptível que, aproximadamente 90% dos adolescentes são dependentes químicos, estes quando no internamento, são encaminhados aos órgãos competentes. Observa-se que, a reincidência dos menores é muito grande, pois a prática desses delitos está voltada unicamente para alimentar o vício. Os menores infratores também contam com acompanhamento médico e odontológico.

Uma medida socioeducativa muito utilizada dentro do CASEP é obedecida pelo Regulamento Interno, onde quem descumpre o mesmo, pela primeira vez é

orientado a não fazer novamente e registra-se no livro de registro com a assinatura do transgressor; pela segunda vez, tem a punição de ficar trancado no quarto, saindo apenas para higiene pessoal e necessidades básicas. Também é importante ressaltar que todo e qualquer instrumento utilizado bem como, copo e prato são de plástico, ou seja, totalmente descartáveis para que não seja instrumento de violência dentro da instituição.

É interessante destacar que, com cada interno é desenvolvido o Plano Individual de Atendimento – PIA, onde o interno é assistido e acompanhado individualmente tanto pelo psicólogo quanto pelo assistente social da instituição durante 5 dias na semana.

2.3 MELHORES PRÁTICAS DE PROPOSTAS INTERVENTIVAS DE ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS

As atividades propostas são oriundas de projetos que já são utilizados em outros estados do Brasil. Ao serem desenvolvidas podem ser consideradas como um retorno ao tempo perdido.

O projeto Meu Guri, por exemplo, foi idealizado pela Juíza Maria do Socorro de Souza Afonso da Silva, titular do juizado da infância e juventude de Aparecida, em Goiânia. Seu objetivo é buscar parcerias a fim de fazer com que a responsabilidade sobre a reinserção na sociedade seja dividida (PORTAL DO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÁS, 2014).

Conforme o Poder Judiciário de Goiás (2014) o lema do projeto é “Seremos donos dos adolescentes em situação de risco ou infratores”, justamente porque para ela, os menores são “jovens sem dono”. A inspiração deste projeto surgiu de uma discussão sobre a maioridade penal, aonde se chegou à conclusão de que eles não estão nessas condições porque querem e sim, porque de alguma forma se sentem aptos a buscar uma realidade diferente. O nome do projeto, também faz referência à canção de Chico Buarque de Holanda, onde conta a história do menino que furtava para ajudar a mãe sem que ela soubesse, e foi morto em uma dessas situações de risco.

É neste sentido também, que o projeto Paz na Educação ganha espaço e referência, da mesma idealizadora, o objetivo central é disseminar a cultura pela paz no ambiente escolar. Assim, os adolescentes que se encontram nessas instituições

têm a possibilidade de serem coordenados por novas medidas socioeducativas e podem, dentro do projeto Paz na Educação, transmitir aos outros a vantagem de não entrar para a criminalidade. Isso visto que, é de fácil aceitação dos alunos a campanha que visa buscar as soluções para a diminuição da violência nas unidades de ensino (PORTAL DO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÁS, 2014).

É justamente esta troca de experiências que é tão necessária que o projeto sugere. No entanto, é nítida a observação de que não há como simplesmente acabar com a violência, mas é possível propor uma reflexão sobre esta situação. Trata-se também de conceber uma proposta de lazer visando à humanização e não apenas um programa para simplesmente ocupar o tempo ou acalmar o interno com intuito de fazer com que ele não se revolte contra este sistema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privação da liberdade é sob o ponto de vista psicológico uma verdadeira degradação do ser humano. É importante ressaltar que a criminalidade sempre foi um desafio à sociedade, visto que a ideia de simplesmente prender o adolescente para assim poder recuperá-lo tem se tornado uma ideia ultrapassada.

É neste sentido que se ouve falar que há casos e casos. Não se deve abandonar aquilo que está na lei para apenas seguir regras internas da instituição citada. É justo e válido manter sempre o propósito e perspectivas da ressocialização do da criança e do adolescente infrator, fazendo com que a pena ou medida imposta de privação de liberdade não seja visto como algo extremamente cruel.

No entanto, observa-se que o processo de ressocialização deve ser um trabalho contínuo, elaborado junto de pessoas especializadas ou que estejam dispostas a mudar o preconceito que é nítido na sociedade. É de grande valia lembrar que qualquer que seja a possibilidade de implementação de atividades ou medidas que realmente façam o papel reflexivo na vida desses jovens será sempre de cunho utilitário, pois visam à participação do interno nas vivências das atividades socioeducativas e o resgate de valores até então, perdidos.

Como proposta sugere-se a prática efetiva das seguintes sistematizações:

Quadro Sinótico Nº 1: Proposição de Prática de Ação Interventiva

Envolver as famílias nas práticas socioeducativas, quando conveniente;
Estruturar programas socioeducativos com intervenção de parcerias público-privadas que possam contribuir para construção de um modelo próprio e diferenciado;
Incentivar as práticas socioeducativas oriundas de ações educacionais que envolvam práticas de interesse do público jovem, nomeadamente citam-se: aulas de fotografia, de dança, de pintura, de cinema, de webdesign, resgatando valores artísticos e culturais que são esquecidos durante o período de reclusão
Promover ações que incentivem a dedicação aos estudos e cursos de qualificação e profissionalização.
Criar uma rede de apoio multidisciplinar nas instâncias governamentais que possam dar suporte a equipe educacional que trata dos programas e projetos.

Fonte: Do Autor (2014).

Por fim, recomenda-se que a partir dessa proposição se crie uma comissão responsável pela articulação de parcerias e de suporte para fomentar a implementação de uma rede envolva entidades público-privadas e não-governamentais que possa criar, implementar e avaliar projetos e programas de ressocialização e também de prevenção.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília. DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 03 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012: **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília. DF, 2012.
- FERREIRA, Dias de Souza. **Liberdade assistida no estatuto da criança e do adolescente**: aspectos da luta pela implementação de direitos fundamentais. São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.
- OLIVEIRA, Raimundo Luiz Queiroga de. O menor infrator e a eficácia das medidas sócio-educativas. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 8, n. 162, 15 dez. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4584/o-menor-infrator-e-a-eficacia-das-medidas-socio-educativas>>. Acesso em: 05 nov. 2014.
- OAB SÃO PAULO. Portal da OAB/SP. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/noticias/2006/11/16/3931>>. Acesso em: 15 nov. 2014a.
- OAB SÃO PAULO. **Comissões da Infância e Juventude**. <<http://www.oabsp.org.br/subs/lapa/comissoes/infancia-e-juventude/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-6>>. Acesso em: 12 nov. 2014b.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **Ressocialização de menores**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/47589/ressocializacao-de-menores-infratores>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SANTA CATARINA. **Departamento de Administração Socioeducativo - DEASE.** Disponível em:

<http://www.dease.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=56>. Acesso em: 25 out. 2014.

PORTAL DO PODER JUDICIÁRIO DE GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado Goiás.

Banco de boas práticas. Disponível em:

<<http://www.tjgo.jus.br/index.php/corregedoria/projetos-e-acoes/banco-de-boas-praticas>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

A INFLUÊNCIA DO TRABALHO ASSOCIATIVO NA VIDA DE MULHERES

AGRICULTORAS NO MUNICÍPIO DE MAFRA, SANTA CATARINA

Heloisa do Livramento Skonieczny¹
Margarida Berns Schafaschek²

Resumo: O presente estudo foi desenvolvido como trabalho final para o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE – e teve por objetivo investigar a influência do trabalho associativo na vida de mulheres agricultoras. Para isso conta com uma base teórica que promove esclarecimentos sobre o papel da mulher agricultora no sustento da família, o trabalho associativo como forma de união e fortalecimento de vínculos pessoais e o desenvolvimento regional baseado na participação dessas mulheres, que auxiliam, sobretudo no desenvolvimento econômico da região. Para o levantamento de dados foi elaborada uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e fechadas, obtendo-se informações quanto ao aspecto pessoal das mulheres e o ponto de vista destas acerca do associativismo e do desenvolvimento regional e como isso afeta a sua vida. A entrevista foi realizada na Associação Vitória, situada na localidade de Augusta Vitória no interior de Mafra, Santa Catarina. A Associação produz biscoitos e trabalha com confeitaria, gerando emprego e renda a suas associadas, assim como aos agricultores familiares da localidade, já que utiliza produtos locais na fabricação dos alimentos. Através dos dados obtidos pode-se verificar que os sujeitos sentem-se satisfeitos com a associação, porém em momentos salientam a necessidade de maiores fontes de financiamento para o crescimento da instituição.

Palavras-chave: Trabalho Associativo. Geração de Renda. Questões de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A procura por novas fontes de renda, que contribuam com o sustento da família, sem abandonar suas responsabilidades domésticas, faz com que as mulheres agricultoras se unam para produzir bens ou serviços.

As associações do ramo agropecuário reúnem produtores rurais com o objetivo de produção em comum e a venda de produtos, como doces, bolachas ou vestimentas, agregando valor financeiro à mercadoria, o que conseqüentemente valoriza o associado, no caso, as mulheres, que participam das atividades e veem na sua participação uma forma de crescimento pessoal e profissional.

¹ Estudante da 7ª fase do curso de Psicologia da Universidade do Contestado – Campus Mafra. E-mail: hls.heloisa@gmail.com

² Professora orientadora do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado. Campus Mafra. E-mail: margarida@unc.br

Sendo assim, questiona-se: o trabalho associativo influencia positivamente a vida das mulheres agricultoras no município de Mafra, Santa Catarina?

A interação social é uma necessidade humana. É preciso viver em sociedade e desenvolver atividades que gerem sustentabilidade para si e sua família.

Devido à posição cultural estabelecida, muito embora há muito tempo as mulheres tenham conquistado diversos direitos, na agricultura os homens, em geral, ainda assumem o papel de responsáveis pela renda familiar, enquanto as mulheres ficam encarregadas do serviço doméstico e da criação dos filhos, como afirma Carneiro (1994, p.11): “aquela que deve ficar em casa, cuidar dos filhos e obedecer às ordens (do marido ou do pai)”.

Com o auxílio da prática associativista, que promove o trabalho coletivo, a autogestão e a justiça social, oferecendo a seus associados a oportunidade de crescimento pessoal e profissional, as mulheres começam a ganhar espaço no mercado de trabalho no meio rural, sem deixarem de lado seus afazeres domésticos.

Cooperativas ou associações de fabricação caseira de doces ou bolachas, cultivo de hortas, venda de bordados e costuras, fazem com que as mulheres usem de suas habilidades para gerar renda à sua família.

Por vezes o foco das atenções se dá a cooperativa ou associação, a sua administração, esquecendo-se de seus associados, em como o trabalho traz benefícios para seus membros, quanto ao seu bem-estar físico, psicológico, social e porque não, espiritual.

Um ambiente de aprendizagem, de geração de renda e de auxílio coletivo promove a identificação das mulheres, gerando maior qualidade de vida e respeito.

Assim ao pesquisar a influência que o trabalho associativo tem na vida das mulheres, poderão ser feitas relações entre a sua participação e os benefícios desta para sua vida pessoal e social.

O presente trabalho objetivou investigar a influência do trabalho associativo na vida de mulheres agricultoras no município de Mafra, Santa Catarina.

2 A MULHER RURAL

A desigualdade de gênero ainda é um desafio para a sociedade atual, especialmente quando se trata do meio rural. Enquanto os homens desempenham funções “superiores”, de liderança, e trazem renda para a família, as mulheres

agricultoras continuam exercendo o papel de mães e donas-de-casa.

Pelo sexo se distingue os seres vivos. Entretanto, as pessoas são capazes de criar e incorporar costumes, idéias e valores repassados através de gerações. Nossa cultura começa educando as crianças de formas distintas e é a partir das diferenças sexuais e culturais que a sociedade cria idéias sobre o que é ser homem e o que é ser mulher. Isso denominamos Identidade de Gênero (CONFEA, 2014).

Portanto é pela cultura que se estabelecem padrões aos quais todos são levados a cumprir, os quais caracterizam os seres por sua aparência, pela posição social, ou pelo gênero, delimitando a capacidade de cada um, conforme enfatiza Lages (2005, p. 04):

Com uma cultura fortemente internalizada, que as colocou no lugar de eternas doadoras, nutridoras, quando se enfatiza seu altruísmo como sendo uma qualidade feminina, as mulheres acabam por adotar comportamentos que reproduzem esses papéis, e que redundam por construir barreiras no mundo do trabalho.

“É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural” (CARNEIRO, 1994, p. 14), que se torna ao mesmo tempo mãe, esposa e dona-de-casa, mas que precisa mostrar sua posição como trabalhadora.

Esta procura por uma posição mais favorável ao seu gênero, que lhe assegure autonomia e maior valorização frente à hierarquia da família, e na busca por melhores condições de vida, relaciona-se com

a identidade da mulher [que] está centrada nos seus papéis de mãe e esposa que, no campo, representam também a vinculação com a terra. Pois é da terra que se extraem os produtos para alimentar os filhos e suprir a casa, sendo, portanto, condição para o exercício dos papéis de mãe e esposa. (CARNEIRO, 1994, p. 19)

A mulher rural luta por seus direitos como cidadã, luta por uma posição mais justa, por uma sociedade mais igualitária que reconheça seu potencial criativo e estratégico que transforma vínculos em superação de dificuldades principalmente socioeconômicas, conquistando engajamento coletivo e visibilidade social (LIMA, 2008).

O desempenho de pequenas atividades dentro da agricultura familiar, objetiva o autoconsumo da família, (OLIVEIRA *et. al.*, 2007) e faz com que as mulheres consigam adquirir renda, mesmo em atividades restritas ao ambiente doméstico, que prestigiam habilidades como culinária, cuidados em plantas, mas que promovem o

autosustento da mulher e de sua família.

2.1 TRABALHO COOPERATIVO/ASSOCIATIVO

A organização em cooperativas ou associações pode proporcionar às mulheres situações nas quais desenvolvam sua identidade como trabalhadoras ativas e capazes de sustentar ou contribuir para o sustento de sua família.

Segundo a Organização de Cooperativas Brasileiras (OCB, 2008), cooperar consiste na união de pessoas para enfrentar, conjuntamente, situações adversas, no sentido de transformá-las em oportunidades e bem-estar econômico e social, assim este conceito embasa a ideia de união e reconhecimento que deve ser repassado à mulher.

O pensamento cooperativo está entrelaçado ao da economia solidária, que dissemina a “possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluída do mercado formal de trabalho” (COUTINHO, *et. al.*, 2005, p. 08). Pelo trabalho democrático e autogestionário, a população excluída pode ter vez e voz, e nesta população incluem-se as mulheres.

O cooperativismo, segundo a OCB (2008), pode ser entendido como um movimento, uma filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, visa às necessidades do grupo e busca prosperidade conjunta, associando valores universais pela participação democrática, solidariedade, independência e autonomia, fazendo valer os direitos e deveres de cidadão.

Baseada na justiça social e na abolição da divisão social, pela geração de possibilidades econômicas destinadas a interação das pessoas, o cooperativismo preza pelo resgate a cidadania de seus integrantes.

Culti (2004, p.16) salienta que

Por certo há, visto que, nos empreendimentos que se formam, como as cooperativas, onde todos têm a mesma condição, o princípio organizativo e de igualdade de direitos deveres e ganhos de forma ampla e irrestrita, independentemente de serem homens ou mulheres.

Contudo a mulher busca o reconhecimento de suas potencialidades no que tange a igualdade de gênero, o crescimento profissional e o fortalecimento de vínculos sociais, reconhecimento este que pode ser encontrado em uma cooperativa ou associação, pois para Lima (2008, p. 7): “Na cooperativa, esta sociabilidade deve ser

administrada principalmente pelas mulheres que são capazes de acumular forças e distribuí-las sabiamente na arte de produzir conquistas, pessoais e coletivas”.

Logo, os princípios cooperativos descritos pela OCB (2008), tanto como a autoajuda, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a solidariedade e a ética, quanto a participação voluntária e econômica, de informação e educação, para seus participantes e para a comunidade em geral, seriam uma forma de inclusão das mulheres, atribuindo-lhes valor e respeitando suas opiniões.

Contudo o trabalho cooperativo ou associativo não gera apenas renda, mas oferece um ambiente de interação e de convivência para seus cooperados/associados. Assim o relacionamento interpessoal presente afeta a estrutura sociocultural e o ambiente físico, bem como aqueles envolvidos.

É por este trabalho que as mulheres “reconhecem os prazeres da apropriação da força de trabalho, da disposição do tempo, da possibilidade da aprendizagem, da autoestima recuperada e a descoberta do outro como possível cooperador.” (MIRANDA; GARCIA, 2010, p. 305).

Os sentimentos de lealdade, dedicação, sensibilidade à vivência dos colegas, sacrifícios feitos pela família e orgulho, transpassam os processos administrativos da associação e reforçam os ideais das mulheres, que batalham pela sobrevivência individual diária e buscam oportunidades de trabalhar (MIRANDA e GARCIA, 2010).

O altruísmo, a solidariedade, a autonomia, e a ascensão tornam-se presentes na relação cooperativista entre as mulheres, fortalecendo vínculos afetivos e profissionais no grupo, e incentiva a busca pela identificação da mulher (LIMA, 2008).

Lacerda e Santos (2014, p. 12) destacam algumas mudanças, como

o aprendizado do trabalho coletivo autogestionário; o crescimento pessoal; o desenvolvimento e a descoberta de potencialidades; a ampliação da visão de mundo; o exercício da consciência ambiental por meio [...] (do trabalho feito); e a importância da participação nas decisões da cooperativa.

As mulheres sentem-se parte de um grupo, se identificando por seus objetivos e aprendem a respeitar os limites do outro, exercendo a sua cidadania.

Adquirindo assim o reconhecimento das mulheres, pelas novas formas de produção, que demonstram a sua capacidade de trabalhadoras ativas, sem deixarem suas responsabilidades domésticas, vinculando os papéis familiares profissionais e sociais a elas atribuídos.

Observa-se que o trabalho em cooperativas ou associações oferece

possibilidades de inserção da mulher no mercado de trabalho, e as tornam mais participativas na comunidade. Com isso podem assumir responsabilidades de cidadãs envolvidas com o desenvolvimento de sua região.

2.2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Pelo crescente processo de globalização, faz-se necessária a busca por novas alternativas de interação social, que objetivem a realidade de trabalho, os vínculos sociais, políticos, econômicos e educativos, apresentando novas perspectivas, potencialidades e desafios (BUTTENBENDER, *et.al.*, 2010).

O trabalho cooperativo surge com uma destas alternativas. Unindo pessoas pela necessidade de novas formas de geração de emprego e renda, principalmente para aquelas tidas como excluídas. Mas este não gera crescimento apenas para os envolvidos, mas para toda a população, designando assim o desenvolvimento de uma região.

Para Buttenbender et al (2010, p.07):

A construção do desenvolvimento local é fruto da participação efetiva da comunidade, cuja centralidade está no ser humano como sujeito, com as mais diversas possibilidades de realização quanto à forma, organização, mas tem na cooperação um princípio fundamental.

Ao desenvolver a associação deve-se levar em consideração, portanto: a população, o bem produzido e oferecido, a disponibilidade local, para que gere benefícios tanto sociais quanto econômicos, prezando pelo crescimento e desenvolvimento de ambas as partes – as pessoas e o território.

Para Nascimento, (2000, p.9 *apud* FAQUETI, 2010, p.36):

Pela tradição e importância da agricultura, é importante ressaltar o papel dinâmico que as cooperativas podem desempenhar no processo de desenvolvimento, o que justifica estes comentários específicos, justamente porque isso só será alcançado se princípios importantes forem mantidos. Também não se pode negar que o crescimento do cooperativismo no país se deve fundamentalmente ao setor agrícola, tanto pelo volume de negócios que ele envolve quanto pelo seu dinamismo.

O trabalho cooperativo gera emprego e renda e favorece o crescimento pessoal e profissional de seus associados, e quando se trata do setor rural, beneficia a população que pode melhorar suas condições de vida sem deixar de produzir, pois agrega maior valor ao seu produto e é reconhecido por suas atividades.

Logo, cooperação está ligada a denominação de desenvolvimento, e no que

tange o trabalho da mulher, atribui-lhe reconhecimento e valor.

2.3 METODOLOGIA

2.3.1 Natureza e Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, pois “procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utilizá-los na prática. É a pesquisa formal, tendo em vista generalizações, princípios, leis.” (MARCONI e LAKATOS, 1999, p.22) bem como explicativa, já que tem “como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade” (GIL, 1991, p. 46).

Quanto aos objetivos ela é de caráter qualitativo, pois busca o levantamento de informações acerca do tema, mas a expressão em medidas numéricas denota também uma pesquisa quantitativa, através dos quadros e gráficos, que prezam pela legitimidade das informações.

2.3.2 Universo

Determinou-se que o universo a ser pesquisado deveria ser constituído pelas associações situadas na zona rural do município de Mafra que eram constituídas somente por mulheres, o que se verificou que ocorria somente em uma delas. Assim, constatou-se que a Associação Vitória era composta por 04 mulheres, das quais 03 eram associadas e 01 era contratada por dia para auxiliá-las na fabricação dos biscoitos.

Como critério de inclusão utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde todas as participantes que estavam presentes na instituição na data da pesquisa aceitaram participar do estudo.

2.3.2.1 A Associação Vitória

Criada em 2002 a “Associação Vitória”, localiza-se a aproximadamente 15 quilômetros da BR-280, na localidade de Augusta Vitória, interior de Mafra, Santa Catarina. Tem por atividade principal a fabricação e comercialização de biscoitos, assim como a de confeitaria, para a região tanto rural quanto urbana, atendendo em

torno de 13 comunidades.

Formada atualmente por 04 mulheres da mesma família, sendo elas 03 irmãs e 01 cunhada, conta também com a ajuda de pelo menos outras 02 mulheres para as épocas de maior movimento, como Páscoa e Natal. Porém já contou com a participação de mais 04 associadas.

No início elas se uniram para desenvolverem alguma atividade que gerasse renda sem que precisassem sair da comunidade na qual residiam. Pensaram em trabalhar primeiramente com flores, mas por discordância de uma delas abandonaram a ideia e resolveram fabricar biscoitos.

Instalaram-se na cozinha de uma das associadas, que com o passar do tempo ficou pequena e por indicação da Vigilância Sanitária foi necessária a construção de uma fábrica para este fim, para atender a legislação sanitária. Entretanto era necessário investir para o negócio crescer, foi então utilizado um financiamento para a compra de fornos, o que foi possível através do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF Mulher). Uma das dificuldades salientadas consiste na dificuldade em encontrar novas fontes de financiamento para expandir a Associação.

Este também foi o motivo que levou duas das antigas sócias a desistirem, por não querer assumir financiamentos, outra delas por não ter tempo de continuar participando do grupo, levando em consideração suas atividades domésticas e uma quarta por conseguir um emprego formal.

Assim a Associação chegou à formação que tem hoje, composta por mulheres que, em sua maioria, possuem uma atividade extra em casa, como a cultura do fumo, mas que trabalham na produção dos biscoitos visando o aumento da renda familiar.

2.3.3 Instrumento de Coleta e Levantamento da Análise de Dados

Para a coleta de dados foi formulada uma entrevista semiestruturada composta por 05 perguntas, abertas e fechadas, que visa contemplar os objetivos deste estudo. Bem como a utilização de um gravador para a captação dos dados. Após a entrevista as informações foram transcritas no programa *Word* e analisadas com o auxílio de Quadros de Relatos para facilitar a comparação das respostas obtidas.

Para o desenvolvimento dos gráficos foi utilizado o programa *Excel* proporcionando a visualização e melhor compreensão das informações obtidas.

2.4 RESULTADOS

Por se tratar de um estudo qualitativo os resultados serão apresentados através de Quadros de Relato, onde o relato de cada sujeito participante do estudo será contemplado a partir da numeração sequencial de *sujeito 1*, *sujeito 2*, *sujeito 3* e *sujeito 4*.

O quadro abaixo apresenta as características sociais das participantes do estudo.

Quadro Nº 01: Características sociais das Integrantes da Associação Vitória

	IDADE EM ANOS	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FILHOS	ESCOLARIDADE	TEMPO DE INGRESSO NA ASSOCIAÇÃO (ANOS)
Sujeito 1	42	Casada	2	Ensino Médio completo	12
Sujeito 2	64	Casada	3	Séries iniciais completo	12
Sujeito 3	55	Casada	2	Séries iniciais completo	12
Sujeito 4	33	Casada	1	Ensino Médio completo	Aproximadamente 2

Fonte: Autor (2014).

Segundo o Quadro 01, pode-se observar que os sujeitos deste estudo possuem idades entre 33 e 64 anos, em uma média de 48,5 anos. Observa-se também que são em sua totalidade casadas e com filhos, variando de 1 a 3. Quanto à escolaridade 50% dos sujeitos possuem o Ensino Médio completo, ou seja, cursaram até a terceira série do Ensino Médio, possuindo escolaridade básica, e os demais 50% possuem escolaridade até as séries iniciais, ou seja, até a 4ª série do Ensino Fundamental.

Relativo ao tempo de ingresso na Associação 75% dos sujeitos referem-se a 12 anos e 25% a aproximadamente 2 anos. Sendo assim, observa-se que os sujeitos possuem uma média de idade considerada de média a elevada, escolaridade entre básica e fundamental, e tempo de ingresso elevado de 12 anos, levando em consideração e tempo de existência da Associação. Nota-se também que 100% dos sujeitos possuem uma família, composta pelo menos de marido e filhos.

Buscando atingir os objetivos propostos, o questionamento realizado em seguida foi: Como aconteceu a sua entrada nesta associação? O Quadro abaixo discrimina as verbalizações:

Quadro Nº 02: Como aconteceu a sua entrada na Associação Vitória?

Sujeito 1	SIC “Quando eu casei, sabe, meu marido não plantava fumo... daí eu comecei a trabalhar com a [nome de outra associada] (...) e daí eu falei: ‘Vamos inventa alguma coisa... pra nós, pequeno assim’. E surgiu a ideia, né, de ‘fazê’ biscoito”.
Sujeito 2	SIC “O meu marido inventivo... e falo pra nós junta um grupo, pra consegui financiamento e nós já ‘tava’ fazendo biscoito e daí ‘convidemo’ as irmãs e começamos”.
Sujeito 3	SIC “A minha irmã e a cunhada, convidaram ‘nóis’, né, para começa a ‘fazê’ bolacha, e depois, financiemos os fornos e o negócio cresceu”.
Sujeito 4	SIC “A minha sogra é associada, né, e daí quando ela falta, não pode ir... ela pede pra eu vim substitui ela”.

Fonte: Ator (2014)

Referente ao Quadro 02 observa-se que a Associação é familiar, pois 100% dos sujeitos trazem em seu discurso algum grau de parentesco com outro sujeito. Quanto à inserção, pode-se notar que os sujeitos tiveram incentivo ou foram convidados por um terceiro, como por exemplo, o marido ou a sogra.

O segundo questionamento diz respeito a: Como se sente depois que começou a participar da associação? O Quadro a seguir traz os relatos:

Quadro Nº 03: Como se sente depois que começou a participar da Associação Vitória?

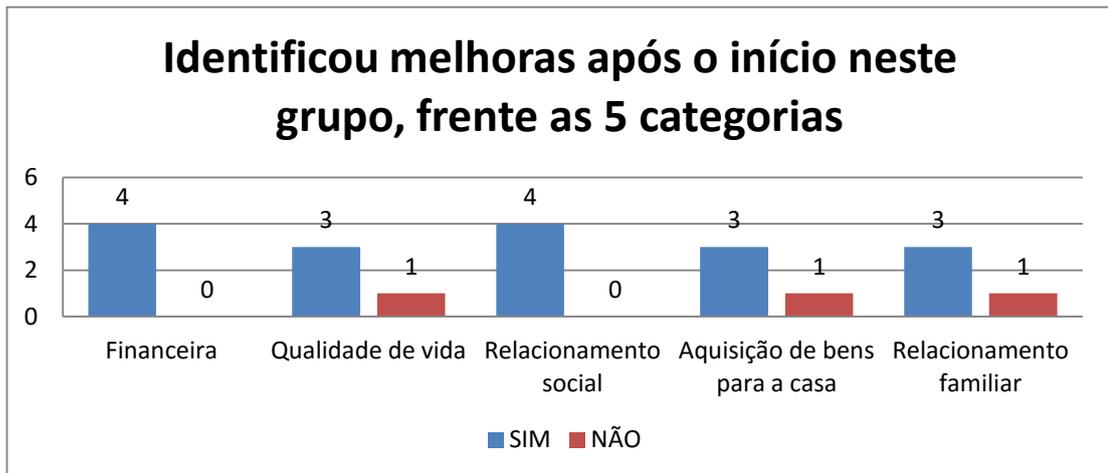
Sujeito 1	SIC “Ah... é outra vida, né? Digamos, quando eu... quando a gente olha pra tudo o construiu, né... porque é nos quatro juntas (...)”
Sujeito 2	SIC “Mais serviço, né...e eu senti, assim que eu fico mais conhecida assim por fora, né.”
Sujeito 3	SIC “É bom, onde vai, já sabe quem é, aonde vem chamam de ‘bolachera’(...)”
Sujeito 4	SIC “As mulher aqui são bem unidas. E é bom porque, elas convidam a gente pra vir ajuda.”

Fonte: Ator (2014)

Percebe-se que os sujeitos trazem em seu discurso, aspectos que denotam sentimento de orgulho quanto ao que conseguiram construir e de reconhecimento pelo trabalho prestado, pelo produto oferecido. Nota-se também o trabalho em equipe que motiva as associadas a permanecerem unidas, assim como o incentivo para que outras mulheres também participem.

Sobre o questionamento “Identificou melhoras após o início neste grupo, nas questões”: que foi dividido em 05 categorias, sendo elas: financeira, qualidade de vida, relacionamento social, aquisição de bens para a casa, e relacionamento familiar, as respostas encontram-se representadas no gráfico abaixo:

Gráfico Nº 01: Identificou melhoras após o início neste grupo, frente a 5 categorias.



Fonte: Dados do Estudo (2014)

Observa-se que 100% dos sujeitos estudados identificaram melhorias nos aspectos financeiro e relacionamento social e 75% destes em qualidade de vida, aquisição de bens para a casa e relacionamento familiar.

Os relatos obtidos para a exemplificação das melhorias percebidas pelos sujeitos foram descritos no Quadro a seguir:

Quadro Nº 04: Relatos sobre a identificação de melhorias após o início no grupo, nas 5 categorias estudadas.

	FINANCEIRA	QUALIDADE DE VIDA	RELACIONAMENTO SOCIAL	AQUISIÇÃO DE BENS PARA A CASA	RELACIONAMENTO FAMILIAR
SIM	“Ah é bom né, sabe que você ganha o seu dinheiro, né”. (SIC Sujeito 3)	“Ah muda tudo, né. A gente participa, que nem nós aqui... é reunião, tem curso e daí a gente cresce e aprende mais, né” (SIC Sujeito 1)	“Também tá bom, porque tudo mundo conhece e vêm conversa ‘ca’ gente” (SIC Sujeito 3)	“Nossa, até uma ‘daquelas máquina’ de lava, sabe, que faz tudo, eu consegui compra”. (SIC Sujeito 2)	“É bom, né, porque a sogra sempre convida... e eu gosto de vir aqui... faze e aprende”. (SIC Sujeito 4)
NÃO	Nada a constar	SIC “É... saúde, assim... quando você vê que não pode ‘cas’ pernas, aí você corre, né...” (Sujeito 2)	Nada a constar	“Assim... na verdade, coisas pra casa é eu e meu marido, nós dois que compramos. Mas o dinheiro que vem daqui, eu uso pra, tipo assim,	“Aí dificulta... não, porque aqui tem as cunhadas... e a sogra dela sempre comentava, que trabalha muito de noite... que não tem horário, final de semana... (...) tem que dá mais atenção pro marido, ‘pros filho’.”

				roupa, arruma cabelo, unha e pro meu 'piá'." (SIC Sujeito 4)	(SIC Sujeito 1)
--	--	--	--	--	-----------------

Fonte: Dados do Estudo (2014).

Evidencia-se que a melhoria na questão financeira deriva de uma nova fonte de renda vinda da Associação, que auxilia nas despesas da própria instituição, assim como das próprias associadas, o que pode ser refletido na aquisição de bens para a casa. Sobre esta aquisição nota-se que o auxílio financeiro é usado não apenas para bens materiais, mas para a utilização com o próprio sujeito, aumentando o bem-estar deste, por usá-lo para fins estéticos, como roupas, cabelo e decoração de unhas, bem como para a sua família.

Quanto à qualidade de vida denota-se o bem-estar físico, psicológico e social que é percebido pelos sujeitos. Sendo assim observa-se que os sujeitos enfatizam o pertencimento ao grupo e as aprendizagens decorrentes desta participação. Porém quanto ao bem-estar físico um dos sujeitos refere-se às dores que sente.

Sobre o relacionamento social destaca-se a ideia de participação, limitando-se ao grupo de associadas e dos locais de venda do produto. Já quanto ao relacionamento familiar, cabe ressaltar que a Associação é caracterizada como familiar, sendo assim as relações de amizades geradas ali são refletidas no contexto familiar, apenas reclamam da falta de tempo para os demais integrantes da casa, como marido e filhos, pela demanda de serviço principalmente nos finais de semana.

No que se refere às melhorias observadas pelo trabalho cooperativo pelos sujeitos estudados, observa-se que em 85% das respostas obtidas houve melhorias enquanto que em 15% evidenciam alguma falha, resultando em aspectos negativos quanto à participação na Associação.

Frente ao último questionamento: No seu entendimento, as cooperativas e associações, e em especial a sua, podem influenciar no desenvolvimento da região? Como?

O quadro a seguir demonstra os relatos:

Quadro Nº 06: No seu entendimento, as cooperativas e associações, e em especial a sua, podem influenciar no desenvolvimento da região?

	RESPOSTA	EXPLICAÇÃO
Sujeito 1	Sim	SIC "Veja, eles não faziam festa da comunidade, daí ofereceram pra nós, se nós fazia a comida, pra 'vende', e daí a gente faz, uma

		semana... e também fazemos pra aniversário, casamento, velório...”
Sujeito 2	Sim	SIC “Porque, aqui, tem várias pessoas, digamos, que produz, por exemplo, (...) ovo, a ‘manteiga’ e daí não sabe o que ‘faze’ e daí né, traz aqui, e vende ou leva biscoito”.
Sujeito 3		SIC “Porque faz o dinheiro movimenta, né? Que nem agora, né é época que o pessoal planta fumo né, e vem busca aqui pão, bolacha, né.”
Sujeito 4		SIC “Eles empregam muita gente (...)”

Fonte: Dados do Estudo (2014).

Observa-se que 100% dos sujeitos estudados evidenciam a influência da Associação na comunidade na qual está inserida, bem como, naquelas ao redor que fazem uso do produto fabricado.

Por se tratar de uma comunidade mais retirada, a comercialização naquele local evita o deslocamento da população, fazendo com que usem a Associação para o fornecimento de docinhos para festas, ou para uma ocasião especial.

Como principais influências destacam-se a comercialização de produtos coloniais, o emprego de outras pessoas não-associadas, a movimentação do dinheiro, e em especial a realização de festas, podendo ser de aniversário, casamento, da Igreja, bem como em comemoração a fundação da comunidade, e até mesmo velórios, que pode auxiliar na divulgação dos produtos da própria Associação, assim como da comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo pode-se observar que são poucas as associações ou cooperativas exclusivamente femininas, dentro do território de Mafra, pois apenas a Associação Vitória possuía esta característica. Através dos dados obtidos e analisados com a entrevista pode-se verificar que os sujeitos sentem-se satisfeitos com a associação, porém salientaram a necessidade de maiores fontes de financiamento para o crescimento da instituição.

Os sentimentos identificados são os de orgulho e pertencimento ao grupo, bem como de união e confiança entre os sujeitos e de reconhecimento social.

Observa-se também que estes identificam mudanças em sua vida pessoal após o início da participação na Associação, salientando a questão financeira e de aquisição de bens para a casa.

Quanto ao relacionamento social verifica-se maior dentro da Associação em relação à participação na comunidade, já o relacionamento familiar mantém-se bom

entre as associadas e um pouco prejudicado quanto ao tempo disponível para o marido e filhos, ou para trabalhar em casa.

Portanto pode-se concluir que a participação na Associação Vitória influenciou de forma positiva a vida de seus associados, aumentando a renda destes e corroborando em sua qualidade de vida e relacionamentos interpessoais, indicando assim crescimento pessoal e profissional.

O PROESDE proporciona ao aluno a reflexão sobre sua região, levando-o a se questionar sobre o que está acontecendo ao seu redor. Assim, a realização de um estudo na região de abrangência da 25ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, que abrange o município de Mafra, dentre outros, faz com que o aluno busque explicações sobre determinado fenômeno e oferece informações de como o seu curso de graduação pode contribuir com o desenvolvimento desta região.

Com a realização desta pesquisa pode-se observar que o desenvolvimento pode ser promovido a partir de uma localidade, desde que haja pessoas interessadas em melhorar a qualidade de vida de todos. Às vezes pequenas ações geram grandes resultados.

A principal dificuldade foi unir a Psicologia ao Desenvolvimento Regional, mas ao pesquisar mais a fundo, buscar novos pontos de vista, pode-se notar que em todos os sentidos estamos falando às pessoas. Pessoas preocupadas, que desejam o melhor para si e para as gerações futuras.

O desenvolvimento de uma região não é algo imediato, precisa ser estimulado, propostas precisam ser feitas e devem ser colocadas a prova sempre que necessário.

Existe uma frase que diz “Nada nesta vida são fatos isolados”. Assim não é uma pessoa, uma pesquisa ou um curso que, de forma isolada, vai mudar a vida da população. Mas seres que constantemente estejam engajados em causas comuns podem ser agentes de transformação social, assim como o trabalho cooperativo ou associativo, que pode beneficiar não apenas um grupo de mulheres, mas a população de toda uma região.

REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER, P. L. et al. **O cooperativismo e as contribuições para o desenvolvimento regional**. 2010. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/26.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo**: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 11-22. São Paulo: 1994. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2008000400010&script=sci_arttext >. Acesso em: 02 out. 2014.

CONFEA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. **A mulher na atividade agrícola**. Disponível em: < <http://www.confea.org.br/media/Palestra-A%20mulher%20trabalhadora%20agricola.pdf> >. Acesso em: 14 nov. 2014.

COUTINHO, Maria Chalfin; *et. al.* **Novos caminhos, cooperação e solidariedade**: a psicologia em empreendimentos solidários. In: **Psicologia & Sociedade**, vol. 17, n. 1, p. 17-28, Porto Alegre: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100002>. Acesso em: 02 out. 2014.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na economia solidária**: desafios sociais e públicos. 2004. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/Texto%20Mulheres%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.

FAQUETI, Taionara Maria. **Crescimento solidário**: o cooperativismo no Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/347040_1_1.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LACERDA, Constantina Ana Guerreiro; SANTOS, Kelita Cristiny. **Cooperativa de trabalho e a condição feminina**. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt3/cooperativa_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. **Desafios do empreendedorismo feminino**: uma reflexão sobre as dificuldades das mulheres pobres na condução de projetos geradores de renda. In: **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, 2005. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3346533/4-desafios-empreendedorismo-feminino-reflexao-dificuldades-mulheres-pobres-conducao-projetos-geradores-renda.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MIRANDA, Raquel Ferreira; GARCIA, Agnaldo. **As mulheres da Ilha das Caieiras**: relacionamento interpessoal e cooperação na formação e funcionamento de uma cooperativa. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n.10, p.301-317, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v13i2p301-317>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras, 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo>>. Acesso em: 28 out. 2014.

OLIVEIRA, Priscila R. C. de; *et. al.*. **Agricultura familiar e as relações de gênero**: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. 2007. Disponível em: <http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

“PISCICULTURA” UMA PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO SUL DE SANTA CATARINA PARA O ANO DE 2030

Andreia Collodel¹
Leonardo Damiani²
Tiago Colombo³

Resumo: A atividade pesqueira vem sendo praticada desde o início da existência dos seres humanos. Nos dias atuais depara-se com esta atividade defasada pela poluição das águas dos rios. Desde a antiguidade os cursos d'água, são os destinatários naturais dos mais variados resíduos produzidos pelo homem como resultado da execução de suas atividades. O clima deste estado é favorável para implantação de atividades relacionadas à piscicultura, porém para desenvolvimento e aprimoramento das atividades no ano de 2030 necessitam-se fomentar através de programas para a “despoluição” e reutilização das águas dos rios, para atividades agrícolas possibilitando o aumento da economia da região de uma forma mais sustentável. Esta revisão bibliográfica foi executada através de acessos às publicações por meio de buscadores e bibliotecas eletrônicas: Bireme, Google Acadêmico, Scielo, no período de setembro a outubro de 2014. A conservação do planeta de forma sustentável com novas culturas voltadas ao bem-estar das gerações futuras, visto que, o desgaste natural decorrente da poluição dos recursos ambientais, acarretará na decadência do meio ambiente. Santa Catarina é um estado com grandes peculiaridades, sendo os primeiros na produção de Ostras, maçãs, cebola, suínos e mexilhões, tendo grande produção de banana, fumo, trigo e arroz irrigado. Sabe-se que a despoluição de rios necessita de recursos financeiros altos, mas sendo de extrema importância para que as práticas relacionadas à piscicultura sejam desenvolvidas. Seus benefícios são ainda maiores, pois permitem que novas técnicas sejam realizadas, como a agricultura e a rizicultura, representando uma boa forma de crescimento econômico da região.

Palavras-chave: Piscicultura, Aquicultura, Rizicultura, Contaminação de rios.

1 INTRODUÇÃO

A Bacia Hidrográfica do rio Araranguá, situada na região sul de Santa Catarina encontra-se muito degradada, lençóis, margens e rios poluídos, onde em determinados locais a água encontra-se sem qualidade alguma para ser utilizada. Esta poluição e contaminação derivam de várias atividades exercidas pelo o homem sem pensar nas futuras consequências.

¹ Acadêmica do curso de Odontologia – Universidade do Extremo Sul Catarinense – E-mail collodeland.odonto@hotmail.com.

² Acadêmico do curso de Administração – Universidade do Extremo Sul Catarinense – E-mail leonardodamiani95@hotmail.com.

³ Docente do Curso de Administração – Universidade do Extremo Sul Catarinense – E-mail tiagocolombo@unescc.net.

Conforme Jica (1997), o maior e principal poluente da bacia do rio Araranguá, acontece devido à extração de minério a céu aberto, minas no subsolo e depósitos de rejeitos piritosos, sendo que essas áreas representam cerca de 3668 há de área degradadas, culminando com a poluição das águas do rio Mãe Luzia, um dos rios que compõe bacia do rio Araranguá.

Outro agente causador da poluição do rio Araranguá é a produção de arroz, que na região de Santa Catarina é uma cultura muito forte e que vem aumentando o cultivo. Logo no início do preparo da terra, este é feito com uma lâmina de água que é produzido o barro, onde depois será semeado o arroz, já ocorrendo assim à poluição das águas. Após cerca de três semanas da semeadura do arroz existem ocorre a aplicação de herbicidas e agrotóxicos para controles de pragas e ervas daninha. Técnicos recomendam que a aplicação dos inseticidas deva ocorrer quando houver necessidade, e não como a maioria dos rizicultores erroneamente faz, onde aplicam os inseticidas de forma preventiva, aumentando ainda mais a poluição das águas que serão futuramente liberadas sem previa despoluição nos rios. Outra recomendação dos técnicos, é que a aplicação desses inseticidas seja feita sem ocorrer à troca de águas nas canchas de arroz, diminuindo a contaminação de demais águas e assim o inseticida pode ficar mais tempo em contato com o arroz, diminuindo o uso de inseticidas (ALTHOFF, 1996).

Segundo Hadlich (1997) os agrotóxicos que são aplicados durante a safra de arroz, grande parte deles são absorvidos pelas argilas contidas no solo, ou ali ficam expostos a inúmeras reações químicas, físicas e biológicas. Sendo que quanto mais pobre o solo em relação às matérias orgânicas, maior será a absorção, produzindo variadas reações, algumas delas podendo ser percebidas pelo odor característico.

Desde a antiguidade os cursos d'águas, são os destinatários naturais dos mais variados resíduos produzidos pelo homem como resultado da execução de suas atividades. Com o desenvolvimento da tecnologia e da indústria, hoje estas têm influencias direta no ciclo da água, e o homem e sua irresponsabilidade tem abusado das águas da superfície da terra contaminando-as de tal forma que seja necessário à reversão destes processos. O homem transforma a paisagem das bacias hidrográficas de acordo com suas necessidades, poluindo-as com seus dejetos ou com os lixos e resíduos industriais sem terem conhecimentos das consequências e sem pensarem no futuro dos demais humanos e do planeta Terra (CATALAN,1987).

Para que se previna a poluição das águas e tornando-as potável ou então que

possam ser usadas nas atividades e até mesmo para o consumo, algumas medidas devem ser tomadas, devendo ser adotados programas para tratar de locais onde houve a extração de minérios, e também conscientizar o ser humano do mal que faz não só para a natureza, mas também para toda a humanidade. Proporcionar através de programas de incentivos a atividades que envolva a reutilização das águas sem sua poluição e desenvolvimento de sua preservação, através de outra forma na entressafra com a piscicultura.

Corroborando, encontra-se que as atividades pesqueiras vêm sendo praticada desde o início da existência dos seres humanos. Anteriormente ao desenvolvimento da fala, onde os humanos comunicavam-se somente por meio de sinais nas pedras, eles já utilizavam a pesca e caça para sobreviverem. Com o passar dos tempos à pesca passou a ser uma atividade voltada a acarretar ganhos financeiros e assim tornando-se uma atividade socioeconômica (MARTIN, 1995).

Nos dias de hoje depara-se com uma atividade defasada pela poluição das águas dos rios. Onde que a sociedade não se preocupa com a poluição das águas, muitos acham que o petróleo é ouro, mas na realidade água preservada limpa, potável, é a maior riqueza que se pode ter. Quem mais sofre com estes tipos de pensamentos são aquelas comunidades que ainda tentam sobreviver com a pesca (SILVA, 2010).

No estado de Santa Catarina há uma grande demanda envolvendo o comércio de peixes, onde além do uso de sua carne encontra-se um aumento da procura para a utilização da pele, como por exemplo, a pele de tilápia, onde essa é utilizada para a confecção de sapatos em diversificados lugares em nosso estado, promove assim o aumento da necessidade do aprimoramento da piscicultura. Alguns estudos e experimentos demonstram que a união da criação de peixes com a produção de arroz (entressafra) pode ser repensada de modo a reutilizar a água da rizicultura que hoje é poluída e dispensada nos rios sem o devido tratamento (TAGLIARI, 1999).

O clima deste estado encontra-se favorável para implantação de atividades relacionadas à piscicultura, porém para desenvolvimento e aprimoramento das atividades no ano de 2030 necessitam-se fomentar através de programas para a “despoluição” e reutilização das águas dos rios, para que possam ser implantadas as atividades de aquicultura, e a conscientização dos rizicultores quanto ao mal que os agrotóxicos utilizados na cultura do arroz trazem para as águas dos rios e também para o próprio consumidor do arroz (SPERLING, 2009; PROENÇA;

BITERRENCOURT, 1994).

Com a prática da atividade de piscicultura além do auxílio no desenvolvimento da economia familiar, possibilitará também uma melhor conservação das águas, traz-se maior qualidade do produto até a mesa dos consumidores, não só do peixe, mas também de outros alimentos, como por exemplo, o arroz, possibilitando uma elaboração de uma nova visão onde os produtores reduzirão a utilização de produtos poluentes nas águas (ZANIBONI FILHO, 2005; FURLANETO; AYROZA; AYROZA, 2006).

Tem-se em vista a sustentabilidade na execução das atividades pesqueiras, o presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de auxiliar as comunidades pesqueiras no desenvolvimento da região de Santa Catarina, explorando um de seus pontos positivos, estando o clima como um dos fatores de maior favorecimento para a piscicultura.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

VISÃO SOCIAL

- O descaso do governo com a situação dos rios poluídos, qual a influência em nossa sociedade?
- Há falta de incentivo das entidades governamentais das regiões, aos pescadores e pequenos empreendedores no ramo da piscicultura?
- Grande número de rios poluídos com necessidade de despoluição na região.

VISÃO CULTURAL

- O descaso da população com o meio ambiente.
- A falta de interesse da população em não denunciar casos de crimes ambientais.
- Incentivo a pesca esportiva visando lucros.

VISÃO AMBIENTAL

- O descaso com a preservação e a possível contaminação de certos lençóis freáticos. O que poderá ocorrer em longo prazo?
- Qual a responsabilidade municipal e estadual quanto ao saneamento básico, respeito e construção de regras?

- Quais entidades tem a competência de fiscalizar

1.3 OBJETIVO GERAL

Esta revisão bibliográfica objetiva através de fomentos, discutir e analisar a despoluição dos rios priorizando aproveitar-se para a agricultura, piscicultura, e também reaproveita-la para a rizicultura. Possibilitando-se assim o aumento da economia da região de uma forma mais sustentável.

1.3.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- Incentivar a pesca em todas as áreas: comercial, esportiva e industrial;
- Aproveitar águas de rios para plantio de arroz (rizicultura);
- Propor ações em prol ao crescimento na economia regional.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido através de revisão de literatura, constitui-se assim o trabalho com o uso de informações correlacionadas a Piscicultura, Aquicultura, Rizicultura, e Contaminação de rios, contrapõem-se a recuperação de rios poluídos. Definiu-se como limitação de escolha, trabalhos e estudos desenvolvidos posteriormente ao ano de 1985 e sendo critério de escolha trabalhos após este período até o ano de 2014. Realizando-se acessos às publicações através dos buscadores e bibliotecas eletrônicas: Bireme, Google Acadêmico, Scielo, no período de setembro a novembro de 2014. Que servirão como base de dados e aprimoramento para a síntese do estudo.

3 DESENVOLVIMENTO

O bem-estar do planeta, bem como, a conservação dos recursos naturais ambientais, é relatado como fator de preocupação mundial nos dias atuais. Neste contexto Herzmann (2010, p. 01) afirma que “atualmente há uma valorização social para o sistema de cultivo dito orgânico e sustentável, porém hábitos estão sendo transformado, isso tudo devido a esclarecimento da sociedade moderna”.

Salienta-se que, a conservação do planeta frente à sustentabilidade

ambiental, proporcionada pelas novas culturas permeia o bem-estar das gerações futuras, visto que, o desgaste natural decorrente da má conservação dos recursos ambientais, e conseqüentemente acarretam na decadência do meio ambiente.

Ressalta-se que, com a finalidade de possibilitar o menor desgaste do meio ambiente no Estado de Santa Catarina, surge a aquicultura, “que abrange o cultivo de organismos aquáticos” (CAVALLI; FERREIRA, 2011, p. 38).

A aquicultura vem apresentando crescimento na última década em todo o território nacional, segundo estudos realizados pelo Instituto Federal do estado do Pará a aquicultura teve um crescimento de 32,4% de 1970 a 2004, com destaque para a produção em águas continentais como destacado em esse estudo. Sendo assim as dificuldades para a produção em ambientes degradados para uma população cada vez mais exigente, quando associada com a ineficaz e negligência política econômica e social, poderá acarretar na inviabilidade das atividades produtivas no Estado.

3.1 APOIO/INCENTIVO AO PISCICULTOR

Santa Catarina é um estado com grandes peculiaridades, não só por ser um estado em que sua produção fala por si, entretanto sendo os primeiros em produção de Ostras, maçãs, cebola, suínos e mexilhões, bem como se tem uma grande produção de banana, fumo, trigo e arroz irrigado, sendo ainda um estado que representa cerca de 1,1% do território nacional, aonde cerca de 88,35% de seu território é de agricultura familiar de até 50 há (GODOY,1987).

Não se pode falar em apoio/incentivo sem falar em apoio financeiro ou incentivo financeiro, o Programa Juro Zero Agricultura/Piscicultura vem com esse objetivo trazer recursos financeiros e Incentivar investimentos em captação, armazenagem e utilização da água para usos múltiplos, principalmente em irrigação nas propriedades rurais do estado, bem como em investimentos com a finalidade de aumentar a renda e criar oportunidades de trabalho para as famílias rurais, no ano de 2013 houve 4.300 famílias beneficiadas em Santa Catarina (SOUZA, 2002).

Outro bom exemplo de apoio/incentivo ao desenvolvimento da piscicultura foi à aprovação do projeto de incentivo à piscicultura do IFSC Campus Gaspar aonde busca apoiar o desenvolvimento da piscicultura através da implementação do Núcleo de Pesquisa Aplicada à Pesca e Aquicultura, com enfoque agroecológico, integra-se atividades de pesquisa, extensão, busca-se então o aumento de produção e

produtividade contribuindo à sustentabilidade socioeconômica e ambiental, entre as atividades previstas no projeto objetivam: ofertar capacitações para produtores locais relacionadas à piscicultura e produção mais sustentável; disponibilizar ferramenta de TI que potencialize a produção e que facilite o levantamento e a sociabilização de informações associadas ao desenvolvimento das atividades de negócio; promover a inclusão digital junto aos produtores; estimular os produtores a fazerem o licenciamento ambiental de suas propriedades; disseminar a cultura do consumo de peixe de água doce no município; realizar eventos técnico-científicos para socialização de experiências e aperfeiçoamento, em uma visão mais ampla esse projeto pode ser implementado em nível estadual alcançando os demais municípios. (IFSC Campus Gaspar, 2014)

Pode-se salientar que as tradicionais feiras do peixe e do agricultor em que além de aumentar a renda familiar, movimentam a economia em âmbito municipal, bem como estimula o crescimento da produção da piscicultura e produção rural. (CARNEIRO, 2007)

3.2 LEGISLAÇÃO

Segundo a LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, CAPITULO I NORMAS GERAIS DA POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA E DA PESCA, definem o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura como uma fonte renda lazer emprego e alimentação, e que garante o uso sustentável dos recursos pesqueiros, também esta lei dispõe sobre a conservação, recuperação e preservação das áreas e recursos pesqueiros. Já o CAPITULO II DEFINIÇÕES, define como aquicultura toda pessoa física e jurídica, que exercem atividades de aquicultura para fins comerciais, sendo que sejam licenciadas e registradas pelas autoridades competentes.

Observa-se que, Santa Catarina representa um polo para o cultivo da aquicultura, em face das condições climáticas e movimentação da economia regional, gerando produtos para a comercialização. Neste contexto, para Herzmann, (2014) “o estado de Santa Catarina é hoje uma referência em produtividade e diversidade de produção do agronegócio”.

3.3 DISCUSSÃO SOBRE AS METODOLOGIAS

A aquicultura com o decorrer das décadas está abastecendo as necessidades humanas em virtude das atividades pesqueiras, entretanto, não há a preocupação com a sustentabilidade e o cultivo do que a natureza proporcionou a humanidade desde os primórdios, visto que, as reservas naturais estão se esgotando.

Com a premissa de reverter à situação supracitada, este artigo apresenta métodos variados para a resolução do problema mencionado, dentre eles, as seguintes situações:

- a) Recreação de peixes em rios despoluídos;
- b) Piscicultura.

Ressalta-se que, para a execução da recreação de peixes em locais com ausência de resíduos de poluição, far-se-á necessários estudos preliminares com a finalidade de analisar a existência das áreas afetadas com a poluição, bem como, as espécies de peixes predominantes na região.

Salienta-se que, para realizar a recreação de peixes, necessita-se de alternativas preliminares referentes ao método empregado de vazão ecológica, em face da conservação do equilíbrio ambiental. Neste contexto para Benetti (2003), existem três exemplos de métodos para a fixação de vazão ecológica, sendo estes: Método das descargas históricas, Método dos limites mínimos de sobrevivência e método de simulação de habitat. Ressalta-se que, a recreação difere-se da piscicultura, visto que, incide na criação de peixes, que por sua vez, dependerá de fatores determinantes para a sua existência e apresenta-se conforme o local em que se encontra com características distintas.

Neste sentido, Silva (2014), afirma que existem quatro modalidades de piscicultura, entre elas: a Extensiva que é empregada em locais não criados para esta atividade, a semiextensiva que é utilizada em viveiros, intensiva que visa a maximização da produção e a super-intensiva, que apenas difere-se da intensiva pelo fato da criação ser realizada em tanques-rede, que garante uma elevação na produtividade.

3.4 VANTAGENS E DESVANTAGENS

Observa-se que a procriação por sua vez, apresenta um valor mais elevado para a sua execução se comparado com a piscicultura, vistos que, engloba a

despoluição dos recursos naturais. Ressalta-se que Piscicultura é um projeto que pode ser desenvolvido por empresas privadas, independente do apoio do governo ou não, a criação de peixes em cativeiros, são projetos que dão resultados mais rápidos. A prática da piscicultura precisa de águas limpas. Em contrapartida, a recriação de peixes através da despoluição dos rios, tem uma grande vantagem, apesar de precisar de investimentos muitos caros, uma vez investido e concluído o projeto, estando completamente purificadas as águas, e os peixes recriados em suas áreas adequadas, praticamente não haveria mais gastos, pois as condições dos rios estariam em suas condições originais, bastaria apenas preservar estas condições, que esses recursos naturais seriam infinitos (ARANA, 1999).

Em relação ao plantio de arroz a despoluição dos rios traria ainda mais benefícios, uma vez que água viria limpa diretamente dos rios para a represa, não tendo preocupação em purificar a água vinda dos açudes dos peixes com resíduos tóxicos, para poder usá-la para irrigar a plantação (OLIVEIRA, 2007).

3.5 PAÍSES QUE ADOTAM ESTAS PRÁTICAS

As práticas de recriação através da vazão ecológica são adotadas normalmente em países mais desenvolvidos, que tem uma visão mais consciente sobre meio ambiente e sustentabilidade, pode-se citar a Inglaterra, Nova Zelândia, África Do Sul, entre outros. O Brasil talvez por ser um país ainda subdesenvolvido, e por ter em seu território a maior quantidade de água potável do planeta, mas que já vem apresentando sérios sinais de escassez, não demonstra ter nenhuma preocupação com esse problema que provavelmente vai agravar-se daqui alguns anos, no Brasil há vários projetos, como por exemplo, pode-se citar a recriação do Rio dos Sinos no Rio Grande Sul, e muitos outros, que nunca saíram do papel, ou foram iniciados mais abandonados, sendo possível que isso tenha ocorrido não por falta de subsídio econômico. (BENETTI, 2003).

Segundo o Instituto de Pesquisas Hidráulicas – UFRGS o método de vazão ecológica é utilizado em alguns Estados do Brasil, Minas Gerais, Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte, mas nem um deles tem como fim um “significado ecológico”, ou seja, um fim de benefício sustentável. Pode perceber que não é por falta de dinheiro que a prática de recriação não é utilizada em nosso país. Já a Piscicultura é uma prática que está em alta no Brasil e em vários países do MERCOSUL, como já foi citada

anteriormente, talvez pelo fato de ser uma prática independente de recursos públicos e por ter um retorno mais rápido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado neste trabalho, percebe-se que a despoluição de rios é algo que necessita de grandes volumes de recursos financeiros, existindo a exigência de um financiamento dessas atividades por parte de instituições públicas visando o bem comum.

Uma das atividades que poderiam ser beneficiadas por esta atividade é a prática de recriação de peixes e a piscicultura. Assim analisando não apenas pela despoluição que seria um grande ganho ainda é enaltecido a oportunidade de novas atividades de sustento familiar por famílias da região ligadas atualmente aos setores da agricultura, rizicultura e a piscicultura, que representam uma forma de aumentar o produto interno bruto da região.

Investindo na despoluição de rios e na criação de peixes fazem com que a pesca comercial seja estimulada, tendo a necessidade de uma regulação para que não vire uma pesca predatória. A piscicultura garantirá uma maior diversidade de peixes para a região, tendo em vista que nessa técnica são cultivados peixes não nativos, porém em ambientes controlados para não provocar o desequilíbrio do meio. A agricultura e a rizicultura seriam beneficiadas das águas dos rios purificadas, tendo em vista a sustentabilidade, rentabilidade e o desenvolvimento da cultura regional.

REFERÊNCIAS

ALTHOFF, D. A.; KLEVESTON, R. Sólidos suspensos e perda de nutrientes no preparo do solo para arroz irrigado. *Agropecuária Catarinense*. Florianópolis, v.9, n.2, p. 44-46, 1996.

ARANA, V. L. *Aquicultura e Desenvolvimento Sustentável: subsídios para a formação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira*. Florianópolis: **Editora da UFSC**. 310p.,1999.

AMESC - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense. Disponível em: <<http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=2834&fa=1&cd=63870>> Acesso em: 05 out. 2014.

BENETTI, Antônio D.LANNA, A. Eduardo. COBALCHINI, Maria Salete. Metodologias para Determinação de Vazões Ecológicas em Rios. **RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos** v. 8 n.2. 149–160, 2003.

-
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Agricultura familiar e especialização agrícola: caminhos e descaminhos para o desenvolvimento rural sustentável no sul/sudoeste de Minas Gerais. **Geografia** (Rio Claro), Rio Claro, SP, v.32, n.2, p.349-362, 2007.
- CATALAN LAFUENTE, J.; CATALAN, Alonso, J. M. Rios: caracterización y calidad de sus aguas. Espanha: Dihidro, 1987. 264 p.
- CAVALLI, Ronaldo Olivera; FERREIRA, Jaime Fernando. O futuro da pesca e da aquicultura marinha no Brasil: a maricultura. **Revista Scielo**, São Paulo, v. 62, n. 3, jul./ dez. 2010. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 out. 2014.
- FURLANETO, F. P. B.; AYROZA, D. M. M. R.; AYROZA, L. M. S. Custo e Rentabilidade da Produção de Tilápia (*Oreochromis spp.*) em Tanque-rede no Médio Paranapanema, Estado de São Paulo, Safra 2004/05. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 63-69, 2006.
- GODOY, M. P. Peixe do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: **Ed. UFSC**, 571 p.1987.
- HADLICH, G. M. Cartografia de riscos de contaminação hídrica por agrotóxicos: proposta de avaliação e aplicação na microbacia hidrográfica do córrego Garuva, Sombrio-SC. 1997. 170 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- HERZMANN, Carina Scherer. Santa Catarina e o Futuro Ambiental e Produtivo das próximas Gerações. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-807-95720100903174525.pdf>>. Acesso em: 14 out.2014.
- IFSC Campus Gaspar. Disponível em:<<http://linkdigital.ifsc.edu.br/2013/12/13/cnpq-aprova-projeto-de-incentivo-apiscicultura-do-campus-gaspar/>>Acesso em: 05 out. 2014.
- IF PARÁ. Disponível em: <http://www.ead.ifpa.edu.br/etec/index.php?option=com_content&view=article&id=216:aquiculturavemcrescendoaceleradamente&catid=75:noticias&Itemid=164>Acesso em: 05 out. 2014.
- JICA. Japan International Cooperation Agency. 1997. Interim report for the feasibility study on recuperation of mined-out areas in the South Region of Santa Catarina in the Federative Republic of Brazil. Japão.
- LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>Acesso em: 11 out. 2014.
- MARTIN, Nelson Batista et al. Custos e retornos na piscicultura em São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v. 25, n. 1, p.9-47, 1995.
- OLIVEIRA, Alex Sander Bristot de. . Análise financeira: produção de arroz convencional versus produção de arroz orgânico, na região da AMESC. 53 f. Monografia (Especialização em Gerência Financeira) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2007.
- PROENÇA, E. C. M.; BITERRENCOURT, P. R. L. Manual de piscicultura tropical. Brasília: **IBAMA**, 195 p., 1994.
-

SILVA, Ana Martha Castelo Branco da et al. Diagnóstico da piscicultura na mesorregião sudeste do estado do Pará. **Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte**, Pará, v. 10, n. 1, p.55-65, 2010.

SILVA, Tatiane. O que é piscicultura. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAIAoAL/que-piscicultura>>. Acesso em: 11 out. 2014.

Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=38 >Acesso em: 02 out. 2014.

SOUZA FILHO, José. Estudo de competitividade da piscicultura no Alto Vale do Itajaí. Florianópolis: Instituto CEPA,73p.2002.

SPERLING, Caio et al. Avaliação física, química e microbiológica da qualidade da água para fins de piscicultura. **XI EXPOS**, Pelotas/RS, v. 1, n. 1, p.1-5, 2009.

TAGLIARI, Paulo Sérgio. Piscicultura atrai produtores rurais catarinenses. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis: v.12, n.3, p. 26-32, set., 1999.

UFRGS - Instituto de Pesquisas Hidráulicas. Disponível em:<<http://www.iph.ufrgs.br>> Acesso em: 10 out. 2014.

ZANIBONI FILHO, E. et al. Cultivo de peixes em tanques-rede e impactos ambientais. In: Cultivo de peixes em tanques-rede: desafios e oportunidades para um desenvolvimento sustentável. Belo Horizonte: **EPMIG**, 104 p., 2005.

A PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL – AÇÕES DE PARA O

AUMENTO DA PROPORÇÃO ATUAL PARA O ANO DE 2030

Amanda Nunes De Emerim¹
Anelise Scussel Carlessi²
Clarice Custódio³
Priscila Da Cunha⁴
Rafaela Bilésimo⁵
Sinthia Concencio Frezza⁶
Rita Custódio⁷
Tiago Colombo⁸

Resumo: O agronegócio consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária. No Brasil, o agronegócio tem como principal atividade a agricultura familiar e por isso necessita de projetos governamentais para auxiliar a produção e comercialização dos produtos agrícolas. Para a realização deste trabalho foi feito um estudo sobre as características e peculiaridades deste ramo no sul Catarinense, visto que há um aumento do êxodo rural somado a desvalorização desta profissão. O objetivo deste trabalho foi a realização de um projeto para incentivar os jovens filhos de agricultores a permanecerem no campo, exercendo a agricultura familiar, dispendo de lazer, saúde, qualificação, sustentabilidade e qualidade de vida. O projeto proposto busca incentivar a permanência das famílias no campo através de incentivo fiscal, adequação de espaço físico para o lazer, atendimento especializado em saúde, estudos na área de atuação dos produtores, melhor aproveitamento do meio ambiente e utilização de um biocombustível para diminuir os gastos da produção. Desta maneira, dispendo de melhores condições, espera-se que os jovens tenham por sua própria vontade permanecer no campo e de cada dia mais desenvolver esta profissão, que é tão importante para a população de maneira geral.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Êxodo rural. Agricultura Familiar.

¹ Acadêmica do curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: amandaemerim@hotmail.com.

² Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: anelise.carlessi@hotmail.com.

³ Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: claricinhacc@hotmail.com.

⁴ Acadêmico do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: priscilalcc@gmail.com.

⁵ Acadêmica do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: rafabilesimo@hotmail.com.

⁶ Acadêmico do curso de Biomedicina da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: sinthia_frezza@hotmail.com.

⁷ Acadêmico do curso Fisioterapia da Universidade do Extremo sul Catarinense E-mail: ritinha.custodio.13@hotmail.com.

⁸ Docente do Curso de Administração da Universidade do Extremo Sul Catarinense E-mail: tiagocolombo@unesc.net.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca trazer à tona discussões breves de situações em que a agricultura familiar está perdendo seu valor no dia-a-dia, tais características advindas da falta de uma política pública concreta voltada ao pequeno agricultor, a qual é responsável por uma grande parcela dos produtos agrícolas presentes no mercado.

O desenvolvimento da região pautada no estudo, sul Catarinense, é fortemente ligado ao setor agrícola, na região estão estabelecidas grandes agroindústrias, tanto pequenas quanto médias e grandes, empresas estas dos mais diversos ramos, como cerealistas, avícolas, apícolas entre outras tantas ligadas ao contexto rural.

Um dos pontos prioritários para o êxodo rural é a falta de planejamento estratégico no campo, em diversos momentos este pensamento é tido como apenas um dever de grandes organizações, porém isso erroneamente deve ser levado em consideração, uma propriedade rural bem planejada tende a ter sua gestão bem direcionada assim os indivíduos dela dependentes conseguem vislumbrar um futuro para seu negócio, podendo assim planejar não só a propriedade, mas sua vida por meio de estudos com o intuito de alavancar a renda do empreendimento.

O trabalho tem em seu maior objetivo de incentivar jovens, filhos de agricultores, a permanecerem no campo, exercendo a agricultura familiar, dispendo de lazer, saúde, qualificação, sustentabilidade e qualidade de vida sob uma perspectiva de estabelecer a meta no ano de 2030.

Para atingir este maior evento busca-se aprofundar o conhecimento teórico acerca do desenvolvimento regional, desenvolver um projeto que viabilize a permanência do jovem agricultor no campo, para que assim se possa garantir recursos práticos, através dos poderes públicos que favoreçam a vida do homem do campo.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um estudo das questões sociais pertinentes das regiões, em especial da economia, permitiu o conhecimento e a constatação, de que os fatos atuais têm sua origem no processo histórico. Desde a colonização, um sistema político que beneficiava a minoria, ditava as regras sobre quem detinha o poder, quem trabalhava e quem lucrava com o trabalho.

Nos primórdios, grupos sociais já planejavam períodos de plantio, opções de cultivo e tempos de duração, organizavam-se, porém de forma assistemática. Com a evolução e o passar dos tempos, tiveram início os planejamentos econômicos com referências nas trocas comerciais, que eram pontuais e em sua maioria em curto prazo, visando o lucro imediato.

Ao longo dos anos os trabalhadores foram sendo orientados, começaram a se organizar e buscar seus direitos, gerando uma inquietação e um descontentamento por parte dos que mantinham o monopólio. Com base nestas e outras questões, faz-se necessário um trabalho sistematizado para um bom desenvolvimento regional.

Os planejamentos, seguem uma outra ideologia, atendem a questões desenvolvimentistas, podendo tomar como conceito o seguinte termo: planejar para desenvolver.

Numa sociedade em que, a agricultura era o meio de sobrevivência para a grande maioria da população, segundo Redclift e Goodmann (1987), “a agricultura também sofreu os efeitos deste processo de reestruturação econômica”.

Philippe Aydalot no início dos anos 80 descreveu desenvolvimento como “desenvolver meios inovadores”, e Harvey em 1989 o descreveu como “explorar as potencialidades de um ambiente favorável às inovações de todo o tipo”, introduzindo o conceito de desenvolvimento regional. Tais descrições foram embasadas em pesquisas de casos bem-sucedidas de desenvolvimento, como o do Vale do Silício Californiano.

Portanto, ao fazer uma ligação entre os termos sinônimos de desenvolvimento, deve-se atentar a alguns pontos quando o tema em questão é desenvolvimento econômico. Acadêmicos e estudiosos acabam esquecendo-se da pequena diferença que se assume ao usar o termo crescimento e desenvolvimento. Embora pareçam semelhantes, crescimento econômico e desenvolvimento econômico são duas frentes diferentes. No trabalho “Desenvolvimento Econômico Regional – uma revisão histórica e teórica”, de Edson Trajano Vieira e Moacir José dos Santos, existe uma referência do dicionário econômico onde o economista Paulo Sandroni explica a diferença entre os dois segmentos, são eles:

crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado mediante a evolução de crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto - PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda com a mensuração do crescimento da sua força de trabalho, a receita nacional

poupada e investida e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Por outro lado, desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado da melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social que possibilitam a distribuição mais equânime das riquezas produzidas (SANDRONI, 1994).

Atualmente, desenvolvimento está ligado à sustentabilidade, o que revela que além do interesse pela melhoria da qualidade de vida, busca-se ampliar a conscientização que objetiva em sua essência o não comprometimento das gerações futuras. Isso, não apenas em relação a questões ambientais, mas como um todo. Busca-se então o “desenvolver sem comprometer”.

No Brasil, nos últimos anos, a ideia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem a participação mais direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas tem sido aceita. Há uma crescente difusão desse enfoque que pode ser atribuída ao próprio avanço da democratização do país e também a uma nova abordagem que se vem tornando dominante no contexto internacional, que enfatiza a importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Ainda são raras as organizações e instituições que congreguem e articulem diferentes segmentos da sociedade na sua escala territorial, as principais organizações políticas existentes tendem a estar voltadas para uma agenda em que predominam os temas diretamente relacionados com a problemática administrativa municipal. Em geral, a preocupação com as questões relativas ao desenvolvimento regional é relegada a segundo plano. Sua composição territorial tende a ser instável, como resultado de mudanças na conjuntura política. Além disso, raras vezes há mecanismos formais que promovam articulação permanente entre essas associações e a sociedade civil da região em que atua.

Somadas a inexistência de uma instância político-administrativa intermediária entre o estado e os municípios e a escassez de organizações e instituições de abrangência microrregional contribuem de forma decisiva para que, em regra, não haja identidades regionais bem-definidas nessa escala territorial. Isso se constitui em mais um obstáculo para a articulação e para a participação da comunidade, pois a inexistência de uma identidade regional dificulta a compreensão do grau de interdependência existente entre os interesses dos atores sociais e políticos que convivem nesses territórios.

Nem sempre há consciência do fato de que muitos dos problemas econômicos e sociais que afetam essas áreas exigem soluções regionais. Em consequência, tais problemas tendem a ser percebidos e enfrentados como se fossem questões locais, deixando de ser identificadas e aproveitadas muitas oportunidades de cooperação entre esses atores na defesa de interesses comuns à região (SOUTO-MAIOR, 1994).

Dessa forma, parece evidente que o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional, que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem, em caráter permanente, a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

Começou a formar-se, nos últimos anos, entre pesquisadores e praticantes, o consenso de que é necessário revisar as estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais no Brasil. Tais estratégias, além de apresentarem um conteúdo que, em alguns aspectos, não mais se ajusta às realidades e necessidades de uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público, padecem de problemas de escopo e de estilo.

Um documento da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, datado de 1995, em que se afirma que, nas novas políticas regionais que vierem a ser adotadas no país, deve-se considerar:

[...] a incorporação ao processo de planejamento de uma pesquisa aprofundada de esquemas de regionalização, em função da qual as atuais macrorregiões do país — cuja grande extensão geográfica e consequente heterogeneidade de características físicas e econômicas não permitem uma intervenção mais apropriada do Governo — seriam divididas em sub-regiões, áreas-programa e áreas de desenvolvimento local, para as quais pudessem ser definidos programas governamentais mais adequados às especificidades de cada segmento do espaço regional” (BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995).

Há uma preocupação atualmente com o êxodo rural, onde os filhos de agricultores vêm perdendo o interesse pela vida no campo e acabam se mudando para a cidade, em busca de melhores condições de vida. Segundo o pesquisador e doutor da Embrapa Pecuária Sul, Jorge Sant’Anna, no Seminário de Sucessão na Agricultura Familiar, muitos fatores têm atraído jovens do meio rural para o meio urbano, entre esses fatores ele destaca a oferta de emprego pela indústria, o estilo de vida com opção de lazer e internet.

Ainda segundo Sant’Anna, esta é uma realidade que pode ser mudada com

tecnologias baratas, que deixem o trabalho rural menos maçante. Contudo, para que isso aconteça, ele alerta que é necessário que o agricultor desenvolva uma boa relação com os filhos e esteja aberto a inovações.

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico visa efetivar os direitos e objetivos sociais traçados como metas, otimizando os interesses de toda a população, e possibilitando o surgimento de soluções inovadoras e criativas.

O Governo ao fazer o planejamento, deve ter seus propósitos claros e compatíveis com os princípios e diretrizes que a Constituição estabelece, emanado da soberania popular.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 165, atribui ao Poder Executivo responsabilidade pelo processo de planejamento e orçamento, a partir da iniciativa dos seguintes instrumentos: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual. Estes devem estar profundamente conectados e declararem muito mais do que a entrega de bens e serviços à sociedade dentro de um cronograma anual (ALMANAQUE DO PLANEJAMENTO, 2012 p.13)

Mais do que isso, o planejamento deve prever como e porque se devem entregar determinados bens e serviços à população, e quais os caminhos necessários para que um determinado grupo social atinja seus objetivos. Segundo as leis brasileiras esta é a principal missão do ato de planejar e é essencial seu monitoramento e avaliação.

Utiliza-se desse planejamento estratégico para o desenvolvimento regional, pontuando-se as necessidades, estabelecendo metas e realizando intervenções. Neste caso, a problemática é o êxodo rural, onde filhos de agricultores deixam já na adolescência ou juventude a casa dos pais e o trabalho no campo em direção aos centros urbanos. Faz-se necessária a elaboração de estratégias, que visem a permanência destes no campo.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

Com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, surgiram novos objetivos, um padrão agrícola e produtivo que iria ser reorientado, novas atividades econômicas e produtivas e principalmente um estímulo na produção de alimentos para a própria família. Porém,

o esperado não aconteceu e nos últimos anos os efeitos foram contrários; a diminuição da produtividade de alimentos para autoconsumo vem baixando consideravelmente, e as atividades econômicas tem sido o maior incentivo para o êxodo rural, fator relevante na sociedade atual.

O autoconsumo já era considerado um meio de sobrevivência na antiguidade, onde o colono plantava e produzia o necessário para sua família e quando constatados excessos, ele satisfazia as necessidades de outras famílias que vivessem no mesmo território. As técnicas utilizadas eram primitivas, ou seja, técnicas oriundas de indígenas e lusos brasileiros. Eram ciclos resumidos em plantio, colheita, queimada. Na época já se observava um afastamento das pessoas do campo, muito pequeno, mas existia, e também já existia uma desestruturação e decadência da produtividade agrícola.

A emigração era caracterizada não pelo excesso populacional, mas pelo sistema de cultivo da época que degradava o solo rapidamente, impedindo mecanismos de produção colonial. Isso logo provocou a substituição do trabalho agrícola dos filhos dos colonos para outros setores de produção. Com o passar do tempo, novos terrenos e algumas oportunidades não foram suficientes para desencadear grande avanço, não havia tecnologia suficiente, o que limitava reprodução colonial, provocando a decadência econômica.

Atualmente a tecnologia já se faz presente em todas as áreas. O Estado é um apoio importante para a economia agrícola, por intermediar financiamentos que tendem a modernizar e melhorar as técnicas para produção, porém, para a agricultura familiar, os altos custos e juros exorbitantes, inviabilizam as aquisições, favorecendo também êxodo rural, pois o rendimento econômico de sua produção não é o suficiente para efetuar o pagamento das prestações e tirar renda para sobrevivência.

Mesmo considerando a agricultura familiar, no âmbito social e econômico como mercantilizada, ainda existem problemas em sua inserção social, há uma carência de órgãos de apoio eficazes que ofereçam segurança ao pequeno produtor, além de recursos financeiros para os mesmos. Segundo o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (2014) algumas pessoas percebem a agricultura brasileira como se fosse dividida em apenas dois polos: agronegócio de um lado e agricultura familiar do outro. Como se o Brasil, um país de contradições e de diferenças climáticas, ambientais, sociais, culturais e econômicas, abrigasse apenas dois tipos de agricultores. Há discordância quanto a essa visão. No Brasil, a agricultura

abriga variadas tipologias. O último censo agropecuário foi realizado há mais de dez anos. Os dados do novo censo agropecuário ainda não foram apresentados em sua totalidade.

Os proprietários da produção assumem o trabalho no estabelecimento produtivo. Cabe ressaltar que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o caso de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem implicações fundamentais para a forma como ela atua econômica e socialmente. (Wanderley, 2009)

No entanto, assegura Hugues Lamarche (1993) que “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Assim definida, esta categoria é basicamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

A agricultura familiar e agronegócio caracterizam-se por se enquadrarem num mesmo nicho, a agricultura, porém, com peculiaridades bem diferentes. Segundo Mário Otávio Batalha (2002), o Agronegócio é o conjunto de negócios relacionados à agricultura dentro do ponto de vista econômico, representando um caráter de uma verdadeira empresa de produção de alimentos. Diferente da agricultura familiar que se caracteriza como uma corporação em que seus funcionários são os próprios familiares.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar no Brasil, responde pela maioria da produção de alimentos no Brasil. Isto se torna importante à medida que cresce também o agronegócio e com ele, inúmeras situações adversas à manutenção da agricultura familiar, sobretudo aquela de base camponesa. Fato que faz retroceder o discurso da inviabilidade deste tipo de agricultura em favor da suposta sustentabilidade do agronegócio. Nesse sentido, cabe destacar o espaço que os representantes do agronegócio têm alcançado na mídia e no Congresso Nacional nos últimos anos.

O que reafirma o pensamento de Bruno (2009), de que o agronegócio apresenta um campo político de identidade e confluência de interesses entre as classes e grupos dominantes no espaço rural buscando apresentar-se como homogêneos em meio aos conflitos internos, funcionando assim, como uma forma de construção das vontades coletivas; daí a necessidade de ter representantes e intelectuais que enunciem o seu discurso e construam a sua imagem de símbolo da modernidade.

Para alguns estudiosos como Jorge Roberto Tavares de Lima e Marcos Antônio Bezerra Figueiredo (2006) o termo agricultura familiar apresenta-se como uma possibilidade política de negar o poder de uma categoria social. Sob este prisma adota-se a expressão agricultor familiar e não camponês. Isso pode ter sido uma tática, em um período de transição política, porque o camponês traz consigo a identidade política e ideológica de pessoas que através dos anos resistiram e combatem à dominação.

Considerando essa divergência na visão dos princípios que baseiam a agricultura familiar, Carneiro (1999) demonstra, de forma resumida, diante de seus estudos, uma definição para agricultura familiar e acrescenta que pode haver uma concordância quando garante que agricultura familiar, em regra geral, é uma unidade de produção em que trabalho, terra e família estão intimamente relacionadas.

A teoria formulada por Hugues Lamarche (1993) fundamenta que os agricultores familiares trazem consigo a tradição (que apresenta alicerces dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), contudo, precisam adequar-se às transformações e as modernidades de produzir e de viver em sociedade. Isso porque, de uma forma ou de outra, todos estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

De acordo com os entendimentos de Carmo (1999), a agricultura familiar apresenta um grande potencial para atender mercados exigentes em termos de diversificação e qualidade, pela possibilidade de flexibilidade da produção e maior intensidade de trabalho.

Atualmente agricultura familiar é um fator importante para a sociedade brasileira, tanto na produção de alimentos, quanto na valorização da mão-de-obra. Nos últimos quatro anos a ocupação de apenas 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários era responsável pela produção de 38% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. O setor vem fornecendo emprego para mais de 12,3 milhões de pessoas, conforme o IBGE, enquanto a agricultura não familiar ocupa cerca de 1,7 pessoas por 100 hectares, a agricultura familiar ocupa numa área do mesmo tamanho 15,3 pessoas.

Levando-se em consideração estas questões, deve-se atentar para a necessidade de fortalecer o planejamento de combate ao êxodo. Porém, vale lembrar ainda, que os recursos federais são baixos para tecnologia de alto custo para produção, comercialização, agroindústrias, programas de gênero e agroecologia. O

financiamento com fins de diversificação, de agregação de valor e de atividades de agroindustrialização ainda se apresenta tímido. É necessário que se tenha o incentivo e apoio do governo para que a agricultura mantenha seu papel fundamental de uma forma estruturada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as pesquisas realizadas obre a temática, nota-se que para que a permanência dos filhos dos agricultores em seu local de origem seja uma realidade, e ainda, para que os mesmos permaneçam trabalhando com a agricultura, se faz necessário um trabalho multissetorial. Com a ação desta multissetorialidade ocorre a esquematização de um projeto, com isso foram elencados seis seguimentos a serem desenvolvidos, são eles: Incentivos fiscais, plano de saúde, lazer, qualificação profissional, meio ambiente e o uso de biocombustível para a redução de gastos.

Para cada seguimento foi desenvolvido os seguintes subprojetos:

3.1 INCENTIVOS FISCAIS

O foco maior deve ser voltado à ajuda financeira necessária, para que o jovem se sinta atraído a ficar no campo. Tendo em vista que já existem incentivos, a proposta atual é a possível isenção fiscal para a aquisição de insumos para produtores de alimentos e a isenção fiscal na compra de máquinas e implementos agrícolas. Tal planejamento facilitaria para o jovem agricultor e aumentaria sua lucratividade.

3.2 SAÚDE

O projeto visa a elaboração de um plano de saúde especial para agricultores, que possuirá atendimento médico-odontológico preventivo na zona rural, para que assim se possa evitar superlotações nas clínicas, unidades de saúde básica e hospitais das cidades. O projeto também visa garantir a saúde do produtor rural sem que ele tenha que se deslocar da sua localização, o que melhoraria a qualidade de vida/saúde da população, uma vez que ela teria um contato mais direto com profissionais da saúde.

3.3 LAZER

Como vem sendo discutido, o lazer tem se tornado cada vez mais importante para a preservação da saúde mental e física da população. Com essa preocupação, o projeto de permanência do jovem agricultor visa ofertar meios de lazer ao grupo referido e familiares. Seriam desenvolvidas recreações pelo desenvolvimento de festividades e eventos, construções de campos de futebol, quadras poliesportivas, academias, parques de diversões, jardins e outros. Desta forma além de práticas esportivas, os usuários podem ter momentos de relaxamento, tranquilidade, participação em comunidade e em família.

3.4 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:

Um dos motivos da ocorrência do êxodo rural por meio dos jovens é a procura em cidades maiores pelo aumento da qualificação profissional. Desta forma, a qualificação do jovem no próprio local onde ele mora e tem o seu negócio, seria uma facilidade e que o tornaria cada vez mais apto e conhecedor de técnicas de ponta para lidar com a agricultura. Com o aumento do conhecimento pode-se desenvolver uma cascata, onde ocorre a melhora do produto final e conseqüentemente o aumento da remuneração do mesmo. Para isso o projeto vai de encontro aos serviços de extensão, com setores de faculdades (principalmente federais), cursos técnicos, cursos de aprimoramento e cursos para a implantação de novas técnicas. Tais cursos e projetos devem ser validados e obedecer às normas do Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas também deve enquadrar as disciplinas abordadas de acordo com as necessidades do campo, para que o conhecimento adquirido seja aplicável na rotina dos agricultores e traga resultados satisfatórios.

3.5 MEIO AMBIENTE

É crescente a preocupação com o desgaste ambiental, sendo que um dos grandes “culpados” é a própria agricultura, por conta de seus “defensores” agrícolas. Com isso, para que o meio ambiente não ponha em risco a saúde das futuras gerações, deve haver este projeto de preservação. Sendo assim, o agricultor deverá aprender e praticar a importância de utilizar produtos biodegradáveis, energias renováveis e outros padrões de preservação.

3.6 BIOCOMBUSTÍVEL

O seguinte projeto tem como objetivo, buscar alternativas para a viabilização da propriedade com o intuito maior de garantir a presença do agricultor no meio rural, visto isso pode ser desenvolvido com a ajuda de órgãos de pesquisa ligados ao setor, alternativas de utilização de combustível no meio rural, visto que existe uma vasta gama de subprodutos que podem vir a ser utilizados como energia, assim diminuindo os custos da propriedade e maximizando o lucro do mesmo, um exemplo de um típico produto da região estuda é o combustível derivado das sobras da produção do arroz. Esse combustível será usado na própria plantação do arroz, diminuindo seus gastos e mantendo o seu produto com a mesma qualidade, produzindo a mesma quantidade, aproveitando melhor os resíduos consequentes do seu produto e principalmente, saber que seu produto foi gerado de forma ambientalmente correta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido para a permanência no campo do jovem agricultor com uma visão para 2030 é um desafio, visto que existem diversas variáveis tanto no macro ambiente quanto no micro que virão para mudar certas percepções deste indivíduo.

Conclui-se que os principais pontos para que o mesmo seja realizado seriam: Incentivo fiscal, plano de saúde, incentivo ao lazer, qualificação profissional, levar em consideração a importância do meio ambiente e o surgimento de um biocombustível.

O projeto parte do princípio que os jovens estão, cada vez mais, perdendo o interesse pelo serviço rural e partindo em busca de realização profissional em grandes centros, caracterizando o êxodo rural. Visando diminuir esse quadro preocupante, qualificar o serviço e desenvolver regionalmente algumas áreas, foram desenvolvidas propostas.

Diminuir custos, para aumentar o interesse dos jovens em investir, juntamente com uma garantia de retorno e qualidade de vida, são os primeiros pontos propostos no projeto. Desta maneira, surge também a importância de manter a qualidade do meio ambiente para que haja uma garantia para as próximas gerações, logo além de práticas de sustentabilidade, é sugerido um biocombustível.

Este biocombustível é o foco principal do projeto e utiliza a matéria que não seria mais utilizada para gerar energia ao maquinário dos produtores reduzindo os

custos, e aumentando gradativamente o lucro dos produtores conforme o mesmo fosse sendo aplicado.

Em análise, percebemos que é possível mudar esse quadro, desde que o Governo, sendo o principal colaborador perceba a necessidade e comprometa-se a realizar parcerias e investir nessa área, entendendo assim tamanha importância e os resultados positivos que surgirão dessas transformações.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Brasília, 1999.
- BATALHA, Mário Otávio. Gestão agroindustrial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BEZERRA, Antônio (org.). Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006. p.57-8.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Indicações para uma nova estratégia de desenvolvimento regional—Brasília: 1995.
- BRUNO, Regina. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. Rio de Janeiro, Mauad X, Seropédica, RJ, EDUR, 2009.
- CARMO, M.S. A produção familiar como Locus ideal da Agricultura sustentável. Agricultura em São Paulo, SP, 1999. v. 45, t. 1, p. 1-15,
- CARNEIRO, Maria José. Agricultura familiar e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. Carvalho; BRUNO, Regina; MOREIRA, J. Roberto (Orgs.) Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.
- ETXEZARRETA, M. Org. Cambio Rural en Europa. Programa de Investigaciones sobre las Estructuras Agrarias y la Pluriatividade. Colóquio de Montpellier, Arkleton Research, 1987.
- GOODMANN, D & REDCLIFT, M. La Agricultura de Europa Occidental en Transición: la producción simples y el desarrollo del capitalismo. Agricultura y Sociedad, 1987. n.43.
- LAMARCHE, Hugues. (coord.) L'agriculture familiale. 1. Une réalité polymorphe. Paris, L'Harmattan, 1993. 304 p. 2. Du mythe à la réalité. Paris, L'Harmattan, 1993. p. 303.
- LIMA, Jorge Roberto Tavares e FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, 2006. Planejamento Estratégico Disponível em:http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/2012/12_1107_almanaque_do_planejamento.pdf.
- FRANK, W. Part Time Farming, Underemployment and Double Activity of Farms in the EEC. Sociologia Ruralis, 1983. XXIII.
- GOODMANN, D et al. Da Lavoura as Biotecnologias. RJ, Campus, 1990.
- REDCLIFT, M. Survival Strategies in Rural Europe: continuity and Change.
-

Sociologia Ruralis, 1986. XXVI(3/4)

Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários Disponível em: http://www.anffasindical.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=492:artigo-agronegocio-x-agricultura-familiar-podemos-fazer-um-debate-menos-maniqueista&catid=36&Itemid=213. Acessado em: 27 de ago de 2014.

SOUTO—MAIOR, Joel. Planejamento estratégico participativo: uma abordagem para o setor público. In: Anais do 18o ENANPAD, 1994.

VILK, Terezinha Mariza. Seminário sobre sucessão na agricultura familiar debate êxodo rural. 2013. Disponível em: <<http://www.programaredeleite.com.br/noticia/index/200>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

SANDRONI, Paulo. Novo Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

A DESCONEXÃO ENTRE AS REGIÕES CATARINENSES

Karolyne Verginia Bagio¹
Mario Sérgio Bortolatto²
Alisson Joaquim³

Resumo: A desconexão das mesorregiões é a consequência do processo de desenrolar da colonização realizada em Santa Catarina. A região litorânea mais densamente povoada é fruto da existência de meios de locomoção como estradas, ferrovias e rota de passagem de tropeiros. Influenciada pela valorização do carvão, a região sul catarinense vive um período de crescimento econômico e populacional nunca antes visto, promovendo a fixação de grande quantidade de colonizadores. A estrutura organizacional da Secretaria de Desenvolvimento Regional aliada a do Sistema ACAFE podem contribuir no papel de integradores entre as várias realidades catarinenses, fazendo assim com que possamos descobrir desbravar as várias realidades econômicas e sociais, contribuindo para o fortalecimento do estado como um todo. A estratégia de integração deve dar um passo adiante, a troca de experiências, deve ir além dos muros das universidades e centros universitários participantes do programa, deve-se tornar ativos, com estratégias para fazer com que os alunos nas mais diversas áreas do conhecimento possam ser agentes multiplicadores das ações que resolvem problemas que são comuns a diversas comunidades catarinenses.

Palavras-chave: Economia. Desconexão. Secretaria de Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

O programa desenvolvido pelo governo do estado, juntamente com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, centro universitários e universidades do sistema ACAFE chamado PROESDE, demonstra possibilidades para contribuir para a integração entre as regiões catarinense. O arranjo físico das Secretarias de Desenvolvimento como também da localização dos centros universitários e universidades integrantes do sistema ACAFE, possibilita o deslocamento dos participantes para todas as regiões catarinenses.

Em especial ao longo do estudo, foram destacados o potencial da região sul, especialmente a região carbonífera nos setores de extração de carvão, cerâmico, têxtil, plástico e metal mecânico. Parte deste ponto, a observação que as regiões

¹ Estudante da 6ª fase do curso de Engenharia Ambiental do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: karol.bagio@hotmail.com.

² Professor do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: mariobortolatto@hotmail.com.

³ Professor do curso de Engenharia de Produção do Centro Universitário Barriga Verde - E-mail: alissonjoaquim@hotmail.com.

catarinenses se especializaram em determinados setores da economia e muito pouco conectadas entre si. A reflexão tem como eixo de análise a formação econômica do estado catarinense, sua dinâmica e os reflexos na atual divisão de trabalho existente na economia catarinense.

O fio condutor desta proposta vem ao encontro da integração das regiões catarinense amplamente discutida no poder público estadual. Buscaram-se assim informações sobre ocupação e formação da economia catarinense, elaborando propostas para o fortalecimento e integração catarinense através da inserção das realidades encontradas no estado e um breve retrato da mesorregião sul.

Considerando a disposição geográfica da Secretaria de Desenvolvimento Regional, promotora juntamente com os centros universitários e universidades, sugere-se como já colocado um passo adiante no programa de governo, em prol do fortalecimento da economia catarinense. Sendo que este estudo vem de encontro a política pública de fortalecimento da economia catarinense o estudo é composto pelas seguintes partes. Além dessa introdução, no primeiro tópico, analisa-se o processo de ocupação do território catarinense onde se faz uma breve reconstituição do processo de colonização do território catarinense, apresentando a divisão do estado em mesorregiões. Na segunda seção, é apresentada a dinâmica da colonização da mesorregião sul que é o ponto de partida para o estudo, analisar como se deu a nossa colonização para assim compreender a colonização do estado como um todo. Na terceira seção, é elaborada a sugestão de uma interação entre as regiões e na quarta seção as considerações finais.

2 OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA ECONOMIA CATARINENSE

Cada sociedade organiza o espaço a sua maneira, atrelado a experiências pessoais ou ao meio que está inserido, ou seja, como diz Andrade (1987, p.14) conforme “[...] os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnica e de capital”.

Pode-se observar que, inicialmente, o litoral catarinense fora povoado já que compunha o⁴ Tratado de Tordesilhas. As fronteiras catarinenses que hoje compõem

⁴ O Tratado de Tordesilhas foi um acordo firmado em 4 de junho de 1494 entre Portugal e Espanha. O acordo tinha como objetivo resolver os conflitos territoriais relacionados às terras descobertas no final do século XV.

o território catarinense foram conquistadas nos anos seguintes, conforme (Pereira):

Ao se iniciar a fase do Brasil Independente, os numerosos vales fluviais e as imensas áreas florestais situadas na porção ocidental do planalto permaneciam praticamente virgens. Com o estabelecimento de agricultores alemães em pequenas propriedades, abre-se, por assim dizer, um novo ciclo povoador com uma sucessão de várias correntes de imigrantes europeus, que incrementaram, inicialmente, a colonização dos vales atlânticos e das áreas florestais mais orientais, modificando as características naturais e promovendo o desenvolvimento econômico de várias regiões catarinenses (PEREIRA, 2003 p. 107).

O Estado de Santa Catarina comporá durante o período colonial um pedaço de chão que ficava entre os produtores de gado do Estuário da Prata e São Paulo (LAURO MATTEI, 2014). Consultar ABNT Ainda segundo Mattei o estado catarinense só veio a ter importância por ocasião da proteção do território, ou seja, proteger para que não se perca o direito.

Segundo Correa (1999, p. 27), a posse da terra em Santa Catarina se processou da mesma forma que no restante do país, por meio da concessão de sesmarias, que possuíam tamanhos variados, diferenciando-se também o critério de concessão. Segundo Cabral (1987, p. 204), dava-se preferência “[...] aos que além das condições de nobreza ou fidalguia, dessem provas de uma situação financeira próspera, assegurando... o desenvolvimento futuro da propriedade”.

A ocupação do território catarinense em toda a sua extensão foi fortemente dificultada como relata Correa (1999, p.28) “[...] em função da inexistência de estradas de rodagem, [...] grandes distancias que separavam as comunidades e a falta de comunicação deixava as populações em completo isolamento, [...] além da existência que era a serra geral”.

Como citado por Peluso Jr, (1991, p. 256) “[...] a guerra de fixação da fronteira meridional da colônia [...] fazia Portugal povoar os campos de Lages”. Pode-se constatar, com base nos autores pesquisados, que a ocupação do território do que hoje se conhece como catarinense vem mais de uma prática protecionista do que de uma prática desenvolvimentista, pois busca assegurar a propriedade de determinado território sem dar condições para o seu desenvolvimento.

Contudo, desde que fora iniciada a ocupação até a segunda metade do Século XIX, a economia de Santa Catarina permaneceu marginalizada da economia de exportação colonial, por apresentar características divergentes do setor agroexportador, tanto no que diz respeito aos objetivos da exploração, como ao tamanho das propriedades e organização da produção (CORREA, 1999).

O distanciamento entre as regiões e a falta de interligação determinou que cada uma se tornasse autossuficiente, especializando sua produção para o consumo local. Configura nesta época o que ainda hoje se pode constatar em grande parte do território catarinense, propriedades de pequeno porte, especialmente na região litorânea. Para Tavares; Pôrto Júnior (1985),

os cenários econômicos do estado de Santa Catarina por regiões, cada qual com sua característica econômica mais latente. Do ponto de vista dos autores existe dentro do estado catarinense uma economia diversificada, entretanto polarizada em regiões onde cada membro se especializou em determinado ramo de atividade e praticamente não está conectado com o restante do território catarinense.

Influenciado pelo desenvolvimento do Sudeste do Brasil nas fazendas de café ocorre como relembra Seyferth (1974, p.31), “a necessidade de ampliar a produção de alimentos para suprir os centros urbanos leva os fazendeiros a pressionar o governo imperial para conceder terras a imigrantes”.

Segundo Camara (1948, p. 25), “a compra de terras foi facilitada por meio da Lei das Terras, onde o comprador pagando-o à medida que a terra lhe fosse conferindo rendimentos”.

Segundo Goularti Filho (2002), descreve que houve no estado catarinense durante 1945 e 1962 o fortalecimento e o surgimento de grandes setores, entretanto sofria com a falta de infraestrutura reforçando a desintegração entre as regiões, reforçando a especialização de cada região em determinado setor, porém sem a articulação comercial ou produtiva com as demais regiões do estado. Ainda segundo Goularti Filho (2002), as regiões catarinenses se dedicaram no primeiro momento a atividades extrativas, no Oeste com a madeira e ao sul com destaque para o carvão.

Com a entrada do Brasil no modelo neoliberal ajustando-se às políticas do Consenso de Washington, o Estado-nação e os Estados nas unidades subnacionais inauguraram uma nova etapa: o regresso liberal. Agora o Estado começa a atuar como mero figurante no processo de ordenamento econômico. Há uma mudança na ontologia das relações e na ossatura material do Estado. O desmonte do aparelho estatal desarticulou os nexos que uniam o Estado à dinâmica interdepartamental e à formação da infraestrutura básica, mudando o padrão de acumulação em nível nacional e o padrão de crescimento em nível estadual (GOULART FILHO, 2002, p. 991).

Na década de 90, com o estado evoluindo para o neoliberalismo, se

apequenando frente as suas responsabilidades como motor da economia os setores pulsantes da economia catarinense começam a ser desmontadas.

Segundo Há-Joon Chang (1992), a estratégia de desenvolvimento praticada por grande parte dos potenciais mundiais fora o fortalecimento de sua indústria local, praticando amplamente o protecionismo.

É dentro desse movimento mais amplo que devemos entender as mudanças estruturais na economia catarinense pós 1990, como a redução das atividades estatais, a reestruturação da indústria cerâmica, o desmonte do setor carbonífero, a reestruturação patrimonial no complexo eletro-metal-mecânico, a desverticalização e a retração no segmento têxtil-vestuário e a desnacionalização no complexo agroindustrial (GOULART FILHO, 2002, p. 993).

Para delimitação aponta-se nosso trabalho na divisão realizada por Mattei, (2014), que compõe a economia catarinense a partir de seis principais mesorregiões: Grande Florianópolis; Planalto Serrano; Litoral Norte; Vale do Itajaí; Sul Catarinense; Oeste Catarinense.

2.1 MESORREGIÃO SUL

Como todo o território brasileiro a faixa litorânea era mais densamente ocupada, principalmente para proteger a costa Piazza e Hubener (1989, p. 35) “...medidas tendentes a resguardar seus direitos no campo político-diplomático, dentro do princípio do útil possidetis”.

A iniciativa da descrição da formação econômica da mesorregião sul vem ao encontro da demonstração de que atividades aqui desenvolvidas por características regionais poderiam ser introduzidas em outras regiões catarinenses. Entretanto, deve-se conhecer quais as características e assim traçar as possibilidades para levar e trazer atividades do setor comercial, produtivo, prestação de serviço, criando assim um *link* entre estas regiões.

No estudo realizado por Goulart Filho (2002), pode-se constatar a formação da história econômica do estado de Santa Catarina que cada região tem sua especificidade. Recursos naturais existentes, logística, comunicação, alocação dos imigrantes, dentre outros fatores que contribuíram para que cada região catarinense despontasse, se caracterizar com atividades muitas vezes não encontradas em outras partes do estado.

Para entender como ocorreu a colonização no sul catarinense é importante remeter-se a constituição da colônia de Azambuja.

O eixo colonial primitivo que, em 1877, havia abrigado, em Azambuja, as primeiras levas de sonhadores imigrantes italianos que, penetrando e subindo o rio Pedras Grandes, derramaram, na então mata virgem, um novo ritmo de vida, de mistura com roupagens de berrante colorido e falas de uma algaravia inédita, aquele eixo simbólico, teria contado o seu tempo de pujança. Urussanga, instalada depois, guardava em seu solo, sem saber, essa riqueza que, ao tempo, nem os colonizadores pioneiros tinham conhecido: o carvão (ZUMBLICK, 1967, p. 120).

Pode ser identificado no estudo que a disponibilidade de fontes de água potável é outro fator determinante facilitador para o povoamento da mesorregião sul, haja vista a grande quantidade de fontes de água dos rios da região, identificado atualmente até onde grande parte dos municípios é circundada por rios.

Os agricultores não queriam se afastar das proximidades do mar e rios navegáveis, onde desenvolviam pequenas e rudimentares culturas, mas conhecida por “roça”, conforme consta no relatório do Presidente da Província de 1860: “E manifesta nesta província a tendência à pequena cultura e propriedade, em prejuízo do interesse geral, especialmente nos terrenos mais próximos do mar e rios navegáveis [...]. A agricultura nesta província constitui apenas na pequena cultura, e o seu trabalho versa principalmente no tamanho de algumas braças de terra para a cana, a mandioca, milho e feijão (PIAZZA, 2001, p. 164).

Outro fator promotor da fixação de pessoas no litoral sul foi a valorização do carvão mineral, fazendo com que grande quantidade de famílias se estabelecessem para trabalhar nesta atividade extrativa (GOULART FILHO, 2002).

A extração de carvão mineral, sendo a responsável pela ocupação de grande parte da mão-de-obra dos colonizadores de Criciúma e localidades vizinhas, tanto da relacionada com o trabalho de extração desse produto como da do transporte” [...] devido a sua importância no contexto da economia nacional, pela dificuldade de importação do produto durante a hecatombe mundial, o sul do Estado de Santa Catarina, passou a denominar-se “região carbonífera.

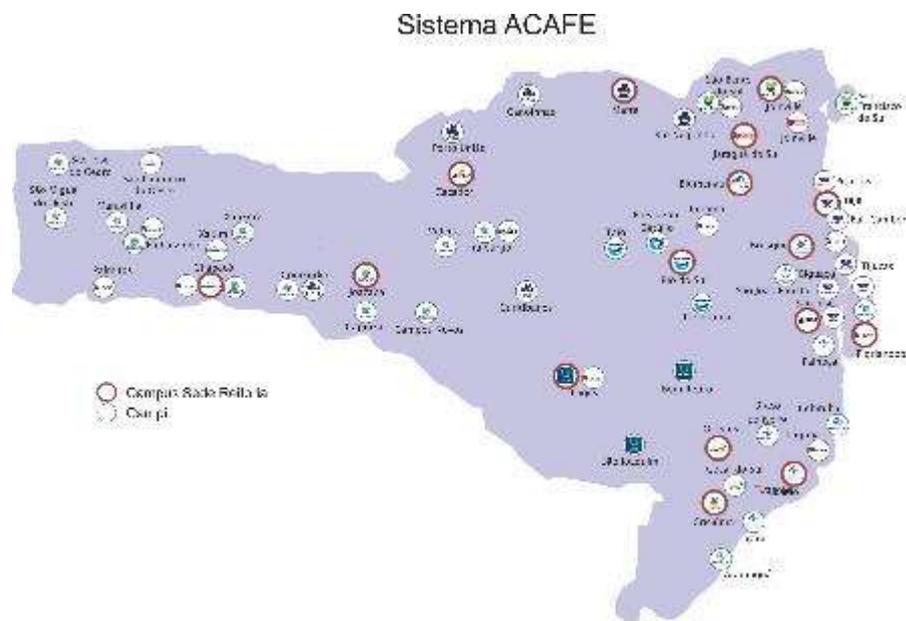
Ali foram implantadas dezenas de empresas de extração de carvão de pedra, dentre as quais a Companhia Carbonífera Italo Brasileira Ltda., fundada em 28 de agosto de 1921, pertencente a família de Antônio De Lucca, uma das colonizadoras de Criciúma (PIAZZA, 2001, p. 164).

A colonização mais densa da faixa litorânea catarinense foi muito influenciada pela existência dos meios de locomoção como estradas, ferrovias, rota de passagem de tropeiros e a proximidade com a capital. A Serra Geral era e ainda é um obstáculo a ser superado.

2.2 SUGESTÃO DA UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO SISTEMA ACAFE E DAS SDR'S

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais – Sistema ACAFE, criada em 1974, é uma instituição civil sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é integrar todas as fundações de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina. Além disso, o Sistema ACAFE visa desenvolver um intercâmbio científico, técnico e administrativo entre os centros universitários e universidades que fazem parte da associação com o princípio de buscar soluções para problemas em comum, que possam aparecer nas instituições no que diz respeito à administração, ensino, pesquisa e extensão.

Figura Nº 1: Mapa de localização das instituições filiais ao Sistema ACAFE



Pode-se visualizar na Figura 1 que as instituições estão distribuídas em todas as regiões catarinenses, ponto inicial da sugestão de deslocamento inicialmente de acadêmicos e professores para outras regiões a fim de conhecer a realidade econômica e social, podendo assim formular propostas para estas regiões e também

trazer soluções para problemas econômicos ou sociais vividos na sua região. Descobrir outras realidades, saindo dos muros da academia e descobrir o potencial econômico existente naquela região, seus problemas, pontos fortes, pontos fracos, etc.

Pode-se, além da utilização das unidades das instituições afiliadas ao Sistema ACAFE, utilizar das Secretarias de Desenvolvimento Regional que estão distribuídas em todas as regiões catarinenses, como se pode visualizar na Figura Nº 2.

Outro fator importante que devemos aqui salientar as várias realidades de clima do estado catarinense, onde podemos encontrar os mais diversos ambientes, o litoral mais densamente povoado tem problemas específicos, a serra catarinense com potencial que ainda não é explorado como em outras regiões de serra no Brasil, paisagens do planalto entre tantas outras especificidades do território catarinense. Fazer com que pessoas dos mais diversos saberes possam viver esta realidade com seus problemas e soluções poderá instigar em resolver problemas comuns a estas regiões.

Figura Nº 2: Mapa de localização das Secretarias de Desenvolvimento Regional



Fonte: Secretarias de Desenvolvimento Regional.

A distribuição das Secretarias de Desenvolvimento Regional no território catarinense é mais um ponto positivo para que a integração seja realizada. Aliado ao Sistema ACAFE, poder-se-ia formular ações de integração entre todas as regiões com os acadêmicos participantes do programa.

A criação de atividades devem ir além de seminários ou encontros entre os

núcleos estabelecidos por Secretarias de Desenvolvimento Regional, deve fazer com que o aluno dos mais diversos campos do conhecimento possam identificar a realidade que o cerca, entretanto não percebida ou até mesmo ignorada pela maioria das pessoas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desconexão entre as economias das mesorregiões catarinenses é fruto de todo o histórico de expansão da fronteira do estado catarinense a partir do litoral, inicialmente povoada pelos imigrantes. A concentração de renda proveniente do comércio e posteriormente a extração do carvão mineral fizeram a região prosperar com maior velocidade no campo econômico.

Possui-se no estado catarinense um cenário impar que é a distribuição em todo o território do Sistema ACAFE e as Secretarias de Desenvolvimento Regional que poderiam ser os veículos propulsores desta integração sugerida neste estudo. Criar formas onde o aluno participante do programa do governo do estado possa contribuir para a melhoria de vida de sua cidade, bairro ou até mesmo de sua rua. A troca de experiência, de iniciativas, ações deve ser o centro de uma discussão que terá na interligação entre as regiões contribuições para o espaço físico de convívio familiar.

A falta de interligação entre regiões faz com que iniciativas seja ela do poder público, iniciativa privada ou até mesmo da comunidade tenha um impacto local, implicando na resolução de problemas pontuais em determinadas cidades ou comunidades catarinenses. Ações que dão certo devem ser difundidas, servir de exemplo para outras que possuem os mesmos problemas, entretanto somente a troca, o convívio com esta realidade poderá fazer com que os participantes do programa possam ser agentes multiplicadores destas ações, destas intervenções que promovem o bem comum.

Portanto, fica aqui nossa sugestão de fazer com que o programa desenvolvido pelo governo do estado, Secretarias de Desenvolvimento Regional, Universidades e Centros Universitários dê um passo adiante, que faça os participantes trabalharem juntos em prol de um estado integrado e fortalecido, seja economicamente e culturalmente, somente assim poderemos vislumbrar a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos catarinenses.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 17ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3ª Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CÂMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v10, n.2, p. 211-53, abr. jun., 1948

CORRÊA, Walquiria Kruger. **Considerações sobre a formação territorial e econômica de santa Catarina**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/21117/20126>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

_____. **A atividade agrícola e a evolução da modernização da agricultura no Estado de Santa Catarina – 1950 a 1975**. Rio Claro: 1981. 128p. Dissertação (Mestrado em Geografia) UNESP.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

Há-Joon Chang. Tradução Luiz Antonio Oliveira de Araújo. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. Fundação Editora na Unesp. 1992.

MATTEI, L. **Economia Catarinense**: Crescimento com desigualdades regionais. http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf – Acesso em: 15/09/2014

Ministério do Turismo. Turismo de negócios e eventos: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

PELUSO JR., Victor A. A evolução urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: n. 1, 2º Semestre, 1979.

PEREIRA, R. F. do A. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, 2003. p. 99-129.

PIAZZA, W.F. e HUBENER, L.M. **Santa Catarina**: história da gente. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

_____. (Org.). **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001.

_____. **A Colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994. Página 202

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: PAPIRUS, 1997. 199 p.

SALVAN, Roque. **A Imigração, a colonização e as terras de Sesmarias Medeiros**. Disponível em: <<http://riovargedo.blogspot.com.br/2010/09/comunidade-de-rio-vargedo-municipio-de.html>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã do Vale do Itajaí Mirim**. Um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

Walter Zumblick – Teresa Cristina – **A ferrovia do Carvão**. Curitiba: Imprimax Ltda. 1967.

<http://www.tudoemfoco.com.br/sistema-acafe-universidades-vestibular-sistema-acafe.html#sthash.DqPISOq8.dpuf>. Acesso em 03/11/2014.

(Brasil): gênese e transformações recentes. Geosul, v.18, n.35, 2003 – Acesso em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/13604/12471>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

SUBSÍDIOS À AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Bruna dos Santos Prestes¹
Maiara Eloi da Silva²
Márcia Fuchter³
Bruno Thiago Tomio⁴

Resumo: O Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a política pública de maior relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira na atualidade. O objetivo primordial desta consiste na geração de renda e no apoio financeiro das atividades agrícolas, através do custeio da safra e do investimento na aquisição de equipamentos e na melhoria da infraestrutura de produção. A região do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela forte presença de estabelecimentos da agricultura familiar, sendo que, as atividades agrícolas representam parte significativa da geração de riqueza e renda para a região. Partindo dessa característica regional, o presente relato, desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores do Alto Vale do Itajaí, identificando a evolução no acesso ao crédito rural nos municípios que pertencem à região. Por meio da pesquisa foi possível identificar que ocorreu o crescimento do número de contratos, bem como do montante de recursos aplicados por meio do programa. Estes recursos garantem a permanência dos agricultores no campo, uma vez que dinamiza a produção e viabiliza a propriedade rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar. Alto Vale do Itajaí.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar é um fato recente, de acordo com Mattei (2005), até o início da década de 1990 não existia nenhuma política pública considerável direcionada aos agricultores familiares, existia apenas as políticas que privilegiavam os setores mais capitalizados.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 que este cenário começou a mudar, uma vez que as organizações dos trabalhadores rurais solicitavam a

¹ Graduanda na 3ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí. E-mail: bruna-prestes@hotmail.com.

² Graduanda na 3ª fase do Curso de Ciências Econômicas no Centro Universitário para o desenvolvimento do alto vale do Itajaí. E-mail: may.eloydasilva@hotmail.com.

³ Professora Orientadora.

⁴ Professor Orientador.

implantação de políticas públicas de desenvolvimento rural para a categoria, considerada a mais fragilizada (MATTEI, 2005). Em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para atender as reivindicações dos trabalhadores rurais. Seu objetivo era financiar projetos individuais ou coletivos, com o intuito de gerar renda aos agricultores e assentados da reforma agrária (SECRETÁRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2014).

Sabe-se que a agricultura familiar é relevante tanto na produção de alimentos, quanto na geração de empregos, mas que seu desenvolvimento depende em grande parte dos subsídios governamentais, devido a inúmeros problemas quando a inserção da categoria no mercado competitivo. Portanto, política de estímulo à produtividade como o Pronaf tem sido responsável pelo melhor desempenho das propriedades.

Partindo da importância que a política tem surtido ao longo de sua implantação o presente relato, tem por objetivo identificar as contribuições do Pronaf para os agricultores do Alto Vale do Itajaí, identificando a evolução no acesso ao crédito rural nos municípios que pertencem à região. Para tanto foram levantados dados da evolução no número de contratos, bem como do montante de recursos aplicados por meio do programa para as safras de 2003/04 e 2012.

Cabe ressaltar, que a pesquisa foi realizada no decorrer do Curso de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional nas disciplinas de Iniciação à Pesquisa e nas disciplinas de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional. As aulas ministradas em todo curso deram subsídios à construção do texto. O tema reflete uma realidade específica da região, pois, é na agricultura familiar que boa parte dos municípios do Alto Vale do Itajaí tem sua fonte de renda e emprego. Pretende-se com os dados levantados contribuir com o debate acerca da agricultura familiar bem como contribuir para o desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para expor a realidade da agricultura familiar, bem como a influência do Pronaf para o desenvolvimento da categoria na região do Alto Vale do Itajaí, foi proposta na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional I a elaboração de um referencial teórico que conceituasse e caracterizasse a agricultura familiar a fim de entender quais os profissionais que se enquadram nesta modalidade e quem tem acesso ao crédito rural. Além disso, foi proposta também uma

contextualização sobre as políticas de crédito rural no Brasil para entender sua importância.

2.1 CONCEPÇÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

A expressão de agricultura familiar no Brasil passou a ser utilizada de forma oficial recentemente, antes esta categoria era denotada como de baixa renda, de subsistência e de pequena produção. Segundo Abramovay (1997) o novo segmento de agricultura familiar apresenta-se dinâmico, onde o agricultor tem capacidade de integrar-se aos sistemas de crédito, tem acesso à inovação tecnológica e entra com relevância no mercado competitivo. Para o autor este dinamismo tem base em três fatores básicos: a base material para a produção, como a extensão e fertilidade dos solos; a formação dos agricultores, que vem sendo cada vez mais de extrema necessidade; e o ambiente socioeconômico que atuam, tendo acesso as diversidades do mercado.

Quanto à definição a maior parte dos estudos relacionados à agricultura familiar, conceitua a categoria observando o processo gestão e trabalho (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 Art. 3º que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural atendendo aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

O fortalecimento deste setor vem crescendo através das políticas públicas, onde seu papel fundamental está na busca da ampliação de incentivos, que permitem aos produtores agregarem valor a seus produtos e aumentarem sua renda. (CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

2.2 SUBSÍDIOS DO GOVERNO A AGRICULTURA FAMILIAR

O apoio do governo aos setores da sociedade ocorre através de subsídios, sendo este o principal instrumento de políticas públicas, tendo como intuito promover o crescimento econômico e o bem-estar social. A agricultura familiar necessita de políticas públicas diferenciadas, que promovam juros menores e apoio institucional (SCHENEIDER, 2009). Por meio deste incentivo buscam-se ganhos na produtividade visando uma maior competitividade em âmbito global (SILVA, 2012).

O Brasil é um dos países que diferencia o pequeno, do médio e grande produtor rural por termos estabelecidos por lei, conforme Laudemir Muller (secretário da Agricultura Familiar). A lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal define como pequena propriedade rural aquelas que possuem área entre um e quatro módulos fiscais, Média Propriedade as de área superior a quatro e até 15 módulos fiscais, e grande propriedade o imóvel acima de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). Desta forma, não encontrando nenhum problema em instituir programas de incentivo a agricultura familiar por auxiliar o desenvolvimento do setor (TENÓRIO, 2011).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) apresenta como um dos subsídios a agricultura familiar a Alimentação Escolar, na qual cerca de 30% dos recursos repassados para a alimentação escolar devem ter como base a agricultura instituída familiar. Outro subsídio oferecido pelo governo é o programa “Mais Gestão” onde proporciona o fortalecimento de cooperativas, garantindo mais acesso a comercialização e contribuindo para a qualificação no sistema de gestão. Além destes subsídios existem os programas de fortalecimento a Agroindústria, de Assistência Técnica, Biodiesel, Crédito Rural, entre outros.

Uma das principais políticas públicas e de maior abrangência a agricultura é o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (Pronaf) sobre o qual destina apoio financeiro as atividades e serviços rurais (BANCO DO BRASIL, 2014). De acordo com a EPAGRI (2014) o programa tem por finalidade o aumento da produção, da produtividade, da mão-de-obra e a elevação da renda do produtor rural.

2.3 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Até a década de 1990 não se encontrava no Brasil nenhuma política pública

voltada para o setor da agricultura de pequeno porte, apenas as direcionadas aos grandes produtores rurais. Para Schneider; Mattei; Cazella (2004) os pequenos agricultores eram marginalizados sendo considerados improdutivos, produtores de baixa renda, pequenos produtores, produtores familiares e agricultores de subsistência. Neste contexto os trabalhadores rurais buscaram por meio de organizações e lutas a formulação e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura (MATTEI, 2005). Assim, em 1994 foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) pelo governo de Itamar Franco, operando com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvidos) (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004).

Na transição do governo para Fernando Henrique Cardoso o PROVAP foi totalmente reformulado, tendo como principal mudança sua concepção e área de abrangência (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Em 1996 foi apresentada a principal política pública do Governo Federal aos agricultores familiares o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, PRONAF, pelo Decreto Presidencial nº 1.946. Assim, permitindo a esta categoria o acesso aos serviços oferecidos pelo Sistema Financeiro Nacional que até então era proporcionado apenas aos grandes produtores rurais (MATTEI, 2005).

O Pronaf tem por objetivo a geração de renda por meio de linhas de créditos que auxiliam as atividades rurais. Assim, proporcionando a auto sustentabilidade da propriedade rural através de planejamento e elaboração de projetos que viabilizam o custeio da safra, a compra de equipamentos e o melhoramento da infraestrutura, contemplando todas as fases do desenvolvimento da propriedade rural (SECRETÁRIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, 2014).

Os produtores que podem ser contemplados por estes subsídios precisam estar enquadrados nas condições estabelecidas pelo PRONAF:

1.1.4. Agricultores Familiares que:

- a) Utilizem terras como proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, concessionários do PNRA ou permissionários de áreas públicas.
- b) Residam na propriedade ou em local próximo, de acordo com as características geográficas regionais.
- c) Não disponham a qualquer título de área de terras superior a quatro módulos fiscais.
- d) Tenham no mínimo 50% da renda bruta familiar total vinda do estabelecimento.
- e) Utilizam mão de obra predominantemente familiar, admitido trabalho assalariado frente às exigências sazonais das explorações, podendo ter até dois empregados permanentes.
- f) Obtenham renda bruta familiar total nos últimos 12 (doze) meses que

antecedem a solicitação da DAP acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 160.000,00, excluídos benefícios sociais e proventos previdenciários rurais.

g) Caso a renda bruta anual das atividades desenvolvidas no estabelecimento for superior a R\$ 800,00, admite-se a exclusão de até R\$ 10.000,00 da renda anual proveniente de atividades desenvolvidas por membros da família fora do estabelecimento (EPAGRI, 2014).

Além destes, podem se enquadrarem no programa os pescadores, extrativistas, silvicultores, agricultores, povos indígenas entre outros que estão devidamente adequados nos requisitos estabelecidos (EPAGRI, 2014).

Para a utilização desta linha de crédito o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014) define que o produtor familiar deve procurar o Sindicato Rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que é emitida segundo a renda do produtor para avaliação da compatibilidade ao programa.

O PRONAF apresenta as mais baixas taxas de juros dentre os financiamentos rurais. Para créditos de custeio os juros cobrados pelos bancos são de 1,5% a.a. para empréstimos de até R\$ 10.000,00; juros de 3% a.a. para empréstimos entre R\$ 10.000,00 à R\$ 30.000,00 e juros de 3,5% a.a. para operações acima de R\$ 30.000,00 até R\$ 100.000,00. Para créditos de investimento as taxas de juros são de 1% a.a. para operações até R\$ 10.000,00 e taxas de 2% a.a. para operações com valor superior a esse até R\$ 300.000,00. Vale ressaltar que acima desse valor não se enquadra mais ao programa. (BANCO CENTRAL, 2014).

3 METODOLOGIA

A construção da pesquisa foi proposta no âmbito do Proesde em três diferentes estágios. O primeiro estágio constituiu na elaboração do tema de pesquisa, os objetivos, a justificativa e a metodologia a serem utilizadas, os quais foram elaborados na disciplina de Iniciação à pesquisa, já no início do curso. O segundo estágio da pesquisa foi desenvolver um referencial teórico que embasasse o estudo, proporcionando aos acadêmicos subsídios teóricos para fundamentação da pesquisa, este construído na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional I. O terceiro estágio constituiu-se na busca dos dados e fechamento da pesquisa na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional II. Ademais, entre as disciplinas supracitadas, foram ministradas disciplinas voltadas ao entendimento das Políticas Públicas, Indicadores de Desenvolvimento Regional, Dinâmicas de Emprego

e Renda, Economia do Setor Público, Desenvolvimento Regional, além de seminários onde foram socializadas as temáticas com colegas, professores e representantes das SDRs.

Quanto à metodologia científica, foi empregada no estudo a pesquisa exploratória, que se caracteriza pelo levantamento de informações necessárias para a investigação do tema (CERVO; BERVIAN, 1983). Utilizou-se, portanto, a pesquisa bibliográfica, uma vez que as informações descritas no referencial teórico foram retiradas de outros materiais já publicados o que proporcionou a melhor compreensão sobre o tema abordado (BLOGOSLAWSKI; FACHINI; FAVERI, 2011). Quando aos resultados, caracteriza-se como documental, uma vez que os dados são originários de órgãos governamentais (MARCONI; LAKATOS, 2009). Para esta pesquisa foram coletados dados do Ministério do Desenvolvimento agrário, EPAGRI, Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca, IBGE, Banco Central. Também possui abordagem quantitativa, uma vez que se quer buscar dados sobre a evolução de contratos e montante de recursos (BLOGOSLAWSKI; FACHINI; FAVERI, 2011).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Esta parte da pesquisa foi desenvolvida na disciplina de Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional II com o auxílio dos conteúdos ministradas nas demais disciplinas durante o curso. Foi proposta a contextualização da região, demonstrando a relevância da agricultura familiar, seguida dos dados da pesquisa quanto à evolução no número de contratos e montante de recursos financiado.

A região do Alto Vale do Itajaí é caracterizada pela forte presença da agricultura familiar. Na Tabela Nº 1 foram apresentadas as quantidades de estabelecimentos, área, produção e renda por municípios, especificados pela agricultura familiar e não-familiar. A região possui uma totalidade de 19.253 estabelecimentos de agricultura familiar e 1.301 de estabelecimentos não-familiares. Os municípios de Santa Terezinha e Ituporanga exibem o maior número de estabelecimentos, sendo, respectivamente, de 2.011 e 1.457. Os municípios considerados com menor quantidade de estabelecimentos familiares são o de Trombudo Central com 282 estabelecimentos e Braço do Trombudo com 209.

O Alto Vale do Itajaí possui 357.408 hectares de área para a utilização da agricultura familiar e 110.753 hectares da agricultura não-familiar. A cidade de Santa

Terezinha possui a maior quantidade de área para agricultura familiar dentre os municípios do Alto Vale, com mais 35 mil hectares. O município de Taió apresenta a segunda maior área com 25.998 hectares e a de maior quantidade de uso da agricultura não-familiar com 20.169 hectares. As cidades de Mirim Doce e Rio do Sul são as únicas que apresentam maiores quantidades de área da agricultura não-familiar do que as de uso da agricultura familiar.

Na produção agrícola o Alto Vale do Itajaí apresenta grande destaque da agricultura familiar com 664.863 toneladas, em relação à agricultura não-familiar com 102.845 toneladas. O município de Rio do Oeste produz a maior quantidade do Alto Vale do Itajaí vindo da agricultura familiar, chegando a 74.733 toneladas, seguido do município de Ituporanga com 62.434 toneladas e de Santa Terezinha com 49.956 toneladas. A cidade de Braço do Trombudo ganha relevância por apresentar sua produção da agricultura familiar menor do que a produção da agricultura não-familiar, sendo assim de 3.097 e de 4.644.

A renda também apresenta destaque da agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, chegando a R\$ 452.707,00. Para a agricultura não-familiar a renda foi de aproximadamente R\$ 57.004,00. O município do Braço do Trombudo apresentou sua produção de agricultura não-familiar maior, de 2.084 toneladas, em relação a agricultura familiar, de 4.467 toneladas. Isso se explica pela produção também ter sido alta neste setor, e bem elevada se comparada com a quantidade de área e de estabelecimentos que exhibe. A cidade de Rio do Oeste apresenta a maior renda do setor da agricultura familiar, com R\$ 60.804,00.

A Tabela 2 exhibe os financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 e de 2012. O Pronaf apresenta duas linhas de atuação, a de custeio e a de investimento. Assim, na Tabela 2 foram especificados os contratos e valores concedidos para as linhas de atuação de cada município do Alto Vale do Itajaí e a variação que sofreu no período de análise.

Na finalidade de custeio o município de Presidente Nereu possuiu a maior variação, de 455%, no número de contratos dentre os municípios do Alto Vale do Itajaí, com 33 contratos em 2003/04 passando para 183 contratos no ano de 2012. Lontras teve a maior queda na quantidade de contratos, passando de 188 contratos para 100, apresentando assim uma variação de -47%. O Alto Vale do Itajaí exibiu uma variação de 24% na quantidade de contratos, passando de 7.554 para 9.350. Para os valores de créditos concedidos na finalidade de custeio, a região apresentou um valor de

R\$35.986.220,00 no ano de 2003/04 e de R\$133.989.461,11 em 2012, gerando um crescimento de 272%. O município de Rio do Sul foi o que exibiu maior crescimento, passando de R\$661.706,00 reais concedidos em 2003/04 para R\$7.751.387,74, tendo uma variação de 1.071%. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião.

Tabela Nº 1: Quantidade de estabelecimento, área, produção e renda da agricultura familiar e não-familiar da Microrregião do Alto Vale do Itajaí.

Município	Estabelecimento (Unidades)		Área (hectares)		Produção - Toneladas		Renda - R\$	
	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar	Agríc. Familiar	Agríc. não-familiar
Agrolândia	620	25	11.628	819	13.070	2.320	8.093,00	2.280,00
Agronômica	628	37	9.023	1.251	21.271	6.593	13.429,00	3.319,00
Atalanta	519	22	7.496	450	16.453	1.500	8.994,00	539,00
Aurora	753	20	12.577	2.680	24.370	1.366	14.071,00	476,00
Braço do Trombudo	209	19	4.959	764	3.097	4.644	2.084,00	4.467,00
Chapadão do Leão	524	25	7.979	774	17.534	796	9.231,00	380,00
Dona Emma	323	13	7.708	1.608	9.543	469	5.232,00	245,00
Ibirama	314	25	7.398	1.332	8.366	261	7.955,00	225,00
Irubia	657	33	7.413	1.005	24.959	2.104	13.336,00	1.150,00
Itaporanga	1.457	121	20.339	2.246	62.434	9.314	35.357,00	3.426,00
José Boiteux	572	23	13.535	2.718	13.369	593	9.216,00	249,00
Laurentino	294	16	4.058	357	9.299	1.827	6.965,00	961,00
Lontas	502	28	8.744	2.587	17.379	465	14.967,00	143,00
Mirim Doce	320	34	9.212	13.123	14.084	5.618	9.774,00	4.863,00
Petrolândia	812	45	13.799	4.345	22.269	629	12.262,00	254,00
Pouso Redondo	1.214	105	21.063	3.653	46.667	4.712	37.334,00	3.728,00
Presidente Getúlio	860	65	18.868	1.861	20.020	1.531	14.112,00	1.359,00
Presidente Nereu	364	24	8.771	4.490	9.376	2.901	5.937,00	1.876,00
Rio do Campo	647	105	16.364	7.462	23.183	9.139	16.852,00	8.170,00
Rio do Oeste	796	37	16.134	1.834	74.733	4.663	60.804,00	3.416,00
Rio do Sul	639	92	9.192	9.810	10.841	4.376	9.908,00	1.638,00
Salete	502	30	10.649	2.851	17.093	3.999	11.168,00	3.005,00
Santa Terezinha	2.011	59	35.521	11.452	49.956	1.672	31.920,00	734,00
Taió	1.143	117	25.998	20.169	39.474	8.087	28.056,00	4.051,00
Trombudo Central	282	34	4.762	1.250	18.721	17.339	17.110,00	3.329,00
Vidal Ramos	887	63	16.017	4.795	38.475	3.111	24.123,00	844,00
Vitor Meireles	849	59	17.076	4.143	24.091	2.495	15.416,00	1.748,00
Wilmarsum	555	25	11.125	924	14.736	321	9.001,00	169,00
Total	19.253	1.301	357.408	110.753	664.863	102.845	452.707,00	57.044,00

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do IBGE, 2014.

Tabela Nº 2: PRONAF - Financiamentos rurais concedidos para os municípios do Alto Vale do Itajaí no ano agrícola de 2003/04 – 2012.

	CUSTEIO				INVESTIMENTO					
	2003/04	2012	Δ% 2003/04 - 2012	2003/04	2012	Δ% 2003/04 - 2012				
Municípios	Contrato	R\$	Contratos	R\$	Contrato	R\$	Contrato	R\$		
Agrolândia	223	1.067.528,00	-3%	136%	14	176.879,00	92	1.780.015,12	557%	906%
Agronômica	156	729.187,00	50%	254%	-	-	89	2.837.352,03	-	-
Atalanta	164	909.766,00	118%	403%	-	-	140	3.609.098,46	-	-
Aurora	253	1.246.833,00	85%	613%	6	91.499,00	146	4.067.391,36	2333%	4345%
Braço do Trombudo	231	762.536,00	-44%	35%	24	211.656,00	38	851.460,40	58%	302%
Chapadão do Lageado	352	2.079.248,00	-46%	7%	3	18.570,00	64	1.316.011,22	2033%	6987%
Dona Emma	204	712.414,00	-6%	120%	12	42.000,00	65	1.290.150,84	442%	2972%
Ibirama	76	262.734,00	-32%	44%	40	788.851,00	36	896.937,56	-10%	14%
Imbuia	298	1.715.539,00	166%	657%	3	29.767,00	704	11.714.411,12	23367%	39254%
Ituporanga	614	4.868.831,00	79%	430%	303	3.157.281,00	258	2.562.106,45	-15%	-19%
José Boiteux	149	543.621,00	-17%	55%	1	13.209,00	87	1.619.294,91	8600%	12159%
Laurentino	141	514.612,00	9%	164%	3	27.383,00	86	2.886.233,85	2767%	10440%
Lontas	188	541.948,00	-47%	44%	1	12.961,00	44	1.044.106,34	4300%	796%
Mirim Doce	119	917.409,00	12%	136%	1	52.000,00	30	1.030.526,19	2900%	1882%
Petrolândia	307	1.608.099,00	32%	266%	3	27.562,00	254	6.315.945,98	8367%	22815%
Pouso Redondo	486	2.436.048,00	-11%	102%	67	539.254,00	126	3.098.110,01	88%	475%
Presidente Getúlio	381	1.898.369,00	-3%	85%	92	1.183.661,00	172	3.604.040,65	87%	204%
Presidente Nereu	33	109.346,00	455%	920%	-	-	84	1.512.693,25	-	-
Rio do Campo	553	2.554.430,00	-31%	55%	65	702.073,00	152	3.392.032,25	134%	383%
Rio do Oeste	176	1.070.202,00	257%	507%	3	35.560,00	277	6.821.216,88	9133%	19082%
Rio do Sul	175	661.706,00	-43%	1071%	72	963.990,00	28	5.518.683,44	-61%	472%
Salete	276	869.290,00	-24%	166%	59	629.993,00	123	3.004.514,77	108%	377%
Santa Terezinha	319	1.096.202,00	63%	279%	2	17.822,00	346	6.490.738,56	17200%	36320%
Taió	547	2.457.840,00	-16%	106%	2	29.140,00	149	2.938.423,92	7350%	9984%
Trombudo Central	128	635.712,00	-7%	76%	12	117.088,00	37	987.700,07	208%	744%
Vidal Ramos	505	1.637.026,00	37%	807%	123	1.902.963,00	303	2.094.338,18	146%	10%
Vitor Meireles	327	1.353.037,00	4%	148%	2	9.817,00	141	3.567.218,24	6950%	36237%
Witmarsum	173	726.707,00	51%	143%	-	-	86	1.753.222,36	-	-
Total	7554	35.986.220,00	24%	272%	913	10.780.981,00	4157	88.603.974,41	355%	722%

Fonte: Elaboração própria com dados retirados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, e do Banco Central do Brasil, 2012.

Na finalidade de investimentos o Alto vale do Itajaí apresentou um relevante crescimento em âmbito de contratos e créditos concedidos. A cidade de Imbuia exibiu as maiores variações dentre os municípios no setor de contratos e créditos. Na linha de créditos sua variação foi de 23.367%. Para os valores concedidos, sua variação foi de 39.254%. Nesta finalidade apenas três municípios apresentaram diminuição no número de contratos e créditos. Vale destacar que nesta finalidade os números de contratos obtiveram quedas significativas em muitos municípios da microrregião. O Alto Vale do Itajaí apresentou um crescimento de 355% na quantidade de contratos e de 722% no valor concedido. Passando de 913 contratos em 2003/04 para 4.157 em 2012 e de R\$10.780.981,00 em 2003/04 para R\$88.603.974,41 no ano de 2012. É relevante destacar que alguns municípios não exibiram dados desta finalidade no ano de 2003/04.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência foi realizado com o intuito de demonstrar a realidade da agricultura familiar na Região do Alto Vale do Itajaí no que se refere à evolução dos contratos e recursos do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar nas safras de 2003/04 e 2012. Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Todas as disciplinas do curso foram essenciais para embasar a pesquisa. Pode-se observar que a agricultura familiar é de extrema relevância para o desenvolvimento regional e que esta, é uma característica singular da região do Alto Vale do Itajaí que possui 357.408 hectares com a presença da agricultura familiar com mais de 19 mil estabelecimentos segundo dados do IBGE (2015).

Em relação à região estudada foi possível averiguar que o Pronaf apresentou um crescimento relevante no período analisado. A linha de crédito de maior destaque foi a de investimento, que exibiu um crescimento de 722% no valor de crédito e de 355% nos contratos concedido. Apesar disso, a linha de custeio apresentou os maiores valores nestes dois setores, apresentando em 2012 cerca de 9.350 contratos e R\$133.989.461,11 concedidos aos municípios.

Os resultados da pesquisa demonstram a importância do crédito rural, especificamente do Pronaf para agricultura familiar local. A oportunidade de estudar a região do Alto Vale do Itajaí permite conhecer melhor a realidade dos municípios. No

entanto, esta pesquisa não esgota o tema, necessitando ainda, que mais estudos sejam realizados sobre o tema. Neste sentido, o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional tem contribuído para ampliar as pesquisas sobre municípios e realidades carentes de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece As Diretrizes Para A Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: Análise de Indicadores. Brasília: NEAD Estudos, 2005.

FÁVERI, Helena Justen; BLOGOSLAWSKI, Ilson Paulo Ramos; FACHINI, Olimpio. **Educar para a pesquisa**: Normas para a produção de textos científicos. 4. ed. Rio do Sul: Nova Letra, 2011.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3º ed. São Paulo: Mcgraw-hill do Brasil, 1983.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Programas**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/>>. Acesso em: 31 maio 2014.

Banco do Brasil. **Agronegócio**: Pronaf. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page44,8623,10817,0,0,1,1.bb?codigoMenu=11724&codigoNoticia=19318&codigoRet=11753&bread=1>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

EPAGRI. **Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar**: Pronaf. Disponível em: http://carcara.epagri.sc.gov.br/epagri/?page_id=1090. Acesso em: 26 abr. 2014.

Secretária de Estado da Agricultura e da Pesca. **Manual de Orientação PRONAF**. Disponível em: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=110&Itemid=233>. Acesso em: 10 maio 2014.

TENÓRIO, Roberto. **Agricultura**: Do subsídio à política agrícola. Ipea, São Paulo, v. 68, n. 8, p.1-9, out. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SILVA, Valquíria da. **O subsídio e a política agrícola no Brasil**. Pré-univesp, São Paulo, v. 2012, n. 26, p.1-2, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/preunivesp/4153/o-subs-dio-e-a-pol-tica-agr-cola-no-brasil.html>>. Acesso em: 25 maio 2014.

GUILHOTO, Joaquim andIchiara, Silvio Massaruand Silveira, Fernando GaigerandAzzoni, Carlos Roberto. **Family Agriculture**: ContributingtotheBrazilianNationalWealth (Agricultura Familiar: Contribuindo Para a

Riqueza Nacional) (June 10, 2011).

Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1862353> or

<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1862353>

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 2, p.73-78, abr. 1997. Disponível em: <http://issuu.com/ricardoabramovay/docs/agricultura_familiar_uso_do_solo/11>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CONTERATO, Marcelo Antonio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A dinâmica Agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no alto Uruguai / RS: suas metamorfoses e reações locais**. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/405.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. **Histórico, Caracterização e Dinâmica recente do pronaf**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural. 1999-2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?id=RELRURAL&ano=2011>>. Acesso em: 02 out. 2014

FÁVERI, José Ernesto de; KROERTZ, Marilei; ALEXANDRINI, Fábio. **O Alto Vale do Itajaí e a Ideologia do Desenvolvimento Regional** : Concepções e Análises. Blumenau: Nova Letra; 2012.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável**: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí. 2007. 232 f. Tese (Doutorado) - Curso em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103186/248836.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 out. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Org.). **Versão Preliminar do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território do Alto Vale do Rio Itajaí**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio011.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

DIFERENÇA ENTRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ESTIMADA E A COMERCIALIZADA COM EMISSÃO DA NOTA DE PRODUTOR RURAL

Adriano Velho¹
Daniel Rogério Schmitt²
Márcia Füchter³
Bruno Thiago Tomio⁴

Resumo: O estudo procura avaliar a relação entre o valor bruto da produção agropecuária estimada pelo IBGE e o valor total da produção com notas fiscais de produtor rural emitidas de cinco produtos agrícolas: cebola, feijão, fumo, milho e leite. Os municípios catarinenses estudados foram Chapadão do Lageado, Ituporanga, Petrolândia, Imbuia e Vidal Ramos. Os dados de produção agrícola e o valor bruto da comercialização utilizado foram os mesmos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, estes números foram comparados com os dados disponibilizados pela Secretaria do Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina – SEFAZ, ou seja, com o valor bruto total de comercialização de um determinado produto, através de Nota Fiscal de Produtor Rural. O objetivo era identificar o percentual de informalidade na produção agropecuária dos municípios estudados. Os resultados mostraram que não há coerência nos dados abordados existindo produtos agrícolas com produção total com notas fiscais acima da produção real estimada, percentuais baixos de emissão de notas fiscais em outras explorações agropecuárias, além de valores extremamente discrepantes (muito altos ou baixos) de emissão de notas. A informalidade na agricultura tem impacto no movimento econômico dos municípios pesquisados em função da comercialização dos produtos abordados sem a emissão da nota fiscal de produtor rural, tendo como consequência a não incidência destes valores na base de cálculo para retorno de ICMS, e por consequência, a diminuição da receita das prefeituras.

Palavras-Chave: Retorno de ICMS. Produção Agropecuária. Valor Adicionado.

1 INTRODUÇÃO

Nos municípios que compõem a 13ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, na região do Vale do Itajaí do Sul, Santa Catarina, a agricultura familiar tem papel preponderante na economia. Na maior parte dos casos responde por mais da metade da movimentação econômica destes municípios, contribuindo significadamente para a arrecadação tributária das prefeituras locais, principalmente através do retorno do

¹ Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) E-mail: adrianovelho07@hotmail.com.

² Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI) E-mail: danielschmitt15090@gmail.com.

³ Professora Orientadora.

⁴ Professor Orientador.

ICMS. Em que pese esta contribuição, os valores arrecadados ainda são modestos em função do baixo índice de emissão de notas fiscais por parte dos agricultores, em especial de alguns produtos como as hortaliças, caracterizando informalidade na agricultura (AMAVI, 2014).

A comercialização da maioria dos produtos oriundos da pequena produção comercial e do excedente do autoconsumo da agricultura ocorre normalmente de maneira informal no Brasil (SILVEIRA, 2013). Obviamente a perda de arrecadação tributária influencia negativamente no desenvolvimento regional, pois ainda que os recursos da venda dos produtos componham a renda das famílias e estes valores circulem no comércio local, as prefeituras não recebem os respectivos tributos. Assim, são limitadas as ações públicas em todos os setores, até mesmo naquelas que afetam diretamente a produção agropecuária, como a manutenção de estradas, fomento e assistência técnica.

Neste sentido é importante registrar que o desenvolvimento regional é forma de absorção dos impactos do capitalismo, principalmente no tocante a desigualdade social gerada pela alta concentração de riqueza com poucas empresas e pessoas (SANTOS et al, 2014). O mesmo raciocínio pode ser feito ao se fazer comparações entre regiões e cidades e entre o desenvolvimento do meio rural e do meio urbano. Desta forma, o conceito de desenvolvimento regional surge para trazer uma nova concepção de crescimento, que traz à tona a importância de pensá-lo enquanto região e localidade. Brose (1999) destaca que o desenvolvimento é muito mais que evolução econômica, representando uma melhoria nas condições socioeconômicas a médio e longo prazo, não sendo apenas uma simples soma de iniciativas locais exitosas. Este conceito tem, segundo o autor, caráter fundamentalmente endógeno, sustentado por um processo de aproveitamento das oportunidades e capacidades locais. A formalização da produção agropecuária com o registro da comercialização através de notas fiscais é, portanto, uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento regional através do retorno para os municípios de impostos arrecadados a nível estadual. Atualmente estes recursos são destinados a regiões com maior expressão no comércio e na indústria, setores estes, notadamente, com maior grau de formalização (SEF/SC, 2012).

Os dados disponíveis atualmente sobre a produção agropecuária nos municípios brasileiros são aqueles disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e obtidos a partir de informações locais, através de

reuniões com lideranças, estudos de notas fiscais de comercialização, mapas, fotografias aéreas, etc. O valor bruto da produção agropecuária catarinense foi estimado em R\$ 17,1 milhões em 2010 (IBGE, 2012), e o Alto Vale do Itajaí contribuiu com 8,1% deste total. Na região, os destaques são a produção de fumo e cebola que representam, respectivamente, 35% e 79% da produção estadual. Outras explorações agrícolas como milho, suínos, leite, mandioca, feijão, arroz irrigado e hortaliças também são relevantes na região, mas atingem, em média, menos de 8% da produção do estado.

O valor bruto da produção agropecuária é calculado pelo IBGE, considerando a produção bruta e o preço médio de comercialização. Porém, para fins de movimento econômico, o registro tributário ganha importância, uma vez que a emissão de nota fiscal do produtor é a única forma de contribuição de impostos sobre a produção agropecuária. Mesmo que o produto seja isento de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, a emissão da nota fiscal registra o movimento econômico e contribuiu para o volume total do chamado valor adicionado do município. Assim, é o movimento econômico, da agricultura e dos demais setores, que vai definir o retorno de ICMS para os municípios, uma vez que a arrecadação é feita à Fazenda Estadual. Neste contexto, nos municípios tipicamente agrícolas a emissão de notas fiscais pelos produtores agrícolas é matéria de interesse geral, uma vez que a prestação de serviços públicos municipais depende em grande proporção da arrecadação de impostos sobre a circulação de produtos agrícolas.

Diferenças entre os dados de área cultivada e valor bruto da produção agrícola, estimados através do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola – LSPA/IBGE e as informações sobre a comercialização dos mesmos através da emissão da nota fiscal de produtor rural são relatadas pelas autoridades municipais e utilizadas como justificativa para a falta de investimento no meio rural. O propósito deste estudo foi analisar esta discrepância e teve como referencial a produção agrícola dos cinco principais produtos agrícolas cultivados em cinco municípios da região do Vale do Itajaí do Sul: Ituporanga, Chapadão do Lageado, Imbuia, Petrolândia e Vidal Ramos. Estes municípios pertencem à 13ª SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina. Apesar da recente urbanização e industrialização em todos os municípios analisados a agricultura é à base da economia, tanto na geração de renda como de empregos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRIA E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO

A região do Vale do Itajaí do Sul, no qual estão inseridos os municípios de Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Ituporanga, Petrolândia e Vidal Ramos, foi colonizada a partir de 1912, com a chegada de pioneiros oriundos das colônias alemãs do litoral catarinense, principalmente das proximidades da capital Florianópolis. Esta frente de povoamento conhecido como expansão principal da colônia de São Pedro de Alcântara, era composta principalmente por pessoas de origem alemã, descendentes em grande parte de imigrantes do sul da Alemanha, da região do Hunsrück. Conjuntamente vieram famílias de origem portuguesa/açoriana, e posteriormente de várias etnias, tais como italianos e afrodescendentes. Em sua maioria, eram originários de regiões agrícolas e mantiveram nas colônias a tradição de cultivar a terra. Inicialmente a exploração visava primordialmente à autossuficiência alimentar das famílias, com o cultivo de milho, feijão, mandioca e criação de animais (KOCH 1999, p. 27-28).

Na década de 1940, com a melhoria dos transportes, as culturas de fumo, cebola e a criação mais intensiva de suínos foram introduzidas, garantindo maior renda e a formação de excedentes financeiros capazes de movimentar o comércio, fomentar uma industrialização primária, além de promover o desenvolvimento. Algumas culturas como fumo, cebola e mandioca passam a ter maior importância, pois se destinavam primordialmente à venda para outras regiões do estado catarinense e do Brasil. A agricultura sempre foi base da economia, sendo que a industrialização estava mais relacionada com a exploração da madeira, mandioca e abate de animais, principalmente suínos.

Somente a partir da década de 1980, com a implantação de rodovias pavimentadas e a maior urbanização das cidades, nos municípios desta região os setores de comércio e indústria cresceram rapidamente, sendo que em alguns casos, como Vidal Ramos e Ituporanga, já superam o setor primário na arrecadação de impostos.

A agricultura, em que pese à evolução dos demais setores, continua sendo à base da economia regional, sendo destaque na região do Vale do Itajaí e tendo influência nas Regiões próximas como o Planalto Serrano e Grande Florianópolis, pelo

fornecimento de serviços como armazenamento, comércio de insumos, pesquisa agropecuária e assistência técnica. Para exemplificar, pode-se destacar o município de Ituporanga, que é o maior produtor nacional de cebola, e detém a maior produção de fumo, milho e soja do Vale do Itajaí (IBGE, 2012).

Silva (2010), em estudo que avaliava o desenvolvimento econômico dos nove municípios da 13ª SDR através da evolução do PIB – Produto Interno Bruto entre 1999 e 2007, observou um crescimento médio de 167% para o período. Conclui, ainda, que o cultivo de cebola deu contribuição considerável para esse crescimento, uma vez que o valor gerado através da cultura aumentou 134% no mesmo período. No ano de 2007 os municípios da 13ª SDR tiveram o PIB total estimado em R\$ 816 milhões e a cebola gerou nesse ano, para a região, R\$ 168 milhões, perfazendo uma participação de 20,6%.

Desde a colonização, a cerca de um século, a agricultura é o setor que mais ocupa mão de obra e a população rural é significativa, ultrapassando nos municípios menores o número de habitantes do meio urbano.

Na região a população rural, apesar da queda de 4,9% entre 2000 e 2010, ainda representa 38,4% do total (112.021 habitantes numa população total de 291.799 indivíduos). Santa Catarina, na mesma década, teve redução de 12,1% na sua população rural. Representa, assim, a população rural catarinense em 2010 apenas 16,0% da população total (1.000.523 em 6.248.436 habitantes). Analisando os dados percebe-se que apesar da urbanização crescente, o Alto Vale do Itajaí permanece como uma Região onde a população rural é significativa, e por consequência a atividade agrícola se destaca na economia regional e estadual.

O valor bruto da produção agropecuária catarinense foi estimado em R\$ 17,1 milhões em 2010 (IBGE, 2012), e o Alto Vale do Itajaí contribuiu com 8,1% deste total. Na Região os destaques são as produções de fumo e cebola que representam, respectivamente, 35% e 79% da produção estadual. Outras explorações agrícolas como milho, suínos, leite, mandioca, feijão, arroz irrigado e hortaliças também são relevantes na região, mas atingem, em média, menos de 8% da produção do Estado.

2.2 A INFORMALIDADE NA AGRICULTURA

A informalidade no setor rural é considerada um entrave para o reconhecimento e valorização da classe de produtores rurais, independente da região

que exerce sua atividade, da cultura e ou espécie animal que produz, da classe social a que está inserido, e ao porte produtivo da unidade rural. Associa-se a esta informalidade aos mais diversos fatores, nível de escolaridade, acesso a informação, desenvolvimento regional, políticas de crédito, qualificação da mão de obra, mecanização dos meios produtivos, êxodo rural, fracionamento das propriedades com os processos sucessórios. Há também quem relacione como motivo para a informalidade as exigências ambientais, vigilância sanitária, questões trabalhistas, tributárias entre outras, colocando como alternativa para solução deste problema a associação em cooperativismo e/ou a formalização como microempreendedor individual.

No Alto Vale do Itajaí parece predominar uma realidade diferenciada, sendo que nos municípios de abrangência deste estudo a comercialização dos produtos agrícolas sem nota de produtor rural, parece estar ligada a uma questão cultural. O que conta é o fato de o agricultor não fazer questão de informar o quanto produz e principalmente o quanto vai receber pela sua produção. Existe uma prevenção e receio relativos ao fator tributário, sem nenhuma fundamentação em estudos de impacto social ou com aval de profissionais das áreas econômicas, contábeis e jurídicas. Para a maioria dos produtores rurais é irrelevante o fato de comercializar a totalidade de sua produção com nota de produtor, bastando que pelo menos uma cota parte da sua produção figure como comercializada. Seguindo os parâmetros mínimos de formalização apenas para contemplar e comprovar o seu vínculo com os institutos oficiais do sistema governamental, como a Previdência Social e o Sistema Unificado de Saúde. Ratifica, assim, a sua condição de produtor rural, para usufruir dos benefícios destinados a classe, tais como crédito rural, para modernização de máquinas e equipamentos agrícolas, custeio para plantio da safra, aquisição de veículos para o transporte de seus produtos e para uso em sua locomoção, contratação de seguros agrícolas, inclusão nos programas sociais e aposentadoria, etc.

2.3 NOTA DE PRODUTOR RURAL

A nota de produtor rural é o documento que registra as operações referentes à circulação de mercadorias, para fins de fiscalização tributária e comprovação de atividade econômica. Nos municípios pesquisados a emissão da nota é de inteira

responsabilidade do produtor, após prévio cadastramento junto à Secretaria de Agricultura de cada município, que disponibilizam em formulário próprio blocos de notas para o produtor cadastrado. Após a emissão da nota é necessário à apresentação das notas emitidas, juntamente com a contra nota, disponibilizada pelo comprador da mercadoria, para prestação de contas anual junto aos órgãos municipais. Estes dados são repassados para AMAVI, e também para a Secretaria da Fazenda do Estado - SEF/SC, que irá compor a produção primária no Movimento Econômico do Município, formando o índice de participação no retorno do ICMS.

Tais valores refletem somente a comercialização de mercadorias com a utilização de nota fiscal, independente do ramo de atividade econômica desenvolvida, seja indústria, comércio, prestação de serviços e/ou produção agropecuária.

O ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação é o principal imposto de competência estadual. Vinte e cinco por cento (25%) da arrecadação do ICMS retorna aos municípios de acordo com seu índice de participação. Em Santa Catarina o índice de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS é formado pelo somatório resultante: do rateio de 15% em partes iguais entre todos os municípios do Estado; e da participação do Município no valor adicionado em relação ao Valor Adicionado do Estado, considerando-se a média dos dois últimos anos e peso equivalente a 85%. O Valor Adicionado corresponde às saídas, deduzidas as entradas ocorridas no território de cada município, durante o ano civil (SEF/SC, 2012).

Os critérios para o cálculo do índice de retorno do ICMS aos municípios variam de acordo com a legislação de cada Estado da Federação. Em Santa Catarina há um grande peso do parâmetro representado pelo valor adicionado (85%) e os demais 15% seguem um critério de divisão simples entre todos. Deste modo, critérios sociais, geográficos e de desenvolvimento humano, não são considerados. Esta fórmula evita a concentração do retorno dos impostos para as grandes cidades, onde o desenvolvimento da indústria e comércio facilita a formalização da economia, com maior registro de operações comerciais e financeiras. No caso dos municípios agrícolas a tendência histórica de comercialização da produção primária sem a emissão de notas fiscais, ou a emissão com valores abaixo do preço de venda, significa perdas no retorno deste imposto. O valor adicionado corresponderá, em cada ano civil, para cada Município conforme estabelecido na Portaria SEF 233/2012.

3 METODOLOGIA

A proposta para o projeto de pesquisa foi elaborada para coleta dos dados referente à produção agrícola estimada pelo IBGE e a produção agrícola comercializada formalmente com nota de produtor rural disponibilizada pela AMAVI de cinco itens (cebola, feijão, fumo, leite e milho) produzidos e comercializados pelos produtores rurais dos municípios base do estudo. Os dados do IBGE são obtidos através de reuniões da Comissão Municipal de Estatísticas Agropecuárias - COMEA (no mínimo três por ano), com lideranças do setor agropecuário em cada município onde os dados de área cultivada, rendimento, produção bruta total e preço médio de comercialização são coletados e posteriormente disponibilizados no site do Instituto. A cada dez anos, com o Censo Agropecuário, os dados são aferidos e as eventuais diferenças corrigidas, servindo como parâmetro.

As informações referentes aos valores da produção com notas fiscais foram obtidas junto à AMAVI que concentra as informações dos municípios associados, após a digitação dos valores em cada Secretaria Municipal da Agricultura. Estes mesmos dados são informados para a SEF/SC para cálculo do movimento econômico do município.

Os dados de produção primária dos municípios, bem como, de todo o movimento econômico, foram obtidos diretamente no site da SEF/SC e posteriormente recalculados para definição do percentual de participação da agropecuária. Para os municípios agrícolas da região estudada, os itens IV e V da Portaria SEF 233/2012, são determinantes para aumentar o Valor Adicionado, pois contemplam o valor de venda dos produtos de origem vegetal e animal, ou a transferência dos mesmos para unidades processadoras. A produção primária assinalada nestes itens envolve, ainda, a extração mineral e os produtos oriundos do extrativismo, como pesca. Somente em Vidal Ramos a exploração mineral tem importância, mas os valores relacionados com a extração de rochas e com a fabricação de cimento são lançados separadamente. Nos relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado os dados classificados como produção primária se referem apenas aqueles oriundos da agropecuária.

Todavia, tendo em vista a grande discrepância nos dados encontrados, quantidades e valores, identificados já em primeira análise que não refletem a realidade, novas informações foram coletadas junto a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, e as Prefeituras Municipais, através das Secretarias de Agricultura,

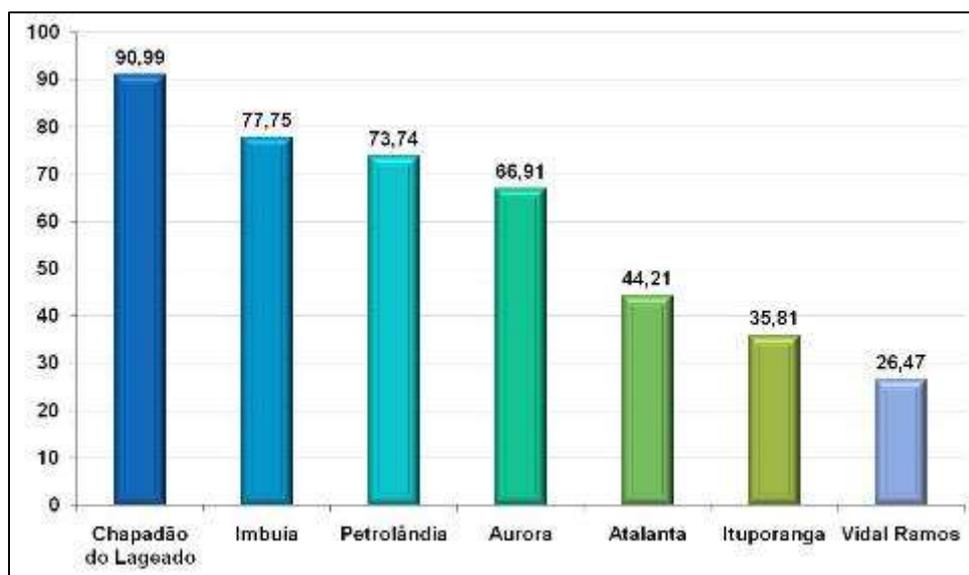
para entender e identificar o motivo pelo qual os dados transcritos apresentam tamanha divergência.

Valores discrepantes ou *outliers* são dados que se destacam como notoriamente divergentes dos demais da amostra. Sua ocorrência tem origem ligada à variabilidade natural dos dados amostrais ou está associada a erros em procedimentos experimentais, captação dos dados ou até mesmo no momento de repassar esses dados a uma planilha (MINGOTI et al, 2014). Restringiu-se, assim o âmbito de análise aos produtos cebola, feijão, fumo, leite e milho, uma vez que são culturas mais significativas na questão comercial e com maiores informações estatísticas.

4 RESULTADOS

A análise dos dados de movimento econômico de cada município mostra que a participação da produção agropecuária é significativa. Entre os municípios destacados para esta pesquisa, Ituporanga, Atalanta e Vidal Ramos não tem a produção primária como a principal atividade econômica, sendo suplantada pelo comércio, serviços e indústria. Nos demais, (Gráfico 1) os valores representam em média mais de 50% do movimento econômico. No caso de Ituporanga, apesar do percentual ser de apenas 35,81%, o valor bruto da produção primária de R\$ 113.175.119,21 é o maior do Alto Vale do Itajaí (SEF/SC 2012).

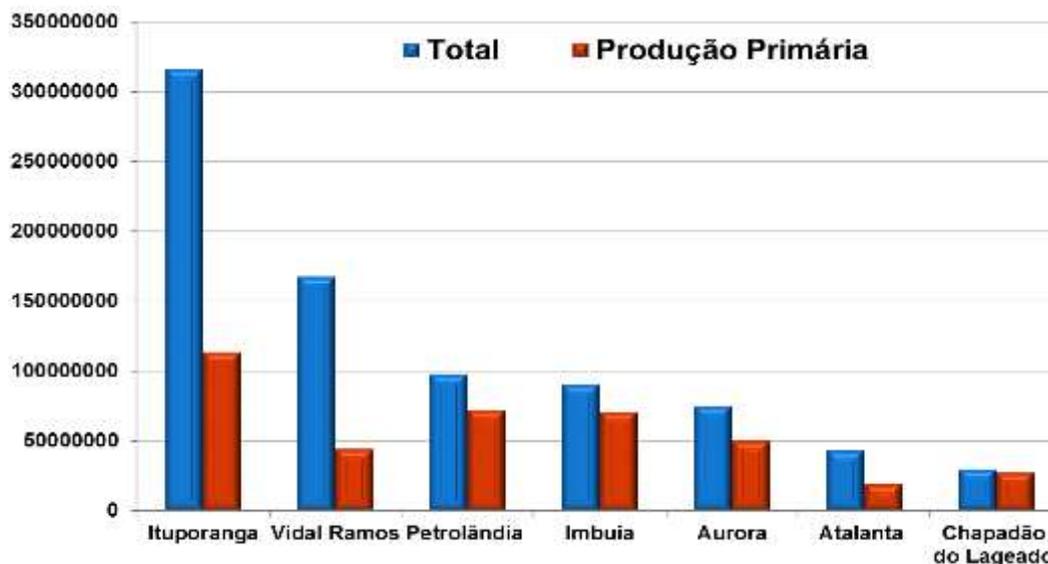
Gráfico Nº 1: Participação da produção primária no movimento econômico dos municípios da Região de Ituporanga, 2012 (utilizado para o cálculo do valor adicionado utilizado para estimar o Índice de Retorno do ICMS).



Fonte: SEF/SC (2012).

O Gráfico 2, apresenta o movimento econômico total e da agricultura dos municípios da Região de Ituporanga, no ano de 2012.

Gráfico Nº 2: Movimento econômico total e da agricultura dos municípios da Região de Ituporanga, 2012 (R\$).



Fonte: SEF/SC (2012).

A avaliação dos dados, para cada cultura, do valor bruto da produção pelo IBGE quando comparado àquele resultante da emissão de notas fiscais do produtor, nos municípios estudados mostrou grande discrepância, conforme análise da pesquisa realizada por cultura.

A cultura da cebola para o município de Petrolândia, com exceção de 2010, nos demais anos avaliados o valor bruto da cebola comercializada com nota fiscal foi superior aquele estimado pelo IBGE para a produção total do município. Considerando que na metodologia do IBGE não constam as perdas pós-colheita, que em geral atingem 20% no caso desta hortaliça, estes valores se mostram bastante exagerados. Por exemplo, em 2009 a produção de cebola comercializada com nota fiscal alcançou a cifra de R\$ 10.660.116,98, enquanto que o IBGE estimou um valor bruto da produção em R\$ 4.800.000,00, ou seja, um valor 2,2 vezes maior. O mesmo ocorreu com o município de Imbuia que nos anos de 2009, 2011 e 2012 também teve valores comercializados maiores que valores da produção bruta. A situação fática é que nestes dois municípios estão localizados comerciantes de cebola de grande porte, que escoam a produção de vários municípios da região. Sabidamente movimentam

volumes muito maiores do que aquele produzido nos seus respectivos municípios. Assim parte da produção de outros municípios pode estar sendo declarada como produzida em Imbuia ou Petrolândia.

Na cultura do feijão, os dados dos municípios analisados permitem observar que, em média, a comercialização com nota fiscal é relativamente baixa, muito próxima dos dados da cultura do milho. Supõe-se que além do feijão que permanece na propriedade para consumo familiar, uma parte considerável deste produto é comercializada na região diretamente com consumidores finais ou pequenos estabelecimentos comerciais, de maneira informal. Os municípios de Vidal Ramos e Petrolândia têm índices de emissão de notas fiscais mais altos e este último município, inclusive, apresenta em 2011 um valor de produção comercializada com notas fiscais, 1,5 vezes maiores que o valor bruto total da produção.

No caso da cultura do fumo os dados dos cinco municípios considerados são aqueles que mostram menor variação. Em geral, no período avaliado, a média do valor da produção com nota fiscal emitida em relação ao valor bruto da produção varia de 57,6% para Chapadão do Lageado a 88,6% para Ituporanga. Esta baixa variação mostra que na cultura do fumo, que tem uma longa tradição de comercialização com notas fiscais, ainda existe um chamado “mercado negro”, por onde parte da produção circula até chegar às empresas fumageiras. Como não há consumo interno nas propriedades sabe-se que toda a produção é comercializada com as empresas. Todavia, parcela considerável não é registrada. Ituporanga, nos anos de 2010 e 2012, apresentou cifra de valor comercializado com nota superior àquela do valor bruto da produção estimado pelo IBGE. Novamente, o fato de concentrar em seu território o recebimento da produção de fumo em duas unidades (Philip Morris e CTA) pode explicar esta discrepância.

Na produção do leite percebe-se que os valores registrados de venda com nota fiscal, são relativamente baixos para todos os municípios avaliados. O consumo nas propriedades, a industrialização artesanal e a comercialização sem registro podem explicar parcialmente estes números. Percebe-se, ainda que no Município com maior produção, Petrolândia, o percentual de valor com nota fiscal é o maior, atingindo na média 46,8 %. Ituporanga que é o segundo produtor alcança média de 24,4%. Todavia ambos apresentam crescimento no registro fiscal da produção nos últimos anos permitindo inferir que à medida que a produção cresce e se torna mais tecnificada, a comercialização com nota fiscal também aumenta.

Na cultura do milho, em geral os dados dos municípios avaliados se mostram mais coerentes. Os valores comercializados são em geral muito inferiores aos da produção bruta do IBGE, pois o percentual do grão consumido diretamente nas propriedades agrícolas para a alimentação de animais é expressivo, ainda que sem condições de ser estimado com precisão. No caso deste cereal, o destaque são os dados de Ituporanga, onde o valor da produção com nota fiscal emitida atinge, na média dos cinco anos, 70% do valor bruto estimado pelo IBGE, dado bem acima dos demais municípios. No ano de 2012, o valor de notas fiscais totais emitidas foi 1,1 vezes maior que o valor bruto da produção, o que seria teoricamente impossível de ocorrer, considerando o volume consumido nas propriedades. O fato de que neste município estão sediadas quatro (Cravil, Coopercampos, Cerealista Fuck e Cerealista União Agrícola), das cinco unidades receptoras de grãos existentes na região pode justificar para esta diferença.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados das culturas analisadas não permitem uma avaliação mais precisa a respeito do grau de informalidade da atividade agropecuária nos municípios estudados. Em muitos casos, os dados apresentam valores díspares, sobre os quais somente é possível fazer algumas conjecturas ou avaliações preliminares:

a) A emissão da nota fiscal do produtor como forma de declarar a produção agropecuária ainda tem adoção restrita no meio rural. A recente necessidade de comprovar renda agrícola através de comprovantes oficiais para participar de programas sociais ou ter acesso a linhas de crédito rural, como PRONAF, tem estimulado o uso do bloco de notas fiscais;

b) Os sistemas de registro da produção com nota fiscal ainda carecem de precisão, pois não há retorno dos blocos de nota em prazos definidos, sendo que a produção pode ser lançada a qualquer tempo, dificultando a compilação dos dados por ano, mês, etc.

c) A falta de controle sobre o volume de notas fiscais emitidas pelo produtor não permite a comparação com a produção que seria possível com a sua área cultivada e rendimento médio obtido. Desta forma um produtor pode “emprestar” notas fiscais para outro, ou ainda, para comerciantes, contribuindo para as distorções encontradas nos dados atuais.

d) Os municípios que concentram unidades receptoras/comercializadoras da produção apresentam percentuais de emissão de notas fiscais muito superiores aos municípios que não possuem. Em muitos casos os valores da produção comercializada com nota fiscal são muito superiores à produção real levantada pelo IBGE, demonstrando que parte da produção de um determinado Município é declarada em outro. Desta forma ocorre distorção no retorno do ICMS, com municípios recebendo indevidamente, enquanto outros perdem receitas.

e) Diferenças de dados entre municípios mostram que as administrações públicas tratam a questão da arrecadação de ICMS sobre a produção agropecuária de forma diferenciada. Prefeituras que realizam campanhas de adoção de nota fiscal do produtor, como é o caso de Petrolândia, tem menores índices de informalidade.

f) Identificou-se um sistema de informação que não demonstra precisão e convergência nos dados que são transmitidos entre os órgãos públicos envolvidos. A regra lógica seria que tais informações fossem apresentadas em sequência: Produtor Rural, Prefeitura, AMAVI e SEF/SC. Por derradeiro cabe referendar que durante este processo não se identificou nenhum comparativo ou meio de conferência para justificar e ratificar a composição dos dados apresentados. Verificou-se que em determinados produtos e/ou municípios comercializa-se quantidade muito além da que por equação de área plantada e produção estimada seria possível produzir. Por outro lado, considerando que parte dos agricultores tem resistência quanto à emissão de nota da totalidade de sua produção agropecuária, ainda assim não seria esta uma justificativa para percentuais tão baixos de emissão de notas fiscais de alguns produtos agropecuários nos municípios estudados.

REFERÊNCIAS

- AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Municípios Associados. Disponível em: <<http://www.amavi.org.br/perfilmunicipal>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.
- BROSE, Markus. Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal 2012**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2012default.shtm>>. Acesso em: 20 de agosto de 2014.

KOCH, Dorvalino. **Ituporanga: na sua tradição e progresso.** [Ituporanga]:[s.n.], [1999]. 35p,

MINGOTI, Rafael et al. **Metodologia de análise crítica de dados estatísticos históricos sobre produção agropecuária.** Campinas: Embrapa Gestão Territorial, 2014.

SEF/SC. Secretaria de Estado da Fazenda. **Portaria nº 233/2012.** Dispõe sobre a apuração do valor adicionado e a definição do índice de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/portarias/2012/port_12_233.htm>. Acesso em: 17 nov. 2014.

_____. **Valor adicionado e índice de participação.** (2012). Disponível em: <<http://www.sef.sc.gov.br/servicos-orientacoes/diat/valor-adicionado-e-%C3%ADndice-de-participa%C3%A7%C3%A3o-dos-munic%C3%ADpios-no-icms>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

SANTOS, César B. dos; ALVES, Fabrício C.; SCHAFASCHECK, Margarida B. **A questão regional: uma introdução ao debate.** 12f. Artigo Científico, 2014.

SILVA, Gabriel da. **A importância econômica da cebola para os municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ituporanga – SDR, no período recente.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional /Unidavi, Rio do Sul, 2010.

SILVEIRA, Laurício Bighelini da. **Agricultura Familiar e informalidade: O seu papel no abastecimento local de alimentos.** Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Santa Maria/RS, 2013.

PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA DA CIDADE DE MAJOR GERCINO

Ana Rosa Lebeck¹
Tarcisio Bittencourt²
William Omori Bolognini³
Luiz Felipe Haider⁴

Resumo: O presente trabalho desenvolvido no curso de extensão Proesde - Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, a qual foi proposto para nosso grupo visa um estudo dos dados econômicos do município de Major Gercino, que integra as cidades constituintes da grande Florianópolis, e o desenvolvimento de propostas que possam expandir sua principal atividade econômica que é a agricultura. Dentre estes dados procuramos analisar quais suas principais bases da economia do município, além de dados relacionados ao desenvolvimento industrial e educação. Veremos que um fator que vem atrapalhando o desenvolvimento da região é o êxodo rural e a falta de informação e educação. Para expor as propostas, o grupo além de pesquisas e levantamentos de dados, muitos deles coletados do programa do Sebrae intitulado, Santa Catarina em Números – Major Gercino, também foram efetuadas entrevistas informais e logo transcritas entre os meses junho e agosto de 2014 com agricultores locais e com o secretário de finanças, senhor Rui Ross, a qual coletamos muitos dados referentes à economia do município e a cultura, que como veremos é algo que impossibilita o desenvolvimento econômico e poderá vir a continuar ser um problema. Outro ponto que será abordado durante o trabalho é a questão sustentável, apontaremos alguns incentivos do governo para o desenvolvimento sustentável e abordaremos um assunto exposto pelo secretário de finanças, a produção de suco agroecológico, que vem sendo cada vez mais notado pelo mercado alimentício. Trabalharemos com propostas de intervenção da prefeitura com os agricultores, na questão de educação, de auxílio, de pesquisas, e de exposição de programas do governo para o pequeno agricultor. Por fim, este trabalho contribuirá para a identificação de necessidades da localidade, a serem atendidas para a real efetivação de um crescimento sustentável dos moradores e seus familiares, definindo ações estratégicas que, se implementadas, alavancarão o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento agrícola. Sustentabilidade. Dados econômicos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aqui apresentado tem como objetivo estudar a atual situação econômica do município de Major Gercino, com o princípio de planejar e

¹ Estudante da 5ª fase de Direito da UNIFEBE. E-mail: ana_rosal@unifebe.edu.br.

² Estudante da 7ª fase de Arquitetura da UNIFEBE. E-mail: tarcisio.bittencourt@gmail.com.

³ Estudante da 5ª fase de Comércio Exterior da UNIVALI. E-mail: sabolognini@yahoo.com.br.

⁴ Professor orientador do Curso de Administração da UNIFEBE. E-mail: lfhaider2013@gmail.com.

propor uma estratégia de desenvolvimento para o setor agrícola, que como veremos corresponde pela maior parte da economia do local. Porém antes disso, foi levantada uma série de informações para entendermos como foi que o município chegou a atual situação, sendo estudado desde a fundação da cidade até as características físicas predominantes, tal como o solo, relevo, clima e hidrografia.

Serão apresentados os centros mais desenvolvidos da cidade, incluindo Boiteuxburgo, que no início da história de Major Gercino, foi uma das regiões mais desenvolvidas da cidade, e que hoje sofre com um declínio da economia e da diminuição da população.

Outros pontos importantes serão apresentados, como por exemplo, a eficiência hídrica da região, com a tendência de instalação de hidrelétricas e como isso ajudou no desenvolvimento da região no passado, o aumento da diversificação da economia, como extração de madeira e feldspato, a instalação de pequenas facções e fábricas de sapatos e o cultivo de uma diversidade de produtos agrícolas. Nessa parte será apresentado também o destaque da economia de Major Gercino, o cultivo de uva e produção de vinhos e sucos, este último sendo em algumas empresas produzido com o conceito de agroecológico, sem o uso de agrotóxicos durante o cultivo da fruta e produção do suco.

Ao final do trabalho o grupo trabalhará em uma proposta de projeto para desenvolver e ampliar a diversidade da agricultura do local, já que em entrevista com o secretário de finanças da prefeitura de Major Gercino, foi nos explicado que os agricultores do local têm uma cultura de produção específica, esse detalhe de certa forma, veremos que atrapalha e desacelera o crescimento econômico da região, e também deixa os produtores mais suscetíveis a enfrentarem crises.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Analisando o conteúdo no trabalho apresentado, notamos que existe a necessidade de criação de diversos outros projetos que se integrem ao nosso. Por exemplo, investimentos em projetos direcionados ao cooperativismo entre interessados, algo que hoje, no município de Major Gercino é inexistente.

Outro fator que podemos citar como investimento futuro, é a melhoria e ampliação do ensino fundamental e médio, pois percebemos em campo que uma considerada fatia dos chefes de família são considerados analfabeto. É necessário

educarmos a população com uma eficiente base didática para que esses futuros estudantes tenham a ambição de procurarem o ensino superior.

2.1 ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

O trabalho envolveu pesquisa de campo, entrevista e procuramos estabelecer pontos importantes a serem desenvolvidos.

2.1.1 Elementos pré-textuais

O início da formação do município de Major Gercino se deu há aproximadamente 120 anos atrás, inicialmente o município foi ocupado por imigrantes portugueses e logo depois seguido por imigrantes italianos, alemães e poloneses por volta de 1870 a 1890.

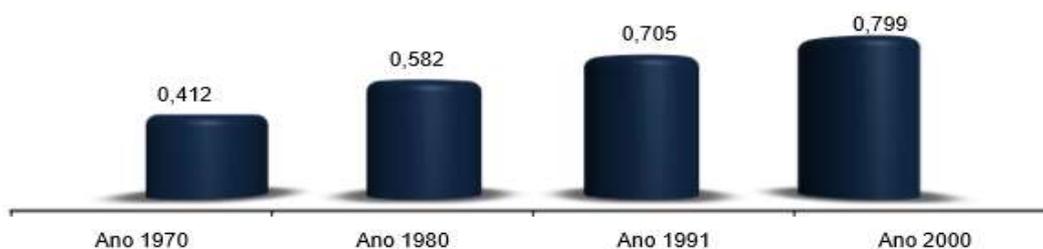
Em sua primeira emancipação de distrito em 1922, deu-se o nome de Major Gercino Alves Rodrigues, que por sua vez, era a única pessoa de conhecimento da localidade e que era procurado para resolver os problemas que aconteciam, assumia na época a função como a de um prefeito, mas não declarado.

Atualmente (2013-2016) o município é dirigido pelo prefeito João José David (PDT) e pelo vice-prefeito Nésio Fernando Dellagnolo (PSD).

A economia do local é baseada em produção agrícola e serviços, outra pequena porcentagem é representada pela produção industrial, que se baseia na produção de sapatos, a produção de fios e em um pequeno número de confecções.

Quanto ao índice de desenvolvimento humano (IDH) o município registra 0,698, segundo o IBGE de 2012.

Gráfico Nº 1: IDH do município de Major Gercino



Fonte: IBGE, Diretoria de Estatística, Geografia e Cartografia, Contagem Populacional 2007.

Devemos lembrar que o IDH é baseado em educação, longevidade e renda, vejamos a seguir seus dados separadamente:

Tabela Nº 1: Índice de desenvolvimento Humano, educação, longevidade e renda.

Ano	Educação	Longevidade	Renda	IDH Municipal
Ano 1970	0,583	0,479	0,173	0,412
Ano 1980	0,625	0,615	0,506	0,582
Ano 1991	0,750	0,793	0,571	0,705
Ano 2000	0,850	0,851	0,696	0,799
Evolução no período 1970/2000	45,8%	77,7%	302,3%	93,9%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Apesar de baixos estes dados se comparados com o do total brasileiro, teve um crescimento superior ao nacional.

Tabela Nº 2: Comparação do IDH de Major Gercino com o do estado e do país.

Ano	Major Gercino	Santa Catarina	Brasil
Ano 1970	0,412	0,477	0,462
Ano 1980	0,582	0,734	0,685
Ano 1991	0,705	0,748	0,742
Ano 2000	0,799	0,822	0,757
Evolução no período 1970/2000	93,9%	72,3%	63,9%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

2.2 INCENTIVO NA EDUCAÇÃO NA ÁREA DA AGRICULTURA

Ressalta-se a importância de reconhecer que para a melhoria na produção deve-se incentivar a elaboração de objetivos e buscar motivação, demonstrando que a variedade de produtos oferecidos influencia no crescimento e desenvolvimento regional. A comunidade rural precisa atualizar-se constantemente objetivando trabalho especializado e melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Um empecilho a ser superado é o comodismo, pois a família vem a gerações produzindo sempre o mesmo produto, como por exemplo, fumo, e não buscam variar a produção, pois têm o suficiente para se sustentar. Com isso as novas gerações se acomodam ou buscam sair do campo e até da cidade, resultando em baixa na população.

Ressaltamos que a participação do governo na educação no campo é fundamental, pois existem dificuldades a serem superadas, destacamos o trecho do Programa Saberes da Terra:

No âmbito das políticas públicas, equivocadamente pensava-se que o problema a ser resolvido para a educação das populações que vivem fora das cidades decorria apenas da localização geográfica das escolas e da

baixa densidade populacional nas regiões rurais. Isso implicava, entre outras coisas, a necessidade de serem percorridas grandes distâncias entre casa e escola e o atendimento de um número reduzido de alunos, com consequências diretas nos gastos para a manutenção do então denominado ensino rural.

É preciso buscar a motivação por aquilo que faz através da educação para se propagar para as gerações seguintes. Proporcionar a toda população que com a educação sendo implantada, não precisam mais migrar para fora de sua cidade, que ficar em Major Gercino é o ideal para o crescimento local.

2.3 CURSOS TÉCNICOS E PROFISSIONALIZANTES

A exigência por mão de obra especializada avançou dos grandes centros e metrópoles e alcança os mais distantes locais. A globalização torna o longe cada vez mais próximo, deste modo, permitindo uma concorrência acirrada em praticamente todos os setores da economia mundial. Para tanto, vê-se como pressuposto básico de desenvolvimento sustentável a especialização técnica profissional. Entende-se pelas que para a região além do ensino básico, existe demanda e necessidade de implantar cursos técnicos e profissionalizantes, como por exemplo o Técnico Agrícola, Agrimensura entre outros.

2.4 IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO NA AGRICULTURA

Abre oportunidades para os negócios, satisfazendo as necessidades das pessoas e a realizações dos objetivos, metas e até sonhos.

Contribuir na economia, com inovação, competitividade e buscando sempre o melhor desempenho.

Devem ser analisados programas e projetos de natureza social, pois são importantes para o estabelecimento de diretrizes que norteiam a implementação e acompanhamento de políticas públicas primando o desenvolvimento rural sustentável.

3 AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mostrar os benefícios do desenvolvimento de uma produção sustentável. Hoje a sociedade do consumo pouco se importa com o meio ambiente. Evitar problemas como a monocultura, pois tem como um ponto fraco a degradação ambiental, pois será necessário queimadas para refazer o mesmo plantio. Também é importante a

inclusão de alimentos orgânicos.

4 CONTEXTO AGRICOLA ATUAL

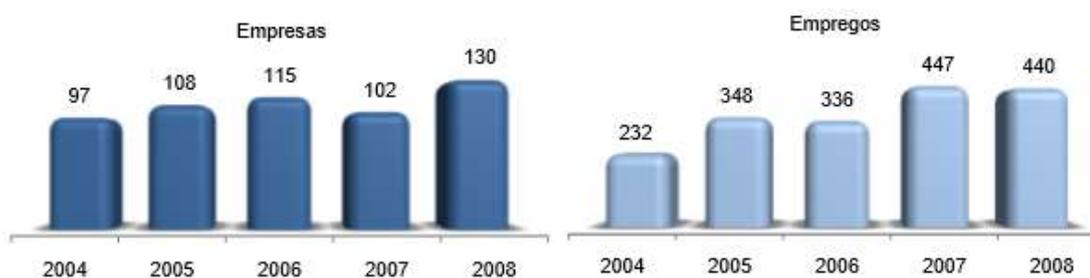
Estudar as propostas já existentes aplicadas pela prefeitura municipal. Já existem incentivos agrícolas por parte da prefeitura como:

- Cultivo de plantas frutíferas onde são distribuídas uma pequena variedade de frutas com orientações para o plantio correto. Destacamos Laranjas, Tangerinas Limões, Pessequeiros, Ameixas Parreiras.
- Fornecimento de produtos químicos.
- Participação da EPAGRO na educação agrícola.
- Participação de alguns agricultores em programas como o PRONAF, para iniciar suas atividades agrícolas.

5 ECONOMIA ATUAL

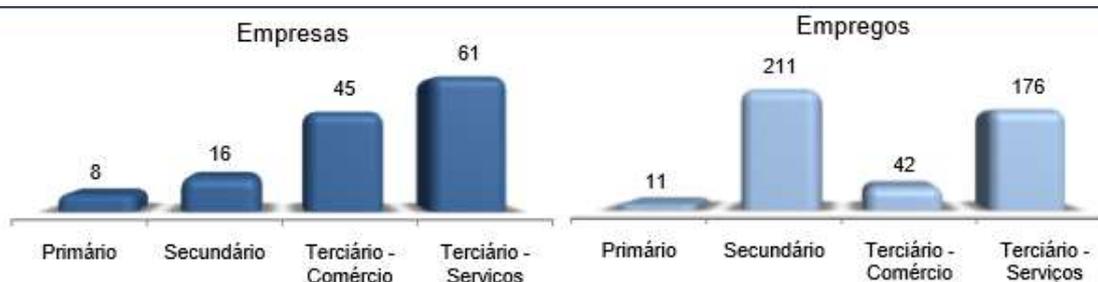
Em Major Gercino, tomando-se como referência dezembro de 2008, havia 130 empresas formais, as quais geraram 440 postos de trabalho com carteira assinada. O Gráfico 2 apresenta, em números absolutos, o volume de empresas e empregos no município no período de 2004 a 2008.

Gráfico Nº 2: Número de empresas e empregos formais em Major Gercino no período de 2004- 2008



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Outro fator de destaque são as empresas que fornecem serviços terceirizados, que são as que mais se destacam no município.

Gráfico Nº 3: Número de empresas e empregos formais de Major Gercino, segundo o setor – 2008

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais.

Em Major Gercino, a concorrência por uma colocação no mercado de trabalho formal determina uma relação de 6,6 habitantes por emprego. O gráfico a seguir, demonstra o comparativo desta relação frente ao estado e o país no ano de 2008.

Gráfico Nº 4: Relação habitante por emprego, segundo Brasil, Santa Catarina e Major Gercino – 2008

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC com base em dados do MTE - apoiados na Relação Anual de Informações Sociais e nas estimativas populacionais do IBGE de 2008.

Outro fator relacionado à economia é a origem de modelos de lavouras, as temporárias e as permanentes. Basicamente as temporárias são construídas em tempos específicos durante o ano, dependendo exclusivamente do clima das estações, como por exemplo, a plantação de batata inglesa, mandioca e cebola. Já as lavouras permanentes, são plantações que podem ser feitas durante todo o ano, sem intervalos que dependam do clima, por exemplo, a uva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia avança a cada dia mais, e espera-se conciliar as atividades do campo com este avanço. A vida no campo deve ser valorizada, e não deixar que as gerações seguintes se esqueçam ou se afastem deste meio.

Esperamos que com a apresentação deste projeto, as pessoas sejam

conscientizadas, e percebam que cada detalhe a sua volta possa contribuir para o seu crescimento e da sua população.

7 DA ACEITAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DOS RELATOS

As entrevistas seguiram o método informal, conforme propõe Gil (1999), e aplicadas com moradores da região e também do secretário de finanças local no intuito de esclarecer e conhecer com clareza a realidade local, sempre esclarecendo os objetivos e a aceitação da divulgação dos dados com sigilo relacionado ao indivíduo. Após cada entrevista as informações eram transcritas com a finalidade de não perder informações. As entrevistas com os moradores aconteceram entre os dias 13 e 21 de junho e com o secretário de finanças no dia 3 de setembro de 2014. O tema estudado no presente trabalho foi escolhido com objetivo de criar um plano de desenvolvimento econômico voltado à agricultura local.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS. Dados do município de Major Gercino. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/municipios/index.php?show=detalhes&municipio=13>>. Acesso em: 08 ago. 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- KLUWE, Razieri Berti. **Análise e ações para o desenvolvimento de Boiteuxburgo**. Florianópolis. 2005.
- NEUBAUER, Airton. Um olhar sobre a trajetória da educação: dos paradigmas conservadores ao paradigma emergente. ATHENA: **Revista Científica de Educação**, v. 8, n. 8, jan./jun. 2007.
- PREFEITURA DE MAJOR GERCINO. **Breve Histórico de Major Gercino**. Disponível em: <<http://www.majorgercino.sc.gov.br/major-gercino/>>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- PROJOVEM CAMPO, SABERES DA TERRA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Edição de 2009. Disponível em: <http://www.oei.es/pdfs/projovem_projetobase2009.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.
- ROOS, Rui. **Secretário de finanças**. Prefeitura municipal de Major Gercino, 04 de agosto de 2014.
- SEBRAE. Santa Catarina em Números. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Major-Gercino.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2013.

<http://www.bndes.gov.br> acesso em 25/10/2014

SEGHESE, Marcos Alberto. Projeto de vida no campo. Sistema de produção agrossilvipastoril diversificado, integrado, sustentável e orgânico. SETE BARRAS – VALE DO RIBEIRA –

SÃO PAULO Novembro / 2006. Disponível em:

<http://www.cesumar.br/graduacao/arquivos/projeto_vida_no_campo.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2014.

EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES COMERCIAIS E PRODUTIVAS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS (APLS) CALÇADISTAS DE SÃO JOÃO BATISTA

José Luiz Fernando Vargas¹
Ana Carolina Angioletti²
Lucas Schaefer³
Viviana Reis Picolli⁴
Luiz Felipe Haider⁵

Resumo: O presente trabalho faz uma análise das condições comerciais e produtivas das empresas de calçados da região de São João Batista, Estado de Santa Catarina. Esta aglomeração produtiva de empresas é a mais importante do estado no segmento calçadista e ocupa a sétima posição do Brasil, que figura como o terceiro maior produtor e o quinto maior exportador mundial de calçados de acordo com a ABICALÇADOS (2014). As empresas estão se esforçando para modernizar suas estruturas produtivas visando torná-las mais competitivas, porém esta estrutura apresenta deficiências em pontos importantes do processo de fabricação, como em técnicas de produção e em capacitação tecnológica. Por fim, avaliar as condições produtivas e comerciais das empresas que compõem o arranjo produtivo de calçados de São João Batista, bem como apresentar proposição de políticas de desenvolvimento para o município e desenvolver novos segmentos de mercado, através de abordagem qualitativa, pesquisa descritiva e estudo de caso.

Palavras-chave: Indústria Calçadista de Santa Catarina. Condições comerciais e produtivas. Segmentos de Mercado.

1 INTRODUÇÃO

O polo calçadista de São João Batista foi escolhido por ser tratar de referência nacional. A indústria de calçados no Brasil é um ramo da indústria de transformação com significativa representatividade internacional. A produção encontra-se dispersa geograficamente no território nacional, contudo é mais representativa na forma de arranjos produtivos locais, sendo referência os situados no Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul; em Franca, Jaú e Birigui, em São Paulo; em Nova Serrana, Minas Gerais; Crato, no Ceará; e São João Batista, em Santa Catarina.

Este último arranjo produtivo constitui o principal espaço produtivo voltado à fabricação de calçados em Santa Catarina, estão presentes 181 empresas

¹ Aluno do curso de Administração 5ª. fase da UNIFEBE. E-mail: jhosef.vargas@hotmail.com.

² Aluna do curso de Administração 7ª fase da UNIFEBE. E-mail: anaangioletti@hotmail.com.

³ Aluno do curso de Administração 5ª. fase da UNIFEBE. E-mail: lucaschaefer_@hotmail.com.

⁴ Aluna do curso de Administração 5ª. fase da UNIFEBE. E-mail: vivianareispereira@unifebe.edu.br.

⁵ Professor orientador do Curso de Administração da UNIFEBE. E-mail: lfhaider2013@gmail.com.

direcionadas, em sua quase totalidade, à produção de calçados femininos para atendimento dos mercados nacional e internacional. Ao redor de tais empresas tem-se uma malha de empresas menores, tais como: – ateliês – formais e informais, desenvolvendo etapas da atividade produtiva, bem como a presença de fornecedores de insumos e equipamentos e de instituições de apoio.

O presente estudo busca avaliar as condições técnico-produtivas desse arranjo produtivo no intuito de demonstrar as bases em que as empresas produzem.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O processo de desenvolvimento da indústria calçadista brasileira teve início no século passado, quando a produção de calçados era desenvolvida em uma indústria local em pequena escala, com características artesanais. A partir de 1900, com a introdução de modernas máquinas para fabricação de sapatos, a atividade calçadista passou a se subdividir em profissões especializadas. No final do século XX, as fábricas maiores começam o processo de mecanização, reduzindo a individualidade artesanal, todavia; a indústria calçadista nacional ainda continuou a apresentar fortes características artesanais.

A microrregião de Tijucas é composta pelos municípios de Tijucas, Canelinhas, São João Batista, Nova Trento e Major Gercino, localizados ao redor do Rio Tijucas. A cidade de São João Batista apresenta a indústria calçadista como sua principal atividade econômica e aglomera aproximadamente 93% das empresas calçadistas dessa microrregião. Sua população gira em torno de 26 mil habitantes e está a cerca de 60 quilômetros da capital do Estado, Florianópolis.

A microrregião de Tijucas abriga grande número de MPEs calçadistas, totalizando 173 das 181 empresas da localidade, ou 95,6% do total de fábricas da localidade, ao passo que 4,4% são médias, oito fábricas calçadistas. Segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do FIBGE, as empresas calçadistas do arranjo apresentam a seguinte distribuição produtiva: 88,4% são especializadas na fabricação de calçados de couro; 11,0% são especializadas na fabricação de calçados de outros materiais, e as que fabricam tênis de qualquer material e calçados de plástico, as quais possuem participação menor que 1%. A partir

da distribuição dos trabalhadores na classificação proposta pela CNAE, 96% dos empregos são ofertados nas empresas especializadas na fabricação de calçados de couro, seguidos por 4% dos trabalhadores concentrados na fabricação de calçados de outros materiais.

As empresas calçadistas de São João Batista são de caráter familiar, passadas de pai para filho. As sociedades normalmente se formam por integrantes de uma mesma família e se caracterizam por serem todas de capital fechado e 100% nacional. Tradicionalmente, as empresas calçadistas de São João Batista são de caráter familiar, passadas de pai para filho. As sociedades normalmente se formam por integrantes de uma mesma família e se caracterizam por serem todas de capital fechado e 100% nacional.

2.1.1 As peculiaridades da indústria calçadista – cadeia produtiva

A preparação de couro e a fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados constituem o complexo industrial couro-calçadista. Ruppenthal (2001) divide as atividades industriais deste complexo em três grandes grupos:

- Indústria do couro: engloba as indústrias ligadas à valorização do couro: pecuária, abatedouros, frigoríficos, curtumes, fábricas de insumos químicos, etc;
- Indústria de calçados: além da fabricação do calçado em si, abrange a indústria de artefatos, vestuário e estofados, assim como fábricas de componentes, insumos químicos, máquinas e equipamentos;
- Rede de distribuição: engloba as atividades ligadas à distribuição do couro e de seus produtos manufaturados: agentes exportadores e importadores, atacadistas e distribuidores domésticos, redes de lojas dos fabricantes e lojas de departamento.

2.1.2 Arranjo e sistemas produtivos locais (APLS)

Os arranjos e/ou sistemas produtivos locais são aglomerações de diversos atores econômicos, políticos e sociais, representados por organizações e instituições privadas e públicas, por firmas de um determinado setor e outras de setores cujos vínculos se situam em diferentes interfaces ou redes organizacionais apresentando interdependências complementares à cadeia produtiva.

“A diferença entre sistema e arranjo é que as interações dos vários atores

locais deste último não são suficientemente desenvolvidas para caracterizá-lo como sistema” (CASSIOLATO e SPAZIRO, 2002, p.12).

Em um arranjo produtivo, empresas encontram-se concentradas numa certa localidade, estabelecem complementaridades e interagem umas com as outras, mas ainda não de maneira fortemente articulada. Num sistema produtivo local, por sua vez, as complementaridades e interações dos indivíduos, empresas e instituições que se dão no território do sistema produtivo local são pautadas em fortes articulações e relações de forma recorrente e sistêmica, formando um minissistema produtivo de insumo e de produto, setorialmente especializado, em um determinado local ou região.

Um arranjo ou sistema, todavia, não é delineado pelas fronteiras geográficas de um município. Suas fronteiras emergem de interações estabelecidas dos produtores de um setor com outros produtores, fornecedores, prestadores de serviços em atividades correlatas e articuladas a uma atividade econômica principal, bem como de instituições públicas e privadas de apoio do arranjo “voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (LASTRES et al., 2002, p.13).

Empresas e instituições públicas e privadas próximas em um determinado território permitem vínculos verticais e horizontais entre esses atores num amplo aspecto de interações cognitivas, cooperativas e estratégicas, as quais são suportadas por identidades socioculturais, tradições e pela confiança mútua dos agentes. Ademais, o desenvolvimento de códigos de comunicação própria nos locais incentiva o aprimoramento e refinamento das ligações entre as atividades desenvolvidas pelas empresas, prestadores de serviços tecnológicos e gerenciais, instituições de pesquisa e de testes e certificações, universidades, e assim por diante. Nestes termos, há uma ampla redução dos custos de transação nos arranjos produtivos locais pela não utilização da governança de mercado, mas de outras formas informais de instituições moderando e lubrificando as interações.

A análise dos arranjos e sistemas produtivos locais investiga os intercâmbios físicos (produtos e componentes), mas privilegia as trocas de informações e os conhecimentos específicos entre os atores locais que se encontram em uma determinada concentração de empresas de um setor. Neles ocorrem interações com empresas especializadas, fornecedores de equipamentos e insumos, institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional em alguma instância, a montante ou a

jusante, do estágio final do produto elaborado. Do mesmo modo, tais formas organizacionais promovem o melhoramento e a inovação em algum artefato tecnológico e organizacional específico e complementar aos processos de produção, comercialização e distribuição dos produtos, reforçando o compartilhamento de ativos tangíveis e intangíveis, complementares à principal atividade empreendida.

2.1.3 Processo produtivo

A manufatura do calçado, apesar de ser ajustável à automação, caracteriza-se por depender de intensiva mão-de-obra, a qual não requer qualificações especiais, e, as tecnologias empregadas na produção guardam ainda muitas marcas artesanais. As operações que envolvem a fabricação do calçado podem chegar a mais de 380 e o processo produtivo é subdividido em fases descontínuas, que podem ser desempenhadas em estabelecimentos e locais distintos, o que potencializa a subcontratação de trabalhadores para a realização de determinadas etapas do processo produtivo (COSTA, 2002).

A descrição das principais características de cada fase do processo produtivo do calçado apresentadas no próximo capítulo, está embasada nos trabalhos de diversos autores, tais como: Correia (2002), Guerrero (2004), Pasa (2004), Ruppenthal (2001) e SPDesign (2006). A organização do processo produtivo é subdividida em cinco fases descontínuas, modelagem, corte, costura, montagem e acabamento, em cada uma dessas etapas, são muitas e variadas as operações realizadas, de acordo com o tipo de calçado produzido.

2.1.4 Modelagem

Esta fase talvez seja a mais importante do processo produtivo, dado que é nela que se realiza toda a concepção do produto em si. Nesta fase que o estilista/modelista idealiza o produto final, considerando aspectos como a tendência da moda (tanto para o mercado interno quanto externo), os materiais a serem utilizados, a definição dos modelos e das formas que compõem o calçado.

É na modelagem que se encontram os gargalos dos fabricantes para exportação, pois os modelos normalmente são estabelecidos pelo próprio importador e, como o tempo de definição do modelo é muito extenso, ocasiona pressões sobre a produção para cumprir os prazos de entrega. Principalmente quando a empresa ainda

utiliza o tradicional pantógrafo, que faz a escala e corta a cartolina para os modelos.

2.1.5 Corte

Na fase do corte é quando, conforme determinado pela modelagem, a matéria-prima que comporá o cabedal e o solado são cortadas. No processo tradicional, o corte é realizado com facas e balancins. No primeiro caso, com o auxílio de uma matriz de papelão duro um profissional faz o corte manualmente de todas as peças com uma faca de sapateiro; nos balancins, o operador aperta um botão que aciona uma prensa hidráulica, esta possui uma navalha de aço que ao descer sobre o couro, que é movimentado pelo profissional, efetua o corte. Nos dois caso o operador, principalmente quando a matéria prima utilizada é o couro, deve observar o sentido das fibras, a elasticidade e a existência de defeitos para definir as posições do corte e minimizar o desperdício de material.

Nos processos mais avançados, integrado ao processo de modelagem por CAD, se aplicam na atividade de corte ferramentas como o CAM, que permite o corte da matéria prima através da programação de instruções computadorizadas. Resultando em um aproveitamento da matéria-prima bastante superior, dado que o controle da área a ser cortada é feito pelo computador. Deve-se ressaltar que as diferenças entre os processos tradicionais e os mais avançados é, em grande parte, determinado pelo tipo de matéria prima utilizada e seu grau de homogeneidade/heterogeneidade.

2.1.6 Costura

Estando as peças cortadas, passa-se para a fase da costura, que é quando o cabedal toma forma. Nesta fase são efetuadas inúmeras operações minuciosas que são realizadas segundo uma divisão do trabalho progressivamente em estágios distintos como: costura do cabedal no forro, colagem de reforços, aplicação de ilhoses, rebites, fivelas, etc. Em virtude destas diversas operações, o que exige grande número de mão-de-obra, a fase da costura é onde se encontram os estrangulamentos da produção. Deste modo, é onde se observa a maior descontinuidade do processo produtivo, pois as empresas terceirizam ou subcontratam outras empresas (ateliês) para efetuarem algumas partes desta fase da produção. Esta opção, além de desafogar a produção, pode ser vista como uma estratégia empresarial, pois os

terceirizados por não terem vínculos empregatícios com a empresa, favorecem a redução de custos para este serviço. Em contrapartida, existe a preocupação com a qualidade e confiabilidade do serviço prestado.

Em relação à automação para esta fase, existem máquinas de costura de controle numérico, porém de utilização restrita para alguns poucos tipos de costura e/ou de produto. Considerando-se os vários tipos de operação e as várias formas de realizar a união das peças de acordo com o produto final que se deseja obter, fica evidente a limitação existente para que se progrida na automação dessa etapa do processo e o predomínio da atividade manual.

2.1.7 Montagem

Nesta etapa o cabedal é unido ao solado, formando um único produto. De início a palmilha externa é fixada em uma forma que imita o formato do pé, em seguida se junta à sola ao cabedal nesta forma, prega-se o salto (se for o caso) e monta-se a biqueira, o enfraque e a calcanhadeira. Os processos de união destas partes são bastante variados, podendo ser: por colagem, em que o cabedal e a palmilha, uma vez montados, são prensados contra a sola; pelo método palmilhado, em que se costura a palmilha ao cabedal através de uma vira e esta é costurada à sola; ou, pelo método blaqueado, onde uma única costura une o cabedal, a palmilha e a sola, sendo que os pontos da costura na parte externa do solado são “escondidos” através de um entalhe, o que evita o atrito com o solo ao se caminhar, logo evita o desgaste da linha. Normalmente, esta fase conta com o auxílio de uma esteira transportadora que dita o ritmo do trabalho, enquanto a esteira se move, a equipe de trabalho vai efetuando as operações necessárias para montar o calçado.

2.1.8 Acabamento

O acabamento é a última fase do processo produtivo do calçado. Nesta fase ocorrem às tarefas finais da confecção, tira-se o calçado da forma, cola-se a palmilha interna, retira-se os excessos de cola, faz-se os retoques com tinta, cera, escova-se, enfim, é quando é feita a inspeção final do controle de qualidade, para posteriormente ser encaminhado à expedição para ser encaixotado. As operações do acabamento também podem ser dispostas em linha através de esteiras, que estabelecem um ritmo de trabalho. As principais inovações para esta etapa são equipamentos simples para

desenformar o calçado mais rapidamente, máquinas de secagem mais eficientes, adesivos, resinas e tintas de melhor qualidade e testes de inspeção extra fábrica mais conclusivos.

De modo geral, percebe-se que a indústria de calçados caracteriza-se pelo uso intensivo do trabalho e pela baixa complexidade tecnológica, sendo as tecnologias incorporadas e adaptadas de inovações tecnológicas originárias de outros setores da economia. Mesmo assim, nas últimas décadas vem passando por transformações no que tange o seu processo de produção, principalmente com a difusão de inovações relacionadas às tecnologias de base microeletrônica, incorporadas sob forma de máquinas e sistemas computadorizados. Todavia, o uso de tecnologia varia conforme os tipos de empresas e as mudanças não ocorrem de maneira homogênea em todas as fases do processo produtivo, algumas fases contam com inovações tecnológicas bastante desenvolvidas e outras ainda são muito carentes (PASA, 2004 e SPDesign, 2006).

As fases mais críticas são a da costura e a da montagem, onde a produção ainda mantém caráter bastante artesanal e intensivo em mão-de-obra devido à dificuldade na automação, fazendo com que a eficiência do processo ainda dependa predominantemente da habilidade do trabalhador. Em outras fases, como na modelagem, é possível utilizar equipamentos como o CAD, inclusive de forma integrada com equipamentos de transferência automatiza para o corte e manufatura, o CAM, formando o sistema CAD/CAM, especialmente quando se trata do processamento de materiais sintéticos ou de couro de qualidade mais elevada, cujos requisitos de uniformidade são bem mais elevados (SPDesign, 2006).

Entretanto, em virtude do custo de aquisição elevado dos equipamentos, que é muito maior do que uso da própria mão-de-obra, a adoção destas tecnologias encontra-se restringida, basicamente seu uso se limita a empresas de grande porte ou que compartilhem o uso dos equipamentos (PASA, 2004). Frente a esta situação, o processo produtivo operando sem a introdução de inovações tecnológicas apresenta certo grau de ineficiência, uma vez que estas permitem o aumento da qualidade, uniformidade dos produtos, ganhos de produtividade, minimiza as perdas de matéria-prima e reduz os custos variáveis.

2.2 O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

O surgimento da atividade calçadista no local remonta a 1926, quando o senhor Lindolfo Marcelino Pereira, após fazer um curso de sapateiro na cidade de Brusque, montou sua primeira sapataria na cidade de São João Batista. Até então, existiam na região apenas algumas tamancarias como, por exemplo, a do Senhor Eleutério Vargas, que funcionavam também como consertarias para atender os viajantes que por ali passavam (baseado em documento relatado pela Sra. Acila, viúva do Sr. Lindolfo, disponível na Biblioteca Pública Municipal de SJB, 2006).

Na primeira década do século XX com a instalação da primeira sapataria no município, o polo calçadista de São João Batista se desenvolveu nas décadas seguintes a partir de pequenas produções familiares e com a presença de artesãos vindos do Rio Grande do Sul que passaram seu ofício de geração a geração. Dessa época até o fim do primeiro quinquênio dos anos de 1980, tem-se uma longa fase de construção do arranjo produtivo.

No entanto, o período de maior expansão aconteceu na segunda metade da década de 1980. Nessa época o setor foi bastante favorecido por políticas públicas, como o retorno de ICMS, isenção de IPI, abundância de crédito, e um ambiente macroeconômico favorável oportunizado pelo plano cruzado. Entre estes fatores, o fechamento em 1992 da empresa Usati, produtora de açúcar na microrregião, que empregava cerca de 1.200 trabalhadores, foi um fator particular que contribuiu sobremaneira para o surgimento de novas empresas, pois muitos trabalhadores de posse de recursos financeiros provenientes de demissões passaram a se dedicar a fabricação de calçados.

O polo chegou a produzir nessa época 20.000 pares por dia e empregar em torno de 4.000 trabalhadores em aproximadamente 300 empresas. Entretanto, no final do ano de 1987, um aumento de 100% no preço do couro, e a dificuldade de repassar o custo ao produto, fez com que o polo perdesse 35% das suas empresas. Esse período entre a segunda metade dos anos de 1980 e o início dos anos de 1990 pode ser entendido como a segunda fase de constituição desse arranjo produtivo, sendo marcada pela sua rápida expansão.

A terceira fase teve início a partir da segunda metade dos anos 1990 e foi marcada por movimentos de crescimento do número de empresas com processos produtivos e organizacionais modernizantes. Neste contexto, salienta-se que os

primeiros anos do Plano Real contribuíram de forma efetiva para o surgimento de novas empresas, ancorado na estabilidade da economia, aquecimento do mercado consumidor, melhoria financeira das empresas, condições creditícias e política cambial apreciada. O fato de as empresas do polo de São João Batista apenas terem iniciado suas atividades exportadoras na década de 1990, e de maneira bastante tímida, preservou o polo dos efeitos negativos da conjuntura econômica da época. Entretanto, esse ambiente de abertura econômica e câmbio apreciado foi bastante desfavorável à indústria calçadista nacional no que se refere às exportações.

O padrão de concorrência da indústria calçadista passou por grandes transformações, registrando-se nas últimas décadas uma perda relativa da importância do custo salarial como determinante da competitividade do setor. O preço da mercadoria deixou de ser o único fator que decide sua demanda e outros atributos passaram a ser mais relevantes.

Devido a estas mudanças, os fabricantes de calçados têm se empenhado para tornar seus produtos cada vez mais diferenciados, buscando novos materiais, investindo no design e qualidade, criando novos estilos, etc. Desta forma, contribuem para que a principal característica dos produtos do setor calçadista, a heterogeneidade, seja intensificada. Estas diversidades são em amplos aspectos: sazonalidade, exigindo que os lançamentos sejam realizados de acordo com a coleção primavera/verão e outono/inverno, tendência da moda, confecção em diversas matérias-primas, distintas funcionalidades, e, atendimento a mercados distintos: feminino, masculino e infantil (COSTA, 2002).

Os calçados classificando-se em sapatos, botas, sandálias, tênis e chinelos. Por sua vez, cada um destes tipos pode se subdividir: os sapatos, por exemplo, subdividem-se em: sapatos de moda (sociais e casuais) e de trabalho; os tênis podem ser esportivos e casuais; as sandálias podem ser sociais, casuais, de salto alto ou baixo; as botas de cano alto ou baixo, etc.

Além dos vários tipos de calçados, existem distintas matérias-primas que podem ser utilizadas na sua fabricação, tanto no cabedal como na sola. Por muitos anos, os calçados foram tradicionalmente feitos de couros. Entretanto, com o desenvolvimento da petroquímica e o surgimento de materiais sintéticos, outras opções se abriram e os fabricantes de calçados começaram a introduzir estas matérias-primas alternativas, vistas como inovação para o setor e que resultam em produtos menos custosos e de grande semelhança com o produto natural.

Assim, atualmente há uma variedade de materiais disponíveis para a confecção dos calçados. A seguir, baseando-se em Guerrero (2004) e Ruppenthal (2001), apresentam-se alguns destes materiais:

Couro: é considerado um material nobre, pode ser utilizado praticamente em todas as partes do calçado, mas normalmente sua utilização é no cabedal. As principais vantagens são a capacidade de amoldar-se, boa resistência ao atrito e maior vida útil. O couro de boi, devido sua maior oferta, é o mais empregado (cerca de 70% do total).

Materiais têxteis: tanto os tecidos naturais como os sintéticos são usados no cabedal e forros, além de possuírem preço mais atrativo, possuem características como leveza e flexibilidade. São empregados principalmente em calçados infanto-juvenis e em tênis.

Laminados sintéticos: são materiais construídos a partir de um suporte (tecido, malha) sobre o qual é aplicada uma camada de material plástico (PVC ou poliuretano).

Materiais injetados: são utilizados na injeção de solados e saltos. O PVC (policloreto de vinila) é empregado na sola tem custo relativamente baixo. O Poliuretano (PU) é empregado em solas e entressolas, é durável, flexível e leve. O ABS é utilizado especificamente na fabricação de saltos, por possuir ótima resistência ao impacto e à quebra. O TR (borracha termoplástica) é utilizado na produção de solas e saltos baixos.

Materiais vulcanizados: um desses materiais é a borracha natural, que possui excelente resistência ao desgaste, boa aderência ao solo, é leve e flexível. O EVA (copolímero de etileno e acetato de vinila) é um dos materiais mais utilizados no Brasil, é um material mais leve e macio para solas, podendo ser produzido em várias cores.

Além dos materiais citados se tem ainda os metais, os materiais celulósicos e a madeira, muito em evidência atualmente na confecção de solados para calçados femininos.

2.3 SURGIMENTO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADO DE SÃO JOÃO BATISTA

Foi fundado em 15 de maio de 1990, com uma corporação sob forma de associação sindical, com sede em São João Batista, mas abrange o município de Tijucas, Canelinha, Nova Trento e Major Gercino/SC.

O sindicato tem por fim a apresentação e a defesa dos interesses da categoria econômica dos fabricantes de calçados e acessórios, e prestadores de serviços, reivindicando, fiscalizando, propondo soluções, participando de eventos e promovendo soluções estratégicas para promover o desenvolvimento empresarial, educacional e social, dentre outros bem como para prevenir e combater problemas relacionados com as respectivas atividades econômicas.

2.4 INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Dentro de um quadro teórico definitivo, por muito tempo o progresso técnico foi um fenômeno não totalmente dimensionado, devido ao fato do estudo da inovação tecnológica não ter sido muito abordado pela análise econômica.

Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com base nos trabalhos desenvolvidos por Schumpeter sobre as premissas para o desenvolvimento econômico, passou a haver esforços significativos no sentido de elaborar uma “Teoria da Inovação”, acabando por fundar o que atualmente se chama de Economia da Inovação.

2.5 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com o passar dos últimos 20 anos, de acordo com Garofoli (1993), observa-se o surgimento progressivo de novos modelos de desenvolvimento que incorporam o nível local, que tradicionalmente se situava à margem das estruturas teóricas. As regiões têm agora a possibilidade de promover seu desenvolvimento, aproveitando suas características próprias, que determinam, na grande maioria, a capacidade para criar novas formas de atividade econômica e fortalecer as existentes.

Cavaco (1996), utiliza o termo “desenvolvimento local” para mostrar o processo em que os locais, munidos de seus mais variados recursos, despertam princípios de promoção do bem-estar coletivo, iniciando certas atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar mediante estratégias de baixo impacto socioambiental.

Deste modo, Masutti (1998) destaca que o desenvolvimento local, está intocado no que com relação às políticas públicas e análises acadêmicas, que depende da formação de um processo inovador e empreendedor, fortemente articulado ao território, onde um dos fatores condicionantes é a origem do

investimento, o que constitui o novo paradigma do desenvolvimento econômico.

No tocante à cadeia produtiva nas APLS (arranjos produtivos locais) de São João Batista, existem quatro representantes de fábricas de cola de outros locais e uma fábrica de cola na cidade inaugurada recentemente. A produção de solados e palmilhas, que a princípio apareceu com o intuito de atender às necessidades dos fabricantes locais de calçados, transformou este espaço produtivo num dos principais polos fabricantes do produto, tornando-se responsável pelo abastecimento de uma parcela considerável das demandas de solados e palmilhas em nível nacional. Deve-se destacar também a presença de curtumes, empresas de cartonagem (caixas para embalagem) e metalúrgicas na localidade, agindo no sentido de produzir um montante considerável de componentes para a produção de calçados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um nível de escolaridade baixo por parte dos empresários pode significar um entrave para a aquisição de novas tecnologias para as empresas. Pois, não possuindo o conhecimento que um curso de graduação superior poderia lhe fornecer, ele fica carente de bases que o auxiliariam a compreender melhor os novos processos que vão surgindo no mercado. Sentindo-se receoso para aceitar propostas inovativas, bloqueia suas chances de tornar sua produção mais eficiente e aumentar sua competitividade via introdução de inovações.

Todavia, deixa-se claro que um grau de instrução elevado não é condição essencial única para ser um bom empresário, é necessário ter feeling para o negócio e conhecer a atividade que deseja atuar.

Com relação aos produtos das empresas calçadistas do polo de São João Batista, registrou-se que elevada parcela da produção (95%) é de calçados para atender o público feminino adulto. Em conformidade com uma das características do setor, a de que as indústrias de calçados operam em aglomerados e se especializam em mercados específicos, à medida que a forma de cluster industrial foi se intensificando, as empresas procuraram cada vez mais se especializar no mercado feminino. Por esta ação, se beneficiam das vantagens competitivas proporcionadas quando todas as empresas de um mesmo aglomerado se especializam em produtos com especificidades semelhantes.

Notou-se que o couro deixou de ser a matéria-prima mais utilizada na

confeção dos calçados, principalmente na fabricação de sandálias, tamancos e chinelos casuais. Este é um ponto importante, significando que as empresas do polo de São João Batista estão aderindo uma das inovações para o setor, que são os novos materiais sintéticos lançados no mercado, que tornam os produtos mais baratos e com grande semelhança ao produto natural. Porém, quando as empresas são especializadas em calçados sociais finos, o couro ainda prevalece, pois exigem uma maior agregação de valor aos produtos.

Portanto, explanadas as características, conclui-se que o sistema de produção das empresas da indústria de calçados de São João Batista apresenta algumas deficiências em determinados quesitos que, se fossem implantados/melhorados, levariam à constituição de um processo produtivo totalmente eficiente. Entretanto, pode-se dizer que, a suposição de que as empresas fabricantes de calçados da indústria de São João Batista têm se esforçado para reestruturar seu processo produtivo e buscado novas formas para organizar da produção, se confirma. Visto que, mesmo que todas as empresas ainda não estejam no mesmo patamar de modernização, são evidentes as transformações ocorridas no polo nos últimos anos. Estas salutares mudanças, tanto nos produtos quanto no processo produtivo, são resultado do empenho dos empresários em ampliar as vantagens competitivas de suas empresas via o desenvolvimento de inovações tecnológicas e organizacionais.

REFERÊNCIAS

- ABICALÇADOS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS. **Resenha estatística (vários anos)**. Disponível em: <<http://www.abicalcados.com.br>> Acesso em: 04 ago. 2014.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – **Perfil Municipal**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-joao-batista_sc#caracterizacao> Acesso em: 04 ago. 2014.
- CASSIOLATO, J. E.; SPAZIRO, M. **Aglomerações geográficas e sistemas produtivos e de inovação. Promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas brasileiras**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE/REDESIST, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj/redesist>>. Acesso em: 27 nov. 2002.
- CAVACO, C. **Turismo rural e desenvolvimento local**. In: RODRIGUES, A. B. (org) **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. P. 94-121.
- COSTA, A. B. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Cadeia: couro-calçadista. Campinas:

Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia, 2002.

GAROFOLI, G. **Economic development, organization of production an territory.** Revenue d'Economie Industrielle, n. 64, p. 22-37, 1993.

GUERRERO, Glaison Augusto. **Avaliação da dinâmica dos processos inovativos das micro e pequenas empresas do arranjo produtivo calçadista da região de Birigui – SP.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós- Graduação em Economia. Florianópolis, 2004.

LASTRES, et al. Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil. In: LASTRES et al (Coord.). **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil.** Brasília: Sebrae, 2002. p.11-16.

MASUTTI, S. L. **Modelo para o Desenvolvimento Produtivo Planejado: aplicação à região sudoeste do Paraná.** 1998. Dissertação de Mestrado – Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 1998.

PASA, Carla Regina Rauber. **Modelo de avaliação da performance social empresarial.** Florianópolis: UFSC, 2004. 277 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA/SC. Disponível em: <<http://sjbatista.sc.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2014.

RUPPENTHAL, Janis Elisa. **Perspectivas do setor couro do estado do Rio Grande do Sul.** Florianópolis: UFSC, 2001. 244f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

SPDesign. São Paulo Design. **Diagnósticos Setoriais – Couro e Calçados.** Disponível em: <<http://www.spdesign.sp.gov.br/principal.htm>> Acesso em: 22 set. 2014.

BUEIRO ECO INTELIGENTE

Brenda Correa Mota¹
Jhony Antunes²
Leonel Alves Nunes³
Enedina Maria Darella⁴
Maria José Menegaz⁵

Resumo: Tendo em vista algumas ocorrências do município de Tubarão, busca-se propor, através de um projeto inteligente e ecológico, a alternativa para diminuir os casos de alagamentos em alguns pontos da cidade. Será elaborado um detalhado e preciso estudo para implantar o Bueiro Eco-Inteligente, trata-se de um cesto que será colocado nos pontos de maior casos de alagamento na cidade de Tubarão, esse cesto irá recolher os resíduos sólidos que por sua vez caem nos bueiros através da água da chuva, impedindo que os resíduos causem o entupimento dos bueiros.

Palavras chave: Ecologia. Sustentabilidade. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco o desenvolvimento de um projeto para a melhoria na qualidade de vida na cidade de Tubarão, Santa Catarina.

Tubarão é um município situado ao sul do estado de Santa Catarina, sua população de acordo com o IBGE (2010) é de 98.503 habitantes. O nome da cidade deve-se ao “rio Tubarão”, rio este que corta a cidade. Outra versão encontrada para o nome da cidade de Tubarão está relacionada ao nome de um cacique muito influente que habitava a região.

Atualmente um dos fatores relevantes dos centros urbanos são os destinos dados aos resíduos sólidos produzidos pela população que a cada dia tende a se concentrar mais nas cidades. Desta forma, torna-se cada vez mais comum a preocupação que os órgãos públicos possuem para gerir tais problemas resultantes do acúmulo de pessoas neste ambiente urbano. Portanto o presente projeto tem como problema de pesquisa: Alagamentos ocasionados por falta de manutenção, e vistorias

¹ Brenda Correa Mota. Estudante da 5ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Sul de Santa Catarina - E-mail: brendamota2@gmail.com.

² Jhony Antunes. Estudante da 5ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Sul de Santa Catarina. E-mail: jhony.antunes@hotmail.com.

³ Leonel Alves. Estudante da 5ª fase do curso de Engenharia Civil da Universidade Sul de Santa Catarina. E-mail: leoanunes@gmail.com.

⁴ Enedina Maria Darella. Professora PROESDE. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: enedinadarella@gmail.com.

⁵ Maria José Menegaz. Coordenadora do curso PROESDE. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: maria.farias@unisul.br.

em bueiros.

É como objetivo geral desenvolver um projeto nos bueiros convencionais, para solucionar os vários acontecimentos de entupimento de bueiros, através de um sistema inteligente e sustentável. Sendo que os objetivos específicos são:

- Levantar das áreas mais afetadas por alagamentos;
- Preparar dos bueiros para instalações de equipamentos;
- Adaptar dos cestos e sensores.

O presente estudo justifica-se pela necessidade de gerir o problema relacionado ao entupimento de bueiros, situação esta causada pelos lixos produzidos pela população e pela falta de cuidado destes. Estes resíduos sólidos são acumulados nos bueiros convencionais e provocam seu entupimento que em consequência resultam em alagamentos na cidade em dias de chuva, causando transtorno de locomoção em toda a cidade.

Devido os vários acontecimentos de entupimento de bueiros, ocasionados pelo acúmulo de lixo nas ruas, impedindo o escoamento das águas, foi desenvolvido uma solução, através de um cesto adaptado em bueiros convencionais, ligado a uma central, através de um sensor que comunica a central quando o mesmo chega a 80% da sua capacidade.

Ressalta-se que situações de alagamentos nas ruas não é um problema apenas e exclusivo da cidade de Tubarão, mas de muitas cidades do estado, país e mundo, podendo desta forma a ideia beneficiar muitas pessoas.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Através do estudo foi possível identificar as principais áreas na cidade com propensão a alagamentos em períodos de chuvas e devido a esta constatação, sugere-se um estudo mais aprofundado e a elaboração de um projeto que venha a contribuir para uma melhor qualidade de vida dos munícipes. Desta forma foi estudado os pontos que na região necessitam de melhorias.

A ideia discutida e apresentada torna-se viável devido ao baixo custo de instalação e benefício que poderá ser alcançado. Evidencia-se aqui que parte do material recolhido com o equipamento instalado poderá servir de matéria prima transformando em um novo cesto para o mesmo fim, tornando sustentável a operação.

Para este projeto acredita-se que é possível ter como aliados os seguintes

órgãos:

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – Responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pela condução dos programas e projetos de promoção do desenvolvimento nas escalas macro, micro e sub-regionais. É composta por dois departamentos, o de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e o de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional, que atuam de maneira integrada, garantindo a convergência de estratégias e objetivos nas fases de planejamento e execução das ações e projetos de desenvolvimento regional e local.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - Instituição educacional orientada para a produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão. Atuando em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presenciais e a distância.

O projeto constitui de um objetivo central, problema ou uma fonte geradora de problemas, na qual exige uma atividade para sua resolução.

Um projeto percorre várias fases sendo:

- O empreendedorismo não repetitivo, no qual origina um evento que não faz parte da rotina da empresa. Torna-se algo novo para as pessoas que irão realizar;
- Sequência clara e lógica de eventos, o projeto é caracterizado por sequência clara e lógica de eventos de modo a permitir que, durante a execução, o acompanhamento e o controle sejam precisos;
- Início, meio e fim, todo o projeto respeita um determinado ciclo, isto é, tem uma característica temporal. Muitas vezes o término de um projeto coincide com o início de outro.
- Objetivo claro e definido, é de fundamental importância saber onde quer chegar;
- Conduzido por pessoas, o fundamental de qualquer projeto é o homem. Sem ele, o projeto não existe, mesmo que se disponha de modernos equipamentos de controle e gestão;
- Parâmetros pré-definidos, todo projeto necessita estabelecer valores para prazos, custos, pessoal, material e equipamentos envolvidos, bem como a qualidade desejada para o projeto.

Os projetos atingem todos os níveis da organização. Podem envolver uma pequena quantidade de pessoas, ou milhares delas. Podem levar menos de um dia,

ou vários anos. Podem ser aplicados a todas as áreas do conhecimento humano, e muitas vezes precisa ser subdividido, de fácil gerenciamento e controle, chamadas subprojetos (KEZNER, 2002).

O presente projeto beneficiará a cidade nos seguintes quesitos: problemas de enchentes, alagamentos, causados pelos entupimentos de bueiros por lixos, tais como: garrafas pet, papéis, sacolas plásticas, e outros materiais que muitas vezes são jogados nas ruas. Facilita também, a manutenção, tornando o trabalho mais eficaz, e salubre.

Uma das vantagens do Bueiro Eco-Inteligente é a agilidade no trabalho, os bueiros convencionais levam em média meia hora para serem limpos, em um dia são limpos em torno de 20 a 40 bueiros, já com o bueiro eco inteligente leva cerca de 5 minutos, e no dia poderá ser limpo cerca de 200 a 250 bueiros, tornando o trabalho fácil, eficaz, e melhores condições para os trabalhadores que os fazem.

2.1 HISTÓRICO DA CIDADE

Em meados de 1773, com a abertura do caminho entre Lages e Tubarão, iniciou-se a povoação. O rio Tubarão parte da rota Lages a Laguna, em 7 de maio de 1836 foi criada a paróquia de Tubarão Nossa Senhora da Piedade, assim Tubarão desmembrou-se de Laguna. A imigração européia, a implantação da EFDTC – Estrada de ferro Dona Thereza Christina, criação da comarca de Tubarão, foram responsáveis diretos pelo desenvolvimento econômico do município. Em 1974 o município foi atingido por uma catastrófica enchente. Causou a morte de 199 pessoas e desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes da cidade. (VITTORETTI, S/D).

Ainda para o autor, em 1974 o município foi atingido por uma catastrófica enchente. Causou a morte de 199 pessoas e desalojou 60 mil dos 70 mil habitantes da cidade. A grande enchente ocorreu em 24 de março de 1974. No dia 22, sexta-feira, as chuvas da tarde foram mais intensas nos costões da serra, aumentando sensivelmente o volume dos rios, alagando as áreas baixas. No sábado, dia 23, a prefeitura e o Corpo de Bombeiros haviam se mobilizado para socorrer a população dos bairros mais alagados. À tarde a chuva caía forte e ininterrupta. Já havia muitos desabrigados. Várias pessoas estavam deixando suas casas, deslocando-se para lugares mais elevados, como por exemplo o morro da cathedral. Mas alguns moradores permaneceram em suas casas, sem acreditar que a água fosse além do que estavam

vendo. Uma multidão espreitava nas margens do rio, que subia rapidamente. Por volta das 18 horas, a ponte pênsil foi tragada, e a partir daquele momento as águas invadiram o centro comercial. O bairro Oficinas e a margem esquerda foram tomados pela água, em níveis variando de 20 centímetros a 1 metro. A noite de domingo foi dramática para os moradores das áreas pouco inundadas na noite de sábado, que sentiram repentinamente a água invadindo suas casas e crescendo com forte correnteza. No dia 27 de março o sol despertou radiante.

As águas do rio começaram a baixar deixando atrás de si uma impressionante camada de lama que variava de 30 centímetros a 1,20 metro. (VITTORETTI, S/D)

2.2 GERAÇÃO DE LIXO NO BRASIL

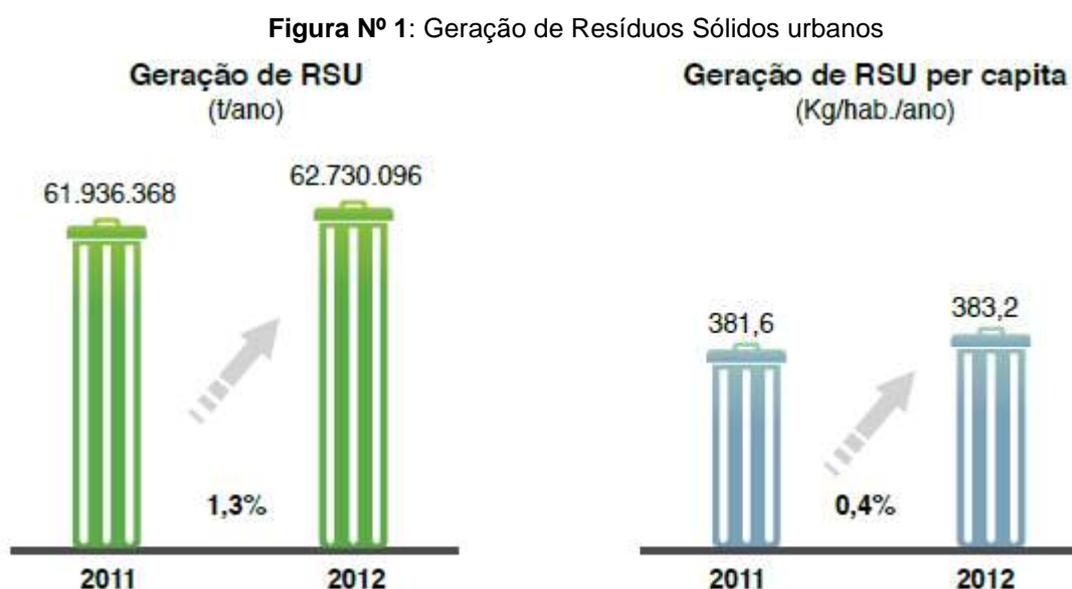
A situação encontrada no município de Tubarão – SC, não é exclusiva da cidade, pois tal problema enfrentado na cidade afeta toda a população do Globo, ou seja, é uma realidade vivida por praticamente todas as cidades do mundo. Dionysio e Dionysio (2013, p.113), afirmam que “Materiais sem utilidade se amontoam indiscriminada e desordenadamente, muitas vezes em locais indevidos como lotes baldios, margens de estradas, fundos de vale e margens de lagos e rios.” Ainda para os autores, “É inevitável a geração de lixo nas cidades devido à cultura do consumo.”

Boa parte do lixo produzido no Brasil termina em lugares inadequados, entretanto, nos últimos anos existem campanhas para coleta seletiva do lixo . De acordo com Dionysio e Dionysio (2013, p.113), “a palavra lixo é derivado de *lix* que em latim significa cinzas, já que durante um tempo, grande parte dos resíduos era formado por cinzas provenientes da queima de lenha”. Ainda para os autores lixos são “materiais que não apresentam serventia para quem descarta pode ser matéria prima para um determinado produto ou processo, mas nem sempre este descarte chega a quem pode utilizá-lo de alguma forma”. Dionysio e Dionysio (2013, p. 113), defendem que “o consumo cotidiano de produtos industrializados é responsável pela contínua produção de lixo”.

Na última década, 40 milhões de brasileiros ascenderam socialmente. Essa nova classe média passou a consumir mais, e quem consome mais gera mais lixo. Nos últimos dez anos, a população do Brasil aumentou 9,65%. No mesmo período, o volume de lixo cresceu mais do que o dobro disso, 21%. É mais consumo, gerando mais lixo, que nem sempre vai para o lugar certo. Segundo a ABRELPE (2010)

apenas no ano passado, foram descartados 24 milhões de toneladas de resíduos em lugares inadequados. Isso seria suficiente para encher 168 estádios de futebol do tamanho do Maracanã.

Em dez anos, de 2003 a 2012, a geração de lixo por pessoa aumentou de 955g por dia para 1,223 kg. Ainda para ALBREPE (2012), “a geração de resíduos sólidos no Brasil cresceu 1,3% de 2011 para 2012, índice que é superior à taxa de crescimento populacional urbano no país no período, que foi de 0,9%”.



Fonte: Pesquisa ALBREPE e IBGE

Desta forma torna-se evidente que estes resíduos sólidos irão causar impactos nas cidades principalmente nas redes de esgotos. Aliado a este fator as mudanças climáticas vem causando em algumas estações do ano muita chuva resultando em enchentes e alagamentos gerando muitos transtornos a população de algumas cidades, um problema agravante para esta situação, são os entupimentos de bueiros, gerados principalmente pela falta de consciência da população, em jogar lixo nas ruas, esta por sua vez vem crescendo, gerando assim um aumento proporcional de resíduos, bem como a falta de infraestrutura oferecida pelas cidades. “Além destes impactos, em relação aos recursos hídricos, ainda existem aqueles causados pela deficiente infra-estrutura urbana: obstrução de escoamentos por construções irregulares, obstrução de rios por resíduos, projetos e obras de drenagem inadequadas”. (DIONYSIO; DIONYSIO, 2013, p. 114).

Muitos moradores não consideram agressivas ações de descasos com o lixo produzido e desta forma contribuem para destruição do meio ambiente.

As atividades cotidianas condicionam o morador urbano a observar determinados fragmentos do ambiente e não perceber situações com graves impactos ambientais condenáveis. Casos de agressões ambientais como poluição visual e disposição inadequada de lixo refletem hábitos cotidianos em que o observador é compelido a conceber tais situações como “normais”. (DIONYSIO; DIONYSIO, 2013, p. 114)

Desta forma acredita-se que as pessoas devem tomar consciência de seus atos, serem responsáveis e melhorar seus hábitos.

2.3 ATIVIDADE SUSTENTÁVEL

Atualmente fala-se muito em atividades sustentáveis nos setores de construção civil, desta forma, Sattler (2013, p. 222), afirma que “as práticas sustentáveis na área da construção ainda são limitadas e, em sua maioria, tiveram início durante a última década.”

Ainda para o autor,

O tema sustentabilidade é relativamente novo para estudantes de arquitetura e engenharia, no Brasil, e mesmo no exterior. Para aumentar a consciência de futuros profissionais e permitir o benefício da colaboração e intercâmbio de conhecimento e experiências, entre aqueles já envolvidos com o tema, várias iniciativas estão em desenvolvimento no país, tanto a nível nacional, assim como regional e localmente. (SATTLE, 2013, p. 222)

De acordo com Moreira (2003, p. 9) “para haver desenvolvimento sustentável é necessário atender as necessidades da geração atual, sem colocar em perigo a capacidade das futuras de satisfazer as suas”.

Desta forma esta nova alternativa que visa trabalhar com atividades sustentáveis tem se mostrado eficiente principalmente no setor de construção civil que poderá de certa forma beneficiar toda a população sem causar danos futuros.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de observação direta, é uma técnica de levantamento sem contato direto com o cliente. Consiste na visita ao local onde será implantado o sistema, observação e anotação dos dados observados no processo diário do trabalho do cliente. Tem a vantagem de não ter a interferência do cliente, portanto os dados não são manipulados pelo mesmo, então, as informações são colhidas de forma imparcial.

Com a pesquisa é possível chegar a um estudo mais profundo da realidade

do município. A pesquisa também se enquadra como pesquisa experimental, neste tipo de pesquisa o investigador analisa o problema, constrói suas hipóteses e trabalha manipulando os possíveis fatores, as variáveis, que se referem ao fenômeno observado. A manipulação na quantidade e qualidade das variáveis proporciona o estudo da relação entre causas e efeitos de um determinado fenômeno, podendo-se controlar e avaliar os resultados dessas relações. Para Heerdt (2007, p. 82), O estudo de campo é “[...] um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica [...]”.

Os dados coletados serão analisados de forma quantitativa quanto a sua abordagem, buscando dados sobre locais em que há maior necessidade da implantação do sistema, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da pesquisa trabalhada.

O processo de execução deste projeto parte do princípio de que antes de qualquer passo é necessário estudar as áreas que será implantado o projeto, levando em consideração as medidas dos bueiros, obter o mapeamento das ruas e quantidade dos bueiros do município e a as áreas que possuem mais casos de alagamentos, a partir destes levantamentos vem por sequência a segunda etapa do projeto.

Nesta segunda etapa, busca-se apoio das partes envolvidas, buscando de forma econômica e sustentável dar continuidade as ideias iniciais. Nesta etapa, torna-se necessário a utilização de toda a infraestrutura e mão de obra em que a prefeitura do município disponibiliza, a partir disso damos sequência a mais uma etapa do projeto.

Nesta terceira etapa, é necessário a criação da forma, ou matriz, para a produção dos cestos e o recolhimento dos sólidos coletados pelos cestos para a fabricação dos mesmos.

Nesta quarta etapa, é necessário a criação de um sensor e um *software*, para obter o controle do sistema implantado, esse sensor deve avisar a uma central quando o cesto chegar a 80 % de sua capacidade, para que as equipes de manutenção possam recolher o lixo coletado. É necessário também, o local para ser instalada a central de monitoramento, e de pessoas capacitadas, para realizar o trabalho.

Na última etapa do processo, será feita a implantação do projeto, adaptando os cestos nos bueiros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos problemas enfrentados atualmente nas cidades são os lixos, estes interferem na qualidade de vida das pessoas que ali vivem, bem como, deixam um aspecto negativo na cidade. Um outro fator relevante é que estes lixos além interferirem na beleza da cidade causam outros problemas tais como: doenças, poluição e entupimento nas redes de esgotamento público entre outros.

A cidade de Tubarão a muito tempo sofre com este fator e por isso buscou-se estudar com maior profundidade o presente tema. Entretanto, pode-se afirmar que o projeto é viável devido ao baixo custo para implantação e o retorno que este trará para o município que é carente e que sofre com problemas de cheias desde outras décadas como consta no histórico da cidade, além do que o próprio material recolhido nos boeiros poderá servir como matéria prima para a confecção de novos cestos, tornando a atividade sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALBREPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2010**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2010.pdf>> Acesso em: 10 Out. 2014.
- _____. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2012.pdf>> Acesso em: 10 Out. 2014.
- ANTONIA, B. **Elaboração de Projetos**. Slideshare. 2010. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/julianoborgespp/elaborao-de-projetos-sociais>>. Acesso em: 14 out. 2015.
- DIONYSIO, Luis Gustavo Magro; DIONYSIO, Renata Barbosa. **Lixo urbano: descarte e reciclagem de materiais**. Disponível em: <http://web.ccead.puc-rio.br/condigital/mvsl/Sala%20de%20Leitura/conteudos/SL_lixo_urbano.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2014.
- ENTIDADES FINANCIADORAS DE PROJETOS. **Floripa em movimento**. 2014. Disponível em: <<http://floripaemmovimento.org/conteudo.php?&sys=bd&link=entidadesfinanciadoras>>. Acesso em: 15 out. 2014.
- FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas**. 2. ed. Florianópolis: Visual Books, 2011.
- HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica**. 5ª ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- KEZNER, H. **Características de um projeto**. Moodle. 2002. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=10931&chapterid=9963>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- MINISTÉRIO, N. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Integração**. 2014. Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/apresentacao>>
-

sdr;jsessionid=3F01FCDB40548F141B7E5580CC3ED843.lr2>. Acesso em: 18 out. 2014.

MOREIRA, Helion França. **O desenvolvimento sustentável no contexto do setor mineral brasileiro**. Monografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Curso de pós-graduação em Gestão Ambiental, 2003. 46f. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/desen_sust.pdf> Acesso em: 14 Out. 2014.

SATTLER, Miguel Aloysio. **Edificações e comunidades sustentáveis: atividades em desenvolvimento no NORIE/UFRS**. Disponível em: <<http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/189.pdf>>. Acesso em: 14 Out. 2014.

TRIGUEIRO, André. **Volume de Lixo**. 2013 . 2014 . Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/05/volume-de-lixo-cresce-em-proporcao-maior-que-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: 19 out. 2014.

UNISUL. **CONHEÇA A UNISUL**. 2014. Disponível em: <<http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul> >. Acesso em: 13 out. 2014.

VITTORETTI, Amandio. **Tubarão**. Disponível em: <<http://antigo.tubarao.sc.gov.br/a-cidade/historia>>. Acesso em: 10 Out. 2014.

LANÇANDO REDES: SEMEANDO OPORTUNIDADE PARA O AGRONEGÓCIOS

Jessica Machado Costa¹
Paula Z. Cardoso²
Rinaldo G. Cardoso Junior³
Enedina Maria Darela⁴
Maria José Menegaz⁵

Resumo: O presente estudo trata-se de um levantamento das oportunidades oferecidas nos pequenos municípios da região, bem como, das dificuldades destas cidades de tornarem-se rentáveis e autossustentáveis. Entretanto, unindo poderes públicos, instituição de ensino e comunidade beneficiada torna-se possível um desenvolvimento sustentável que propicie a permanência das pessoas na cidade, dando-lhes qualidade de vida e condições para seu desenvolvimento.

Palavras chave: Rentabilidade. Sustentabilidade. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

Pescaria Brava é um município brasileiro localizado no estado de Santa Catarina. É considerado um dos mais antigos povoados do litoral sul de Santa Catarina. Sua colonização, segundo historiadores, ocorreu há mais de 300 anos, com a chegada de imigrantes portugueses à região. Está situado a cerca de 120 km ao sul de Florianópolis e possui um território de 120,6 km². Um plebiscito, ocorrido em 2003, definiu sua emancipação do município de Laguna, mas instalado apenas em 2013.

Possui população estimada em torno de 9.416 habitantes (estimativa do IBGE para 2012), e é formado por descendentes de açorianos, italianos, alemães e outros.

Bom, alcançar o desenvolvimento de um município de forma eficaz e sustentável sempre foi um grande desafio para qualquer governo.

Municípios pequenos com poucas alternativas de receitas são comuns na região, entretanto a região dispõe de riqueza natural, bem como, solo e clima que permitem o desenvolvimento de atividades agrícolas que não causarão danos ao meio

¹ Jessica Machado Costa. Estudante da 5ª fase do curso de Direito da Universidade Sul de Santa Catarina - E-mail: jessica.firmiano@unisul.br.

² Paula Zelindro Cardoso. Estudante da 5ª fase do curso de Agronomia da Universidade Sul de Santa Catarina. E-mail: paulazelindroc@gmail.com.

³ Rinaldo G. Cardoso Junior. Estudante da 5ª fase do curso de Agronomia da Universidade Sul de Santa Catarina. E-mail: rinaldogazola@live.com.

⁴ Enedina Maria Darela. Professora PROESDE. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: enedina.darela@unisul.br.

⁵ Maria José Menegaz. Coordenadora do curso PROESDE. Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: maria.farias@unisul.br.

ambiente. Regiões com estas características permitem oportunidades inúmeras que muitas vezes exige baixo investimento e muita dedicação. Desta forma buscou-se apresentar propostas viáveis que promovam este desenvolvimento. Uma parceria feita entre a universidade, comunidade e órgãos governamentais poderá promover um desenvolvimento sustentável utilizando os conhecimentos da universidade, o interesse da comunidade e recursos da prefeitura local. De acordo com todas as informações tem-se como problema a ser estudado: Baixo desenvolvimento econômico do município de Pescaria Brava.

OBJETIVO GERAL

Apresentar propostas que promovam o desenvolvimento econômico do município.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar Análises de Produtividade do Solo;
- Propor Rotação de Cultura;
- Incentivar a Revitalização dos Cativeiros;
- Recuperar Áreas Degradadas;
- Incentivar os Pequenos Produtores.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

Primeiro serão coletadas amostras de solo de diferentes locais do município e especificar em laboratório o tipo de solo da região e quais culturas poderão se adaptar ao local e também analisar a compactação dos mesmos visando à resolução dos problemas encontrados.

Sabendo que as plantas se desenvolvem em épocas diferentes, é importante realizar a troca do plantio para o revolvimento do solo e gerar renda anual. Pode-se trabalhar com culturas anuais, nas quais necessariamente requerem rodízio de cultura.

É de conhecimento geral o problema do solo quanto aos cativeiros da região, onde atualmente encontram-se desativados por consequência de uma contaminação que acarretou na morte dos camarões, na época cultivados, impossibilitando seu

desenvolvimento. Vale lembrar que os tanques também servem para criação de outros tipos de cultivo.

Uma vez constatado áreas impróprias para a produção agrícola, visa-se estimular o plantio de árvores para outros fins, como o Pinus e o Eucalipto. Podem-se utilizar essas áreas também para a criação de animais como os suínos, gados de corte, entre outros.

Expor aos agricultores as possibilidades de produzir alimentos derivados de suas produções tornando possível a criação de microempresas derivadas de produtos orgânicos e coloniais.

O presente trabalho foi desenvolvido em sala de aula, sob a orientação da professora, identificando os pontos que na região necessitam de melhorias. Após discussão entre a equipe foi possível identificar a presente cidade que necessita de atenção por parte de toda a população.

Acredita-se que o trabalho é viável devido ao custo pois o mesmo poderá ser desenvolvido em conjunto com a UNISUL em parceria com a prefeitura da cidade.

Ressalta-se que o curso de Agronomia se mostrou interessado, os acadêmicos poderão ser a mão de obra utilizada no desenvolvimento do projeto e a prefeitura juntamente com a comunidade poderão participar dispondo de outros recursos.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

3.1 HISTÓRICO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA

Santa Catarina, embora seja um estado de pequena extensão territorial, possui suas riquezas e características próprias. “Santa Catarina, desde o início de sua formação econômica, teve por função suprir os núcleos exportadores do sistema econômico brasileiro como um todo, ou servir de território de passagem para cumprir tal função” (CEAG, 1980 apud MILHELS, 2001, p. 60). Michels (2001) ressalta que, a economia catarinense até meados de 1930, produzia praticamente para sua subsistência comercializando apenas alguns produtos excedentes como madeira, erva-mate, carvão e alguns produtos alimentares, a partir de 30 a economia no estado cresceu significativamente em virtude da demanda do país. Este crescimento foi influenciado pelo sistema viário do estado, onde neste período foi construído sistema

rodoviário que passou a ligar o sul com o sudeste do estado permitindo desta forma o escoamento das mercadorias das diversas regiões do estado. Entretanto, ressalta-se que o estado de Santa Catarina possui regiões produtivas com características diferenciadas. O Planalto é polo da pecuária e ramo madeireiro que desencadearam a indústria do papel No vale do Itajaí, com o pioneirismo dos imigrantes alemães, desenvolveu-se a importação e a indústria têxtil. Já o nordeste do estado, destacou-se na indústria metal mecânica e o material elétrico. Na região oeste, a indústria alimentar se expandiu com derivados de animais em maior escala. No sul, a extração do carvão mineral utilizado principalmente nas usinas siderúrgicas do país.

Para finalizar Michels (2001), afirma que o desenvolvimento de Santa Catarina se explica devido ao desempenho dos homens de visão ampla, que ousam empreender nas diversas áreas. No sul de Santa Catarina, a colonização tem como base a influência italiana (1875) entretanto, além dos imigrantes italianos a região pode contar com os imigrantes alemães e portugueses que em sua essência contribuíram para tal desenvolvimento. O autor ainda defende que a diferença fundamental da industrialização catarinense, em relação à nacional, se dá devido ao papel revolucionário dos imigrantes que encontraram na região uma oportunidade de crescerem economicamente. E sobre esta percepção investiram em áreas diversificadas o que promoveu o desenvolvimento de vários setores no estado. (MICHELS, 2001). Para Michels (2001, p.54), “destaca-se também nessa região, o importante significado da construção da estrada de ferro D. Tereza Cristina, ligando as cidades de Lauro Muller a Laguna, concluída no final do século passado (1883)”. Evidencia-se aqui que a cidade de Pescaria Brava até 2013 era distrito de Laguna cidade beneficiada pela Ferrovia D. Tereza Cristina. O autor ainda defende que a região recebeu outros imigrantes como os portugueses e alemães, e todos puderam contribuir para o desenvolvimento da região. Para Goularti Filho (2005, p.11), “A região sul de Santa Catarina é uma das mais diversificadas do estado.” Ressalta-se que “O bom desempenho da região, em larga medida, depende do bom desempenho da economia nacional” (GOULARTI FILHO, 2005, p. 11). Ainda para o autor, nos estudos de economia regional, muitas vezes este desenvolvimento foge do tradicional.

Santa Catarina se caracteriza por estrutura de pequenas e médias cidades, de uma agricultura familiar que tem demonstrado capacidade de superar suas dificuldades encontrando oportunidades nas alternativas de diversificação de culturas para seu desenvolvimento. Desta forma a policultura é uma forma de autoconsumo

como garantia contra imprevistos da natureza e do mercado (PAULILO; DE GRANDI; SILVA, 2003). Mello e Schmidt (2003, p. 74), defendem que [...] a diversificação das atividades é uma prática agrícola em geral mais favorável ao meio ambiente do que à monocultura [...]"

Mello e Schmidt (2003), destacam que no início dos anos 90 produtores de suínos da região oeste de Santa Catarina migraram suas atividades para a bovinocultura, pois parte do leite consumido no país era importado, podendo a região produzir com os recursos disponíveis, oportunizando na ocasião, um novo negócios para os agricultores. Deve-se salientar aqui que a produção de leite na região era apenas para sua subsistência e deste período em diante, passou a ser uma atividade comercial como fonte de renda para as famílias.

Uma das sugestões para a cidade de Pescaria Brava é a bovinocultura que pode ser explorada devido à sua vegetação e geografia.

3.2 SUSTENTABILIDADE

Nos últimos anos percebe-se uma grande preocupação da população com projetos sustentáveis, onde a comunidade participa priorizando a economia e o desenvolvimento.

Para Arrada e Quelhas (2010, p. 57), "A redemocratização do Brasil a partir da década de 1980 estabeleceu regras do jogo para a governança nacional condicionada a critérios - ainda que superficiais - de sustentabilidade". Diante desta afirmação o autor ainda defende que:

A) Promoção da participação – quanto maior for o grupo social, maiores serão a viabilidade e a sustentabilidade da ação;

B) Solidez da organização – um projeto desenvolvido por organização com sólida cultura de ações bem planejadas e gerenciadas terá maior potencial de impacto;

C) Qualidade da equipe – Quando há qualificação ética, política e metodologia, melhores condições para inovar serão obtidas, aprendendo com experiência e alcançando o objetivo;

D) Grau de conhecimento do contexto – Quanto melhor for o diagnóstico específico, menores os riscos de insucesso;

E) Ferramentas de Gestão – Na medida em que o projeto for gerenciado com

ferramentas e processos adequados, credibilidade, eficiência e eficácia serão bem atendidos (ARRUDA; QUELHAS, 2010).

O tema sustentabilidade é relativamente novo para estudantes de arquitetura e engenharia, no Brasil, e mesmo no exterior. Para aumentar a consciência de futuros profissionais e permitir o benefício da colaboração e intercâmbio de conhecimento e experiências, entre aqueles já envolvidos com o tema, várias iniciativas estão em desenvolvimento no país, tanto a nível nacional, assim como regional e localmente (SATTLER, 2013, p. 222).

Para Casuo (2012, p. 7), “a Sustentabilidade é um jeito de fazer as coisas e tomar decisões levando em conta as pessoas, o lucro e o planeta”.

Moreira (2003), afirma que o desenvolvimento sustentável visa atender necessidades atuais preocupando-se com a geração futura, desta forma estas gerações futuras não terão problemas com relação aos recursos, pois o autor defende que quando se trabalha com desenvolvimento sustentável existe um planejamento que permite dar condições de vida saudável aos futuros habitantes do meio.

Desta forma as estratégias sustentáveis sociais devem estar de acordo com as atividades que não agredem o meio ambiente, o ser humano, nem tão pouco provoquem situações de desperdícios.

Para Silva, Bazoli e Souza (2010), a sustentabilidade social refere-se às parcerias feitas entre empresas privadas, governo, sociedade civil e instituições públicas e privadas, preservando o bem estar da população, considerando valores sociais, éticos, culturais e políticos. Sustentabilidade é uma temática importante para o trabalho, fazer um fechamento tema, interpretando a citação e destacando a importância da sustentabilidade para este projeto.

Para tanto busca-se projetos sociais sustentáveis e promover empreendedorismo que não venha causar danos à sociedade de modo geral.

3.3 PROJETO SOCIAL

Todo projeto social surge de uma necessidade de um problema concreto. São iniciativas que potencializam a cidadania e consciência social dos indivíduos, envolvendo-os na construção de um futuro melhor. Envolvem as pessoas para além do seu campo de vivência, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos em benefício do outro.

São resultados de uma nova relação entre Estado e Sociedade Civil, mudanças no que se relaciona à implantação de políticas sociais, articulação da

Sociedade Civil com o Estado e novas formas de intervenção do Estado na sociedade. Projetos são ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos, responsabilidades e avaliação. (STEPHANOU, 2003) Desta forma a elaboração de um projeto social alerta para a solução de problemas de modo que as ideias sejam transformadas em ações. No desenvolvimento é fundamental ser claro e objetivo, especificar os recursos, declarar parcerias e como serão analisados os resultados.

Poderão fazer parte deste projeto: a SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – Responsável pela gestão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pela condução dos programas e projetos de promoção do desenvolvimento nas escalas macro, micro e sub-regionais. É composta por dois departamentos, o de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e o de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional, que atuam de maneira integrada, garantindo a convergência de estratégias e objetivos nas fases de planejamento e execução das ações e projetos de desenvolvimento regional e local. Outra entidade que poderá fazer parte é a UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - Instituição educacional orientada para a produção, desenvolvimento e difusão do conhecimento, por intermédio da pesquisa, do ensino e da extensão. Atua em todos os níveis e áreas de conhecimento, nas modalidades presenciais e a distância. E toda a sociedade, totalizando as pessoas físicas, organizações e instituições que formam a sociedade num todo, sendo responsável por usufruir os benefícios gerados.

São vários os benefícios causados por projetos de ações sociais, dentre eles pode-se destacar a valorização da imagem institucional, melhorando o reconhecimento interno e externo e ampliando a percepção de valores fazendo com que as pessoas reconheçam por meio de participações às mudanças perante a sociedade (EBERLE, 2005).

Os projetos sociais são um exercício de cidadania, pois envolvem as pessoas para além do seu campo de vivência, permitindo a transposição de barreiras e preconceitos em benefício do outro. Eles são um meio para que haja maior conscientização do indivíduo diante do papel que ele desempenha na sociedade, além de despertar o sentimento de solidariedade.

O projeto constitui de um objetivo central, problema ou uma fonte geradora de problemas, na qual exige uma atividade para sua resolução.

Um projeto percorre várias fases sendo:

- O empreendedorismo não repetitivo, no qual origina um evento que não faz parte da rotina da empresa. Torna-se algo novo para as pessoas que irão realizar;
- Sequencia clara e lógica de eventos, o projeto é caracterizado por sequência clara e lógica de eventos de modo a permitir que, durante a execução, o acompanhamento e o controle sejam precisos;
- Início, meio e fim, todo o projeto respeita um determinado ciclo, isto é, tem uma característica temporal. Muitas vezes o término de um projeto coincida com o início de outro.
- Objetivo claro e definido, é de fundamental importância saber onde quer chegar;
- Conduzido por pessoas, o fundamental de qualquer projeto é o homem. Sem ele, o projeto não existe, mesmo que se disponha de modernos equipamentos de controle e gestão;
- Parâmetros pré-definidos, todo projeto necessita estabelecer valores para prazos, custos, pessoal, material e equipamentos envolvidos, bem como a qualidade desejada para o projeto.

Os projetos atingem todos os níveis da organização. Podem envolver uma pequena quantidade de pessoas, ou milhares delas. Podem levar menos de um dia, ou vários anos. Podem ser aplicados a todas as áreas do conhecimento humano, e muitas vezes precisa ser subdividido, de fácil gerenciamento e controle, chamadas subprojetos (KEZNER, 2002).

3.4 PROJETOS SOCIAIS X EMPREENDEDORISMO

Os projetos sociais relacionam-se com o empreendedorismo de forma que busque identificar oportunidades, inovar e criar negócios.

Para Dornelas (2005, p. 29), “a palavra empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo”.

De acordo com Hisrich e Peters (2004), o empreender tem um comportamento diferenciado que inclui iniciativa, organização e reorganização com intuito de transformar recursos em oportunidades proveitosas aceitando os riscos e inclusive o fracasso. Ainda para os autores uma outra definição de empreendedor resume-se ao processo dinâmico de criar mais riquezas. Os economistas definem empreendedorismo como sendo a pessoa que combina recursos, trabalho e materiais

a outros ativos com intuito de transformar estes valores maiores que antes. Dornelas (2005, p. 22), defende que “o papel do empreendedor sempre foi fundamental na sociedade”

No Brasil o conceito de empreendedorismo foi muito infundido no final da década de 1990. Entretanto a características do brasileiro, é a criação de pequenas empresas com alta taxa de mortalidade desses empreendimentos devido a instabilidade econômica do país. (DORNELAS, 2005)

Britto (2003) o empreendedorismo é um fenômeno global que hoje instituições públicas e privadas têm investido com intuito de pesquisa e incentivar os investidores, pois acredita-se na forte ligação do empreendedorismo com o crescimento econômico, pois o resultado de ações empreendedoras são novos postos de trabalho, inovação, melhoria na qualidade de vida e geração de riqueza.

Para Longenecker et al (2011, p. 11), afirma que “uma equipe de empreendedores consiste em dois ou mais indivíduos que unem esforços para desempenhar o papel de empreendedores”. Ou seja, para os autores os integrantes da equipe concentram-se com suas habilidades, talentos e recursos para transformar em lucros.

O desenvolvimento do empreendedorismo sobressai à auto - confiança para que os jovens invistam em ideias com intuito de alcançar o sucesso, em prol de uma sociedade.

O possível empreendedor deve sair de sua zona de conforto e implantar métodos seguros e hábeis para um projeto. Chér 2008 (apud ALMEIDA; MORAES, 2012).

Sendo assim, para a evolução de uma região econômica, se faz necessário realizar pesquisas capazes de melhorar a atividade agropecuária na região, de modo que a sociedade se beneficie através dos trabalhos em função da agricultura e pecuária.

Portanto, iniciar um trabalho com intuito de fazer o melhoramento de áreas cultiváveis do município de Pescaria Brava, requer apoio social e empreendedor para que seja alcançado o objetivo principal do projeto, que além de melhorar a renda e o desenvolvimento, visa a qualidade de vida das pessoas. Viver num ambiente melhor é compromisso de todos.

4 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa exploratória que de acordo com "As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores" (GIL, 2008, p. 27).

Quanto a coleta a pesquisa se enquadra como bibliográfica, estudo de campo e estudo de caso utilizado como técnica de pesquisa para aprofundar o estudo com a realidade da empresa identificando o que pode ser melhorado.

De acordo com Fialho e Otani (2011), o estudo de caso:

É a pesquisa que caracteriza por um estudo aprofundado e exaustivo de um caso específico, que seja relevante pelo potencial de abrangência, de forma a permitir um amplo e detalhado conhecimento do caso, fato ou fenômeno estudado, através do processo de análise e interpretação (FIALHO; OTANI, 2011, p. 49).

Com o estudo de caso é possível chegar a um estudo mais profundo da realidade da empresa, principalmente quando o contexto da empresa não está definido. A pesquisa também se enquadra como pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (1999, p. 65), "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científico". Para Heerdt (2007, p. 82), o estudo de campo é "um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica".

Os dados coletados serão analisados de forma qualitativa quanto a sua abordagem, buscando dados sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da pesquisa trabalhada. Segundo Minayo (1994, p. 30), afirmam que, "na pesquisa qualitativa, o sujeito responde as questões de modo muito particular sem se preocupar com a qualidade, respeitando sempre a posição do entrevistado. Tal pesquisa trabalha com perguntas subjetivas".

O processo de execução deste projeto parte do princípio de que antes de qualquer passo é necessário estudar as áreas a serem utilizadas, levando em consideração o tipo de solo, como melhorá-lo, quais cultivos seriam apropriados para os mesmos e a partir destes levantamentos vem por sequência a segunda etapa do projeto.

Nesta segunda etapa, após o diagnóstico e análise do solo, busca-se apoio das partes envolvidas juntamente com a população para que se torne viável o cultivo

de determinadas plantas ou criações de animais, buscando de forma econômica e sustentável dar continuidade as ideias iniciais. Nesta etapa, torna-se necessário a utilização de toda a infraestrutura do município, que já possui os equipamentos necessários para movimentação da terra e revolvimento do solo.

Para que a economia não fique adormecida, o projeto propõe o cultivo de diferentes espécies, ou seja, avaliado por época de cultivo, tendo produção o ano inteiro. Será desenvolvido um planejamento, determinando quem e o que seria produzido, sem que haja excesso ou escassez dos produtos.

No caso de criação de animais, seria necessário estabelecer o fim deste processo, ou seja, gado para abate ou para leite ou ainda aves para abate ou ovos, por exemplo, para que seja avaliado como seria possível dar andamento o ano inteiro, sem que deixe de gerar renda para os produtores.

Para as plantações de árvores de corte, Pinos ou Eucalipto, por exemplo, serão sugestões para áreas onde os cultivos rotatórios não seriam possíveis em função do tipo de solo, mas que seria necessário ter todo o cuidado para que as mudas cresçam de forma saudável. Em função do processo ser a longo prazo, é necessário mão de obra apenas para a limpeza do entorno das mudas controlando para que as pragas e vegetação rasteiras não danifiquem as plantações.

Quanto aos cativeiros, onde muitos tanques encontram-se desativados, se faz necessário a realização de estudos para obter opções de cultivos. Considerando que ocorreram impasses na produção do camarão há alguns anos atrás em função da contaminação do solo, estudos identificarão possíveis espécies aquáticas de grande procura no mercado com intuito de reativar os tanques, como a Tilápia, por exemplo, ou criar alternativas que viabilizem o cultivo do próprio camarão.

Ressalta-se ainda que será fornecida uma atenção especial aos engenhos de farinha de mandioca, visando expor mais seus produtos levando-os as prateleiras dos grandes supermercados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das preocupações atuais é diminuir o êxodo em cidades com poucas oportunidades de crescimento e trabalho, e dispor para os moradores da mesma, condições para que permaneçam.

Os municípios pequenos geralmente esbarram em problemas como falta de

trabalho o que ocasiona o abandono e opção por cidades vizinhas, bem como, a desvalorização do local. Diante desta situação apresentada e que é realidade da maioria das cidades pequenas a proposta sugerida é considerada viável, devido ao baixo custo de implantação e execução, pois neste caso será possível utilizar os recursos disponíveis na universidade principalmente no curso de agronomia, bem como, os recursos disponíveis na cidade em estudo, onde a mesma dispõe de recursos físicos tais como máquinas e equipamentos que atualmente encontram-se subutilizados e a população que percebe a necessidade do seu desenvolvimento.

Leva-se em consideração neste projeto que todas as ações apresentadas se constituem de ações que não visam agredir o meio ambiente, não interferem na sua biodiversidade do local, entretanto oferece melhores condições de vida para toda a população.

Ao final deste estudo e do curso, embora com pouco tempo, verificou-se a importância deste para a região que é carente de projetos sociais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luís Gonçalves. **Sustentabilidade**: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. 2010. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/363/artigo6.pdf>> Acesso em: 14 out. 2014.

ANTONIA, B. **Elaboração de Projetos**. Slideshare. 2010. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/julianoborgespp/elaborao-de-projetos-sociais>>. Acesso em: 14 out. 2014.

BRITTO, Francisco. **Empreendedores Brasileiros**: Vivendo e aprendendo com grandes nomes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CASUO, Marcos. **Sustentabilidade, responsabilidade social investimento social privado**. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2012-11/rse-isp-palestra-cores.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

DOMINGOS, A. **Os projetos como ações sociais estratégicas**. Femama. Disponível em: <<http://www.femama.org.br/novo/arquivos/0.438543001309883605.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando ideias em negócios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ENTIDADES FINANCIADORAS DE PROJETOS. **Floripa em movimento**. 2014. Disponível em: <<http://floripaemmovimento.org/conteudo.php?&sys=bd&link=entidadesfinanciadoras>>. Acesso em: 15 out. 2014.

-
- FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas**. 2ª ed. Florianópolis: Visual Books, 2011.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- _____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Ensaio sobre a economia Sul-catarinense II**. Criciúma: UNESC, 2005.
- HEERDT, Mauri Luiz. **Metodologia científica**. 5ª ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. Trad. por Lene Belon Ribeiro. 5ª ed. Porto Alegre: Boockman, 2004.
- KEZNER, H. **Características de um projeto**. Moodle. 2002. Disponível em: <<http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=10931&chapterid=9963>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- LONGENECKER, Justin G. et al. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- MARTA, E. **Por que uma empresa deveria investir em projetos sociais**. Navega mundo. 2005. Disponível em: <http://www.navegamundo.com.br/portugues/instituto_beneficios.htm>. Acesso em: 13 out. 2015.
- MELLO, Márcio A. de; SCHMIDT, Wilson. Agricultura familiar e a cadeia produtiva do leite no Oeste catarinense: possibilidade para a construção de modelos heterogêneos. *In*: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. (Org.) **Agricultura e o espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.
- MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. 2ª ed. Campo Grande: EFMS, 2001.
- MIRYAN, S. **Captação de recursos para projetos sociais**. Profa. Slideshare. 2005. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/danielastieh/como-elaborar-projetos-sociais?next_slideshow=1>. Acesso em: 13 out. 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MINISTÉRIO, N. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Integração**. 2014. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/apresentacao-sdr;jsessionid=3F01FCDB40548F141B7E5580CC3ED843.lr2>>. Acesso em: 13 out. 2014.
- MOREIRA, Helion França. **O desenvolvimento sustentável no contexto do setor mineral brasileiro**. Monografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Curso de pós-graduação em Gestão Ambiental, 2003. 46f. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/desen_sust.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira; DE GRANDI, Alessandra Bueno; SILVA, Marineide Maria. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. *In*: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. (Org.) **Agricultura e o espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.
-

SATTLER, Miguel Aloysio. **Edificações e comunidades sustentáveis:** atividades em desenvolvimento no NORIE/UFRS. Disponível em: <<http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/189.pdf>> Acesso em: 14 out. 2014.

SILVA, Dulcileni G. F.; BAZOLI, Thiago Nunes; SOUZA, Melissa Formighieri de. **Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/sustentabilidade/responsabilidade_social.pdf>. Acesso em: 14 out. 2014.

UNISUL. **2014.** Disponível em: <<http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul>>. Acesso em: 13 out. 2014.

FAMÍLIA ACOLHEDORA: UM PROJETO PARA SER EFETIVADO NO MUNÍCIO DE PORTO BELO (SC)

Guilherme Matheus Gubert¹
Larissa Burg Cordeiro²
Maria Eugênia Furtado³
Samara Aparecida da Silva Garcia⁴

Resumo: Este artigo apresenta os elementos que constituem o projeto Família Acolhedora. Entende-se por família acolhedora aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e/ou adolescente que, para ser protegido, foi retirado de sua família, a princípio, de vínculo biológico. O projeto tem como objetivo o amparo de crianças e adolescentes, afastados das suas famílias por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 2º, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Na prática, o Estado assume a obrigação de selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras. Quanto à família de origem/biológica, o Estado propõe mecanismos para a reintegração familiar. Apesar do município já possuir legislação regulamentando o Projeto, ainda não foi implantado. Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral a análise do projeto Família Acolhedora na cidade de Porto Belo – SC, além de demonstrar seu funcionamento e identificar formas de publicação do projeto. A metodologia foi qualitativa, embasado em investigação bibliográfica e documental. Conclui-se que falta ao referido município a implantação do Projeto e que tal providência deverá ser estimulada, considerando a importância do programa Família Acolhedora. Trata-se de uma política pública que materializa a relação de cooperação que necessariamente deverá existir entre Estado e a Sociedade, em prol das crianças e adolescentes que ficam expostas a riscos que afrontam a sua dignidade e seu sadio desenvolvimento.

Palavras-chave: Criança, Adolescente, Família Acolhedora.

1 INTRODUÇÃO

Ao envolver-se com algo, sempre haverá uma infinita responsabilidade implícita. O autor Antoine de Saint-Exupéry, em seu livro O Pequeno Príncipe, traz

¹ Acadêmico do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) e do Curso de Direito da Universidade do Vale do Itajaí (Univali). E-mail: guigubertt@gmail.com.

² Acadêmica do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional do PROESDE e do Curso de Direito da Univali. E-mail: laraburg@hotmail.com.

³ Professora orientadora do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional – PROESDE e dos Cursos de Direito e Relações Internacionais da Univali. E-mail: mariaeugenia@univali.br.

⁴ Professora orientadora do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional do PROESDE e dos Cursos de Gestão Portuária e Logística da Univali. E-mail: samaras@univali.br.

inegável verdade, “Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”.⁵

A responsabilidade infinita está relacionada com o dever da família em amparar seus filhos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, art. 229: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.⁶

Quando a família não consegue, por múltiplos fatores, amparar seus filhos, considerando muitas vezes a incapacidade para discernir sobre suas atitudes, recai sobre a Sociedade o dever de acolhimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no art. 4 que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.⁷

A família de origem poderá falhar, o que provocará inevitavelmente situações prejudiciais para o desenvolvimento da criança/adolescente.

Os ambientes que deveriam ser promotores de segurança e proteção, como a família e outros sistemas sociais, não têm proporcionado os direitos garantidos por lei à criança e ao adolescente,⁸ o que prejudica seu desenvolvimento físico e psicológico, marcando sua vida negativamente.

Portanto, cabe a todos a responsabilidade de cuidar, assegurar, educar e proporcionar uma vida digna a estas crianças e/ou adolescentes. O governo federal brasileiro ao tentar solucionar esta situação, elaborou o projeto Família Acolhedora.

Tal projeto será regulado e organizado pelos princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e o documento de orientações técnicas: Serviços de acolhimento para Crianças e Adolescentes, com tal prerrogativa este trabalho tem o intuito de mostrar formas de implantação e publicação do projeto

⁵ SAINT-EXUPERY, Antonie de. **O pequeno príncipe**. Editora Agir.

⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 01 de out. de 2014.

⁷ BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 01 de out. de 2014.

⁸ DAY, Vivian Peres *et al.* **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>. Acesso em 10 de out. de 2014.

Família Acolhedora no município de Porto Belo - Santa Catarina.

Este artigo possui caráter qualitativo, cujo fim de investigação caracterizou-se como descritiva e quanto aos meios de investigação, utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental e tem como objetivo geral a análise do projeto Família Acolhedora na cidade de Porto Belo – SC, além de demonstrar seu funcionamento e identificar formas de publicação do projeto.

A presente pesquisa objetiva responder ao questionamento: a falta de divulgação e conhecimento do projeto família acolhedora pela Sociedade poderá ser um obstáculo para a implantação deste no município de Porto Belo?

1.1 METODOLOGIA

A metodologia foi qualitativa, embasado em investigação bibliográfica e documental. Iniciou-se da constatação que as crianças/adolescentes que são afastadas das suas famílias de forma provisória e temporária são recebidas em instituições distantes do município de Porto Belo, especialmente Itajaí, embora existir no ordenamento jurídico daquele município lei instituindo o Projeto Família Acolhedora.

Desta forma, além da investigação bibliográfica, foi objeto de análise a legislação que trata da matéria.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 DO MUNICÍPIO

O município de Porto Belo localiza-se na zona fisiográfica de Florianópolis a 47 km, em linha reta e a 7 km da BR-101. O município é integrante da Associação dos Municípios da Foz do rio Itajaí-AMFRI, possuindo uma extensão de 95.84 km² (IBGE/2010), uma população de 18.066 (estimativa IBGE/2013), e um eleitorado de 11.102 (TRE-SC/2012). Seus limites geográficos são: ao norte com Itapema, Camboriú e Oceano Atlântico, a Oeste apenas com Tijucas, ao Sul com Tijucas, Bombinhas e Oceano Atlântico e a Leste novamente o município de Bombinhas. Seu PIB foi de R\$ 295.876.386,00 (IBGE/2011) e alcançou um IDH de 0.76 (PNUD/2013).

Destaca-se no município de Porto Belo a cultura Açoriana, desde suas festas religiosas, artesões locais e principalmente a pesca, que ainda é fonte de renda para

muitas famílias e de grande importância para economia. Desde 1817, Porto Belo já foi considerado um dos municípios mais pesqueiros do Estado de Santa Catarina.

Outro setor que gera renda é o turismo. No verão a cidade recebe vários cruzeiros marítimos o que fez Porto Belo ganhar o título de Capital Catarinense dos Transatlânticos, nos termos da Lei Estadual n.14.790, de 24 de julho de 2009.

2.2 FAMÍLIA ACOLHEDORA

Entende-se aqui por família acolhedora aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço familiar, pelo tempo que for necessário, a criança e/ou adolescente que, para ser protegido, foi retirado de sua família, oferecendo-lhe todos os cuidados básicos mais afeto, amor, orientação, favorecendo seu desenvolvimento integral e sua inserção familiar, assegurando-lhe a convivência familiar e comunitária (VALENTE, 2004).

O dever do Estado em oferecer ao indivíduo condições para o seu desenvolvimento, nasce com o Estado Contemporâneo que tem como Objetivo a concretização do Bem Comum, conforme o que for estabelecido pela Sociedade⁹.

O Estado Contemporâneo é aquele que surgiu após o Estado Moderno, a partir da Constituição Mexicana de 1917, propondo significativos avanços no Discurso Constitucional quanto aos direitos individuais, fundamentais e coletivos e à intervenção no domínio econômico e social¹⁰.

Este novo tipo histórico, o Estado passou a assumir novas atribuições, já que o Estado Moderno¹¹ assegurava uma intervenção mínima do Estado na Sociedade.

No Estado Contemporâneo consagram-se os direitos sociais¹² e a intervenção

⁹ PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 4 ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. *ebook* <http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx> p. 35. Disponível em 08 de jul. de 2014.

¹⁰ PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 4 ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. Disponível em: <<http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

¹¹ PASOLD afirma que “o grande avanço do Estado Moderno foi o de estabelecer um ordenamento constitucional, no qual os Direitos individuais estavam devidamente especificados e consagrados como “anteparos” aos abusos do Estado anterior, no qual reinava o absolutismo e predominava a vontade e os apetites do soberano, personificado no Rei ou Imperador, em detrimento dos legítimos anseios e necessidades do Povo”. PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 4 ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. Disponível em: <<http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx>>. Acesso em: 8 jul. 2014.

¹² A CRFB/88 dispõe no art. 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. No Título VIII (art. 193 e seguintes) passou a disciplinar as categorias que foram referidas no art. 6º, destacando-se, considerando o tema proposta neste trabalho, o art. 205 e seguintes.

do Estado na economia, possuindo uma característica peculiar que é a sua Função Social, expressa no compromisso (dever de agir) e na atuação (agir) em favor de toda a Sociedade, ou seja, a Função Social para o Estado Contemporâneo materializa-se no compromisso intrínseco com o Bem Comum.

Constata-se que o Estado é fruto da Sociedade e que está direcionado à promoção do Bem Comum e que o processo de redemocratização do Brasil, com a promulgação da Constituição de 1998, permitiu a concretização de direitos sociais, mas tal realidade não afasta o dever dos indivíduos.

O abandono e os maus tratos de crianças e adolescentes infelizmente são comuns em nossa Sociedade em pleno século XXI, crianças que são abandonadas, torturadas e escravizadas por suas famílias que não oferecem uma base familiar para garantir o futuro social e afetivo desta criança (DAY, 2003).

Hoje em dia o método mais usado para as crianças que teriam seus direitos violados seria o encaminhamento para o orfanado ou abrigo (MDAS, 2014).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome apresenta um projeto que pode ser utilizado por qualquer órgão público ou ONG que seria o projeto Família Acolhedora que organiza o amparo de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas.

É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras. O acompanhamento da equipe deve abranger a criança e/ou adolescente acolhido e também sua família de origem, com vistas à reintegração familiar. Tem como finalidade regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da política de Assistência Social (MDAS, 2014).

Sua formulação levou em consideração diversas discussões sobre essa temática, realizadas em diferentes fóruns: regionais, nacionais e internacionais, cabendo destacar as Conferências Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente realizadas em 2007, e, em especial, os encontros do Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – GT Nacional.

Além disso, constituíram importantes subsídios para a elaboração deste documento, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e o Projeto de Diretrizes das

Nações Unidas Sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.¹³

A regulamentação ora proposta é uma ação prevista no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e representa um compromisso partilhado entre o MDS, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), o CONANDA e o CNAS, para a afirmação, no Estado brasileiro, do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária¹⁴.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com crianças.

Embora a Proteção Social Especial de Alta Complexidade contemple serviços de acolhimento que podem atender crianças e adolescentes acompanhados de seus pais ou responsáveis, o presente documento se reporta exclusivamente àqueles serviços que acolhem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), ou seja, em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente¹⁵.

Todos os esforços devem ser empreendidos no sentido de manter o convívio com a família (extensa, em seus diversos arranjos), a fim de garantir que o afastamento da criança ou do adolescente do contexto familiar seja uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica.¹⁶

Segundo o parágrafo único do artigo art. 25, Lei n. 8.069/90, “Entende-se por

¹³ Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina¬i=217>. Acesso em 08 de jul. de 2014.

¹⁴ Resolução Conjunta CNAS/CONANDA N.1, de 18/06/09, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Nacional de Assistência Social.

¹⁵ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 12.

¹⁶ Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. p. 21.

família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado. Nesse sentido, quando o afastamento for necessário e enquanto soluções para a retomada do convívio familiar forem buscadas, os serviços de acolhimento deverão prestar cuidados de qualidade, condizentes com os direitos e as necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança e do adolescente. Para tanto, o atendimento deverá ser oferecido para um pequeno grupo e garantir espaços privados, objetos pessoais e registros, inclusive fotográficos, sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente.¹⁷

A implementação de uma sistemática de acompanhamento da situação familiar, iniciada imediatamente após o acolhimento, é fundamental, pois, com o passar do tempo, tanto as possibilidades de reintegração familiar, quanto de adoção podem tornar-se mais difíceis. O prolongamento do afastamento da criança ou adolescente pode provocar enfraquecimento dos vínculos com a família, perda de referências do contexto e de valores familiares e comunitários, exigindo preparação ainda mais cuidadosa no caso de reintegração familiar. Do mesmo modo, o prolongamento desnecessário do encaminhamento para adoção, nas situações em que esta constitui a melhor medida para a criança ou adolescente, pode reduzir consideravelmente as possibilidades de colocação familiar, em virtude das dificuldades observadas no contexto brasileiro para a realização de adoções de crianças maiores e de adolescentes.¹⁸

Dar início ao acompanhamento da situação familiar imediatamente após a chegada da criança ou adolescente é importante, ainda, para que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento. Caso conclua que a manutenção do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar não é necessária, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento deve proceder aos encaminhamentos para viabilizar a imediata reintegração. Nestas situações a família também deverá ser informada do seu direito

¹⁷ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 21.

¹⁸ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 30/31.

a questionar o afastamento e requerer, junto à Justiça, por intermédio de advogado nomeado ou Defensor Público, a reintegração da criança ou adolescente (ECA, Art. 141).¹⁹

Além da articulação com serviços sócio assistenciais, da saúde e da educação, é necessária a articulação com equipamentos comunitários, organizações não governamentais e serviços públicos responsáveis pela execução de programas, projetos, serviços e ações nas áreas de cultura, esporte, lazer, geração de trabalho e renda, habitação, transporte e capacitação profissional, garantindo o acesso de crianças e adolescentes acolhidos e de suas famílias. Recomenda-se que, sempre que for viável, procura-se inserir as crianças e adolescentes acolhido em atividades localizadas nas proximidades de sua comunidade de origem, de forma a fortalecer sua inserção comunitária, o que contribuirá para o processo de reintegração familiar ao evitar a futura interrupção de suas atividades e dos vínculos de amizade construídos nesses espaços.²⁰

Trabalhar com as famílias das crianças e dos adolescentes acolhidos em abrigos ou nas famílias acolhedoras implica compreender sua configuração, buscar suas competências e entender sua inserção na comunidade. O trabalho com essas famílias precisa favorecer a superação das questões, por vezes bastante complexas, que contribuíram para o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar. É importante compreender como as famílias estão vivenciando a situação de afastamento de seus filhos e potencializá-las para a retomada do convívio e exercício de seu papel de proteção e cuidados.²¹

Investir na capacitação e acompanhamento dos educadores/cuidadores, assim como de toda a equipe que atua nos serviços de acolhimento – incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio - é indispensável para se alcançar qualidade no atendimento, visto se tratar de uma tarefa complexa, que exige não apenas “espírito de solidariedade”, “afeto” e “boa vontade”, mas uma equipe com conhecimento técnico adequado. Para tanto, é importante que seja oferecida capacitação inicial de qualidade, e formação continuada a tais profissionais, especialmente aqueles que têm contato direto com as crianças e adolescentes e suas

¹⁹ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 30/31.

²⁰ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 42.

²¹ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 48.

famílias.²²

Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção. Propicia o atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança/adolescente.

Embora ainda pouco difundida no País, esse serviço encontra-se consolidado em outros países, especialmente nos europeus e da América do Norte, além de contar com experiências exitosas no Brasil e América Latina. Tal serviço encontra-se contemplado, expressamente, na Política Nacional de Assistência Social (2004), como um dos serviços de proteção social especial de alta complexidade e no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006).²³

Este serviço de acolhimento é particularmente adequado ao atendimento de crianças e adolescentes cuja avaliação da equipe técnica do programa e dos serviços da rede de atendimento indique possibilidade de retorno à família de origem, ampliada ou extensa, salvo casos emergenciais, nos quais inexistam alternativas de acolhimento e proteção. Para as crianças pequenas que vivenciam situações de violação de direitos, o acolhimento familiar tem se mostrado uma forma de atendimento adequada a suas especificidades.²⁴

3 RESULTADOS

A pesquisa propõe a necessidade da divulgação pelo Estado do projeto Família Acolhedora, competindo a Sociedade manifestar-se positivamente, no intuito de implantar o respectivo projeto no município de Porto Belo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe no artigo 19 que: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e,

²² Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 57.

²³ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 76.

²⁴ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 77.

excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”²⁵.

A CRFB/88 estabelece no artigo 227 *caput*, que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”²⁶.

Colocando na balança os pontos positivos e negativos nota-se que é favorável para a criança e para o adolescente que é objeto primário desse Projeto, mas também benéfico para as finanças do município. Em segundo plano, mas não menos importante, é a família de origem da criança e do adolescente, que também é atendida.

O município de Porto Belo na sua Lei nº 1.793/10, abraça o projeto Família Acolhedora, mas até a presente data não o tornou eficaz.

O Diretor da Assistência Social de Porto Belo, Sr. Ailton Eccel Maçaneiro em entrevista alegou que o orçamento do município não comporta a contratação de profissionais técnicos para a criação do Programa como exige a normativa do MDS. Acrescenta que Porto Belo tem uma média mensal de três crianças que sofrem com ameaças ou efetiva violação de direito e que neste ano já houve dois casos de violência sexual.

O entrevistado acrescentou: como o município não possui um abrigo público, as crianças e adolescentes que sofrem ameaça ou efetiva violação de direitos são levadas para abrigos de Itajaí, na Instituição Estrela de Isabel, que já atende quatro crianças de Porto Belo.

Crianças e adolescentes sofrem e passam por necessidades todos os dias em todos os países do mundo. Não é uma realidade exclusiva de uma região, diante da existência da confirmação do risco logo é dever não só do Estado, mas da sociedade agir.

²⁵ BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 01 de out. de 2014.

²⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 01 de out. de 2014.

A divulgação é essencial porque propõe a sensibilização de famílias para a participação do serviço, que deverá ser realizada, em conjunto pelo executor e pelo órgão do Governo Municipal competente, que privilegie a clareza dos objetivos dessa modalidade de atendimento, que não deve ser confundida com adoção. O processo de divulgação também envolve a sensibilização de outros atores do Sistema de Garantia de Direitos para que possam se estabelecer parcerias de trabalho²⁷.

O projeto considerado espelho se encontra em Cascavel – Paraná , segundo o promotor de Cascavel - Luciano Machado de Souza afirma a cidade paranaense tem tido sucesso na área de adoção graças à boa equipe interprofissional e, sobretudo, à adesão da população ao programa de acolhimento familiar, existente há seis anos. Hoje, são 170 (cento e setenta) crianças e adolescentes acolhidos, 115 (cento e quinze) deles com famílias acolhedoras. Cascavel possui cerca de 300 mil habitantes.²⁸

A importância do programa Família Acolhedora está na cooperação que tem que existir entre o Estado e sociedade (Famílias Acolhedoras), sendo que os benefícios do projeto não abrangerão somente a criança e sua família, mas sim toda a sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o município de Porto Belo – SC apesar de conter a Lei n. 1.793/10 que trata da guarda temporária subsidiária de crianças e adolescentes, nunca implantou o projeto Família Acolhedora.

Acredita-se que este Projeto é uma alternativa para crianças e/ou adolescentes que passam por situações extremas, que teriam garantido uma vida digna, tentando restabelecer a importância da família no seu crescimento e quanto sua estrutura influencia na personalidade do indivíduo.

O projeto só poderá ser efetivado que existir a conscientização da Sociedade, já que não é uma obrigação exclusiva do Estado a operacionalização deste.

O Estado deverá dispor de estrutura e uma equipe multidisciplinar para atender a criança e/ou adolescente, a família de origem e a família acolhedora, devendo ainda divulgar o projeto para que a sociedade possa tomar a iniciativa e se

²⁷ Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. p. 78.

²⁸ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/>.

tornar parceira, na efetivação de um futuro mais digno para aqueles que sofrem violência em um período muito precoce da sua existência, como bem destaca o ordenamento jurídico brasileiro: o dever de cuidar de uma criança e adolescente cabe a todos: família, Estado e a Sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 01 out. 2014.

_____. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 01 out. 2014.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MDAS, **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/ORIENTA%C3%87OES_TECNICAS_FINAL.pdf>. Disponível em: 01 ago. 2014.

PASOLD, Cesar Luiz. **Função Social do Estado Contemporâneo**. 4ª ed. rev. amp. Itajaí/SC: Univali, 2013. *Ebook*. Disponível em: <<http://siaiapp28.univali.br/LstFree.aspx>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

SAINT-EXUPERY, Antonie de. **O pequeno príncipe**. Editora Agir.

VALENTE, Janete A.G. A experiência do SAPECA in Acolhimento Familiar – experiências e perspectivas, Cabral C. (org.), Rio de Janeiro: Book Link, 2004.

PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS MORNAS

Ana Paula de Melo¹
Elize Regina Alflen²
Vitor José Alflen³
Josiane da Luz⁴

Resumo: Este relato de experiência originou-se através de uma pesquisa realizada por estudantes que participaram do Curso de Extensão Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) edição 2014, onde identificou-se que com o forte crescimento da atividade turística no Brasil, muitas cidades estão esquecidas em relação ao setor turístico. Enquanto em muitos municípios pequenos a atividade turística já contribui com uma parcela no orçamento, no município de Águas Mornas, Santa Catarina, não existe uma secretaria que trabalhe especificamente com o turismo. Dentro desse contexto, surgiu a idéia de criar um projeto de divulgação dos atrativos a partir de um Roteiro Turístico para o município de Águas Mornas que foi escolhido devido à falta de investimento para o setor e acreditando num grande potencial do município para desenvolver a atividade turística. Para análise dos dados optou-se por uma abordagem qualitativa, com característica descritiva e exploratória. No presente estudo foi utilizado coleta de dados primários e dados secundários. O objetivo do projeto consiste em orientar as pessoas com informações organizadas e detalhadas de todas as atividades e atrativos que o município oferece, proporcionando um atendimento diferenciado para que os visitantes possam conhecer e planejar seus passeios. A partir dos resultados alcançados, foi possível descrever a percepção do setor de turismo em relação ao desenvolvimento do mesmo, desenvolver o roteiro turístico e propor a divulgação e distribuição do roteiro em pontos estratégicos.

Palavras-chave: Turismo. Atrativos Turísticos. Roteiros Turísticos.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é um dos setores responsáveis por grande parte da economia mundial, e dentro desse contexto está inserido o Brasil, pois o país possui um imenso território que faz fronteira com vários países da América do Sul, ocupando o quinto lugar em extensão territorial, contendo um dos mais extensos litorais do mundo.

¹ Estudante da 5ª fase do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: anacharmosi@hotmail.com.br.

² Estudante da 5ª fase do Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: elizealflen@hotmail.com.

³ Estudante da 4ª fase do Curso de Administração da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: vitor_alflen2@hotmail.com.

⁴ Professor orientador do Curso de Administração/Proesde da Universidade do Vale do Itajaí E-mail: josiluz@univali.br.

O Brasil destaca-se ainda pela sua diversidade cultural, belezas naturais, cidades históricas, povos, relevos, recursos minerais, além dos cinco fusos presentes em seu território, é um país que possui grande potencial turístico, e um dado que precisa ser levado em consideração é que o mesmo não contempla somente turistas internos e sim atrai pessoas do mundo inteiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), “o Brasil é o país com maior previsão de crescimento em investimentos no setor de turismo no mundo este ano: 21,8%, enquanto a média mundial será de 5,7%”. Estima-se que o setor atraiu R\$ 52 bilhões em recursos em 2013. “O mundo vê nosso País como um dos mais promissores, pelos investimentos que acontecem e que estão previstos para os próximos anos, e também pelo grande potencial de desenvolvimento que o turismo tem”.⁵

Antigamente o turismo era visto somente como lazer, um momento de descanso ou sair de férias, mas nos dias atuais a realidade é outra, esse mercado está voltado também para os negócios, eventos ou qualquer atividade profissional.

Mediante perspectivas nacionais, Santa Catarina está localizada no sul do país, possui 1,1 % do território nacional, e por cinco anos consecutivos vem se destacando como o melhor destino turístico do Brasil. Esse reconhecimento se deve pelo crescente investimento em infraestrutura e divulgação dos destinos, roteiros e produtos turísticos.

O estado oferece belíssimas praias, centros urbanos, vales, *cânions*, cachoeiras, montanhas, parques, festas regionais e o espetáculo da neve todos os anos, mobilizando mais de oito milhões de pessoas anualmente.

Dentro desse contexto surge Águas Mornas, um pequeno município de Santa Catarina, localizado na região de Florianópolis com aproximadamente 5.548 habitantes. O município caracteriza-se por suas belezas naturais, fontes de águas termais, cultura germânica e por ser o maior produtor de hortifrutigranjeiros da região. Mesmo com tantas qualidades, detectou-se a falta de divulgação dos atrativos turísticos do município, fazendo com que os visitantes optem por outros destinos.

Esse projeto torna-se relevante tendo em vista que turismo é uma atividade capaz de levar desenvolvimento econômico que integra a população, distribui renda e desenvolve a responsabilidade social e ambiental. Tornou-se uma atividade

⁵ Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2014.

importante e passou a pedir atenção do setor público e do setor privado. Na cidade de Águas Mornas pouco é explorado a atividade de grande crescimento no Brasil. Para isso é necessário ter disponível uma estrutura para desenvolver atividades turísticas na região. Com os diversos recursos naturais como as nascentes de águas termais consideradas uma das melhores, a ótima localização ficando apenas 36 km da capital catarinense e a principal via de acesso que é a Rodovia BR 282, esse projeto tem como objetivo desenvolver um roteiro turístico para Águas Mornas, explorando o que o município tem para oferecer e viabilizando a população local benefícios econômicos e sociais que tornarão a atividade turística rentável, além de gerar uma conscientização maior sobre a importância da preservação do meio ambiente e cultural.

Detectou-se junto a Santa Catarina Turismo S/A (Santur) a falta de divulgação de material impresso e uma carência de material virtual da cidade de Águas Mornas, com pouca divulgação, baixo investimento e atenção ao turismo, e com isso turistas que procuram opções de lazer na região acabam optando por outros destinos. O projeto viabiliza a abertura de novas vagas, que envolverá os moradores da cidade, proporcionando uma qualificação profissional e uma especialização na área do turismo regional.

Através do Governo do Estado de Santa Catarina que proporcionou o curso, juntamente com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI que o colocou em prática, a pesquisa servirá como uma ferramenta de estudo para a Prefeitura do Município e demais órgãos públicos, como também para outros acadêmicos de diferentes instituições, que apresentarem um possível interesse em investir na atividade turística de Águas Mornas.

O presente projeto tem o objetivo geral de propor a divulgação do turismo no município de Águas Mornas, visando o desenvolvimento do mesmo. E como objetivos específicos: a) Descrever a percepção da Secretaria de Turismo em relação ao desenvolvimento do turismo de Águas Mornas; b) Desenvolver um roteiro turístico, identificando os principais atrativos; c) Criar ações que divulguem o roteiro turístico.

2 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O turismo é a atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia, tal complexidade que requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental. O turismo é descrito como uma atividade multifacetada, o problema em descrever o turismo como uma “indústria” é que ele não possui a função da produção formal denotada pelo terno, e não produz resultados que possam ser fisicamente medidos, Burkart e Medlik (1981 apud LICKORISH; JENKINS, 2000, p. 10), define “O fenômeno que surge de visitas temporárias fora do local de residência habitual por qualquer motivo que não seja ocupação remunerada no local visitado”.

São vários os aspectos associados ao turismo, exemplo: a viagem pode ser de menos de um dia, pode ser uma viagem dentro das fronteiras nacionais, constituindo assim, uma viagem de turismo doméstico, ou pode ser uma viagem atravessando fronteiras internacionais, sendo classificada como uma viagem de turismo internacional. Não é apenas a natureza da viagem que compõe o turismo, mas também o objetivo da viagem, que pode ser de lazer e negócios (LICKORISH; JENKINS, 2000).

Schwink (apud DIAS, 2005, p. 14) que conceitua turismo como: “Movimento de pessoas que abandonaram temporariamente o lugar de sua residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, seu corpo ou sua profissão”.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (2001, p. 38) entende-se por entorno habitual: “O entorno habitual de uma pessoa consiste em certa área que circula sua residência mais todos aqueles lugares que visita frequentemente”.

Nesse contexto é necessário planejar o turismo, sendo que o planejamento é uma ferramenta de gestão de destinos, um planejamento adequado deverá contribuir para a concretização dos benefícios do desenvolvimento turístico, funcionando de maneira sistemática, fazendo com que se obtenha o sucesso, tornando-se uma atividade difícil de conseguir definir com exatidão, de forma precisa ou única. Um bom planejamento turístico deve ter uma seqüência lógica como, definir o sistema turístico, formular objetivos, coleta de dados, análise e interpretação, plano preliminar, aprovação do plano, plano final e implementação (BRENT RITVHIE; GOELDNER; MCINTOSH; 2002).

O Brasil é o quinto maior país do mundo com um potencial na área do turismo igualável. Para explorar seus destinos turísticos de forma adequada é fundamental a divulgação dos atrativos turísticos de forma planejada. É nesse contexto que entra a importância de se ter um roteiro turístico para orientar os turistas com informações organizadas das atividades, proporcionando conforto e um melhor planejamento de sua viagem.

De acordo com Silva (2010), existem muitos conceitos de roteiros turísticos, que podem ser encontrados em dicionários da língua portuguesa. A autora relaciona alguns deles:

- Caminho que vai ser percorrido, trajeto, percurso, descrição de viagem;
- Documento com a informação detalhada do caminho a percorrer em uma viagem;
- Itinerários, programas, rotas, pacotes, excursões, etc.;
- Conjunto de informações e atividades a serem desenvolvidas pela empresa turística ou turista individual, orientando os visitantes e o guia na viagem.

Segundo Silva (2010), roteiro turístico é um itinerário composto por um ou mais elementos com o objetivo de planejamento e comercialização da região que o formam. Para consolidar o produto de uma localidade turística, outros elementos influenciam na organização dos atrativos, como equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura. São eles que serão objeto no desenvolvimento do roteiro turístico.

De acordo com Bahl (2004, p.33), “a oferta de roteiros que demonstrem a possibilidade de satisfação de necessidades oriundas de anseios diversos proporciona maior aproveitamento na decisão do viajar”.

Atrativos turísticos são locais, eventos, objetos ou equipamentos, que os turistas têm interesse em visitar. Segundo Silva (2010) podem ser definidos em categorias: atrativos naturais, atrativos culturais, atividades ou eventos, e dentro dos mais interessantes estão: as igrejas, monumentos, museus, lagoas, cachoeiras e festas regionais ou religiosas.

Diante dessas colocações, podemos pensar em elaborar e planejar um roteiro turístico, com o objetivo de atrair os turistas para a região, e o mesmo pode ser criado por empresas especializadas ou pelo próprio interessado.

Quando da elaboração de um roteiro, Silva (2010, p.41) nos orienta a fazer uma análise das ações que são necessárias para a implementação do produto. Segundo a autora “essas ações dizem respeito à infraestrutura de apoio ao turismo, à

qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, à capacitação específica e o levantamento das eventuais dificuldades para sua implementação”.

O processo de elaboração de um roteiro é de grande importância, pois o mesmo inicia a consolidação do destino turístico. O objetivo do roteiro turístico é promover e comercializar os atrativos da região, e de acordo com os autores, os roteiros podem existir em qualquer lugar, até mesmo em um pequeno município como Águas Mornas, visando ampliar a demanda turística e se bem elaborado tornará a viagem interessante e fácil de ser executada.

2.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste item serão apresentados os aspectos metodológicos, ou seja, a caracterização da pesquisa, o contexto e seus participantes e os procedimentos e instrumentos de coleta de dados. “A metodologia pode envolver uma revisão bibliográfica e a identificação dos dados relacionados ao objeto estudado a partir da aplicação de instrumentos tais como: entrevistas, questionários, observações e outros” (CRUZ; RIBEIRO, 2004, p. 118).

Essa pesquisa tem como característica a abordagem qualitativa, que se define a partir de um problema formulado, buscando checar suas causas. De acordo com Richardson (1999, p. 79), “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”.

Através dos objetivos definidos, a pesquisa caracterizou-se como descritiva, de acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de uma população, ou fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis, utilizando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Dentro desse contexto, utilizou-se a pesquisa exploratória que é a que possui como finalidade o desenvolvimento, esclarecimento e modificação dos conceitos e idéias, em busca da formulação de problemas considerados mais precisos ou hipóteses futuras pesquisadas (GIL, 2008).

Os dados coletados para a elaboração do projeto partiram da necessidade de conhecer qual a realidade do município em relação à atividade turística e esclarecer a percepção da secretaria em relação ao turismo. De acordo com a pesquisa

observou-se a inexistência de uma secretaria de turismo no município de Águas Mornas, dessa forma os dados coletados foram extraídos da diretora da Casa de Cultura do município, juntamente com a administração do Águas Mornas Palace Hotel.

No presente estudo foi utilizado a coleta de dados primários e dados secundários. Os dados primários foram coletados através de uma entrevista (Apêndice A) efetuada por meio eletrônico. De acordo com Gil (2008), entrevista é uma técnica onde o investigador formula perguntas ao investigado, com o objetivo de coletar dados que interessam à sua investigação.

A técnica da entrevista é muito utilizada, por oferecer algumas vantagens, como possibilitar a obtenção de dados dentro dos diversos aspectos da vida social e acerca do comportamento humano, que pode ser feito em profundidade. (GIL, 2008).

Nesta pesquisa utilizaram-se dados secundários, que são informações já coletadas por outras fontes e que estão à disposição. Fontes essas como a Santur e o Site da Prefeitura Municipal de Águas Mornas que nos forneceu algumas informações para a elaboração do presente projeto.

2.3 RESULTADOS ALCANÇADOS

Nesse item serão expostos os resultados do estudo seguindo o seguinte roteiro: descrição da percepção do setor de turismo em relação ao desenvolvimento do mesmo na cidade, o desenvolvimento de um roteiro turístico e a divulgação e distribuição do roteiro em pontos estratégicos.

2.3.1 A percepção da Secretaria de Turismo em relação ao desenvolvimento do turismo de Águas Mornas.

Neste item são descritos os dados e informações obtidas com a realização das entrevistas junto a diretora de turismo do município e da administração do Águas Mornas Palace Hotel.

A diretora relata que:

Todos sabem da importância do turismo para o desenvolvimento de uma região, em Águas Mornas não é diferente e toda a diretoria trabalha para desenvolver o setor, muito já foi feito como o portal turístico, praças, material gráfico e a prefeitura e o setor de turismo estão empenhados em resgatar a cultura alemã da região, com obras como o Maibaum, localizados na praça central do município e as construções de novos prédios municipais em estilo alemão para manter e criar cada vez mais uma identidade para a cidade.

A diretora destaca ainda que “as obras de infraestrutura turística não acontecem na velocidade que todos esperam, e hoje grande parte dos turistas se concentram no Águas Mornas Palace Hotel por oferecer atrativos que dificultam a saída dos mesmos”. Nesse sentido, segundo a administração do Águas Mornas Palace Hotel,

turistas de várias cidades como Itajaí, Joinville, Blumenau, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba fazem com que a ocupação do hotel se mantenha na faixa de 36% no mês de Julho, e todos vem com o mesmo objetivo, que é usufruir das águas termais e descansar.

De acordo com a diretora de turismo “somente o Águas Mornas Palace Hotel possui a concessão das fontes termais e recentemente foi criado roteiros pela cidade que eram comercializados dentro do hotel, mas não houve demanda suficiente para a continuação do projeto”. A diretora finalizou

destacando a importância da existência de pessoas envolvidas com a elaboração de novos projetos como a divulgação do Roteiro Turístico para a cidade, lembra que é a primeira vez que pessoas de outros municípios se empenham para a realização de novos projetos e crescimento do setor na região, onde todos os moradores e turistas serão beneficiados.

Diante das informações apresentadas, observa-se que a prefeitura e o setor de turismo possuem interesse em desenvolver a atividade turística no município, a partir da criação de um projeto viável e prático em favor da comunidade, de modo a facilitar a chegada e permanência dos visitantes.

2.3.2 Desenvolvimento de um roteiro turístico, identificando os atrativos.

O município de Águas Mornas localiza-se a 36 km de Florianópolis, faz parte da microrregião da Serra do Tabuleiro, e a denominação “Águas Mornas” provém das fontes termais existentes no município e consideradas entre as melhores.

Águas Mornas está localizada em uma região onde o verde predomina e possui vários recursos hídricos que proporcionam o turismo de aventura e qualidade de vida para toda a comunidade e visitantes. Colonizada por alemães, mantém as características de um município tranquilo, um povo hospitaleiro e festeiro, preservando a cultura, comidas típicas, sotaques e suas histórias.

E foi através deste olhar que surgiu a necessidade de criar um roteiro turístico para o município, divulgando os pontos já existentes como: atrativos naturais, esportes radicais, fontes termais, histórias e com a expectativa de satisfazer as necessidades turísticas dos moradores e visitantes.

O folder contendo o roteiro turístico do município de Águas Mornas foi produzido pelos autores desse projeto, sendo confeccionado através do programa Corel Draw, e as imagens inseridas obtiveram efeitos e ajustes feitos pelo Photoshop (Adobe).

O material possui um formato de aproximadamente 29 cm X 21 cm e será impresso em papel Couchê 195 gr, colorido frente e verso (4x4) e será utilizado como acabamento as dobras (2 dobras). (Apêndice B).

2.3.3 Proposta de ações que divulguem o Roteiro Turístico.

A divulgação e execução deste roteiro são tão importantes quanto o seu planejamento, essa etapa tem como função levar aos moradores e visitantes o roteiro elaborado e concluído. O roteiro foi elaborado com estratégias condizentes, baseado na fundamentação teórica apresentada neste trabalho e na história do município com o objetivo de divulgar o turismo do mesmo, e tornar-se viável e aceitável diante do público-alvo.

Propor ações de divulgação que serão apresentadas na seguinte forma:

- Apresentar para a Santur, onde se encontra a divulgação de vários municípios e propor uma forma de divulgação do material através de uma parceria, como proporcionar um espaço para a divulgação de seu nome em troca da distribuição.
- Apresentar para a Prefeitura de Águas Mornas, através de uma visita previamente agendada para a exposição e destacando a importância do material elaborado para o município.
- Entregar na Casa de Cultura do município, onde turistas buscam por informações e opções turísticas.
- Entregar no Águas Mornas Palace Hotel, onde se concentram os turistas da região.
- Entregar no terminal Rodoviário Rita Maria e no Aeroporto Hercílio Luz, por onde passam milhares de turistas diariamente.
- Criar uma parceria com as operadoras de turismo da Grande Florianópolis, apresentando a importância do material.
- Entregar em festas da Grande Florianópolis, conforme o calendário de eventos da região.
- Propor parcerias com empresários do município, como incentivadores para a

divulgação do roteiro, pois em troca todos serão beneficiados economicamente devido à demanda de turistas no município.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é hoje uma importante atividade econômica para o desenvolvimento mundial, nacional, estadual, municipal e principalmente para uma determinada região. São vários os setores da econômica beneficiados com a atividade turística, diante desta nova realidade os setores públicos e privados devem estar atentos à contribuição que vem da atividade turística. No Brasil, o turismo que mais se destaca é aquele oferecido em áreas litorâneas, devido às características geográficas e ao clima, e geralmente são as regiões mais desenvolvidas no setor turístico. Recentemente surgiu uma nova necessidade, a procura por áreas mais tranquilas e contato com a natureza que é o turismo nas áreas rurais.

O trabalho realizado permitiu um conhecimento maior sobre a realidade socioeconômica da população do município de Águas Mornas – SC, em especial a situação turística, que possui uma estrutura carente de recursos e de atenção dos setores públicos e privados, mas com um grande potencial natural para desenvolver a atividade turística de maneira consciente e sustentável, sem provocar desequilíbrio ambiental. Esperamos contribuir de maneira significativa ao município de Águas Mornas, com o projeto realizado para a atividade turística da região. Para isso foi realizado pesquisas em meios eletrônicos e livros sobre turismo, atividade turística, planejamento turístico e roteiro turístico. Foi necessário conhecer um pouco da história do município de Águas Mornas, da colônia de imigrantes alemães e que é rica em recursos hídricos termais, considerada uma das melhores. Através de uma entrevista aplicada a diretora da Casa da Cultura e a administração do Águas Mornas Palace Hotel, foi possível contribuir com informações para diagnosticar a situação do turismo no município e descrever os resultados do presente trabalho.

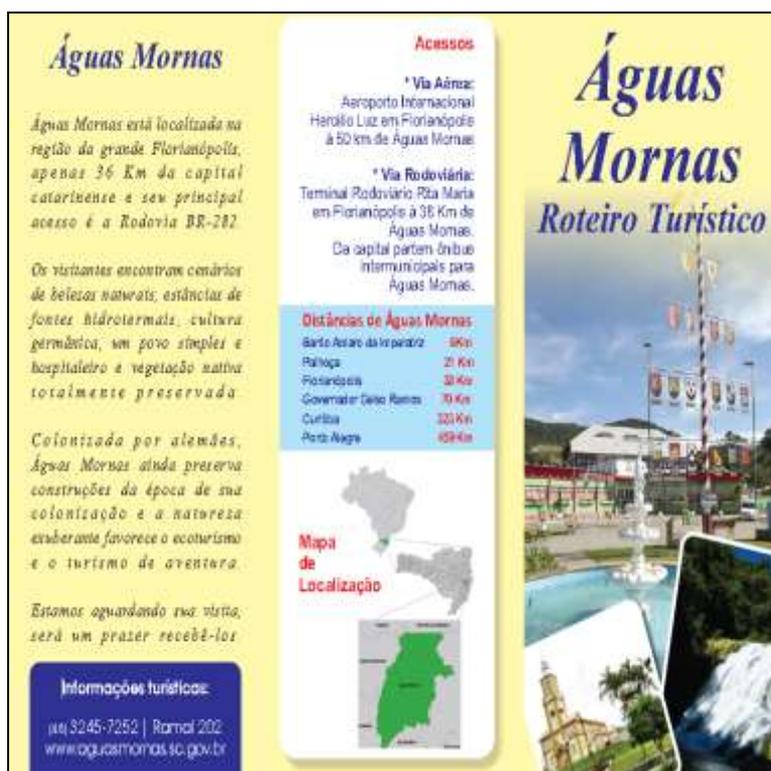
Entende-se também que o município possui condições e aspectos naturais para a aplicabilidade do roteiro turístico proposto neste trabalho, exige-se um planejamento cuidadoso para evitar esforços inúteis, desequilíbrio ambiental local, consequência social e cultural, e a necessidade de um grande envolvimento da população e de seus gestores para programar uma infraestrutura e proporcionar condições adequadas à atividade no município em um curto, médio ou longo prazo.

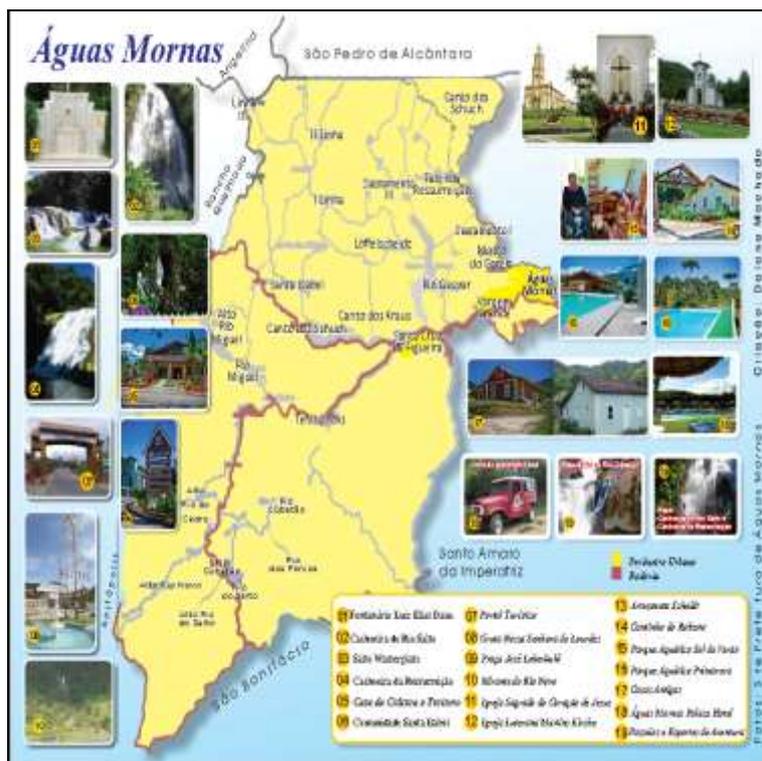
APÊNDICE:

a) Entrevista realizada para coleta de dados

1. Qual a percepção do secretário/a em relação ao turismo no município atualmente? O que precisa melhorar?
2. Quantos turistas visitam a cidade por final de semana, mensal ou anual?
3. Qual o percentual de ocupação? Quantos turistas vêm a lazer, quantos estão a trabalho e quantos somente de passagem?
4. O município possui algum roteiro, folder ou divulgação dos atrativos turísticos?
5. Há a necessidade de aumentar a divulgação dos atrativos turísticos?
6. Existe algum histórico de retorno dos turistas com frequência?
7. Existe algum projeto no município de expansão dos atrativos turísticos, já que o setor do turismo é considerado uma das principais atividades econômicas?
8. Existe algum interesse da população local em desenvolver o turismo no município, visando à geração de emprego e renda?

b) Folder do roteiro turístico





REFERÊNCIAS

- BAHL, Miguel. **Viagens e Roteiros Turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.
- CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia Científica: Teoria e Prática**. 2. Ed. Axcel Books, 2004.
- DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias**. 8. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LICKORISH, Leonardo John; JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, Glaubécia Teixeira; NOVO, Cristiane Barroncas Maciel Costa. **Roteiro Turístico**. Manaus: 2010

EXPERIÊNCIA UNIVILLE - PROESDE - 2014

Ademir José Demetrio¹
Eliane Maria Martins²
Jani Floriano³
José Dionício Kunze⁴
José Kempner⁵

Resumo: Este trabalho trata do relato de um projeto de extensão da Univille, participante de um Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, o qual consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão capaz de intervir nas políticas públicas, mediante a articulação entre sua formação acadêmica com o desenvolvimento socioeconômico da região, oferecendo aos estudantes bolsas de estudos, tendo como contrapartida a participação em curso dividido em módulos. Oportuniza-se aos estudantes conteúdos sobre desenvolvimento regional dentro dos limites de abrangência da Universidade. O projeto acontece há um ano e os resultados mostram o quanto é importante para os estudantes e para a comunidade. Embora os alunos estejam matriculados em diferentes cursos, os conteúdos oferecidos colaboram para a sua integração, a buscar alternativas para a solução dos problemas que afetam a comunidade. Os professores servem como indutores do processo de conhecimento teórico e prático das questões públicas. Foram elaborados pelos acadêmicos projetos para auxílio à comunidade, atualização de projetos junto à Secretaria de Desenvolvimento Regional e troca de experiência com os professores e participantes da gestão pública.

Palavras-chave: Projeto de Extensão, Desenvolvimento Regional, PROESDE Joinville.

1 INTRODUÇÃO

A concretização do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional - PROESDE oportuniza maior inserção da Univille na sua região de abrangência, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento regional através da formação de profissionais com visão sistêmica e empreendedora, capazes de planejar, gerir e avaliar projetos de desenvolvimento regional.

Conforme Rachel, 2009 p. 15 “Nesse sentido, entende-se que para gerar

¹ Economista, mestre Relações Econômicas e Sociais Internacionais - Coordenador PROESDE - ademir.jose@univille.br.

² Economista, mestre e doutoranda em Desenvolvimento Regional – Professora PROESDE - emtins@hotmail.com.

³ Economista, mestre em Economia Industrial e doutora em Educação – Psicologia da Educação - Chefe Depto Economia - Jani.floriano@univille.br.

⁴ Geógrafo, mestre em Engenharia Ambiental - Professor PROESDE - Jose.kunze323@terra.com.br.

⁵ Contador, mestre em Ciências Contábeis e Atuariais – Professor PROESDE - jose.kempner@gmail.com.

desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, mas é necessário integrar, articular e gerir". Assim, a promoção do desenvolvimento requer um novo posicionamento dos agentes envolvidos a fim de que possam compreender seu protagonismo nesse processo, pois segundo Brandão (2011, p. 15)

[...] os processos de inovação sociais e organizacionais, de produto e de processos e as demandas sociais devem ser analisados de forma regionalizada e sob uma perspectiva desde dentro da estrutura e dinâmica da rede urbana brasileira.

A formação de agentes de desenvolvimento constitui-se em ativo estratégico que um dado território pode mobilizar para projetar, gerenciar, monitorar e avaliar um processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que a falta de recursos humanos qualificados implica numa profunda limitação na capacidade do poder local em promover desenvolvimento, sua tarefa prioritária.

O elemento distinto do novo enfoque de desenvolvimento, em comparação com o "tradicional", é que é centrado nos valores concretos do ser humano. Isto é, o bem-estar dos indivíduos não será um subproduto do crescimento econômico geral - cuja versão para os países subdesenvolvidos é o efeito do "transbordamento" - mas um objetivo específico, cuja realização condicionará toda a organização econômica e social (HERRERA, 2003, p. 40).

Então, entende-se que a formação de pessoas para atuação na gestão do desenvolvimento regional torna-se condição primeira. Sem esse investimento, municípios e regiões ficarão confinados a mera execução de políticas desenvolvimentistas ditadas de fora, ou a mercê da falta de inovação e de dinamismo.

O território representa um desafio quando a questão regional se manifesta, pois além da demanda de satisfação de interesses estritamente pessoais, busca um desenvolvimento cuja identidade e cujas fronteiras são mais ou menos estabelecidas. Esta busca de um desenvolvimento deve ser pensada em termos de realização de suas potencialidades que não acentuem as disparidades regionais (ALCÂNTARA, SOUZA, SAMPAIO, e GESSER, 2013, p. 3).

A importância de se formar agentes para o desenvolvimento é indispensável ao se observar que a região apresenta os problemas de ordem (i) social no diz respeito ao desemprego, qualificação de mão de obra e inclusão social, (ii) econômico por conta da desigualdade produtiva em que alguns municípios possuem uma matriz produtiva muito mais dinâmica e diversificada que outros, (iii) ambiental caracterizada por invasões de áreas de mangue e (iv) territorial no tange a infraestrutura. Isto demonstra uma carência no sentido de planejar um desenvolvimento em que esteja contemplado um alinhamento entre os municípios que fazem parte do nordeste

catarinense de forma que todos possam apresentar um desenvolvimento mais igualitário. Em Joinville, principal cidade da região e maior polo industrial do estado, em função do aumento populacional, no início dos anos de 1980, os problemas em suas áreas periféricas se agravaram substancialmente, como afirma Ternes (2002, p. 70) e esses problemas são os seguintes:

- Índice de crescimento populacional da ordem de 115%, na década anterior;
- 75% da população vivendo com renda familiar de até três salários mínimos;
- Orçamento do município em progressão decrescente;
- 70% da área da cidade não possuem coleta de lixo;
- 35% não têm abastecimento de água;
- 70% da população não têm coleta de esgoto doméstico;
- Há falta de leitos hospitalares e deficiência grave na área de segurança pública;
- Desenvolvimento descontrolado na periferia;
- Ampliação não recomendável no perímetro urbano;
- Malha viária antieconômica;
- Transporte urbano deficiente;
- Destruição indiscriminada da topografia;
- Poluição de rios e córregos;
- Desmatamento nas áreas de captação de água.

Sendo assim, é importante destacar que todo o planejamento de desenvolvimento segundo Sachs (1993, p. 37 e 38) precisa levar em conta, simultaneamente, cinco dimensões de sustentabilidade:

1. Social – [...] A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

3. Ecológica, que pode ser melhorada utilizando-se de:

- * Um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
 - * Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente;
 - * Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
 - * Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
 - * Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
 - * Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.
-

4. Espacial, que de ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas.

5. Cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural.

Entende-se, portanto, que com esta visão e buscando agir coletivamente fica mais fácil encontrar soluções para os problemas existentes, visando conseqüentemente, diminuir os impactos sociais, econômicos, ambientais e de infraestrutura que se apresentam. Desta forma, o programa proposto vem incorporar uma visão de desenvolvimento, inclusive numa dimensão maior daquela puramente econômica. Este é um pressuposto fundamental para projetar uma sociedade fundamentada na justiça social, no bem comum, na ética e, principalmente no respeito às condições necessárias a dignidade humana.

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes (SCHUMPETER, 1985, p. 47).

Desta forma, faz-se necessária a promoção de ações mais claramente voltadas à articulação do ensino superior com o desenvolvimento regional, através do binômio teoria-prática. Nesse processo, ganham em qualidade o ensino superior e o desenvolvimento regional. A importância de se engajar no sentido de estudar e incentivar as ações para o desenvolvimento encontra-se no fato de que, a economia da região em questão, tem como base a indústria metalúrgica, metal mecânico e plástico, mobiliário, fiação e tecelagem, o comércio e o turismo. As áreas de prestação de serviços e comercial merecem destaque especial.

Poucas cidades no Brasil têm o privilégio de acolher em seus territórios um número de empresas de grande e médio porte como Joinville. A expressão econômica do município e o seu prestígio, em muito, advém desta situação, ou seja, de sediar empresas do porte das quatro grandes e, ainda, de duas dezenas de empresas de médio porte e quase duas centenas de pequeno porte (TERNES, 1986, p. 225).

Mesmo assim, para a região continue crescendo e possa se desenvolver de maneira sustentável é fundamental que se continue planejando e criando ações que possam atender as necessidades e anseios da população.

Pode-se considerar que o desenvolvimento econômico é um conjunto de transformações intimamente associadas, que se produzem na estrutura de

uma economia, e que são necessárias à continuidade de seu crescimento. Essas mudanças concernem à composição da demanda, da produção e dos empregos, assim como a estrutura do comércio exterior e dos movimentos de capitais com o estrangeiro. Consideradas em conjunto, essas mudanças estruturais definem a passagem de um sistema econômico tradicional a um sistema econômico moderno (CHENERY, 1981, p. 9).

O Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE tem como principal objetivo a formação de agentes do desenvolvimento regional. Para tanto, num primeiro momento, visa à qualificação e motivação de estudantes para atuarem no fomento e na gestão de ações voltadas ao desenvolvimento regional. A proposta fundamenta-se na concessão de bolsas de estudos para cursos de educação superior e, ao mesmo tempo, a participação em curso de extensão para qualificação de agentes para o desenvolvimento.

Assim sendo, alunos matriculados em cursos de graduação considerados prioritários para o desenvolvimento regional serão contemplados com bolsas de estudo na graduação. A contrapartida dos alunos será a participação no Programa com formação complementar qualificando-se dentro de premissas para o desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo há obrigação à matrícula e frequência no curso, articulada com atividades de pesquisa e de extensão, favorecendo maior comprometimento e atuação efetiva de acadêmicos como agentes sociais sintonizados às necessidades de sua região e fomentadores de transformações sociais.

2 DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Inicialmente, como primeira fase do projeto foram ministradas disciplinas que contribuíram com o aprendizado, a organização das atividades teóricas e práticas e deram fundamentação aos projetos elaborados pelos alunos. No quadro a seguir pode ser verificado as disciplinas ministradas com seus respectivos conteúdos e objetivos.

Quadro Nº 1: Contribuições das disciplinas ministradas

DISCIPLINAS	EMENTA	OBJETIVO
Gestão Pública	Gestão da: Educação e Inovação, Infraestrutura, Turismo, Desporto e Lazer, Saúde.	Fazer o estudante compreender que a Gestão Pública é importante para regular e minimizar os problemas sociais, administrativos e econômicos de uma região. Logo, é de extrema importância sua aplicação no Curso de Desenvolvimento Regional, pois

		como cobrar e fiscalizar as ações de nossos administradores? Conhecendo sua prática e ação.
2) Cidadania e Políticas Públicas	A cidadania e os direitos sociais. Pobreza e exclusão. As formas de mensuração da pobreza e exclusão. Programas voltados para o combate à exclusão: desafios e limites das intervenções. Consequências da concepção de exclusão sobre o desenho de políticas e programas sociais.	Levar o estudante a compreender que a cidadania tem respaldo nas políticas públicas que, que por sua vez, servem para minimizar os problemas sociais.
3) Gestão de Projetos para o Desenvolvimento Regional	Conceito de projeto e gerenciamento de projetos. Ciclo de vida do gerenciamento de projetos. Áreas do conhecimento do gerenciamento de projetos. Fatores críticos de sucesso da implementação de projetos. Métodos, técnicas e ferramentas de gerenciamento de projetos.	Fazer com que os estudantes entendam como são elaborados os projetos e seu trâmite nos diversos setores para sua conclusão. Também, as diferentes formas de escrever um projeto, conforme a necessidade de cada setor. Portanto, é legítima sua importância para a formação dos acadêmicos, pois se todos os cidadãos tivessem conhecimentos dos trâmites gerais dos projetos de obras e intervenções, nossa forma de cobrar e acompanhar seriam diferentes.
4) Planejamento e Orçamento Participativo	Orçamento público, seu conceito, origem, evolução histórica (no mundo e no Brasil), evolução conceitual, princípios orçamentários, tipos de orçamento, a legislação pertinente, o processo orçamentário e seu controle nos órgãos públicos, toda estrutura em nível federal, estadual e municipal que é abrangida pelo orçamento público. Os alunos viram toda a sistemática da nova contabilidade pública, formatada com base nas normas internacionais de contabilidade, cujas normas já estão em vigor em todo o território nacional, devendo ser adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros.	Mostrar aos alunos toda a sistemática da nova contabilidade pública, formatada com base nas normas internacionais de contabilidade, cujas normas já estão em vigor em todo o território nacional, devendo ser adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e todos os municípios brasileiros.

5) Desenvolvimento Econômico e Social	Demandas contemporâneas, e acompanhar a trajetória desta ideia nos seus embates ideológicos, científicos, socioeconômicos e culturais. Contribuiu-se assim, para um melhor entendimento da aplicação do conhecimento adquirido nos cursos de graduação envolvidos e, da interação emanada das diferentes áreas do saber.	Discutir e analisar, explicitando descritivamente e/ou interpretativamente, a trajetória da ideia de Desenvolvimento Regional.
---------------------------------------	--	--

Fonte: PROESDE/UNIVILLE (2014)

2.1. ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Como princípio metodológico fez-se uso de aulas teóricas, discussão em grande grupo, aulas expositivas, estudos de casos e atividades extras. Os estudantes precisavam buscar informações sobre políticas públicas e trazer para discutir no grande grupo. Esse método foi importante, pois durante a semana os estudantes formavam grupos de bate-papo virtual para fazer atividades e aprofundar as discussões dos assuntos da semana anterior. Por várias vezes os professores recebiam e-mails com pedidos de opinião e fontes sobre determinada discussão.

O fato de ter atividades extras facilitava o desenvolvimento da disciplina, pois entre uma aula e outra havia um intervalo de uma semana, tempo mais que necessário para os alunos fazerem leituras e pesquisas sobre determinadas ações. Com isso, obteve-se uma grande contribuição para as ações de Desenvolvimento Regional, já que os estudantes conheceram na prática as ações governamentais que fazem a diferença para a sociedade.

A medida que os acadêmicos conhecem a estrutura completa dos órgãos públicos, como são geridos e têm definidos seus resultados, a prática dos acadêmicos no acompanhamento das atividades realizadas pelos governos locais, estaduais e federal, certamente trará contribuições positivas para o desenvolvimento regional.

Apresentou-se a metodologia do orçamento participativo e o case da Prefeitura de Porto Alegre, tido como modelo de participação popular nas decisões sobre investimentos públicos. Trabalhou-se fortemente sobre os instrumentos de planejamento e orçamento, passando pelo Plano Plurianual de Governo (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando que cada instrumento destes deve ser aplicado pela União, nos 27 Estados, Distrito Federal e pelos mais de 5.000 municípios brasileiros.

As equipes tiveram que levantar informações como:

- Diretrizes do PPA
- Principais programas, metas e objetivos de governo
- Valores globais com envolvimento de Indicadores econômicos projetados
- Indicadores sociais
- Políticas sociais e de desenvolvimento
- Riscos fiscais
- Avaliação do cumprimento de metas
- Quadros gerais de receitas e despesas
- Participação % das principais receitas e despesas
- Valores de orçamento fiscal, seguridade social e de investimentos das empresas
- Gastos (despesas) e investimentos por órgão
- Quadro de pessoal
- Menção a orçamento participativo
- Outras informações que os grupos consideraram relevantes para enriquecer a apresentação.

No último dia de aula do módulo Desenvolvimento Econômico e Social, as equipes fizeram as apresentações em sala de aula, onde todos os membros das equipes tiveram que participar garantido por regras estabelecidas (figura Nº 1).

Figura Nº 1: Apresentação dos trabalhos dos alunos





Fonte: PROESDE/UNIVILLE (2014)

Para elaboração dos projetos (figura 1), foi utilizado como instrumento de estudo os planos de desenvolvimento da SDR Joinville, referentes aos anos de 2007 e 2012, visando contextualizar e problematizar as ações previstas em cada plano, para o desenvolvimento de Joinville e região. Assim, em parceria com a SDR Joinville, os estudantes do PROESDE formaram os grupos de estudo, desenvolveram as atividades cujos trabalhos foram apresentados na sede da SDR Joinville, no dia 04 de outubro de 2014, em que se fez presente a Sra. Lourdes Salette Cesari de Aquino, Gerente de Planejamento e Avaliação e o Sr. Joel Ghelen, Gerente de Turismo, Cultura e Esporte.

A principal contribuição foi no sentido de que os alunos tiveram a oportunidade de relacionar os conteúdos disseminados na área do desenvolvimento regional com os conteúdos abordados em sala de aula nos seus respectivos cursos. Visualizaram a aplicação desses conteúdos na prática ao revisar o Plano de Desenvolvimento Regional da SDR de Joinville.

De todo este processo de ensino e aprendizagem surgiram diversos projetos, dentre os quais destacam-se:

1) O festival de dança sacra e sua importância cultural para a cidade de Joinville

Apresenta o Festival de Dança Sacra como evento cultural que se realiza na cidade de Joinville há 15 anos. Trazendo um pouco da história da dança, destaca sua essência e como de fato surgiu a dança sacra, como ela se apresenta no passar dos séculos. A dança está relacionada ao sagrado, a necessidade do homem de expressar

seus sentimentos, a maneira de agradecer a divindade pela colheita, pela chuva. Joinville tem o maior Festival de Dança do mundo e também o maior Festival de Dança Sacra do Brasil. Um evento realizado para todos os públicos, não somente religioso, mas todos que se interessam e se apaixonam pela dança.

2) A gestão pública de Joinville

Apresenta os elementos que compõe o Plano de Desenvolvimento Regional de 2012, contemplando seu diagnóstico, com base nas informações aprendidas no curso de “Desenvolvimento Regional” e as questões foram discutidas com os próprios gestores públicos. Desta forma, foi elaborado um prognóstico descrevendo os pontos positivos e negativos do plano. Os objetivos estabelecidos foram a continuidade e o aprimoramento dos serviços públicos prestados a população, acompanhamento dos resultados do que foi investido pelo Estado na região, ampliação da infraestrutura de mobilidade regional e as condições de treinamento e capacitação dos servidores da SDR

3) Projeto meio-passe para estudantes do ensino superior em Joinville

Ao analisar o papel do transporte coletivo urbano na sociedade, destaca-se sua importância como mecanismo de inclusão social. A partir da discussão sobre transporte coletivo e pobreza, Gomide (2003) afirma que a existência de um serviço de transporte coletivo acessível, eficiente e de qualidade, possibilita o acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, lazer) e às oportunidades de trabalho. Portanto, o transporte coletivo surge como uma necessidade coletiva. Ao entender que o objetivo do serviço público é atender as necessidades coletivas da população, faz-se necessária uma tentativa de definição de serviço público e quais suas atribuições. Segundo o Art. 205 da constituição federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho“. Assim, este projeto objetiva a redução no valor do transporte coletivo em 50% para alunos do ensino superior em Joinville.

4) Sistema de semáforos sonoros para portadores de necessidades visuais

Uma deficiência é qualquer tipo de perda ou anormalidade da estrutura em função psicológica, fisiológica ou anatômica. Com isso, o deficiente gera uma incapacidade de realizar uma atividade que é considerada normal para as demais pessoas. Porém, isso não faz com que ele deva se sentir isolado dos demais, pois existem muitas pessoas com algum tipo de deficiência que desafiam os seus limites e conseguem fazer coisas que nem eles mesmos imaginavam que conseguiriam. Todos possuem dificuldades em alguns momentos ou tarefas da vida. Para uma pessoa com algum tipo de deficiência essas dificuldades se tornam mais complexas e presentes. Tarefas que são simples, como atravessar uma rua, por exemplo, geralmente é um grande desafio para um deficiente visual. Quando não se há uma boa regulamentação no trânsito, essa atividade que seria simples acaba dificultando ainda mais a vida do deficiente, colocando a vida dele em risco e fazendo-o perder tempo. O objetivo é instalar dos semáforos sonoros, para aumentar a segurança da travessia dos deficientes visuais, nos principais semáforos de pedestre da cidade, em que há maior presença dessas pessoas.

5) A falta de segurança pública na cidade de Joinville

A segurança pública é um serviço público e deve ser universalizado de maneira igual. A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 144 afirma que a segurança é dever do estado e direito de todos, não bastasse o art. 144 da Constituição o art. 5º em seu caput trás a segurança como condição de direito fundamental. Mesmo sendo o Estado reconhecido constitucionalmente a oferecer serviço de segurança básico, vê-se na prática, que ele não atende sequer, as mínimas necessidades de segurança, gerando em nossa sociedade aumento do crime e sentimento de insegurança. Este trabalho tem por objetivo estudar a falta de segurança pública na Cidade de Joinville, trazendo índices e possíveis soluções.

6) Criação e/ou estruturação de setores para fiscalização/combate das ocupações irregulares e implementação da política de regularização fundiária nos municípios

O direito à moradia digna foi consagrado pela Organização das Nações

Unidas – ONU e erigido à categoria de direito social fundamental na nossa Carta Constitucional pela Emenda Constitucional n. 26, de 14 de fevereiro de 2000. Na esfera infraconstitucional, o Estatuto da Cidade também estabelece que a política urbana tenha, entre suas diretrizes básicas, o direito do cidadão à terra urbana e à moradia, para as presentes e futuras gerações, no intuito de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. No entanto, a triste realidade de nossos centros urbanos demonstra que este direito não é de fácil efetivação. Um simples circular pelas cidades brasileiras demonstra o quão grave é a situação, já que grande parte da urbanização brasileira se efetivou de forma desordenada, sem nenhum planejamento ou controle estatal. Desta situação decorreram sérios problemas de ordem habitacional e urbanística, cuja gravidade provoca, em alguns casos, a ausência de dignidade humana a moradores de unidades habitacionais brasileiras. Não é por outro motivo que esses problemas urbanísticos exigem a urgente implementação de soluções. Tem como objetivo estudar a criação de uma estrutura de servidores e tecnologias que favoreçam o combate de novas ocupações irregulares e a regularização das ocupações existentes nos municípios catarinenses, inclusive no município de Joinville.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O aprendizado dos alunos foi avaliado e observado por meio da aplicação de testes com questionamentos a respeito dos conteúdos ministrados e a realização de trabalhos extraclasse em que os acadêmicos teriam que aplicar seus conhecimentos apreendidos conciliando teoria e prática.

Inicialmente buscou-se verificar a abrangência do conhecimento dos alunos em cada módulo (disciplina) a respeito dos conteúdos a serem discutidos em sala de aula, com aplicação de um teste de nivelamento, com perguntas abertas e fechadas. Feito isto, percebeu-se que os estudantes tinham pouco ou nenhum conhecimento sobre a existência de políticas públicas em qualquer nível. Eles tinham o discurso repetido da massa sobre ser contra ou a favor de determinadas ações do Estado sem o entendimento se isto era ou não possível. Pensavam que os problemas de segurança se resolveriam com maior efetivo de tropas nas ruas, que a educação tinha como principal problema o despreparo dos professores e outros chavões populares. Quando descobriram que havia uma organização do Estado e da sociedade civil,

começaram a mudar o discurso e a forma de pensar. Porém, a principal mudança foi o fato de o estudante perceber a existência de uma organização e que as coisas só acontecem a partir de um planejamento, mostrando que em muitas vezes, se dá em uma década.

Com o desenvolvimento das disciplinas, os estudantes perceberam que não se trata de preguiça ou descaso dos gestores públicos. A não apresentação dos projetos se dá por questões técnicas, porque na maioria das vezes, as Prefeituras, principalmente projeto, ou nem sabe onde procurar a demanda para tal fim. Em outras situações, o modelo solicitado é tão complexo que se chega de forma inadequada e desclassificado pela apresentação, e, não pela necessidade ou conteúdo.

Porém, ao concluir as disciplinas eles entenderam que para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento. Pela interação dos módulos, os estudantes obtiveram conhecimento de conteúdos relacionados à questão pública, portanto, já tinham noção de como as coisas aconteciam, mesmo não tendo conhecimento dos processos físicos existentes na Administração Pública, como por exemplo, o significado de PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei das Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei do orçamento Anual) e os processos dos centros de custos existentes. Passaram a entender como ocorrem os processos de arrecadação de recursos, preparação de projetos, execução e legalização dos orçamentos até sua aprovação pelo Tribunal de contas.

As aulas de campo tinham o intuito de observar o status de algumas obras públicas na cidade e entender como funciona na prática uma medição de obra para o pagamento da empreiteira. Com isso, eles entenderam que para cada fundo existe uma forma de arrecadação e, projetos e formas de prestação de contas. Para cada demanda social existe um fundo específico e que para cada tipo de obra há um tipo exclusivo de financiamento. Isto representou para o acadêmico uma oportunidade de exercer sua cidadania, dando ideias para desenvolver o ambiente onde vive. Como profissional, pode vir a representar uma nova oportunidade na carreira, participando de concursos públicos, ou simplesmente aprender novas ferramentas para aplicar em suas funções nas empresas. É importante trabalhar com a estrutura e conteúdos estabelecidos. Fazer parte de uma mudança de pensamento sempre é muito positivo para um profissional da educação. No âmbito profissional foi possível demonstrar a responsabilidade e importância da participação de cada cidadão no processo de discussão dos planos de desenvolvimento.

Com isto, é possível dizer que a continuidade deste curso se faz importante, pois se tem entendimento de que esta iniciativa possibilita que o Governo e a Universidade cumpram com seu papel de formar líderes e uma população mais crítica e consciente, além de propiciar bolsas de estudos para mais de 70 acadêmicos nesta região. Também, existe o entendimento da necessidade de se qualificar pessoas tanto para atuar como para acompanhar o gerenciamento das questões públicas, tendo em vista que quanto mais a região cresce, maiores são os desafios no sentido de atender aos anseios e necessidades da sociedade. Com isso, tanto a Universidade, quando o Governo do Estado, cumprem seus papéis de formadores de pessoas capacitadas para a gestão, e, necessárias em um sistema social para que este possa se tornar autossustentável e que o permita crescer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Santa Catarina disponibilizou recursos públicos para pagamento dos custos das mensalidades da graduação aos alunos participantes do programa. Como contrapartida, a Univille recebe recursos para subsidiar o Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional. Os alunos egressos deste programa serão elementos imprescindíveis para promover articulação da teoria com a prática voltada ao desenvolvimento regional tornando os profissionais ágeis, eficientes e comprometidos com o interesse público.

O curso na sua essência propôs desenvolver propostas ou sugestão de melhorias no serviço público, sendo que os acadêmicos desenvolveram alternativas como forma de promover mudanças significativas na condição de vida dos cidadãos de Joinville. Para melhor compreensão, buscou-se contextualizar na elaboração dos trabalhos, as problemáticas envolvendo a cidade e apresentar algumas noções básicas de correção dos problemas e os instrumentos primordiais para isto.

Acredita-se que a experiência prática do professor no serviço público define seu papel não só como transmissor de conhecimento, mas como aquele que organiza ações alternativas e inovadoras para o setor público. A partir das discussões propostas, compreende-se que quando se desenvolve políticas públicas visando diminuir as desigualdades sociais, é preciso pensar de maneira ampla, buscando abarcar as necessidades de maneira geral. De nada adianta desenvolver programas de acesso ao ensino superior se não houver suporte para a permanência do aluno na

sala de aula. O método de educação por projetos exige uma maior participação dos acadêmicos fazendo com o mesmo obtenha uma assimilação de conhecimento mais fácil. Com isto a cidade de Joinville e região passarão a ter no futuro, profissionais que darão uma melhor condição qualitativa na condução da coisa pública.

Sugere-se para o futuro que os projetos consistentes, aprovados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e que possam trazer custo benefício à comunidade sejam desenvolvidos pelos mesmos alunos do ano anterior. Não se perderia a solução de continuidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer; SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce e GESSER, Júlia Helena. **Construção de Conhecimentos em Ação Territorial: institucionalização da interdisciplinaridade em zonas de educação para o ecodesenvolvimento**. Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão: Região Sul - Santa Catarina, 2013.

BRANDÃO, Antônio Carlos. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 11-131, jan/jun. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 jul. 2014.

CHENERY, Hollis. **Changement des structures et politiques de développement**. Paris: Econômica, 1981

GOMIDE, Alexandre de Ávila. **Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas**. IPEA: texto para discussão | 960 | jul. 2003.

HERRERA, A. Novo Enfoque do Desenvolvimento e o papel da Ciência e da Tecnologia. In: DAGNINO, R.; THOMAS, H. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: uma reflexão latino-americana**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

RACHEL, A. R.. **O que se entende por serviço público e quais princípios estão a ele relacionados? Rede de ensino Luiz Flávio**, publicado em 08/01/2009. Disponível em <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20090105151327423&mode=print>. Acesso em 14 de nov. de 2014.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juros e o ciclo econômico**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. 2ª ed. Joinville: Meyer, 1986.

_____. **A economia de Joinville no Século 20.** 1ª ed. Joinville: Letradágua, 2002.
UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. **Guia de trabalhos Acadêmicos** –
Joinville, 2012.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS PROCESSOS DE DECISÃO NA CONSTRUÇÃO REGIONAL

Cláudio Machado Maia¹
Myriam Aldana Vargas Santin²

Resumo: Esta produção textual objetiva apresentar os pressupostos básicos norteadores a partir dos quais foi desenvolvido o Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional no âmbito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Abordou-se desenvolvimento regional considerando uma abordagem onde considera-se que cada aluno é/ou poderá ser um ator (um ator social) com capacidade de articular, propor, interagir, e/ou mesmo protagonizar processos organizativos sociais coletivos ou mobilização social, tal como, em suas respectivas inserções nas suas lidas diárias na sociedade, quer seja como aluno, quer seja como futuros profissionais em potencial. Sendo assim, ensinar desenvolvimento regional para formação cidadã, é desenvolver o entendimento da importância da participação social no processo de desenvolvimento regional, agregando a percepção de que a mobilização e articulação dos agentes regionais do desenvolvimento são características daquelas regiões que conseguem transformar a ação cooperativa intra-regional e interregional no principal elemento integrador do seu processo de desenvolvimento regional, considerando sua participação crescente e direta no processo de desenvolvimento contemporâneo. Entendendo-se que é em função de seu histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. O PROESDE/2014 na Unochapecó proporcionou elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes se envolvam nas propostas de seus municípios, identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social.

Palavras-chave: participação social. Autonomia. Desenvolvimento regional.

1 INTRODUÇÃO

O Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o

¹ Coordenador do PROESDE/2014 – Chapecó. Doutor em Desenvolvimento Rural e Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor Titular e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e Grupos de Pesquisa “Desenvolvimento Regional, Política Pública e Governança”, “Cidades: Cultura, Urbanização e Desenvolvimento” e “Relações Internacionais, Direito e Poder: cenários e protagonismo dos atores estatais e não estatais”. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Brasil. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

² Coordenadora do PROESDE/2014 – Chapecó. Professora Titular e Pesquisadora. Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Brasil. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC), Mestrado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Graduação em Sociologia pela Universidade Santo Tomas de Aquino Bogotá, Colômbia. Email: aldana@unochapeco.edu.br

Desenvolvimento Regional da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (PROESDE/2014 – Unochapecó) propiciou atividades de ensino, pesquisa e extensão permitindo que os estudantes de vários cursos de graduação se envolvessem nas diversas propostas que objetivam um desenvolvimento regional sustentável em seus municípios.

Participaram 73 estudantes pertencentes às seguintes Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR's): SDR Chapecó (Chapecó, Coronel Freitas, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Guatambu, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Cordilheira Alta), SDR São Lourenço (São Lourenço e Novo Horizonte), SDR Palmitos (Palmitos, Caibi, Águas de Chapecó, Cunhataí e São Carlos) e SDR Quilombo (Quilombo e Santiago do Sul).

Como temática norteadora, tem-se a importância da participação social no processo de decisão e construção regional (BANDEIRA, 1999; BECKER, 2002), sobretudo, considerando a contribuição do ensino superior e as práticas participativas relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional. Objetivou-se proporcionar elementos teóricos e metodológicos sobre o desenvolvimento regional para que os participantes se envolvam nas propostas de seus municípios (ou locais de seu convívio), identificando potencialidades e limites do desenvolvimento nas múltiplas dimensões com sua participação social.

Tal abordagem teórica-metodológica aplicada como mecanismo de conscientização para articulação, mobilização e interação social (GIL, 2002), justifica-se ao considerar o contexto no qual o processo de descentralização de decisão, execução e gestão de políticas públicas vem exigindo novas posturas e competências do poder público e das organizações da sociedade civil, para os quais a capacitação vem se tornando um componente estratégico. Neste sentido, a capacitação de acadêmicos da instituição dos diversos cursos, oriundos especialmente dos municípios pertencentes às Secretarias de Desenvolvimento Regionais envolvidas neste convênio³, contribui essencialmente para as novas demandas colocadas na construção de um processo de desenvolvimento endógeno⁴.

³ Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE).

⁴ Desenvolvimento endógeno é aqui entendido como aquele que se constrói historicamente a partir do cidadão ou do grupo social, no contexto de uma ação local, por mais que esta ação esteja sujeita a constrangimentos externos. Implícito, nessa perspectiva, está a emergência da sociedade civil com o desenvolvimento como emergindo das localidades – ideia chave para um processo de desenvolvimento endógeno, onde os grupos locais tem alguma solução a partir de seus valores e capacidade de inovar – como base para se pensar a heterogeneidade.

Neste sentido, é importante considerar o local e a valorização das culturas regionais, no sentido de que a partir desse histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do capital social existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. O que permite refletir sobre uma antiga tese: “de que o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia e esta, por sua vez, é resultado da organização social”. Consequentemente, uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, assim como, uma sociedade democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida. O que, em tese, significa que as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, consequentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais. Por isso, a tese é de que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente. E uma sociedade mais participativa politicamente é uma sociedade muito mais desenvolvida economicamente (BECKER, 2001, p.35-36).

Fez-se necessário introduzir um quadro teórico, baseado não num conceito, mas noção de desenvolvimento, para poder explicar aspectos particulares da mudança social, aduzindo parâmetros e indicações para a avaliação e valorização social. Esta visão procurou compreender o comportamento dos atores, ao mesmo tempo que permite-se avaliar consequências intencionais ou não intencionais, da ação social (a ação em contexto) (VEIGA, 2005, p.67).

Acrescente-se ainda, a importância dada no sentido do entendimento de que a análise do desenvolvimento realça a articulação entre as instituições e organizações (interação entre atores) ligadas às práticas de desenvolvimento, como política pública ou para-pública, e o conjunto dos atores locais e não locais, tomados como destinatários destas práticas. À volta das representações do desenvolvimento constroem-se redes de relações que condicionam e/ou potencializam as ações dos atores e, em termos coletivos, promovem dinâmicas ou bloqueios à melhoria do bem-estar local.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O RELATO DE EXPERIÊNCIA

A ideia força condutora e construída desde a aula inaugural, sobretudo, a partir das diversas manifestações dos alunos foi desenvolvida pela questão norteadora proposta aos alunos, perguntando-se “O que é desenvolvimento para Você”. Construiu-se um mapa conceitual contendo as diversas e eventuais respostas apresentadas pelos alunos. Tais respostas foram debatidas e discutidas, sobretudo, em busca de um consenso que esclarecesse uma noção de “desenvolvimento” que representasse e contemplasse a diversidade e a complexidade das diferentes respostas e interesses. Na sequência, falou-se em globalização, considerando-se que os estudos sobre globalização apresentam vastas perspectivas de interpretações e o caráter multifacetário das transformações observadas relacionadas com as diferentes associações entre mudanças globais e consequências locais.⁵ Após um debate sobre percepções da noção de desenvolvimento num contexto de globalização. Chegou-se a compreensão de que num contexto de globalização, uma alternativa de preservar a autonomia da sociedade (ou da comunidade) é a discussão do regional, onde o “regional” é necessário, conforme afirma Becker (2002), mobilizar e articular os agentes regionais do desenvolvimento, considerando sua participação crescente e direta no processo de desenvolvimento contemporâneo.

2.2 OS CONTEÚDOS CENTRAIS MINISTRADOS

Os conteúdos centrais que orientaram o PROESDE/2014 – Unochapecó através de aulas e de pesquisa de campo foram, conforme abaixo apresentados no Quadro 1 referente ao conteúdo: histórico da formação social, econômica e cultural do oeste catarinense; modelos de desenvolvimento existentes na região; meio ambiente e desenvolvimento regional; planejamento urbano; crescimento das cidades medias e esvaziamento dos pequenos municípios; papel do estado e as políticas publicas; capital social e movimentos sociais; governança e participação; conflitos de terras e desenvolvimento regional sustentável; e, desenvolvimento regional

⁵ Conforme Machado (2003), “a palavra globalização converte-se num termo adequado para designar de forma mais geral a uma força que atua em diferentes dimensões, superior a vontade dos atores individuais ou coletivos locais”.

sustentável e suas implicações nas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) estudadas. Sendo que as saídas de campo foram realizadas às diversas SDR's envolvidas no Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) as quais representam as cidades de convívio dos alunos. Também foram realizadas idas à assentamentos rurais e tribos indígenas, sobretudo, considerando as especificidades que representam as lidas diárias e processos de reprodução social predominantes da região oeste catarinense.

Quadro Nº 1: Conteúdos desenvolvidos

ASSUNTO
Desenvolvimento regional. Histórico da formação das SDR. Agricultura no desenvolvimento regional. Desenvolvimento: sobre o rural e a sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. A agroecologia. Desenvolvimento endógeno.
Histórico da formação socioeconômica cultural do Oeste Catarinense. Capital social e desenvolvimento regional. Movimentos sociais. Governança e participação. Perspectiva de gênero nas políticas públicas.
O papel do Estado e as políticas públicas. MIN. MERCOSUR. MDA. CONSAD. MDS. SDR. Conflito de terras. A questão indígena e o desenvolvimento regional.
Histórico da formação socioeconômica cultural do Oeste Catarinense.
Meio ambiente e desenvolvimento regional. Degradação ambiental.
Políticas públicas. Políticas sociais. Saúde. Educação.
Planejamento urbano. Planos diretores.
Crescimento das cidades médias. Pólos de crescimento. Integração regional.
Modelos de desenvolvimentos. Agroindústrias e suas conseqüências.
I Seminário Regional do PROESDE: O ensino superior e as práticas participativas relacionadas com a promoção do desenvolvimento regional. **
II Seminário Regional PROESDE: A participação social no processo de decisão e construção regional: os distintos processos de desenvolvimento regional como dependentes das diferentes dinâmicas de desenvolvimento social das comunidades. **

Fonte: elaborado pelos autores.

Através dos conteúdos estudados e a pesquisa de campo, organizados em grupos, conseguiu-se identificar os avanços, limites e potenciais de cada região, motivando-se a participação efetivamente das propostas para o desenvolvimento regional sustentável. As propostas dos programas do estado, das políticas públicas e das Organizações Não Governamentais (ONG's) devem considerar a opinião dos atores sociais, englobando os mais diferentes problemas para um atendimento igualitário entre todas as camadas sociais. Por outro lado, conforme o Quadro 2, simultaneamente, diversos textos e leituras foram encaminhados para leitura e para fomentar e estabelecer o debate aplicado e direcionado ao entendimento da realidade

observada na pesquisa de campo.

Quadro Nº 2: Textos enviados para leitura e/ou debatidos ou referenciados em sala de aula

LEITURAS SUGERIDAS AOS ESTUDANTES
BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. IPEA. Textos para discussão, n.630, fev.1999.
CORRÊA. Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaço em transição. 1ed. São Paulo: expressão popular, 2007.
ELIAS, Denise. Novas Dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). Cidade Médias: Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
ELIAS, Denise. A agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Cidades médias: espaço em transição. 1º ed. São Paulo: expressão popular 2007.
MAIA, Cláudio Machado. A agroindústria familiar como estratégia para o desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: UNISC/PPGDR, jan.2008. 103p. (Dissertação).
MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; MAIA, Cláudio Machado; MELO, Lenivaldo Manoel de. Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
NORTH, Douglass C. A agricultura no Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques. (Org). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/MINTER, 1977, p.333-343.
PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: Documentos FEE. n .59. Porto Alegre: FEE, 2004.
SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000.
Secretaria da Educação. SED. Educação oferece seminários sobre projetos de extensão para alunos das universidades no Estado. Disponível em < http://www.sc.gov.br/index.php/mais-sobre-educacao/8922-educacao-oferece-seminarios-sobre-proesde-para-alunos-das-universidades-no-estado >. Acesso em 01 out.2014.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os conteúdos estudados alimentaram a pesquisa de campo que foi realizada ao longo de todos os meses, organizados em Grupos visitando as SDR's, as prefeituras, entrevistando a população, conhecendo o funcionamento das SDR e dos Conselhos e se inserindo, cada um dos alunos desde a sua formação num processo de conhecer, entender, monitorar e participar do desenvolvimento da região nos diversos aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

2.3 OS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE CAMPO

Os resultados dessas atividades de campo se apresentarão nas respectivas SDR's, prefeituras e na Universidade, pois vários Banners ficarão expostos nesses locais. Também será publicado um e-book e serão incentivadas publicações em seminários e eventos acadêmicos.

2.4 O QUE ESTE CURSO REPRESENTOU PARA O ACADÊMICO

Os conteúdos abordados ao longo do curso permitiram uma maior compreensão da realidade econômica, política e social em que se vive, desafiando-se a desenvolver atividades profissionais que realmente contribuam para as necessidades dos municípios em prol da qualidade de vida da população. Como profissionais nas diversas áreas, o curso proporcionou ferramentas de entendimento sócio culturais de grande relevância que embasarão as respectivas atuações profissionais futuras e para o contato com o desenvolvimento regional. Tiveram-se conteúdos que em sala de aula convencionais muitas vezes não são abordados.

Representou nas palavras dos estudantes “fundamentos para orientar minha vida”, “compreender minha profissão desde um outro olhar mais crítico”, “entender a importância da minha participação como um potencial agente para atuar/intervir em situações diversas que podem contribuir ao processo de desenvolvimento regional”.

2.5 POR QUE A CONTINUIDADE DO PROESDE

O curso irá formar atores sociais, econômicos e políticos na construção do desenvolvimento regional sustentável, potencializando o capital social que permita construir ações coletivas qualificadas e organizadas visando atingir as problemáticas sociais.

A existência do PROESDE nas universidades permitirá que o tema do desenvolvimento regional se torne um eixo central na formação das diversas profissões. E, além da preparação profissional trás uma formação crítica que prepara para a vida social e familiar.

Sempre que se trata de “regional”, o regional pressupõe autonomia. Autonomia que, por sua vez remete à população local. A mobilização da participação da comunidade é imprescindível para o alcance desta autonomia. Por outro lado, lembra-se Rodrik (1998), quando aborda sobre o entendimento de que na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas. E que, frente a este contundente (e hegemônico) planejamento, tem surgido uma corrente de aportes acadêmicos (e de agencias internacionais) que tem reafirmado o papel estratégico (e inclusive determinante) que cumpre os espaços (regionais) nacionais, no sentido de preservação das especificidades nacionais na configuração das variedades de capitalismo (RODRIK, 1998, 2002). Observando-se

uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. O regional, o desenvolvimento regional passa a incorporar a articulação de agentes oriundos dos mais variados segmentos da sociedade civil. O regional remetendo à compreensão de busca de autonomia, sobretudo, porque requer considerar aspectos relacionados às demandas sociais, desafios, negociação com instâncias governamentais em busca de um espaço (mercado) a partir de políticas públicas.

Por isso, a continuidade deste curso será indispensável na medida em que através deste Curso formar-se-á novos atores potenciais, que participem na construção de um processo de desenvolvimento regional sustentável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo, se para Rodrik (2002), a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo em que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes), remete-se a algo que só é possível, abrindo-se caminho para a crescente participação social no processo de decisão e construção regional o que pode garantir a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global do desenvolvimento contemporâneo.

A perspectiva reflexiva teórica-metodológica e a discussão da temática desenvolvimento e suas respectivas problemáticas, assim como os debates realizados, apresentaram uma abordagem que serve como modelo de análise da mudança social, uma abordagem que procura focar as relações, mais do que os extremos, e que chama a atenção para o fato da mudança social, econômica, política e cultural não poder ser compreendida com a simples referência a condições estruturais, muitas vezes remetidas apenas para forças externas (determinação externa), resultante de mecanismos de mercado ou da ação do estado, que constroem e/ou potencializam a ação dos indivíduos.

Explicou-se, por exemplo, que dada a diversidade estrutural, existem respostas diferentes em situação estrutural semelhante ou, em outras palavras, há grande heterogeneidade de soluções encontradas à escala local e a nível da ação individual. E, que tal diversidade só pode ser então atribuída à ação dos indivíduos, à recomposição de perfis sociais e/ou à emergência de novos perfis. E que terá que ser reconhecida aos indivíduos sua capacidade reflexiva e de ação (autonomia ou

margem de manobra), a qual lhes permite tomar consciência dos seus interesses, formular objetivos e definir estratégias para os atingir ou para buscar constranger o Estado sobre a necessidade de políticas públicas específicas. Mesmo em condições de limitação e condicionantes, os indivíduos não podem ser vistos como sujeitos passivos ou vítimas da mudança planejada (de cima para baixo), nem como “simplesmente” como aqueles que se limitam a seguir um conjunto de regras e/ou ordenamentos.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Pedro Silveira. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. **IPEA**. Textos para discussão, n.630, fev.1999.
- BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do (des)envolvimento regional. **Redes**. v.7, n.3. p.35-59, set./dez.2002.
- _____. A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. In: A economia política do desenvolvimento regional. **Redes**. v.6, n.3, set./dez.2001.
- GIL, Antonio Carlos. Redes cooperativas regionais e governança. **Redes**. v.7, n.3. p.61-84, set./dez.2002.
- MACHADO, Jorge Alberto. **La Globalização (des)Controlada**: crisis globales, desajustes econômicos e impactos locais. São Paulo: Tendenz, 2003. 300p.
- RODRIK, Dani. **Feasible globalizations**. Harvard University, 2002. Disponível em: <<<http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/Feasglob.pdf>>>. Acesso em 20 out. 2009.
- _____. Symposium on Globalization in Perspective: an Introduction . **The Journal of Economic Perspectives**. v.12, n.4. p.3-8. Autumn, 1998.
- VEIGA, José Francisco Ferragolo da. **Território e Desenvolvimento Local**. Oeiras, Portugal: Celta, 2005.

**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: O CASO DA UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA –
UNOESC**

Tânia Maria dos Santos Nodari¹
Evaldo Schaffrath²
Paulo Ricardo Bavaresco³
Elizandra Iop⁴
Rodrigo Andre Fernandes⁵

Resumo: O Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Educação, criou em 2013 o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde), que tem por finalidade formar cidadãos com a capacidade de atuar e colaborar na promoção do desenvolvimento regional. Faz parte do Programa o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, destinado a alunos dos cursos de graduação de diversas áreas do conhecimento. Em 2014, na segunda edição do Programa, a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em cumprimento ao seu papel de fomentar a integração e a extensão com a comunidade, firmou convênio com a Secretaria Estadual de Educação para viabilizar a implantação do Programa na área de abrangência da Unoesc. Dessa forma, este artigo tem por finalidade relatar as contribuições do Proesde e as ações desenvolvidas na Unoesc ao desenvolver o Programa. No total foram oito Secretarias de Desenvolvimento Regional, abrangendo 73 municípios e 197 alunos de diversas áreas do conhecimento. O conteúdo programático abrangeu atividades teórico-práticas e ao final do curso os alunos desenvolveram projetos voltados à promoção do desenvolvimento nas regiões onde estão inseridos. Os alunos também conheceram experiências de projetos inovadores durante os seminários regionais que aconteceram em Xanxerê, e também participaram do Seminário Estadual em Caçador. A avaliação do Programa pelos alunos foi positiva, o que reforça a necessidade de continuidade do programa, pois ele beneficia intelectualmente e

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Pablo de Olavide de Sevilla; Mestre em Administração Moderna de Negócios pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Professora e Coordenadora Institucional do Proesde na Universidade do Oeste de Santa Catarina; tania.nodari@unoesc.edu.br.

² Doutor em Ciências Empresariales pela Universidad Del Museo Social Argentino; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professor e Coordenador do Proesde na Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Videira; Rua Paese, 198, Bairro Universitário, 89560-000, Videira, Santa Catarina, Brasil; evaldo.schaffrath@unoesc.edu.br.

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; Professor e Coordenador do Proesde na Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de São Miguel do Oeste; paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

⁴ Mestre em Educação pela Universidade do Contestado / Universidade Estadual de Campinas; Especialista em Sociologia pela Universidade de Passo Fundo; Professora e Coordenadora do Proesde na Universidade do Oeste de Santa Catarina *Campus* de Xanxerê; elizandra.iop@unoesc.edu.br.

⁵ Especialista em Metodologia do Ensino na Educação Superior pelo Centro Universitário Internacional; Especialista em Gestão de Projetos com ênfase no PMI pelo Centro Universitário Internacional; Professor do Proesde na Unoesc em Joaçaba; rodrigo.fernandes@unoesc.edu.br.

também financeiramente os estudantes e contribui com o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Políticas públicas. Extensão. Unoesc.

1 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O notável cientista econômico Adam Smith, em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776, comenta que a riqueza de uma nação é formada a partir do trabalho produtivo, com aumento dos investimentos em capitais produtivos, a especialização da mão de obra e a divisão do trabalho. O interesse coletivo é resultado das ações individuais privadas, e os indivíduos buscam atender ao seu interesse próprio, e ao fazerem isso de forma indireta, acabam por atender aos interesses da coletividade (mão invisível do mercado) (VIEIRA; SANTOS, 2012). Há uma relação direta da visão de Adam Smith com o desenvolvimento de uma nação, já que para que haja desenvolvimento, necessariamente a sociedade precisa ter uma melhoria na qualidade de vida.

O desenvolvimento econômico é qualitativo, incluindo alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdades, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (VASCONCELLOS; GARCIA, 2008, p. 255).

O desenvolvimento econômico é desejado pelas nações que buscam melhorar a qualidade de vida, iniciando pelas regiões. Assim, busca-se alcançar o desenvolvimento regional, definido por Clemente (1994) como a elevação do nível de vida da população. O autor destaca que essa elevação é observada com a elevação do nível de renda, que deve ser superior ao crescimento demográfico. No entanto, a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) per capita não se traduz necessariamente em uma melhor distribuição de renda e também em garantias para um crescimento futuro da produção. Por isso, é importante um crescimento autossustentado. Significa que o processo de crescimento e desenvolvimento, uma vez desencadeado, apresentaria uma sequência de fases e cada uma criando as condições necessárias para a fase seguinte.

O desenvolvimento regional, conforme Polése (1998), acontece quando há uma descentralização de políticas, deixando livres os espaços regionais. São as riquezas naturais das regiões aliadas ao fator humano (cultura, costumes, práticas de trabalho, etc.), que adaptarão a economia nos moldes próprios de suas

particularidades. Com esses suportes produtivos regionais serão traçados planos de desenvolvimento aliados ao dinamismo da economia nacional e mundial.

Hoje, a sociedade busca o desenvolvimento regional, que deve ser alcançado de forma sustentável. Sachs (1993) aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos, seja na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, bem como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade, de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

A promoção do desenvolvimento sustentável é hoje uma das tarefas centrais tanto dos governos quanto da sociedade civil. Conforme Sachs (1993), esse atendimento às cinco dimensões pode ser observado a seguir:

Quadro Nº 1: Dimensões e alcance do desenvolvimento

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO	COMO PODE SER ALÇANDO
Sustentabilidade social	Reduzindo as desigualdades sociais
Sustentabilidade econômica	Aumentando a geração de renda e a riqueza social
Sustentabilidade ecológica	Melhorando a qualidade do meio ambiente e a preservação dos recursos energéticos
Sustentabilidade espacial	Superando as desigualdades intra e inter-regionais
Sustentabilidade cultural	Incentivando o respeito às culturas locais

Fonte: elaborado a partir de Sachs (1993).

Dessa forma, entende-se que para gerar desenvolvimento não basta produzir crescimento econômico, mas é necessário integrar, articular e gerir essas cinco dimensões.

Nesse sentido, torna-se condição primeira a formação de pessoas para a atuação na gestão do desenvolvimento regional. Sem esse investimento, municípios e regiões ficarão restritos à mera execução de políticas desenvolvimentistas ditadas

de fora, ou a mercê da falta de inovação e de dinamismo.

Os agentes de desenvolvimento são elementos imprescindíveis para a articulação de projetos e para a qualificação técnica e tecnológica na elaboração e execução de planejamento estratégico participativo de desenvolvimento. Contudo, há uma carência perceptível na formação de profissionais dessa área, capazes de compreender a extensão do desenvolvimento sustentável, bem como de traçar estratégias e ações capazes de alcançá-lo.

Nesse contexto, cabe às universidades, como instituição, desempenhar um papel de colaborar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social, ambiental e cultural na sociedade onde atua.

A universidade, hoje, é uma instituição de fundamental importância, justamente por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação em nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura (SILVA, 2004, p. 1). O mesmo autor coloca que as universidades mantiveram o discurso de que suas funções básicas eram de desenvolvimento da sociedade em seu entorno. Tal entorno, comumente chamado de região, dependia, no entanto, de outros fatores não ligados diretamente à universidade. Assim, cada uma, região e sociedade, modificaram-se sem ter claro como, de fato, uma influenciou na modificação (transformação) da outra. Com o tempo, foi agregada a função da pesquisa, e nos últimos tempos, acrescentou-se, ainda, a função de extensão como forma de poder responder às exigências de ela abrir-se mais amplamente para a sociedade.

As Universidades Comunitárias mantêm um forte discurso de desenvolvimento regional e afirmam ser as atividades extensionistas que mais as representam e expressam os esforços feitos para cumprir essa função desenvolvimentista (SILVA, 2004).

Para alcançar uma articulação de forças capaz de elaborar e executar um planejamento de longo prazo, que conduza ao desenvolvimento sustentável, faz-se necessária a profissionalização de agentes de desenvolvimento.

A formação de agentes de desenvolvimento constitui-se em um ativo estratégico que um dado território pode mobilizar para projetar, gerenciar, monitorar e avaliar um processo de desenvolvimento sustentável, uma vez que a falta de recursos

humanos qualificados implica uma profunda limitação na capacidade do poder local⁶ em promover desenvolvimento, sua tarefa prioritária.

Dessa forma, foi celebrado convênio entre a Universidade do Oeste de Santa Catarina e a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, para a implementação do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde).

O projeto do curso foi elaborado pela vice-reitoria acadêmica, atendendo às normas do Proesde, conforme Portaria n. 47/SED/2013 da Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Os objetivos do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, ministrado na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), conforme o Projeto Pedagógico do curso, teve como objetivos promover a melhoria da educação no Oeste catarinense, a partir de cursos de extensão estratégicos para o desenvolvimento regional sustentável e integrar o esforço da universidade ao do Governo do Estado por meio de suas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), visando à melhoria da qualidade de os cursos de graduação, para que contribuam para o desenvolvimento regional, a partir do binômio teoria-prática.

2 A UNOESC E O PROESDE

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) atua nas regiões oeste e meio-oeste catarinense, sendo uma das maiores instituições que promovem o desenvolvimento da pesquisa e das perspectivas socioculturais e educacionais nas regiões de abrangência. A Unoesc atua em, aproximadamente, 118 municípios, em uma área geográfica que vai desde Santa Cecília, no Planalto Central catarinense, até a fronteira com a Argentina, atingindo o Sudoeste do Paraná e o Noroeste do Rio Grande do Sul. São cinco *Campi*: Joaçaba, Videira, Xanxerê, São Miguel do Oeste e Chapecó; e as unidades: Capinzal, Campos Novos, Fraiburgo, Pinhalzinho, Maravilha e São José do Cedro.

Na Unoesc, o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional abrangeu oito SDRs, atingindo 73 municípios. Os cursos selecionados atendem às peculiaridades das regiões de abrangência da Secretária de Desenvolvimento

⁶ Para Dowbor (1999), o espaço local, no Brasil, é o município, unidade básica de organização social, mas é também a região.

Regional contempladas no programa, de modo a tornar mais efetiva a contribuição das universidades ao desenvolvimento regional. Por outro lado, o número de cursos participantes contempla um leque considerável de áreas.

Quadro 2 – Curso de Graduação que compõe o Proesde

SDR	CURSOS DE GRADUAÇÃO QUE COMPÕE O PROESDE – UNOESC
Campos Novos	Administração, Agronomia, Ciências Contábeis e Direito
Dionísio Cerqueira	Agronomia, Engenharia Civil, Administração e Enfermagem
Itapiranga	Educação Física, Psicologia, Enfermagem e Administração
Joaçaba	Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, Publicidade e Propaganda e Ciências Biológicas
Maravilha	Agronomia, Administração, Ciências Contábeis e Direito
São Miguel do Oeste	Engenharia Civil, Direito, Enfermagem e Administração
Videira	Ciências da Computação, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos e Engenharia Sanitária e Ambiental
Xanxerê	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacú, Lajeado Grande, Marema, Passos Maia, Ouro Verde, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim

Fonte: Unoesc (2014).

Os cursos escolhidos foram considerados prioritários para o desenvolvimento econômico, social, cultural e espacial da região, e foram definidos em conjunto com as Secretárias de Desenvolvimento Regional.

3 MÉTODOS

O Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, na Unoesc, aconteceu em regime especial, com as aulas ministradas aos sábados pela manhã e, eventualmente, no período noturno. As aulas foram ministradas em salas de aula, com o auxílio de multimídias e acesso à Internet wi-fi. Os professores que ministraram os conteúdos, na maioria, fazem parte do quadro de professores da Unoesc, com titulação mínima de especialista na área de conhecimento.

Os componentes curriculares buscaram atender às áreas estratégicas para a promoção do desenvolvimento regional, conforme relacionado no Quadro 3.

Além das aulas em sala de aula, foram contempladas atividades visando estabelecer uma relação entre a teoria e a prática, assim, os alunos realizaram visitas técnicas, nas quais puderam conhecer experiências que promoveram o desenvolvimento da região em que estão inseridos. Como o caso da cidade de Foz do Iguaçu, PR, onde conheceram e tiveram palestras sobre a Usina Hidroelétrica de Itaipu, o Projeto Ambiental parque das Aves e o complexo turístico das Cataratas do

Iguaçu. Algumas turmas também conheceram experiências realizadas por cooperativas.

Quadro Nº 3: Estrutura do Curso

Nº	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA/ HORÁRIA
01	Desenvolvimento Regional	20
02	Economia Regional	10
03	Ambientes e recursos naturais regionais: características e conservação	18
04	Gestão Social	18
05	Empreendedorismo	18
06	Seminário Regional I	10
07	Cultura e educação: aspectos gerais e potencialidades	10
08	Estratégias de Geração de Emprego e Renda	18
09	Planejamento Estratégico Participativo	18
10	Captação de recursos	10
11	Gestão de Projetos de Desenvolvimento	30
12	Visita Técnica	10
13	Seminário Regional II	10
	Total	200

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso.

O Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional teve um total de 200 horas-aula, abrangendo as atividades em sala de aula, dois seminários regionais, visitas técnicas e um seminário estadual. Os seminários estaduais foram realizados no *Campus* da Unoesc em Xanxerê e contou com a participação de todos os alunos matriculados no curso da Unoesc. Nesse seminário foram apresentadas palestras que versaram sobre desenvolvimento, conforme pode ser verificado nos Quadros 4 e 5.

Quadro Nº 4: Seminário Regional – Proesde

HORÁRIO	ATIVIDADE	
08h30	Café	Sala de Multimídia
19/07/2014 – 9h	Abertura do evento	Autoridades
19/07/2014 – 09h30 – 11h30	Palestra Vetores de Desenvolvimento Regional: caracterização e análise do Oeste Catarinense.	Prof. Dr. Rógis Juarez Bernardy Professor do mestrado Profissional em Administração/Unoesc
11h30 – 13h15	Almoço	
13h30 – 15h00	Palestra O caso de diversificação da produção agroecológica e Agropousadas: a experiência da Agreco – Associação dos agricultores ecológicos das encostas da serra geral.	Prof. Volnei Luiz Heidemann Coordenador Geral da Agreco – Produtos Orgânicos
15h15	Encerramento	

Fonte: os autores.

Para o segundo Seminário, procurou-se transmitir aos alunos, por meio das palestras, relatos de experiências que obtiveram sucesso e que colaboram com a promoção do desenvolvimento.

Quadro Nº 5: Programação II Seminário Regional do Proesde

HORÁRIO	ATIVIDADE	
22/11/2014: 08h30 – 9h	Café de Boas Vindas	
09h	Abertura do Seminário	Autoridades
09h30 – 10h30	Case Projeto Tranças da Terra	Neusa Oliveira – consultora Sebrae Tereza B. Borela Kummer – diretora do Projeto.
10h15 - 11h15	Palestra: Vida Cidadã – empreendedorismo social e voluntariado em busca de sustentabilidade	Keila Dall Igna Forest Articuladora da Associação Vida Cidadã
11h15 – 12h00	Indicadores do Desenvolvimento: o oeste de Santa Catarina	Leandro Neuhaus Aluno do MPA – Unoesc Funcionário Público
Apresentação de TCCs	13h30 - Campos Novos 13h45 - Joaçaba 14h00 - Maravilha 14h15 - São Miguel do Oeste 14h30 - Videira 15h - Xanxerê	Alunos do Proesde
15h30	Encerramento	

Fonte: os autores

No que se refere ao processo de avaliação dos componentes curriculares, o curso seguiu as normas do regimento da Unoesc para os cursos de graduação, ou seja, aproveitamento a frequência mínima de 75%, e média de 7,0 nos componentes curriculares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o objetivo de avaliar o processo e coletar subsídios para o próximo programa, foi solicitado aos acadêmicos que avaliassem as ações desenvolvidas no Curso de Extensão. O formulário foi composto por quatro questões discursivas em que o acadêmico expôs sua percepção quanto aos conteúdos ministrados no curso, à organização das atividades, à contribuição do curso para o crescimento pessoal e profissional dos acadêmicos e quanto à sua relação com as atividades profissionais.

As percepções foram coletadas por meio de formulários eletrônicos, sendo descritas as principais considerações.

Quando questionados sobre o conteúdo dos componentes curriculares

ministrados no curso, a variedade de disciplinas foi citada como fator gerador de conhecimento, o que proporcionou ao acadêmico ter uma visão mais ampla e diferenciada da realidade regional. Sobre esse aspecto, destacam-se alguns comentários, como:

Conhecimento em várias áreas, principalmente, mostrou que existem várias oportunidades de desenvolvimento em nossa região (A5).

Foram vários assuntos abordados, como planejamento, estratégias de geração de emprego e renda, captação de recursos, enfim, inúmeros temas, todos nos mostrando as várias maneiras de desenvolver a nossa região, cada um contribuindo com aquilo que sabe e aprendendo coisas novas com os outros (A11).

O curso proporcionou uma visão geral sobre vários conteúdos da região, e que não temos muito contato, devido aos cursos que realizamos serem direcionados mais especificamente para uma área. O curso proporciona uma visão geral de toda a região, assim podemos conhecer melhor a nossa região (A22).

Proporcionou ampliar os nossos horizontes de forma simples e objetiva, buscando levar os conhecimentos nas áreas de administração, noções de empreendedorismo, do meio ambiente, da cultura da região e dos principais aspectos climáticos no qual estamos inseridos, ainda nesta mesma abordagem, cada aluno levou para si uma certa forma de ver o mercado de trabalho, cada aluno pode esclarecer dúvidas e confirmar hipóteses que vieram sendo desenvolvidas durante todo o período do curso. (A32). (Informações verbais).

A interdisciplinaridade também é um fator de destaque na avaliação dos acadêmicos. Sobre esse aspecto, a qualificação do corpo docente foi um diferencial e a abordagem de temas diversos, como empreendedorismo, administração, *marketing*, entre outros proporcionou uma visão mais ampla e diferenciada da que os acadêmicos desenvolvem em seus cursos de graduação. Essa percepção pode ser observada em algumas falas, como:

O curso possui uma grade muito extensa que nos proporcionou um leque maior de conhecimento. Aprendi sobre áreas e conteúdos que não faziam parte de minha grade do curso que escolhi na faculdade e obtive uma experiência inestimável em relação às fontes de riqueza e cultura da nossa região (A21).

Proporcionou conhecimento em áreas desconhecidas por minha parte, ter um melhor conhecimento na área de empreendedorismo, que é uma área que desejo atuar, desta forma, sabendo sobre captação de recursos que possam contribuir para isso (A34).

Proporcionou-me o melhor entendimento sobre planejamento, designação, metas, organização pessoal e empresarial, promover o desenvolvimento de novos projetos que ajudem a sociedade em geral, tal como o melhor entendimento sobre áreas administrativas, marketing e sócio ambientais. (A40). (Informações verbais).

Observa-se também na fala dos entrevistados a contribuição que o curso proporcionou para o entendimento e a aplicação dos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e o desenvolvimento regional. Por meio da apresentação dos

conteúdos e sua relação com o desenvolvimento de atividades práticas, foi oportunizado o crescimento intelectual e profissional dos acadêmicos.

Como forma de fixar o conteúdo ministrado em sala, foram propostas atividades para que os acadêmicos desenvolvessem ações relacionadas aos temas propostos, sendo este o foco do segundo questionamento do formulário de avaliação, ou seja, objetivou identificar como as ações desenvolvidas no curso contribuíram para o desenvolvimento de ações de desenvolvimento regional.

Na percepção dos acadêmicos, o conteúdo ministrado serviu de base para o desenvolvimento de ações que resultassem na melhoria das condições de vida de um local, podendo este ser uma associação, comunidade, bairro, ou outra área de abrangência mais ampla. A isso, deve-se o conteúdo apresentado e a qualificação do corpo docente, que foram os diferenciais para o melhor aproveitamento do curso. Nas falas dos acadêmicos:

Foi de grande valia, haja vista que foi possível desenvolver dentro da grade curricular o desenvolvimento de projetos para auxiliar no crescimento da região meio oeste catarinense. Projetos esses, que somam no aprendizado sobre as viabilidades de produção em nossa região (A14).

Bem organizados, com professores muito bons que tinham domínio do assunto que estavam passando (A28).

Não se pode desenvolver o que não se conhece! De forma muito organizada e acessível a todos, as atividades realizadas conseguiram nos transmitir o seu verdadeiro objetivo, no qual todos tiveram a satisfação de procurar, investigar e propor alternativas para o desenvolvimento regional, levando em conta as características da sua região em particular (A32).

Primeiramente o conteúdo era apresentado de forma teórica, e depois eram realizadas visitas a empresas da região, isso faz com que possamos assimilar melhor o que foi exposto em sala de aula, como também serve para conhecermos empresas da região (A42). (Informações verbais).

Considerando a contribuição do curso para o desenvolvimento pessoal e profissional dos acadêmicos, destaca-se que o curso proporcionou uma nova visão sobre os problemas sociais e as formas de intervenção. O papel do agente de desenvolvimento trouxe aos alunos uma forma mais analítica de olhar para os problemas de desenvolvimento, observar potencialidades e propor soluções. Essas afirmações podem ser justificadas em algumas das falas dos acadêmicos, das quais se destacam:

Representou uma oportunidade de conhecer novas áreas, assim, proporcionando um maior conhecimento, aliando o conhecimento dos colegas de sala, dos quais fazem outro curso de graduação, trazendo informações, ideias diferentes (A4).

O crescimento do aprendizado de uma área até então desconhecida, abrindo um nicho de atuação muito maior do que tinha antes. Me proporcionou melhorias na organização, planejamento e disseminação de ideias, tanto como o crescimento intelectual e melhor extroversão através das dinâmicas

de grupo (A14).

O curso proporcionou um grande benefício na parte que promove desenvolvimento sustentável, ajudando a ter visão administrativa e consciência ambiental, nos forçando a procurar sempre o melhor caminho que busque o equilíbrio entre a economia, o meio ambiente e o social (A31). O curso representou que o conhecimento é uma grande alternativa para criar oportunidades diante de nossa região que, tem tantas fontes de recursos, mas que precisa estar no papel para pôr em prática (A35). (Informações verbais).

Ainda conforme exposto pelos acadêmicos, a contribuição do curso para o crescimento pessoal e profissional do acadêmico ocorreu pelo corpo docente em que, cada um em sua especialidade, e a interação entre acadêmicos de diversos cursos de graduação contribuíram com ensinamentos específicos para a análise e intervenção de problemas de desenvolvimento.

Este curso representou para mim, um passo a mais nos meus conhecimentos; tivemos contatos com excelentes professores, que em pouco tempo, conseguiram expor ao máximo sobre cada assunto. Outro fator importante foi a junção de acadêmicos de diferentes cursos. (A8) (Informação verbal).

Por fim, os acadêmicos foram solicitados a apontar justificativas para a continuidade do curso, sendo observados como principais fatores:

O principal argumento para a continuidade deste programa, acredito que segue sendo a possibilidade de captar novas lideranças interessadas em construir uma região fortalecida. [...] por fim, vale salientar que apesar dos problemas enfrentados durante a execução, acredito que sairão destas turmas pessoas capacitadas que aliadas aos conhecimentos obtidos durante esse curto período de curso, trarão num futuro nem tão distante, mudanças significativas para o desenvolvimento da região Oeste e de todo Estado de Santa Catarina (A9).

O programa fez com que nós alunos tivéssemos conhecimento, aprender algo que talvez nossos cursos de graduação não nos ofereçam, e também uma boa comunicação e incentivo para que nossa região possa melhorar e transformar não apenas aqui, mas também ao estado e nação. Gostaria que o mesmo continuasse para proporcionar a mais pessoas essa oportunidade de conhecimento (A25).

Esse programa mostra a importância e a utilização da teoria e da prática, complementa o conhecimento oferecido na nossa graduação. Incentiva os graduandos a participarem, pois nos sentimos comprometidos em poder estar ajudando o desenvolvimento de uma sociedade [...] (A41) (Informações verbais).

Dessa forma, considera-se que o Curso de Extensão do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde) contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional do acadêmico por meio de conteúdos diversos que, quando relacionados a atividades práticas, fixam o conhecimento. Da mesma forma, a capacidade de perceber problemas de desenvolvimento e propor soluções foram desenvolvidas nos alunos, que passaram a ter um olhar mais crítico sobre as

questões sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar que a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) participou do Programa de Desenvolvimento Regional, na nova versão, a partir de 2014, quando foi realizado pela segunda vez. Nessa Instituição, o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional teve resultados positivos, pois abrangeu vários municípios e 197 alunos de graduação de diversas áreas do conhecimento participaram do curso.

No componente curricular Gestão de Projetos de Desenvolvimento, foram elaborados pelos alunos projetos voltados à promoção do desenvolvimento nas regiões onde estão inseridos, sempre atendendo às necessidades prioritárias dessas regiões. Dessa forma, entre os projetos elaborados, foram escolhidos cinco (a escolha foi feita por uma banca avaliadora composta por professores do curso para serem socializados no II Seminário Regional, visto que os projetos apresentados foram: *Orientação para a Reciclagem* (Ana Cristina Margotti, Ana Paula da Silva Roveda, Valquiria Simioni, Vanessa Scusiatto); *Empreendedoras do lixo* (COELCO) (Cristina Meneguini, Daniel Norandy, Juliana Gabrieli, Juliane Flor, Scheila Leder e Vilmar Caliari); *Implantação de uma cooperativa familiar hortifruti no município de São Miguel Do Oeste, SC* (Aline Peres, Luciane Monaco, Maria Luiza Bergamini, Scheila Cínthia Herbert); *Implantação de um centro de convivência de idosos* (Camila Cristiane Grando, Évelyn Tainara Widmer, Gilson Menegotte, Jaqueline Menegotte, Juliano Bruxel, Priscila Binoto, Rafael Wrzesinski, Rosangela Stertz, Taliciano Roman, Tays Raquel Hübner Brancher); *Reciclagem comunitária* (Itamar André Biedermann, Paulo Roberto Holtz, Wagner Manoel de Mello); *Implantação de unidades de conservação ambiental para preservação das nascentes de água em propriedades rurais de Pinheiro Preto, SC* (Alexandre Neis, Giovani Mattana e Patrícia Conte); *Implantação do componente extracurricular de Empreendedorismo nas escolas estaduais da SDR de São Miguel do Oeste para alunos do Ensino Médio* (Alyne Dyanna Alambek, Gustavo d'Ambros Scheibler, Larissa da Silva, Nilce Fátima Braitenbach, Rafael Arconti Cagnini e Simoni Daiane Specht).

Diante do exposto, deve-se destacar que a contribuição do Programa foi essencial para a formação pessoal e profissional dos participantes, pois o egresso

recebeu formação para compreender o desenvolvimento, gerenciar programas, liderar equipes e ser agente empreendedor de desenvolvimento, a partir da sua área de formação superior em seu curso de graduação. Também foi importante para a integração da Universidade com as Secretarias de Desenvolvimento Regional, que acompanharam diretamente o desenvolvimento do Curso.

Espera-se que o egresso do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional seja capaz de compreender sistemicamente o desenvolvimento, traçar e implementar estratégias de gestão e gerenciar programas e projetos.

Também se deve frisar que o Programa foi essencial para muitos alunos que se beneficiaram com a bolsa de estudo, incentivando, desta forma, a continuidade do curso de graduação.

Por fim, espera-se que o Programa tenha continuidade pelos benefícios que este oferece e também pelas contribuições relacionadas ao desenvolvimento regional já mencionadas.

REFERÊNCIAS

- DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HAEFLIGER, Camila Cristina et al. Procede incentiva acadêmicos a promover o desenvolvimento regional: um estudo de caso UnC Concórdia. **Cadernos Acadêmicos**. Concórdia v. 6, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Cadernos_Academicos/article/view/2562/1869>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- LOCKS, Geraldo Augusto; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Procede: Uma análise na perspectiva da Universidade do Planalto Catarinense, SC. **Cadernos Acadêmicos**, v. 6 n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Cadernos_Academicos/article/view/2581/1882>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.
- POLÉSE, Mario. **Economía urbana y regional**. Cartago: Libro Universitario Regional, 1998.
- SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SILVA, Enio Waldi da. Extensão e Desenvolvimento regional: Discurso das

Universidades Comunitárias do RS. CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2. Set. 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2004.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE UMA COOPERATIVA FAMILIAR HORTIFRÚTI NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Aline Peres¹
Luciane Monaco²
Maria Luiza Bergamini³
Scheila Cíntia Herbert⁴
Andressa Kátia Schoeninger⁵

RESUMO: O crescente desenvolvimento do modelo cooperativista de produção do Extremo Oeste Catarinense fortalece novas ideias e forma possibilidades em diversos setores. Percebe-se que a economia da região em destaque é determinada em grande parte pelas cooperativas existentes. A relevância deste projeto se dá pelo fato de que as cooperativas auxiliam na diminuição do êxodo rural, fortalecendo os pequenos agricultores e tornando-os competitivos. Considerando que tal região suporta a implantação deste modelo cooperativista, tanto no aspecto territorial, como climático e mercadológico, sendo que este projeto ressalta a importância da implantação desta cooperativa para o município de São Miguel do Oeste e para as famílias que nela residem e serão beneficiadas direta ou indiretamente pela mesma. A cooperativa hortifruti terá como principais produtos verduras, legumes, temperos e frutas. A partir dos cálculos de viabilidade o projeto consegue obter retorno do investimento em aproximadamente 22 meses. Assim, considera-se viável a implantação de uma cooperativa familiar hortifruti no município de São Miguel do Oeste- SC, ressaltando que se busca garantir a produção de alimentos ampliando a agricultura familiar, ampliar a capacidade produtiva a fim de suprir a demanda existente e diminuir o êxodo rural, mantendo os jovens no campo.

Palavras-chave: Projeto. Cooperativa. Hortifrúti.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas pequenas famílias agrícolas é não conseguir competir com os seus concorrentes, pois os mesmos possuem capital maior e facilidades de crédito para investir no ramo que atuam, com menor margem na compra da matéria-prima e maior margem no momento da venda de seus produtos. Conseqüentemente as famílias não conseguem se sustentar apenas com o que produzem em suas próprias propriedades, obrigando um ou mais membros da família a estar buscando renda fora da propriedade rural,

¹ Aluna do Curso de Administração da Unoesc – São Miguel do Oeste - aline.peres146@gmail.com

² Aluna do Curso de Administração da Unoesc – São Miguel do Oeste cedeluiz@hotmail.com

³ Aluna do Curso de Engenharia Civil da Unoesc – São Miguel do Oeste. maaaaalu@hotmail.com

⁴ Aluna do Curso de Administração da Unoesc – São Miguel do Oeste scheila_cynthia@hotmail.com

⁵ Professora do Curso de Administração da Unoesc – São Miguel do Oeste andressa.schoeninger@unoesc.edu.br

ocasionando desse modo um empecilho aos governantes dos municípios para estar diminuindo o êxodo rural.

As pequenas famílias rurais veem no campo uma oportunidade para produzir, cultivar e comercializar seus alimentos e nela querem permanecer e fortificar seu sustento através de sua produção, com isso a criação de uma cooperativa familiar dará apoio para que estes se sintam motivados e determinados a trabalhar em conjunto por um objetivo comum a todos.

Através de uma cooperativa as famílias permanecerão no campo, produzindo alimentos em maior escala, com maior qualidade e sustentabilidade, visando uma maior competitividade para o preço de venda de seus produtos e na aquisição de suprimentos, podendo assim estar competindo no mercado com os demais concorrentes.

Neste contexto pode-se dizer, segundo Tomazette (2011, p.623) que as cooperativas se definem como “toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros, através da exploração de uma empresa sobre a base de ajuda mútua”. Isso é revelado, quando vários projetos neste sentido deram e ainda podem dar certo, quando colocados em prática.

Com relação ao que o autor cita acima, pode-se ressaltar que quando as pessoas se unem na busca de um único objetivo, trabalhando de forma conjunta, com os mesmos propósitos e pensamentos semelhantes, há grandes possibilidades de se obter o sucesso com aquilo que se planejou, principalmente quando se trata de um modelo de negócio que está crescendo e desenvolvendo-se de forma contínua.

As cooperativas podem ser consideradas como associações privadas, tendo um número ilimitado de membros, com capital que pode variar em cada caso específico, dotadas de alguns princípios, para promover o desenvolvimento das mais variadas atividades econômicas, onde se pode citar a prestação de serviços, comércio, entre outros, buscando satisfação cultural, social e econômica por intermédio da cooperação entre os associados (FELICIANO, 2009).

Assim pergunta-se: **É viável a implantação de uma cooperativa familiar hortifrúti no município de São Miguel do Oeste-SC?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Implantar uma cooperativa familiar hortifrúti no município de São Miguel do Oeste-SC.

1.1.2 Específicos

- Garantir a produção de alimentos ampliando a agricultura familiar;
- Ampliar a capacidade produtiva a fim de suprir a demanda existente;
- Diminuir o êxodo rural, mantendo os jovens no campo.

A seguir serão apresentadas as ideias que irão dar sustentação ao projeto, onde se inclui área de atuação/localização, principais clientes/usuários, concorrentes, produtos e fornecedores/prestadores de serviço, oportunidade ou problema, metas, indicadores, restrições, pontos positivos e negativos, cronograma 5W2H, descrição dos riscos e respectivas contramedidas, especificação das expectativas dos clientes e usuários, planilha de custos (orçamento), planilha de lucros (lucro líquido), demonstração do resultado do exercício, cálculo do *payback*, valor presente líquido (VPL), taxa interna de retorno (TIR) e análise da viabilidade financeira da cooperativa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo de desenvolvimento de uma região é baseado inicialmente pelo histórico existente para sua formação e estruturação, sendo que a partir disso, aspectos culturais, sociais, demográficos e econômicos ajudam a defini-la. Desta forma, pode-se dizer que:

Na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 364).

O Oeste de Santa Catarina é uma vasta região com uma grande diversidade

de climas e vegetação que contribuem e estimulam o desenvolvimento de inúmeras atividades, atraindo grandes investidores e novos empreendimentos para acelerar o crescimento da mesma. Considerando ainda que atualmente, tal desenvolvimento também é baseado no agronegócio, um eficiente e competitivo sistema que cada vez mais demonstra que a agricultura e a produção leiteira, suínos e gados é uma atividade próspera, segura e rentável.

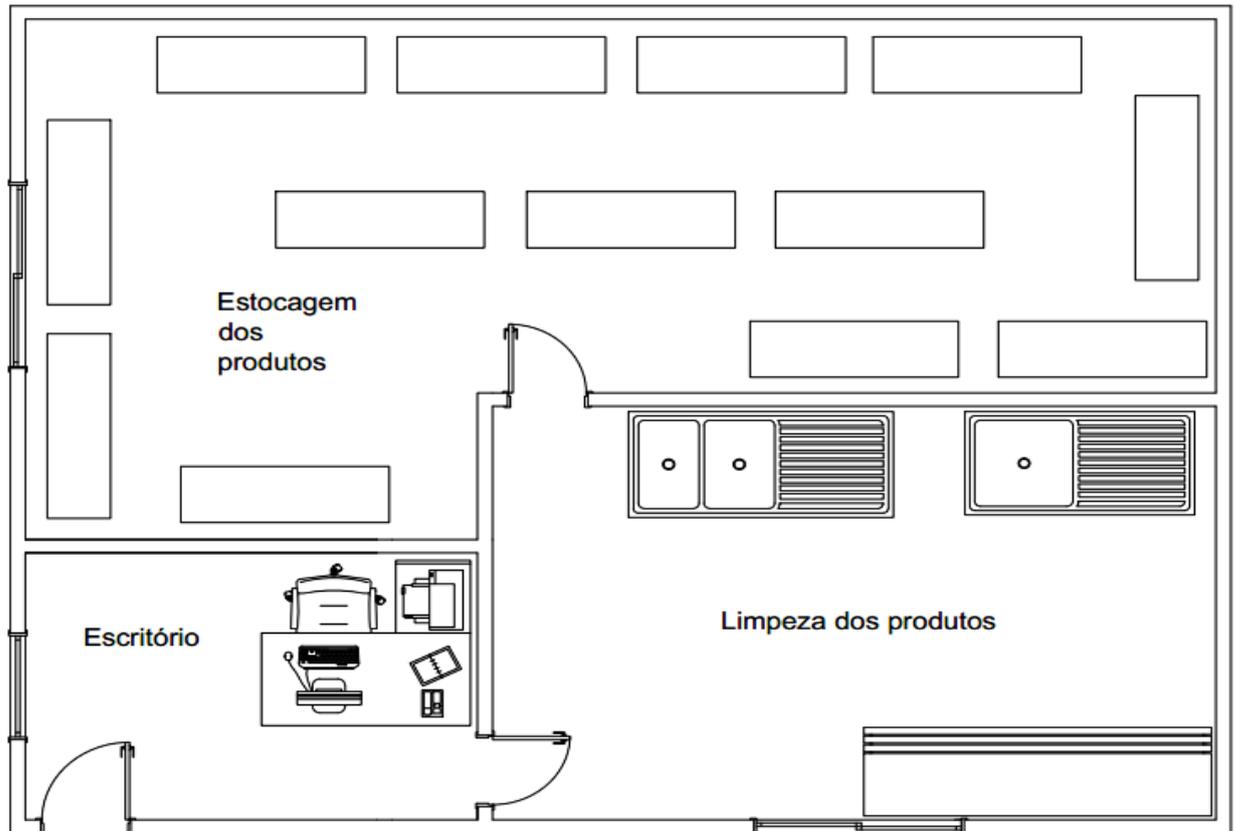
Além disso, uma atividade que vem crescendo muito no Estado de Santa Catarina é o surgimento de cooperativas agrícolas e familiares, que auxiliam e muito na economia e desenvolvimento da região.

Por isso, a importância da implantação de uma cooperativa familiar hortifrúti no município de São Miguel do Oeste-SC, que estará oferecendo uma forma segura de crescimento local e de seus membros, contribuindo para que a zona rural se desenvolva e acelere a entrada de novos empreendimentos, garantindo segurança e satisfação às famílias e mantendo seus filhos no campo para semear e cultivar o conhecimento e inovação.

3 PROJETO

3.1 ÁREA DE ATUAÇÃO/LOCALIZAÇÃO

A área de atuação irá abranger o município de São Miguel do Oeste-SC, localizando-se inicialmente na propriedade na linha Alto Guamerim, com área de 104,175m² de um dos sócios da cooperativa que irá doar o espaço para que seja concretizado o negócio, sendo futuramente, com a viabilidade do mesmo, encaminhados projetos ao governo, solicitando auxílio para a construção de um espaço mais apropriado, que servirá para armazenagem dos produtos, depósito para os suprimentos necessários à produção e para fazer reuniões com os cooperados. Na figura 1 se encontra a planta baixa de como seria a sede da cooperativa futuramente.

Figura Nº 1: Planta baixa do projeto

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

3.2 PRINCIPAIS CLIENTES/USUÁRIOS

Os principais clientes da cooperativa serão:

- Instituições de ensino, sendo que as municipais e estaduais, a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) precisam adquirir 30% de produtos provenientes da agricultura local, para utilizar na merenda escolar, o que se torna uma vantagem para a cooperativa que terá a oportunidade de ingressar neste fornecimento;
- Organizações privadas (supermercados, restaurantes, entre outros), que oferecem principalmente produtos alimentícios, pois ambas possuem um número expressivo de funcionários e de modo geral estão instaladas em São Miguel do Oeste a mais de 10 anos, possuem uma boa imagem e são reconhecidas no ramo que atuam. Adquirem esses produtos diária ou semanalmente, dependendo da demanda, compram de outras cidades, quando há falta de disponibilidade de produtos locais;
- Central Fronteira Oeste, que funcionará para que haja comercialização entre as

cooperativas, comprando e vendendo seus produtos, tendo como objetivo aumentar o volume das compras e vendas coletivas, através da soma de aproximadamente 20 cooperativas, buscando a agregação de valor e o acesso aos mercados tradicionais e institucionais, para produtos da agricultura familiar da região. A mesma será instalada no município de Guaraciaba - SC, e contará neste primeiro momento, com a ajuda de dois agentes de comercialização e um agente administrativo.

3.3 PRINCIPAIS CONCORRENTES

Têm-se como principais concorrentes, as empresas distribuidoras, de âmbito privado, que possuem produtos de baixa qualidade, com preços maiores pelo alto custo logístico, por estarem buscando os alimentos em outras localidades e alocando os mesmos por grandes períodos, degradando e perdendo as características essenciais do produto e possuindo falta de investimentos em produtos diferenciados.

Pode-se destacar a existência de outras cooperativas com ramo de atuação similar, a qual se pretende atuar em forma de parcerias com objetivo de as mesmas estarem cumprindo seus papéis com os clientes, a partir da criação de canais de distribuição, para a entrega dos produtos certos, na hora certa e com a qualidade requerida.

3.4 PRINCIPAIS PRODUTOS

No cultivo dos produtos agrícolas é interessante observar a produção de orgânicos que são alimentos saudáveis, limpos, cultivados sem agrotóxicos e sem fertilizantes químicos, são baseados em processos naturais, que não agredem a natureza e mantêm a vida do solo intacta.

Na mesma linha de pensamento têm-se o cultivo de produtos hidropônicos, estes trabalham com água, onde as plantas não entram em contato com o solo, sendo simplesmente produzidos em soluções nutritivas, que são preparadas para suprimir as necessidades das plantas, circulando entre as raízes. Dentre as principais vantagens destacam-se: qualidade de produtos, rápido retorno financeiro, economia de tempo e mão de obra, quantidade mínima de uso de agrotóxico e controle absoluto de água potável utilizada.

É relevante ressaltar a importância de utilizar-se do cultivo de produtos

orgânicos e hidropônicos na produção de alguns dos principais produtos citados no quadro Nº 1.

Quadro Nº 1: Produtos produzidos

VERDURAS	LEGUMES	FRUTAS	TEMPEROS
Acelga	Abóbora	Abacate	Alho
Agrião	Abobrinha	Bergamota	Cebola
Alface	Beterraba	Melancia	Cebolinha
Brócolis	Cenoura	Melão gaúcho	Salsa
Couve-Flor	Chuchu	Abacaxi	
Escarola	Mandioca	Caqui	
Rabanete	Milho Verde	Figo	
Repolho	Pepino	Laranja	
Rúcula	Pimentão	Limão	
	Tomate	Maracujá	
	Vagem	Morango	
		Uva	
		Mamão	
		Acerola	
		Manga	
		Pêssego	

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

O quadro número 1(um) apresenta quais serão as verduras, legumes, temperos e frutas inicialmente produzidas pelas famílias integrantes da cooperativa, podendo aumentar a variedade desses produtos conforme surgir à necessidade e procura.

3.5 PRINCIPAIS FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇO

Os principais fornecedores serão as agropecuárias que estarão fornecendo suprimentos, mudas, sementes, máquinas e equipamentos para a produção dos alimentos já citados anteriormente, atacados e empresas especializadas em fornecer embalagens e etiquetas, além disso, para a prestação de serviço, um engenheiro agrônomo, para dar suporte e assistência técnica, um advogado para a parte burocrática da cooperativa e um contador exercendo suas habilidades e principalmente um administrador para planejar, organizar, coordenar, controlar e comandar as atividades necessárias.

3.6 OPORTUNIDADE OU PROBLEMA

As atividades a serem realizadas pela Cooperativa indicam que será uma oportunidade, pelos seguintes motivos: mercado para produção orgânica de alimentos; mercados institucionais para comercialização de alimentos (PNAE); políticas públicas de incentivo a agricultura familiar; várias empresas de âmbito privado que necessitam de produtos comercializados pela Cooperativa; agregação de valor aos produtos da agricultura familiar; Associação a Central de Cooperativas e formalização de convênio com cooperativas de créditos.

3.7 META

Quadro Nº 2: Cronograma de planejamento e metas

META	TEMPO
União de pelo menos 20 pessoas com os mesmos propósitos;	Até 31 de dezembro de 2014
Estabelecimento de objetivos;	Até 31 de dezembro de 2014
Formação da estrutura organizacional (Assembleia geral, direção e conselho fiscal);	Até 31 de janeiro de 2015
Busca pelo Certificado de Admissibilidade que é requerido no Registro Nacional de Pessoas Coletivas;	Até 20 de fevereiro de 2015
Assembleia de fundadores com aprovação do estatuto e elaboração da ata;	Até 30 de abril de 2015
Declaração de Inscrição no Registro/Início de Atividade que é pedida nos Serviços de Finanças da área da sede da cooperativa;	Até 30 de julho de 2015
Registro na Junta Comercial;	Até 30 de agosto de 2015
Doação do local para instalação inicial da sede;	Até 30 de setembro de 2015
Início das atividades.	Até início de 2016

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

No quadro 2 (dois) segue o cronograma de planejamento e metas a serem executadas pelas famílias para que a ideia da criação da cooperativa seja colocada em prática, sendo que nele apresenta-se o passo a passo de tais metas e o tempo para a implantação da mesma.

3.8 INDICADORES

Até o ano de 2013 estavam registradas 6.827 cooperativas, reunindo mais de 11 milhões de associados e gerando 340 mil empregos diretos, sendo que no Brasil inteiro cerca de 44 milhões de pessoas estão ligadas ao cooperativismo, e em relação aos dados mundiais, segundo a Aliança Cooperativa Internacional aponta-se para 1 bilhão de pessoas cooperadas, isso demonstra que o cooperativismo realmente é forte e funciona na prática (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO

ESTADO DE SANTA CATARINA, 2014).

Conforme dados do Diário Catarinense no ano de 2014, o cooperativismo é responsável por 11% do PIB do Estado de Santa Catarina, reunindo 1,6 milhão de famílias associadas, mantendo 49.149 empregos diretos (DIÁRIO CATARINENSE, 2014).

De acordo com o Sistema Cedred (2015) Santa Catarina é o terceiro Estado da União em número de cooperados, com 1 milhão e 200 mil associados. O primeiro é São Paulo com 3,4 milhões [...].

As cooperativas do Brasil inteiro terão mais um apoio para aprimorar as atividades produtivas, agroindustriais e comerciais, pois o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Cooperaf) instituiu a portaria nº 204/2015, que tem como objetivo oportunizar que mais cooperativas recebam informações de profissionais qualificados para auxiliar na gestão e processos das cooperativas, a fim de trazer melhores resultados econômicos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

A agricultura familiar “contrata 5,36 bilhões em 2 meses, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – para aumento da produção e compra de máquinas e equipamentos a juros baixos, que representa 22% dos R\$ 24,1 bilhões previstos no Plano Safra 2014/2015” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2014, p. 01).

3.9 RESTRIÇÕES

Pode-se destacar como restrições ao sucesso do projeto: secas/chuvas constantes e prolongadas na região influenciando negativamente a produção agrícola e a oferta de água; preços dos suprimentos; burocracia exagerada na gestão da cooperativa; existência de duas cooperativas (Cooperfronteira e Coopafesmo), que atuam no mesmo ramo e no mesmo município e alcance da quantidade mínima de 20 sócios idôneos para o início da cooperativa.

3.10 PONTOS POSITIVOS

Ato cooperado, que configura a "Venda e Compra" de produtos para seus clientes, sendo isentos de alguns impostos; compra coletiva de insumos onde a cooperativa consegue baratear o valor dos insumos necessários para a produção,

auxiliando as famílias podendo aumentar sua margem de lucro e conseqüentemente diminuindo o valor dos custos finais; venda coletiva da produção, pois com escala de venda, conseguem melhores preços pelos produtos e suprir a demanda determinada pelos seus clientes; decisões democráticas e área de atuação regional.

3.11 PONTOS NEGATIVOS

Falta de capacitação dos associados; comercialização individual; resistência a mudanças; alto índice de inadimplência entre os interessados; dificuldade em alcançar o capital necessário para viabilizar a cooperativa.

3.12 CRONOGRAMA 5W2H

WHAT (O que): Implantação de uma cooperativa familiar hortifrúti no município de São Miguel do Oeste-SC.

WHO (Quem): O mínimo de 20 sócios das famílias agricultoras da Linha Alto Guamerim-São Miguel do Oeste- SC; um Administrador; um Advogado; um Contador e um Engenheiro Agrônomo.

WHEN (Prazo): Até início de 2016 aproximadamente.

WHERE (Local): Sede na Linha Alto Guamerim, interior da cidade de São Miguel do Oeste-SC.

WHY (Por que): Para garantir a produção de alimentos ampliando a agricultura familiar.

HOW (Como): Através da união de pelo menos 20 pessoas com os mesmos propósitos; estabelecimento de objetivos; formação da estrutura organizacional (Assembleia geral, direção e conselho fiscal); busca pelo Certificado de Admissibilidade que é requerido no Registro Nacional de Pessoas Coletivas; assembléia de fundadores com aprovação do estatuto e elaboração da ata; declaração de Inscrição no Registro/Início de Atividade que é pedida nos Serviços de Finanças da área da sede da cooperativa; registro na Junta Comercial; doação do local para instalação inicial da sede e início das atividades.

HOW MUCH (Quanto): A cooperativa terá de custos iniciais a quantia de R\$ 147.484,90.

3.13 DESCRIÇÃO DOS RISCOS E RESPECTIVAS CONTRAMEDIDAS

Quadro Nº 3: Riscos e respectivas contramedidas

IDENTIFICAÇÃO	AValiação	CONTINGENCIAMENTO	MONITORAÇÃO
Crescimento e evolução das plantas	Alto risco	Clima (chuvoso ou seco)	Planejamento e estruturação de estufas/Instalação de Hidropônicas
Sazonalidade da Demanda	Alto risco	Estação do ano (inverno, verão)	Adaptar as condições existentes com a necessidade do cliente
Legislação	Baixo risco	Mínimo 20 sócios para implantação	Divulgar a cooperativa para conseguir o nº estimado de sócios

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

No quadro 3 (três) seguem os riscos e as respectivas contramedidas a serem enfrentadas pela cooperativa. Observa-se a identificação destes riscos, a avaliação dos mesmos, seus contingenciamentos e por fim a sua monitoração.

3.14 ESPECIFICAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E USUÁRIOS

As expectativas dos clientes e usuários são principalmente: o preço acessível; a qualidade dos produtos; prazos de entrega; prazo de pagamento; atendimento diferenciado (site, divulgação em redes sociais) e exclusivo aos seus clientes.

3.15 PLANILHA DE CUSTOS (ORÇAMENTO)

Quadro Nº 4: – Custos Iniciais

CUSTOS FIXOS	
ITENS	VALOR
Mão-de-obra	R\$ 3.672,00
Telefone e internet	R\$ 250,00
Material de escritório e limpeza da sede	R\$ 150,00
Depreciação do computador	R\$ 6,25
Depreciação com móveis e utensílios	R\$ 10,66
Aluguel do veículo que fará o transporte dos produtos	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 5.088,91
CUSTOS VARIÁVEIS	
Combustível	R\$ 200,00
Energia elétrica	R\$ 150,00
Embalagens	R\$ 700,00
Aduos	R\$ 1346,00
Sementes	R\$ 795,00
TOTAL	R\$ 3.191,00
CUSTOS DA ABERTURA DA EMPRESA	
Aquisição de mesa e cadeiras para a sede	R\$ 1.279,00
Aquisição de um computador	R\$ 1.500,00
Abertura da Empresa	R\$ 350,00

TOTAL	R\$ 3.129,00
VALOR TOTAL	R\$ 11.408,91

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

Observa-se no quadro 4 (quatro) a planilha de custos para a implantação da cooperativa, ou seja, os custos iniciais. Dentre eles, destacam-se os custos fixos com o maior valor, as variáveis e os custos para a abertura da mesma, gerando um total de R\$ 11.408,91.

Quadro Nº 5: Custo de produção

CUSTO DE PRODUÇÃO			
VERDURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Acelga	1.324	R\$ 0,60	R\$ 794,40
Agrião	620	R\$ 0,65	R\$ 403,00
Alface	10.500	R\$ 0,60	R\$ 6.300,00
Brócolis	1.772	R\$ 0,84	R\$ 1.488,48
Couve-Flor	1.950	R\$ 1,11	R\$ 2.164,50
Escarola	1.000	R\$ 0,60	R\$ 600,00
Rabanete	343	R\$ 0,39	R\$ 133,77
Repolho	14.034	R\$ 0,57	R\$ 7.999,38
Rúcula	2.060	R\$ 0,60	R\$ 1.236,00
TOTAL			R\$ 21.119,53
LEGUMES	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Abóbora	300	R\$ 0,82	R\$ 246,00
Abobrinha	1.060	R\$ 0,67	R\$ 710,20
Beterraba	4.000	R\$ 0,35	R\$ 1.400,00
Cenoura	6.580	R\$ 0,52	R\$ 3.421,60
Chuchu	1.355	R\$ 0,31	R\$ 420,05
Mandioca	6.560	R\$ 1,45	R\$ 9.512,00
Milho Verde	5.000	R\$ 0,65	R\$ 3.250,00
Pepino	1.668	R\$ 0,64	R\$ 1.067,52
Pimentão	1.754	R\$ 0,68	R\$ 1.192,72
Tomate	15.000	R\$ 0,99	R\$ 14.850,00
Vagem	1.102	R\$ 0,66	R\$ 727,32
TOTAL			R\$ 36.797,41
TEMPEROS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Alho	1.655	R\$ 0,73	R\$ 1.208,15
Cebola	17.710	R\$ 0,44	R\$ 7.792,40
Cebolinha	3.800	R\$ 0,22	R\$ 836,00

Salsa	3.900	R\$ 0,33	R\$ 1.287,00
TOTAL			R\$ 11.123,55
FRUTAS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
Abacate	1.000	R\$ 2,32	R\$ 2.320,00
Bergamota	4.000	R\$ 0,50	R\$ 2.000,00
Melancia	30.000	R\$ 0,62	R\$ 18.600,00
Melão gaúcho	1.500	R\$ 0,62	R\$ 930,00
Abacaxi	3.000	R\$ 2,94	R\$ 8.820,00
Caqui	3.080	R\$ 0,42	R\$ 1.293,60
Figo	1.578	R\$ 0,80	R\$ 1.262,40
Laranja	7.000	R\$ 0,78	R\$ 5.460,00
Limão	2.000	R\$ 0,78	R\$ 1.560,00
Maracujá	800	R\$ 2,02	R\$ 1.616,00
Morango	2.500	R\$ 2,72	R\$ 6.800,00
Uva	5.247	R\$ 0,60	R\$ 3.148,20
Mamão	2.000	R\$ 0,60	R\$ 1.200,00
Acerola	700	R\$ 2,32	R\$ 1.624,00
Manga	3.000	R\$ 1,92	R\$ 5.760,00
Pêssego	5.157	R\$ 0,90	R\$ 4.641,30
TOTAL			R\$ 67.035,50
CUSTO DE PRODUÇÃO TOTAL			R\$ 136.075,99

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

No quadro 5 (cinco) seguem todos os dados que compõem o custo de produção, ou seja, traz a quantidade que será produzida, o custo unitário gasto, assim como o custo total das verduras, legumes, temperos e frutas mencionados no quadro 1 (um). Através da soma com base nos valores fornecidos no quadro 4 (Custos Iniciais) e no quadro 5 (Custo de Produção), chegou-se ao total dos custos que resultou em R\$ 147.484,90.

3.16 PLANILHA DE LUCROS (LUCRO LÍQUIDO)

Quadro Nº 6: Planilha de lucro líquido

VERDURAS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO	PREÇO	RECEITA
Acelga	1.324	R\$ 0,60	R\$ 2,43	R\$ 3.217,32
Agrião	620	R\$ 0,65	R\$ 2,00	R\$ 1.240,00
Alface	10.500	R\$ 0,60	R\$ 1,24	R\$ 13.020,00
Brócolis	1.772	R\$ 0,84	R\$ 1,92	R\$ 3.402,24

Couve-Flor	1.950	R\$ 1,11	R\$ 3,00	R\$ 5.850,00
Escarola	1.000	R\$ 0,60	R\$ 2,00	R\$ 2.000,00
Rabanete	343	R\$ 0,39	R\$ 2,26	R\$ 775,18
Repolho	14.034	R\$ 0,57	R\$ 1,47	R\$ 20.629,98
Rúcula	2.060	R\$ 0,60	R\$ 1,38	R\$ 2.842,80
TOTAL				R\$ 52.977,52
LEGUMES	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO	PREÇO	RECEITA
Abóbora	300	R\$ 0,82	R\$ 1,41	R\$ 423,00
Abobrinha	1.060	R\$ 0,67	R\$ 1,68	R\$ 1.780,80
Beterraba	4.000	R\$ 0,35	R\$ 1,92	R\$ 7.680,00
Cenoura	6.580	R\$ 0,52	R\$ 2,22	R\$ 14.607,60
Chuchu	1.355	R\$ 0,31	R\$ 1,60	R\$ 2.168,00
Mandioca	6.560	R\$ 1,45	R\$ 2,20	R\$ 14.432,00
Milho Verde	5.000	R\$ 0,65	R\$ 2,06	R\$ 10.300,00
Pepino	1.668	R\$ 0,64	R\$ 1,76	R\$ 2.935,68
Pimentão	1.754	R\$ 0,68	R\$ 4,14	R\$ 7.261,56
Tomate	15.000	R\$ 0,99	R\$ 2,75	R\$ 41.250,00
Vagem	1.102	R\$ 0,66	R\$ 3,98	R\$ 4.385,96
TOTAL				R\$ 107.224,60
TEMPEROS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO	PREÇO	RECEITA
Alho	1.655	R\$ 0,73	R\$ 13,65	R\$ 22.590,75
Cebola	17.710	R\$ 0,44	R\$ 1,50	R\$ 26.565,00
Cebolinha	3.800	R\$ 0,22	R\$ 2,00	R\$ 7.600,00
Salsa	3.900	R\$ 0,33	R\$ 2,00	R\$ 7.800,00
TOTAL				R\$ 64.555,75
FRUTAS	QUANTIDADE PRODUZIDA	CUSTO	PREÇO	RECEITA
Abacate	1.000	R\$ 2,32	R\$ 3,71	R\$ 3.710,00
Bergamota	4.000	R\$ 0,50	R\$ 1,90	R\$ 7.600,00
Melancia	30.000	R\$ 0,62	R\$ 1,00	R\$ 30.000,00
Melão gaúcho	1.500	R\$ 0,62	R\$ 2,94	R\$ 4.410,00
Abacaxi	3.000	R\$ 2,94	R\$ 3,90	R\$ 11.700,00
Caqui	3.080	R\$ 0,42	R\$ 3,25	R\$ 10.010,00
Figo	1.578	R\$ 0,80	R\$ 3,87	R\$ 6.106,86
Laranja	7.000	R\$ 0,78	R\$ 3,00	R\$ 21.000,00
Limão	2.000	R\$ 0,78	R\$ 3,00	R\$ 6.000,00
Maracujá	800	R\$ 2,02	R\$ 7,00	R\$ 5.600,00
Morango	2.500	R\$ 2,72	R\$ 8,80	R\$ 22.000,00
Uva	5.247	R\$ 0,60	R\$ 3,04	R\$ 15.950,88

Mamão	2.000	R\$ 0,60	R\$ 2,91	R\$ 5.820,00
Acerola	700	R\$ 2,32	R\$ 3,00	R\$ 2.100,00
Manga	3.000	R\$ 1,92	R\$ 2,41	R\$ 7.230,00
Pêssego	5.157	R\$ 0,90	R\$ 2,72	R\$ 4.027,04
TOTAL				R\$ 173.264,78
RECEITA TOTAL				R\$ 238.784,91

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

Observa-se no quadro 6 (seis) a planilha de lucro líquido, mostrando de maneira detalhada as quantidades a serem produzidas, o custo de produção e o preço de venda unitária, bem como a receita encontrada das verduras, legumes, temperos e frutas, totalizando R\$ 238.784,91.

3.17 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Quadro Nº 7: Demonstração do resultado do exercício

DRE - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
DESCRIÇÃO	VALOR
RECEITA TOTAL COM VENDAS	R\$ 238.784,91
CUSTOS VARIÁVEIS TOTAIS	R\$ 139.266,99
CUSTO COM PERDA DE PRODUÇÃO	R\$ 11.942,15
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	R\$ 87.575,77
CUSTOS FIXOS TOTAIS	R\$ 5.088,91
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 82.486,86

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2014)

O quadro 7 (sete) fornece a demonstração do resultado do exercício (DRE), onde nota-se os seguintes dados: a receita total com vendas presente no quadro 6 (seis), os custos variáveis totais, o custo com perda de produção, a margem de contribuição e os custos fixos totais presente no quadro 4, (quatro) resultando no lucro líquido de R\$ 82.486,86.

3.18 CÁLCULO DO PAYBACK

Payback é o período de tempo exato necessário para a empresa recuperar seu investimento inicial em um projeto, a partir das entradas em caixa. (GITMAN, 1997).

Portanto, o projeto se paga em 1,79 anos, ou seja, aproximadamente 22 meses. É este exatamente o significado do *payback*.

3.19 VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)

VPL: 31.864,05

O VPL é obtido subtraindo-se o investimento inicial de um projeto do valor presente das entradas de caixa, descontados a uma taxa igual ao custo de capital da empresa.

- Se VPL for menor que zero, rejeita-se o projeto;
- Se VPL for maior que zero, a empresa obterá um retorno maior que seu custo de capital, e o projeto deve ser aceito.

3.20 TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

TIR: 31,12%

É a taxa de desconto que iguala o valor presente das entradas de caixa ao investimento inicial referente a um projeto (GITMAN, 1997). Nas análises de projetos de investimento de capital, considerando como base a TIR, a tomada de decisão se dará mediante comparação dessa taxa com a taxa de atratividade. A taxa de atratividade é a taxa de retorno considerada satisfatória pelos tomadores de decisão. Nesse caso, quanto maior o valor da TIR, mais favorável será a aceitação do projeto. Caso a TIR seja inferior à taxa mínima de atratividade exigida pelos tomadores de decisão, o projeto será rejeitado. Neste caso a taxa mínima de atratividade utilizada foi 18% considerando que uma renda fixa poderia render 1,5% ao mês. Percebe-se que um retorno de 31,12% a.m é um índice acima da atratividade do mercado, tornando interessante o seu investimento.

3.21 ANÁLISE DA VIABILIDADE FINANCEIRA

Após pesquisas, planejamentos e cálculos realizados, considerando todas as despesas e custos, tantos fixos como variáveis que se farão necessários para a implantação deste projeto, bem como com base nos indicadores acima, a cooperativa conseguiria em aproximadamente 22 meses se pagar, possuindo um bom índice de atratividade no mercado, gerando lucros em benefícios das famílias integrantes, proporcionando maior capacidade de investimentos, resultando desta forma em sua viabilidade financeira, considerando ainda que o cooperativismo é um dos modelos de negócio que mais tem obtido crescimento e possui grandes chances de continuar se desenvolvendo, por ser escolhido por um grande número de pessoas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Extremo-Oeste de Santa Catarina é composta economicamente por diversos setores, destacando-se entre eles a agroindústria e a agropecuária, daí a importância das associações cooperativas, que possuem uma forte influência para a geração de renda e desenvolvimento local e regional, visto que há demanda a ser suprida neste segmento e o mercado para comercialização é amplo, possuindo tendência de crescimento.

A cooperativa terá como área de atuação o município de São Miguel do Oeste-SC, localizando-se e tendo como sede inicialmente na propriedade na linha Alto Guamerim. Tratando-se de seus principais clientes, pode-se dizer que serão as instituições de ensino, organizações privadas e Central Fronteira Oeste, onde as empresas distribuidoras caracterizam-se como concorrência, bem como as cooperativas já existentes, porém neste caso visa-se buscar uma parceria, através da Cooperativa Central que irá atuar como intermediária na comercialização entre cooperativas.

As verduras, legumes, temperos e frutas serão os principais produtos a serem comercializados nesta cooperativa, para tanto, haverá a necessidade de firmar parcerias com alguns fornecedores, como as agropecuárias principalmente.

Considerando os cálculos feitos, relacionados à viabilidade financeira, pode-se dizer que de acordo com o *payback* o projeto se paga em 1,79 anos, ou seja, em aproximadamente 22 meses, o VPL encontrado é 31.864,05, portanto, este valor é maior que zero, a empresa obterá um retorno maior que seu custo de capital, e o projeto deve ser aceito. Percebe-se que um retorno de 31,12% a.m (TIR) é um índice acima da atratividade do mercado, tornando interessante o seu investimento.

A partir do exposto, afirma-se que é viável a implantação de uma cooperativa familiar hortifrutí no município de São Miguel do Oeste-SC, ressaltando que se busca garantir a produção de alimentos ampliando a agricultura familiar, ampliar a capacidade produtiva a fim de suprir a demanda existente e diminuir o êxodo rural, mantendo os jovens no campo.

REFERÊNCIAS

DIÁRIO CATARINENSE. **Cooperativismo é responsável por 11% do PIB de SC e reúne 1,6 milhão de famílias**. Santa Catarina, 2014. Disponível em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/07/cooperativismo-e-responsavel-por-11-do-pib-de-sc-e-reune-1-6-milhao-de-familias-4561132.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Das cooperativas na perspectiva luso-brasileira: comercialidade e participação social: o que são, o que podem e o que não devem ser.** São Paulo: LTR, 2009.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 7ª ed. São Paulo: Harbra, 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Agricultura Familiar contrata 5,36 bi em 2 meses.** Brasília, 2014. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-contrata-536-bi-em-2-meses>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Cooperativas ganham mais incentivos.** Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cooperativas-ganham-mais-incentivos>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Cooperativas estão entre as melhores e maiores do país.** Santa Catarina, 2014. Disponível em:

<http://www.ocesc.org.br/noticias_eventos/noticias_eventos.php?id=10592>. Acesso em: 20 jul. 2015.

SISTEMA CEDRED. **Cooperativas: SC é o terceiro estado em número de associados.** Blumenau, 2015. Disponível em: <<https://www.cecred.coop.br/noticia/389>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** v. 8, 2012.

A UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

CONTRIBUIÇÕES DO PROESDE

Ilze Salete Chiarello¹

Resumo: Este relato de experiência tem como objeto refletir sobre o papel da universidade como propulsora do desenvolvimento regional. Ao cumprir seu papel social, realiza sua essência, indo além do mero ensino, da pesquisa e da extensão, alcançando a comunidade externa e beneficiando-a com suas ações de desenvolvimento. O relato evidencia que, não apenas no desenvolvimento econômico se firma a base do desenvolvimento regional. Nesta direção, outros contextos estão presentes tais como o capital humano (conhecimentos e competências da população), o capital social (crescimento em níveis de confiança, cooperação, ajuda mútua e organização social) e o capital natural (sustentabilidade dos recursos naturais). O artigo destaca o papel das demais instituições como governo, empresa e sociedade, reforçando a importância da organização das comunidades locais em torno do desenvolvimento, onde os atores locais têm o papel de fomentar a inovação, reduzir custos e estimular a atuação nos mercados. O relato destaca ainda a missão da UNIARP, como instituição que visa proporcionar condições para o desenvolvimento da sociedade nos campos técnico e científico, buscando formas alternativas para planejar o futuro, viabilizando o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural de sua região de abrangência. Neste relato foram registrados os resultados do Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional, cujos subsídios foram colhidos junto aos estudantes-bolsista do PROESDE-2014. Para tanto foi aplicado um instrumento de levantamento de informações, estruturado em questões que permitiram avaliar os resultados alcançados com a ação formativa. Além das percepções dos participantes do Programa, o relato evidencia as contribuições do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional e para a construção de uma visão ampla da realidade regional por parte dos beneficiados.

Palavras-chave: Universidade. Compromisso. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

A hegemonia do pensamento econômico, muitas vezes está relacionada ao conceito de desenvolvimento. Sabe-se que a base do desenvolvimento não se referencia somente nas questões econômicas, pois nele estão contidos aspectos sociais, históricos e institucionais e outros fatores que contribuem para o crescimento e desenvolvimento integral da população. Para Franco (1998) desenvolvimento deve significar melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no

¹ Professora e Coordenadora de Extensão da UNIARP.

futuro (desenvolvimento sustentável). Tratar sobre o desenvolvimento humano, social e sustentável, para o autor, significa pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico como outros fatores como: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista da boa governança e o uso sustentável do capital natural.

Este conceito é reforçado por Amartya Sen, (*apud* PAULA. 2005), enfatizando que o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. Deve estar relacionado sobretudo com a melhora de vida e às liberdades que as pessoas desfrutam. Neste sentido, quanto maior o capital humano, maiores condições de desenvolvimento. Isto subentende investimentos em educação, saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança. No que tange ao capital social, quanto maior a capacidade das pessoas se associarem em torno de interesses comuns, melhores condições de desenvolvimento. Para Fukuyama (*apud* PAULA. 2000) como o capital físico (terra, edifícios, máquinas e o humano (aptidões e conhecimentos) o capital social produz riqueza e tem, portanto valor na economia, constituindo num pré-requisito para todas as formas de empreendimento em grupo que têm lugar numa sociedade moderna, isto porque o capital social é a trama de relações do tecido social, baseado na confiança e nas relações de troca e cooperação.

Desenvolvimento regional, por sua vez, é um movimento que subentende a endogenia. A teoria regional endógena, considera a importância da sociedade e das relações sociais no processo de desenvolvimento da região. Autores dessa linha destacam as relações sociais e as formas locais de integração como fatores determinantes no processo de transformação socioeconômica das regiões. Quando se discute o papel de uma instituição de ensino e pesquisa neste processo, agrega-se a noção de espaço e região, pois o grau de interação entre universidade e segmentos da sociedade remete a uma interpretação sobre o capital social desenvolvido nesse espaço, envolvendo uma determinada base institucional.

O papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes - universidades, empresas, sociedade civil, promovem o desenvolvimento.

Etzkowitz (2009) desenvolveu o modelo que elucida este processo. Sugere que a base estratégica do desenvolvimento social e econômico dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento é a interação universidade-empresa-governo que denominou modelo da Tríplice-Hélice. Destaca ainda que a chave para a inovação

e o crescimento de uma economia baseada no conhecimento está na interação entre estes três eixos.

Como dispositivo físico, esse modelo pode ser aplicado às economias por meio das empresas de capital de risco, dos parques científicos e das incubadoras de empresas, cujo objetivo é integrar o setor industrial e o acadêmico, fomentando o desenvolvimento. Neste sentido, a questão crucial é verificar de que forma a universidade pode contribuir com o desenvolvimento de sua região de abrangência.

A partir do modelo da Hélice Tríplice, Silva et al. *in* Magalhães (2006) destaca o papel dos projetos de desenvolvimento que visam da interação entre os atores: a) produzir conhecimento socialmente relevante nas universidades e repassá-lo à sociedade; b) gerar inovação tecnológica nas empresas e c) estimular a participação do governo em projetos de inovação. Assim, universidade-empresa-governo se constituem nos protagonistas de ações de desenvolvimento, cabendo à universidade o papel de formar agentes que multipliquem a inovação e a mudança; ao governo, fomentar as ações com políticas públicas e às empresas, formar parcerias com estes dois atores.

O papel da universidade como um dos atores que impulsiona o desenvolvimento está muito claro. Precisa, entretanto, estar sintonizada com as questões locais, formando uma rede de cooperação que propicie a interação entre os atores, adotando um comportamento cooperativo, facilitando as ações coordenadas e baseadas na confiança

A universidade é umas instituições sociais que acompanhou a complexidade da sociedade contemporânea, tornando-se complexa, multifuncional, com difícil definição das suas especificidades e inserida em um campo formado por diferentes interesses (SILVA, 2003). A universidade é hoje uma instituição de fundamental importância por mediar o mundo social e a ciência, ocupando uma posição estratégica na dinâmica dos processos de formação de nível superior e nos processos de inovação tecnológica, bem como de produção e difusão da ciência e da cultura, Para o autor, a complexidade atribuída à universidade é resultante do intrincado processo histórico-social e que a pluralidade advém das múltiplas funções e atividades que realiza. Enfatiza ainda que a possível especificidade a ela atribuída relaciona-se à produção sistemática de conhecimentos e à formação de profissionais em nível superior.

O cumprimento das funções da universidade se dá pelas relações que esta

estabelece com seu entorno, atendendo às demandas da sociedade.

Buscar neste contexto a razão de ser da universidade é entender qual seu fim, ou para que ele existe e qual o papel que representa na sociedade, ou seja, qual a essência da universidade e o porquê de sua existência.

A filosofia considera essência o que a coisa é necessária e primariamente como princípio primeiro da inteligibilidade. Se privarmos um ser da sua essência equivale a pôr diante da inteligência outra coisa distinta. Essência é o que há de fundamental na coisa considerada. Assim, a essência da universidade é o que esta leva em si necessariamente e caracterizando uma instituição a qual damos este nome e que tem como atividades-fim: produção de conhecimento- pesquisa; transmissão de conhecimento-docência e serviço à comunidade- extensão. Especificando cada uma das funções, Covian, (1978), destaca ser evidente que a universidade é um centro de pesquisa, mas esta não é sua essência, algo que lhe é privativo, aquilo pelo qual ela é universidade. Enfatiza que não se concebe universidade que não seja um centro de ensino, pois não é atividade privativa dela, uma vez que este labor pode ser realizado através de outras atividades. Da mesma forma o serviço à comunidade materializado através da extensão universitária, não é o privativo que constitui a essência da universidade pois outras instituições também se desincumbem muito bem desta tarefa.

Assim, destaca-se que o ponto crucial da questão está em perceber qual é a verdadeira essência da universidade, seu privativo, para que ela existe e qual o papel a desempenhar na sociedade. A universidade, por sua essência, constitui-se numa comunidade pensante, voltada para o desenvolvimento do espírito crítico e da formação para a autonomia. Este é o principal serviço à comunidade que a universidade deve prestar para realizar sua essência. É, por excelência o local onde se discutem questões científicas, políticas, sociais e culturais e, por esta essência, deve ser polêmica, constituir-se numa concórdia entre discórdias. Uma universidade conformista, trai sua essência: por ser pensante, livre, crítica e polemista é, necessariamente, um centro de pesquisa, de ensino e de extensão. (Unamuno *apud* COVIAN, 1978) Deve ensinar a pensar, ser um centro de crítica, que deve formar graduados capazes de pensar e criticar com independência e que saibam transmitir à sociedade este espírito. Este é o principal serviço à comunidade que a universidade deve prestar para realizar parte da sua essência.

Pari passu ao desenvolvimento do espírito crítico desenvolve-se na

universidade o ensino e a pesquisa; a extensão engaja-se nas ações que envolvem a comunidade acadêmica e atingem a comunidade externa, beneficiando-a. A ação dialógica da universidade com seu entorno, se dá por sua essência, por ser uma instituição social, que ouve as demandas desta sociedade e partilha alternativas para minimizar os problemas encontrados e promover o desenvolvimento socioeconômico. De modo particular, as universidades comunitárias, constituem-se em instituições especiais: são marcadas pelas atividades de extensão, fruto da perspectiva de construir o desenvolvimento regional. São alimentadas de dentro e de fora, uma vez que a diferenciação está ligada ao forte discurso de extensão e apresentadas como modelo alternativo à dicotomia público/privado.

2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PAPEL DA UNIVERSIDADE

O papel das universidades como dinamizadoras do processo de desenvolvimento local e regional é, sem dúvida, indiscutível. Este compromisso social se efetiva à medida que esta contribui com a sociedade na função de formar capital humano, capaz de colaborar no desenvolvimento e propiciar a geração e desenvolvimento socioeconômico de seu entorno.

A universidade, segundo Goebel e Miúra (2002), cumprindo funções e tarefas diversificadas, está vinculada ao setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento econômico-social, pela disponibilização de suporte científico e tecnológico. Pelas funções de ensino, pesquisa e extensão, a universidade tem em suas mãos elementos essenciais para o desenvolvimento. O setor produtivo, neste contexto, demanda das universidades, a tecnologia, inovação e os recursos humanos para funções diversas, permitindo atuação eficiente no ambiente globalizado e de alta competitividade.

Destacam os autores o papel mobilizador e dinamizador da economia de seu entorno, propiciado pela universidade. Fruto da presença ativa destas instituições na região é que se constata a instalação e o crescimento de outros empreendimentos, seja no setor de comércio ou serviços, gerando emprego, renda e melhores condições de vida à população, resultado no desenvolvimento e crescimento regional efetivo.

Este papel de fomento à economia local, comprovadamente tem alterado o perfil regional, do entorno das universidades uma vez que as universidades, para o desempenho de suas funções, além de gerar empregos, qualifica recursos humanos, gera tecnologias e é mobilizadora de novos empreendimentos na sua área de

abrangência.

Estudo desenvolvido pelos citados autores demonstram que em cidades de pequeno e médio porte, a maior parte da circulação de recursos financeiros feitas através dos pagamentos dos salários dos funcionários e professores, somados à necessidade de obras, equipamentos e despesas de custeio e manutenção das instituições de ensino, são de grande importância para o meio socioeconômico onde os campi universitários se encontram. Destacam ainda, que os gastos com alunos que procedem de outras localidades também fomentam as atividades locais, os serviços prestados e relacionados ao meio acadêmico. Comprovam que diversos serviços são acrescentados ao meio universitário, entre eles: livrarias, atividades de lazer, restaurantes, bares e infraestrutura de alojamento e transporte, desencadeando um processo de desenvolvimento e geração de empregos, principalmente próximo ao local onde se encontra inserida a universidade. Os autores destacam ainda que a universidade se constitui numa força centrípeta de atração de diversidades culturais e de lazer. O "entorno universitário" apresenta vantagens que favorecem o incremento de investimentos locais, pois se trata de fonte de pessoal qualificado, estando próximo de áreas procuradas pelo mercado consumidor, fornecendo em muitos municípios infraestrutura escolar, hospitalar, cultural, de telecomunicação, lazer e transporte, constituindo em locais atrativos para estabelecimento da população. A geração de tecnologia adaptada ou de desenvolvimento de processos cria um ambiente favorável tanto para a atração de novos interesses como para o surgimento endógeno de novos empreendimentos (GOEBEL e MIÚRA, 2002).

A universidade é, portanto um dos atores de relevância no processo de desenvolvimento local e regional, haja vista atrair outras forças propulsoras de investimentos que possam desencadear o crescimento econômico e viabilizar o desenvolvimento da região, criando novas necessidades, fomentando empreendimentos e vinculando-se ao setor produtivo. (Morais, 2000).

Por sua simples existência e cumprimento de suas funções básicas, constituem-se as universidades em propulsoras do desenvolvimento. Mais ainda quando se engajam em ações voltadas especificamente a este fim.

No que tange à extensão na universidade, esta função tem um papel muito específico: a ela cabe um estreito diálogo com a sociedade, levantando suas demandas e contribuindo na solução de problemas existentes. Ao realizar a extensão universitária, na UNIARP, tem-se como pano-de-fundo sua **matriz dialógica** a partir

da qual é concebida como uma **atividade que pretende construir**, numa concepção educativa, dialógica e de produção de conhecimento, numa estreita relação com a sociedade. Está calcada na articulação que esta faz com o ensino, a pesquisa e a sociedade, trocando com ela o que é produzido em termos de conhecimento, para que, aquilo que difunde através do ensino, não fique restrito somente àqueles que têm acesso à universidade, atingindo plenamente as comunidades mais distantes dela.

É, portanto, pela via de extensão que o ensino e a pesquisa têm sua aplicação para a solução de problemas de uma determinada região geográfica. É a extensão a forma mais viva e eficaz que permite a avaliação dos produtos objetivos mensuráveis da universidade: a pesquisa e o ensino. É a extensão que permite três avaliações-fim, essenciais na universidade: **a) da qualidade científica da pesquisa; b) da qualidade educacional do ensino; c) da quantidade de ensino que atinge a comunidade, desenvolvendo-a.** Em decorrência disso é que se articulam de forma concreta estas três dimensões essenciais da universidade, que se constituem no seu tripé sustentador.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para efetivar estes compromissos e cumprir seu papel como coadjuvante do desenvolvimento regional a UNIARP engaja-se às ações que o fomentem. Exemplo disso é o Programa de Educação Superior para Desenvolvimento Regional, ação proposta pelo governo do estado de Santa Catarina e executada pelas IES do Sistema ACAFE, entre elas a UNIARP.

Dentro do programa institucional, o Curso de Extensão em Desenvolvimento Regional seguiu uma metodologia específica, destinada à consecução dos objetivos propostos. Para a implementação da grade curricular do curso, foram destacados conteúdos teóricos e práticos. As disciplinas teóricas contemplaram 164 horas; as práticas, que compreenderam visitas técnicas, trabalhos de campo, observação *in loco*, e empreendimentos inovadores e elaboração de projeto, completaram 36 horas-aula, integralizando 200 horas de curso. A matriz curricular foi elaborada visando num conjunto de disciplinas voltadas para a promoção do desenvolvimento com destaque a formação de um novo posicionamento dos agentes envolvidos a fim de que possam compreender seu protagonismo nesse processo. Para se alcançar uma articulação de forças capaz de elaborar e executar planejamento estratégico que conduza ao

desenvolvimento sustentável, necessário se faz a preparação de recursos humanos para fomentar o desenvolvimento regional.

As disciplinas teóricas compreenderam um conjunto de conteúdos voltados para o conhecimento da história, geografia e economia regional e empreendedorismo social. Outras disciplinas elencadas no currículo foram agropecuária, piscicultura, fruticultura, agroindústria, hortifrutigranjeiros e direito ambiental.

O conjunto das atividades práticas compôs a disciplina Práticas Integradas de Desenvolvimento Regional, compreendendo os seguintes blocos: a) observação e trabalho de campo; b) confecção de plano de trabalho, propondo uma prática inovadora de desenvolvimento regional; c) apresentação do projeto para apreciação de banca.

Este conjunto de atividades oportunizou o contato com a realidade do entorno, além de permitir vislumbrar projetos inovadores de desenvolvimento regional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mensurar o alcance das atividades de extensão não é tarefa simples. Inúmeras são as variáveis que interferem nesta ação, imprimindo-lhe grau de complexidade, haja vista princípios, critérios, metodologia e sistema de indicadores pertinentes à avaliação universitária que permitam conhecer a perspectiva de transformação que a extensão, juntamente com o ensino e a pesquisa, interferem na sociedade, transformando-a.

A construção da avaliação do Programa de Desenvolvimento Regional, entendido como uma atividade de extensão, perpassa os princípios e diretrizes que norteiam a proposta de Avaliação Nacional da Extensão, ou seja, que considera o trabalho acadêmico como um processo orgânico e contínuo que se estende desde a produção até a sistematização do conhecimento e a transmissão dos resultados. Nesta perspectiva, a extensão fica concebida como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão, como ação que viabiliza a interação entre a universidade e a sociedade, constitui elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática, promovendo a troca entre os saberes entre o acadêmico e o popular. Assim, é de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre o papel da universidade bem

como a análise do impacto da ação extensionista na transformação da própria universidade, que pode ser percebido pelo estabelecimento de novas linhas de pesquisa, criação de cursos.

Por sua natureza, ação extensionista é interdisciplinar. Não pode ser vista fora do processo acadêmico, separada do ensino e da pesquisa; deve ter indicadores relevantes que a subsidiem e contribuam para o aperfeiçoamento da sua prática.

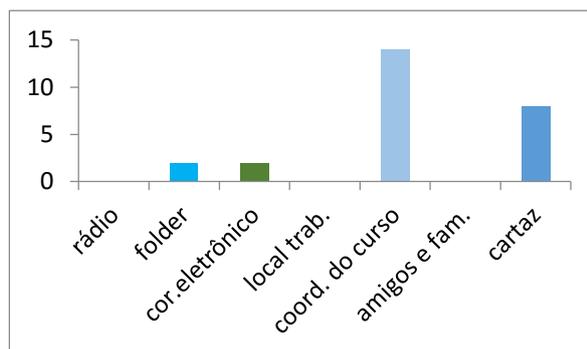
No que tange ao Curso de Extensão do Programa de Ensino Superior para o Desenvolvimento Regional a avaliação teve três abordagens: compromisso institucional para estruturação de suas ações; b) impacto das atividades de extensão propostas no programa; c) processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades.

Em relação aos indicadores, foram relacionados: a) indicadores de compromisso institucional; b) impacto social das atividades realizadas; c) formalização de instrumentos específicos de avaliação

Em relação ao desenvolvimento do curso de Extensão, foram avaliados aspectos operacionais e quantitativos que se destacam a seguir.

4.1 FORMA COMO O ACADÊMICO TOMOU CONHECIMENTO DO CURSO DE EXTENSÃO PROESDE:

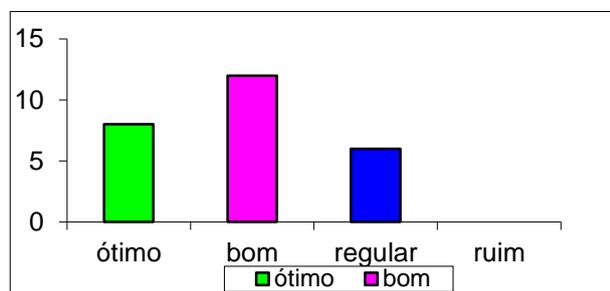
Resposta	Qtde	%
Rádio		
Folder	2	7,69
correio.eletrônico	2	7,69
local trabalho		0,00
coord. do curso	14	53,85
amigos e familiares		0,00
Cartaz	8	30,77
Total	26	100,00



4.2 AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO TÉCNICA DO CURSO:

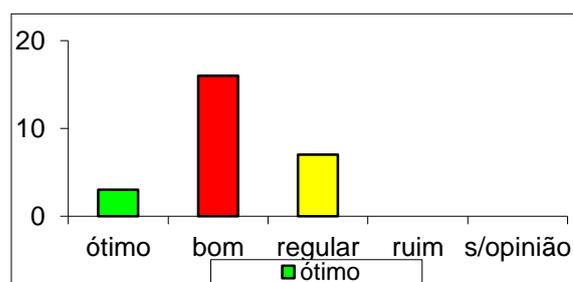
Cumprimento de horário

Resposta	Qtde	%
Ótimo	8	30,77
Bom	12	46,15
Regular	6	23,08
Ruim	0	0,00
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



4.3 CARGA HORÁRIA

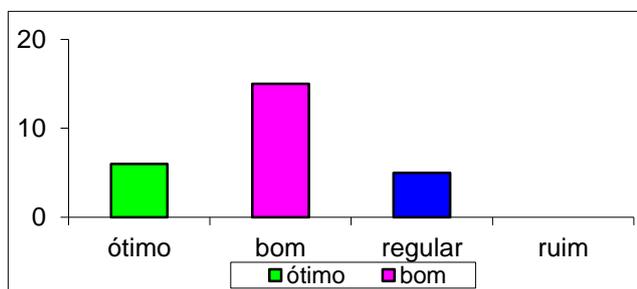
Resposta	Qtde	%
Ótimo	3	11,54
Bom	16	61,54
Regular	7	26,92
Ruim		0,00
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



4.4 AVALIAÇÃO DO PARTICIPANTE EM RELAÇÃO À PARTE OPERACIONAL DO CURSO DE EXTENSÃO

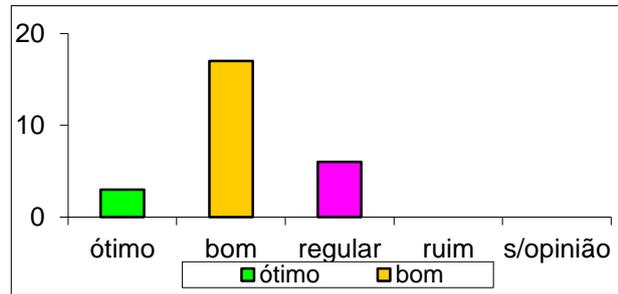
Data/período do curso de extensão

Resposta	Qtde	%
Ótimo	6	23,08
Bom	15	57,69
Regular	5	19,23
Ruim	0	0,00
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



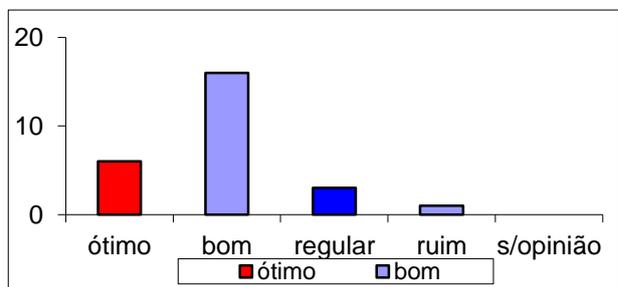
4.5 MATERIAL DISTRIBUÍDO

Resposta	Qtde	%
Ótimo	3	11,54
Bom	17	65,38
Regular	6	23,08
Ruim	0	0,00
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



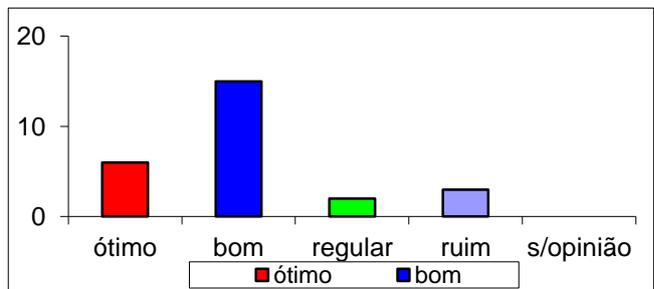
4.6 EQUIPAMENTOS (PROJETORES E MULTIMÍDIA)

Resposta	Qtde	%
Ótimo	6	23,08
Bom	16	61,54
Regular	3	11,54
Ruim	1	3,85
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



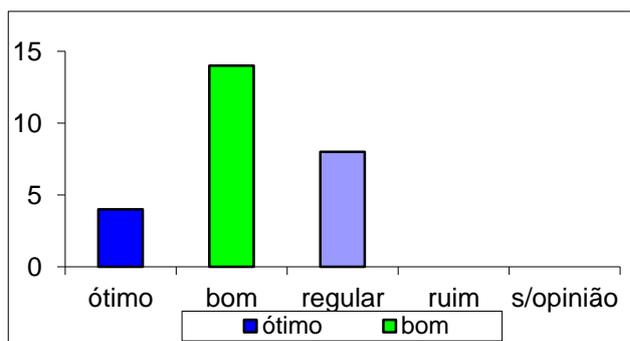
4.7 ATENDIMENTO PRÉ-EVENTO

Resposta	Qtde	%
Ótimo	6	23,08
Bom	15	57,69
Regular	2	7,69
Ruim	3	11,54
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



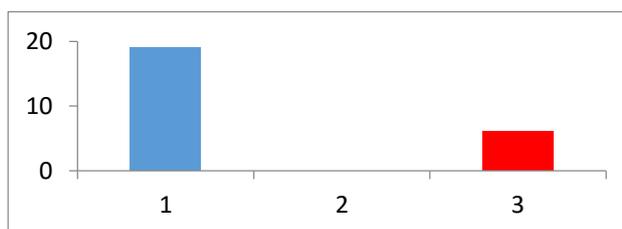
4.8 ATENDIMENTO LOCAL

Resposta	Qtde	%
Ótimo	4	15,38
Bom	14	53,85
Regular	8	30,77
Ruim	0	0,00
s/opinião	0	0,00
Total	26	100,00



4.9 CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO CURSO:

Resposta	Qtde	%
Sim	19	76,00
Não		0,00
em parte	6	24,00
Total	25	100,00



No decorrer do curso e ao final foram colhidas outras percepções dos participantes as quais permitiram mensurar o alcance dos objetivos propostos, de acordo com as manifestações dos acadêmicos:

a) **em relação aos conteúdos da grade** o curso proporcionou uma extensão dos conhecimentos do curso, conhecimento da realidade regional, ampliação dos conhecimentos das diversas áreas, diversidade de informações e a interdisciplinaridade das áreas do conhecimento. Além disso, permitiram novos olhares sobre a realidade regional, abrindo novas e promissoras possibilidades de projetos e o conhecimento de novas tecnologias. Acrescenta-se a isso que permitiram entender o processo da economia e agricultura regional, vislumbrando a descoberta de potencialidades e fraquezas da região, despertando o desejo de atuar na área de desenvolvimento regional e permitindo a revisão dos conceitos e ampliação da visão de desenvolvimento.

b) **em relação à organização das atividades teóricas e práticas**, o curso possibilitou uma *práxis* pedagógica, transitando entre os saberes teóricos e práticos, instigou para a aquisição de conhecimentos, uso de novas tecnologias voltadas para as propriedades rurais proporcionou, portanto, uma nova visão da realidade. Destaca-se ainda que o conhecimento prático oportuniza ganho ao teórico;

c) **em relação à representatividade do curso para a graduação** e para a vida profissional pode-se destacar que o curso permitiu o conhecimento novo, novas oportunidades e descoberta de novas áreas de atuação, além do relevante auxílio para a graduação, através da bolsa concedida pelo programa.

d) **em relação aos argumentos para continuidade** do programa os acadêmicos destacam a inovação possibilitada pelo curso, a oportunidade de conhecer melhor a região, a aquisição de conhecimentos essenciais, além da possibilidade de custeio da mensalidade da graduação, o estímulo à graduação e auxílio ao desenvolvimento da região, o convívio intercursos, a discussão de

alternativas para o desenvolvimento regional. Merece destaque o fato de o programa ser uma forma de garantia do estudante na graduação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato de experiências apresentou como objeto verificar o papel da universidade no desenvolvimento regional, analisando as contribuições do Programa de Desenvolvimento Regional-PROESDE, fomentando ações que propiciem a implantação de novas tecnologias e inovações.

A partir do modelo da Hélice Tríplice (ETZKOWITZ, 2003), a universidade tem papel fundamental pois é um dos atores essenciais, juntamente com o governo e empresas, numa ação colaborativa em prol do desenvolvimento. Para tanto, os três eixos da hélice devem articular-se, formando redes institucionais com base na cooperação, colaboração e coordenação (Pena Júnior et al, 2005) agregando interesses comuns em sinergia, fomentando as atividades de uma e de outra e balizando rumos da rede com objetivos traçados.

A UNIARP em parceria com o governo do Estado, por meio do PROESDE, numa ação dinamizadora, inegavelmente, tem contribuído para o crescimento e desenvolvimento social econômico, do seu entorno. Registra-se sobremaneira as contribuições dos programas de Extensão, destacadamente o PROESDE que tem acrescentado contribuições positivas aos estudantes envolvidos, conforme avaliação realizada e apresentada acima. Da mesma forma, é inegável a relevância do PROESDE para os acadêmicos que se beneficiaram com os recursos das bolsas de estudos e tiveram significativo fomento para sua graduação.

A contribuição ainda mais evidente é vinculada à articulação entre universidade, governo e empresa, (modelo da Hélice Tríplice), gerando o aumento do capital social, identificando demandas da sociedade e viabilizando soluções sustentáveis de geração de renda e melhoria de qualidade de vida da população.

6 IMAGENS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CURSO DE EXTENSÃO

6.1 SEMINÁRIO REGIONAL DO PROESDE



6.2 VISITA TÉCNICA EMPRESAS FISCHER - FRAIBURGO



6.3 VISITA TÉCNICA – PROPRIEDADE RURAL - CAÇADOR



6.4 VISITA TÉCNICA – EMPRESA CLINQUER – CAÇADOR



REFERÊNCIAS

COVIAN, Miguel Rolando. **A essência da universidade**. São Paulo: Cia e Cult, 1979.

FRANCO, Augusto de. **Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável**. Proposta, Nº 78. 1998.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIÚRA, Márcio Nakayama. A Universidade como fator de Desenvolvimento: caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa**, v.3.n.3, 2004.

MAGALHÃES, Aline Duarte Dantas; MARTINS, Juliana Borges; RIBEIRO, Hilton Manoel Dias. **A Universidade e o Desenvolvimento Regional: o caso da UFVJM**. 2011.

MORAES, F.F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo. V.14. Nº 3. Jul/set. 2000.

PAULA, Juarez de.; **Desenvolvimento e Gestão Compartilhada**. AED. SEBRAE. 2005.

PENA JÚNIOR, Marcos Antônio; GRACIANO, Cláudia Gomes; VALERY, Françoise Dominique. Universidade e Desenvolvimento Local: reflexões sobre pró-atividade comunitária. XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Porto Alegre, RS. 2005.

SILVA, Ênio Waldir da. **Extensão Universitária – concepções e práticas nas universidades gaúchas**. Porto Alegre. UFRGS: 2003. Tese de Doutorado.

UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. Institucional. Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/institucional/>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Caçador, 2010.